



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

MARCUS VINÍCIUS PEREIRA JÚNIOR

**A POLÍTICA INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO POTIGUAR NA GESTÃO DAS
PENAS PECUNIÁRIAS: AVALIAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO NAS COMARCAS DE
CRUZETA, ACARI E CURRAIS NOVOS**

NATAL/RN

2018

MARCUS VINÍCIUS PEREIRA JÚNIOR

**A POLÍTICA INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO POTIGUAR NA GESTÃO DAS
PENAS PECUNIÁRIAS: AVALIAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO NAS COMARCAS DE
CRUZETA, ACARI E CURRAIS NOVOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCS/UFRN), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. João Bosco Araújo da Costa

Linha de Pesquisa: Território, Desenvolvimento e Políticas Públicas.

NATAL/RN

2018

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes -
CCHLA

Pereira Júnior, Marcus Vinícius.

A Política Institucional do Judiciário potiguar na gestão das penas pecuniárias: avaliação nas comarcas de Cruzeta, Acari e Currais Novos. / Marcus Vinícius Pereira Júnior. 2018.
222f.: il.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Natal, RN, 2018.
Orientador: Prof. Dr. João Bosco Araújo da Costa.

1. Políticas públicas. 2. Prestações pecuniárias. 3. Conselho Nacional de Justiça. I. Costa, João Bosco Araújo da. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 343.26:351.75

MARCUS VINÍCIUS PEREIRA JÚNIOR

**A POLÍTICA INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO POTIGUAR NA GESTÃO DAS
PENAS PECUNIÁRIAS: AVALIAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO NAS COMARCAS DE
CRUZETA, ACARI E CURRAIS NOVOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCS/UFRN), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Bosco Araújo Costa – UFRN
(Presidente)

Prof. Dr. Lincoln Moraes de Souza – UFRN
Membro Interno

Prof(a). Dr. Maria Ivonete Soares Coelho – UERN
Membro Externo

Profa. Dra. Flávia Souza Dantas Pinto – ESMARN
Membro Externo

Prof. Dr. Paulo Lopo Saraiva – FACEP
Membro Externo

Profa. Dra. Maria Aparecida Ramos da Silva – UFRN
Membro Interno (suplente)

*A presente pesquisa é inteiramente dedicada às **vítimas** dos crimes praticados no Brasil, com a esperança de que, mesmo se tratando de um estudo modesto, possa contribuir para uma efetiva mudança de pensamento e ação no que se refere às políticas públicas de prevenção de delitos no Brasil. Que os direitos violados não tenham sido em vão.*

*E as vocês, **Joaquim, João e Maria Júlia**, meus filhos, todo o meu amor, com a certeza de que a luta por uma segurança pública melhor é uma luta por um mundo mais tranquilo para toda a sociedade, inclusive para vocês.*

*Por fim, à minha esposa **Uliana**, mulher simples, meiga e inteligente, que me enche de orgulho ao fazer parte do Ministério Público do RN e conseguir transformar em realidade vários direitos que muitas vezes teimam em não sair do papel.*

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a Deus, pelo fato de ter me dado uma grande oportunidade de crescer na vida terrena, aprendendo com cada derrota e com a certeza de que a mesma não passa de uma etapa para continuar na luta pelas grandes vitórias.

Ainda agradecendo ao Criador, destaco que minha família foi, é e sempre será a base de todas as vitórias, razão pela qual agradeço a toda a família. O exemplo dado pelos meus pais, Marcus Vinícius Pereira e Maria de Lourdes Pereira, serve para eu ter a consciência do quanto é importante ter uma família unida e lutar, também, para que as pessoas tenham um sistema penal que funcione, afinal, quando aprendemos a respeitar os direitos dos outros em casa, dificilmente será necessária a intervenção do sistema penal estatal para nos ensinar a não cometer ilícitos.

Aos meus irmãos, Márcia e Marcelo, agradeço pela nossa infância, pelas arengas, pelas brincadeiras, pelo carinho e pelo amor. Como é bom olhar para o lado e ter duas pessoas especiais e maravilhosas para chamar de irmãos.

Tio Marcelino, Tia Marta, Vovó Yara, Tio Arnaud, Felipe, Anderson, Tia Marina, Tia Matilde, Tia Lilia, Márcio Mousinho, Samuel, Luciana Macedo, Ivonilson, Emily, Maitê, Rivanildo (Didi), Nêgo (Jonas) enfim, a todos os meus familiares, por terem garantido (e por continuarem a garantir) que eu compreenda que todos erramos, contudo, conscientes dos nossos erros podemos construir uma sociedade melhor.

Agradeço, também, a minha amada Uliana Lemos de Paiva, esposa, companheira e amiga, pelo amor dedicado durante todos esses anos. Estendo os agradecimentos a minha sogra e sogro, Eliana e Hugo (*in memoriam*), por terem educado essa joia chamada Uliana, que soube cuidar dos nossos filhos, Joaquim, João e Maria Júlia, durante a pesquisa, compreendendo a importância de pesquisar e propor soluções para o Brasil.

A todos os amigos, especialmente André Barbalho, Rodrigo Martins, André Melo, Matheus Trindade e Artur Mesquita, pela integridade, caráter e retidão que vocês demonstraram e continuam a demonstrar, servindo como espelhos para um amigo cheio de defeitos, mas com muita vontade de acertar.

À Universidade Federal do Rio Grande do Norte, instituição que está proporcionando a minha capacitação no Doutorado, tendo em vista que estive afastado da sala de aula entre 2014 a 2016, na condição de Docente, exatamente para aprimorar os conhecimentos e possibilitar um ensino de qualidade aos alunos do Curso de Direito de Caicó – CERES.

Também em relação à UFRN, ressalto a importância da Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), especialmente a todos os componentes da linha de pesquisa Território, Desenvolvimento e Políticas Públicas, por terem me acolhido de maneira especial. Os debates, pensando em um Brasil melhor para todos, certamente contribuíram para refletirmos acerca das melhores alternativas para o crescimento coletivo, independente de paixões. Agradeço, de coração, à Profa. Dra. Maria Aparecida Ramos da Silva, integrante da base de pesquisa, que esteve presente em momentos difíceis, mas felizes após os bons resultados.

Faço referência especial, no presente momento, ao meu Orientador Professor Doutor João Bosco Araújo da Costa, que conseguiu transformar ideias brutas que apresentei no início da pesquisa, em algo passível de compreensão e, quem sabe, útil para melhorar o sistema penal de todo o Brasil.

Aos meus alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Curso de Direito de Caicó – CERES), pois são minha fonte de inspiração e certamente serão grandes disseminadores das lições contidas na presente publicação.

Primordial é agradecer, também, ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN), representado pelos Juízes João Henrique Bressan de Souza, Witemburgo Gonçalves de Araújo e Ricardo Antônio Menezes Cabral Fagundes, que muito colaboraram com a coleta de informações e com seus conhecimentos compartilhados em forma de entrevistas. Estendo os agradecimentos a todos os Servidores que trabalham com a aplicação de penas pecuniárias em todo o Brasil, representados pelo competente Héllisson Leônidas, que lá na Comarca de Cruzeta demonstra competência e dedicação ao serviço público, especialmente em relação ao trabalho diretamente voltado para o tema de aplicação de valores apurados em decorrência de prestações pecuniárias.

Registro os meus agradecimentos aos professores integrantes da minha banca examinadora, com menções especiais ao Prof. Dr. Lincoln Moraes de Souza e a Profa. Dra. Maria Ivonete Soares Coelho, que desde a qualificação da tese puderam contribuir para o aprimoramento da pesquisa, ressaltando, inclusive, que o Prof. Dr. Lincoln foi um dos grandes mestres na compreensão acadêmica acerca das políticas públicas, eis que ministrou a principal disciplina que cursei durante o doutorado: Avaliação e análise de políticas públicas.

Nessa linha, agradeço à Profa. Dra. Flávia Souza Dantas Pinto, exemplo de magistrada e professora, que como uma das únicas doutoras da Magistratura do TJRN, é considerada como paradigma para os iniciantes como eu, que tentam a tanto custo melhorar o nosso Brasil. Da mesma forma, agradeço ao Prof. Dr. Paulo Lopo Saraiva, Pós-Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Coimbra (1994) e Doutor em Direito Constitucional pela PUC/SP (1982),

exemplo vivo de que o nordestino é, antes de tudo, inteligente e capaz de mudar tudo para melhor, quando tem acesso à educação.

Por fim, de maneira emocionada, agradeço às instituições que trabalham diretamente com a materialização do estabelecido na Resolução nº 154/2012 (CNJ), aqui representadas pela Filarmônica de Cruzeta (24 de outubro), que regida pelo Maestro Humberto Carlos Dantas (Bembém), na cidade de Cruzeta (RN), dá aulas de como fazer Segurança Pública, ensinando aos nossos jovens o amor pela cultura, arte e educação.

*“Não é preciso que a gente fale em miséria, em morrer de fome. Eu sempre tive o cuidado de evitar essas coisas. É preciso que a gente fale do povo exaltando o seu espírito, contando como ele vive nas horas de lazer, nas festas, nas alegrias e nas tristezas. **Quando faço um protesto, chamo a atenção das autoridades para os problemas, para o descaso do poder público,** mas quando falo do povo nordestino não posso deixar de dizer que ele é alegre, espirituoso, brincalhão. Eu sempre procurei exaltar o matuto, o caboclo nordestino, pelo seu lado heroico. Nunca usei a miséria desvinculada da alegria”.*

Luiz Gonzaga

RESUMO

O sistema penal brasileiro, nos termos do art. 32 do Código Penal, prevê a aplicação de penas privativas de liberdade, restritivas de direito e multa. As primeiras são as penas de prisão, sendo uma das penas restritivas de direito a pena de prestação pecuniária, que deve ser cumprida mediante o pagamento de valores em dinheiro. Com o pagamento das penas pecuniárias, surge a obrigação de aplicação desses recursos por parte do Juiz da Execução Penal, buscando atender ao interesse público e, de preferência, prevenir a ocorrência de novos ilícitos, um dos objetivos da aplicação das penas criminais. Assim, atendendo à inexistência de uniformização de procedimento de aplicação dos recursos apurados com o pagamento de prestação pecuniária, o Conselho Nacional de Justiça, na condição de órgão de controle externo do Judiciário, publicou a Resolução nº 154, em 13 de julho de 2012, com o objetivo de estabelecer diretrizes acerca da política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos do pagamento da prestação pecuniária. A pesquisa “A Política Institucional do Judiciário Potiguar na Gestão das Penas Pecuniárias: Avaliação de Implementação nas Comarcas de Cruzeta, Acari e Currais Novos” teve como objetivo geral avaliar a implementação da Resolução nº 154/2012 – CNJ. Nos objetivos específicos, foi investigado e discutido o processo que envolve a arrecadação de valores e aplicação de acordo com a resolução já referida, considerando as comarcas de Cruzeta, Acari e Currais Novos, respectivamente de pequeno, médio e grande porte. O processo metodológico constituiu-se na pesquisa documental de todos os valores arrecadados e aplicados entre 13.07.2007 a 13.07.2017, nas referidas unidades jurisdicionais, como também na análise de entrevistas realizadas com os gestores acerca da aplicação da regra estabelecida pelo CNJ. Os resultados apresentados pela pesquisa demonstraram que mesmo existindo uma regra formal a ser aplicada em todo Brasil, inexistiu no âmbito do Rio Grande do Norte uma uniformização relativa aos procedimentos adotados pelas unidades jurisdicionais, evidenciando que mesmo após cinco anos da existência de um procedimento estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte não adotou meios para potencializar os objetivos do CNJ na criação da resolução, como a capacitação das pessoas envolvidas na aplicação da resolução. Foi constatado, por outro lado, que as unidades jurisdicionais objeto de pesquisa conseguiram satisfatoriamente implementar o programa, com benefícios para a população, bem como que devem ser promovidas

capacitações com relação aos servidores que trabalham com o programa e com as próprias instituições que apresentam os projetos.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Avaliação de Políticas Públicas. Prestação Pecuniárias. Conselho Nacional de Justiça.

ABSTRACT

Brazilian penal system, considering art. 32 from Penal Code, stipulates sentences involving deprivation of liberty, restricting rights and penalty. The first one is prison sentence, about this; the monetary accountability is one of sentences with restrictive rights that can be stipulated with cash payment. With this, a penal execution judge has obligation to apply this resources trying to attend interest public and, particularly, to prevent new occurrences, theses criminal sentences have yet this purpose. Considering absence of one only procedure to apply resources with monetary payment, Conselho Nacional de Justiça, institution of judiciary control, has published Resolution nº 154, in 2012 July 13, aiming to stablish some rules about judiciary institutional policy focusing on resources that came from cash benefit payment. This research “Institutional policy of Potiguar judiciary to manager monetary penalty: evaluation of implementation in the cities Cruzeta, Acari and Currais Novos aims to analyze Judiciary Power function in the Right Democratic State, as a part of Brazilian State, specifically related to management of criminal sentences applied in Brazil. In addition, this study aims to investigate and discuss the values collection process and the deal application based on the referred Resolution, considering the following cities Cruzeta, Acari and Currais Novos, that are small, medium and big respectively. Methodological process is based on documental research related to collected values applied in the period from 07.07.13 to 17.07.13, on those juridical units, as well as interview with managers about application of CNJ’s rules. Results point that even with a formal rule in Brazil, there is no an only rule applied in the Rio Grande do Norte region related to juridical units procedures, this is an evidence that five years after this Resolution, stablished by Conselho Nacional de Justiça, Rio Grande do Norte Justice Tribunal has not taken steps to follow CNJ’s Resolution, for example, training people to apply this Resolution. This study points, however, juridical units focus of this research reached to apply the program, bringing some benefits to the population, it is necessary to promote trainings to the staff that work with this program and to the institutions that present projects.

Keywords: Public policy. Public policy evaluation. Monetary accountability. Conselho Nacional de Justiça.

RÉSUMÉ

Le système pénal brésilien, au titre de l'article 32 du Code Pénal Brésilien, prévoit l'application de peines privatives de liberté, restrictives de droit et de la peine d'amende. Les premières, ce sont des peines de prison, en ayant comme peine restrictive de droit la sanction pécuniaire qui doit être remplie face à son paiement en argent. Une fois que son obligation pécuniaire a été respectée, il naît l'obligation d'application des ressources par le Juge surveillant de l'exécution pénale (Juge d'Exécution Pénale), pour la satisfaction de l'intérêt public, de préférence pour chercher de prévenir la survenue des actes illégaux, un des objectifs de l'application des peines criminelles. C'est ainsi que, étant donné l'inexistence de padronization de procédure pour l'application des ressources constatées à partir du paiement des sanction pécuniaire, le Conseil National de Justice, dans la condition d'un organe de controle externe de l'Ordre Judiciaire, a publié la Résolution n° 154, le 13 juillet 2012, avec l'objectif d'établir des lignes directives au sujet de la politique institutionnelle de l'Ordre Judiciaire dans l'utilisation des ressources originaire du paiement de la sanction pécuniaire. La recherche «La Politique Institutionnelle de l'Ordre Judiciaire de l'état de Rio Grande do Norte dans le cas de la Gestion des Sanctions Pécuniaires: Évaluation de mis en oeuvre dans les Régions de Cruzeta, Acari e Currais Novos» a l'objectif général d'analyser la fonction de l'Ordre Judiciaire dans l'État de Droit et Démocratie, comme un intégrant de l'État Brésilien, spécifiquement dans la fonction de gestion des peines criminelles appliquées au Brésil. Aux objectifs spécifiques, on a recherché et discuté le processus qui implique la collecte des chiffres et mis en oeuvre de l'accord avec ladite Résolution, en observant les Régions de Cruzeta, Acari et Currais Novos, respectivement de petit, de moyen et de grande taille. Le processus méthodologique se constitue une recherche documentaire de tous les valeurs constatées et appliquées entre le 13 juillet 2007 au 13 juillet 2017, aux unités juridictionnelles, comme aussi dans l'analyse d'interview réalisées avec les gestionnaires sur l'application de la règle établie par le CNJ. Les résultats présentés par la recherche montrent que même s'il existait une règle formelle pour tout le Brésil, il n'y a pas au Rio Grande do Norte, une uniformisation par rapport aux procédures adoptées par les unités juridictionnelles, en mettant en évidence le fait que même après cinq ans de l'existence d'une procédure établie par le Conseil National de Justice, le CNJ, le Tribunal de Justice de l'état du Rio Grande do Norte n'a pas adopté les moyens pour contribuer avec les objectifs du CNJ depuis la Résolution. Il a été constaté, en outre, que les unités juridictionnelles, objet de cette recherche, ont réussi de manière satisfaisante, mettre en oeuvre le programme, avec des bénéfices pour la population, pour les fonctionnaires publics qui bénéficieront d'un renforcement de capacitation ceux qui travaillent avec le programme et, finalement, pour les institutions qui présentent les projets.

Mots-clé: Politiques publics. Évaluation de Poltiques Publiques. Prestations Pécuniaires. Conseil National de Justice.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Página inicial do sítio do TJRN.101

Figura 2 – Portal da Transparência TJRN102

Figura 3 - Matéria Jornal Tribuna do Norte106

Figura 4 - Matéria G1RN107

Figura 5 - Foto da matéria publicada no sítio da CNJ114

Figura 6 - Passeio ciclístico realizado na cidade de Cruzeta, em 25.08.2014115

Figura 7 - Palestra alusiva às comemorações do dia do folclore, em 25.08.2014.116

Figura 8 - Evento realizado em 02.03.2017 na Sede da Filarmônica de Cruzeta.123

Figura 9 - Filarmônica de Cruzeta em frente à sede construída com ajuda dos recursos de penas pecuniárias.124

Figura 10 - Juiz de Direito de Acari entrega alvarás de liberação de recursos para os projetos, em 2015.127

Figura 11 - Festival de atletismo realizado com valores oriundos das penas pecuniárias e denominado “Se beber não dirija, se lhe chamarem para beber corra!”.134

Figura 12 - “Casinha da Árvore” foi adquirida com recursos decorrentes de prestação pecuniária.137

Figura 13 – Aparelho para o teste da orelhinha adquirido com o uso de prestações pecuniárias em Currais Novos.138

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Aplicação de recursos na Comarca de Cruzeta (2012).....	115
Gráfico 2 - Aplicação de recursos na Comarca de Cruzeta (2013).....	116
Gráfico 3 - Aplicação de recursos na Comarca de Cruzeta (2014).....	117
Gráfico 4 - Aplicação de recursos na Comarca de Cruzeta (2015).....	118
Gráfico 5 - Aplicação de recursos na Comarca de Cruzeta (2016).....	118
Gráfico 6 - Aplicação de recursos na Comarca de Acari (2013).....	126
Gráfico 7 - Aplicação de recursos na Comarca de Acari (2015).....	127
Gráfico 8 - Aplicação de recursos na Comarca de Acari (2016).....	128
Gráfico 9 - Aplicação de recursos na Comarca de Acari (2017).....	128
Gráfico 10 - Aplicação de recursos na Comarca de Currais Novos (2013).....	135
Gráfico 11 - Aplicação de recursos na Comarca de Currais Novos (2014).....	136
Gráfico 12 - Aplicação de recursos na Comarca de Currais Novos (2015).....	137
Gráfico 13 - Aplicação de recursos na Comarca de Currais Novos (2016).....	137
Gráfico 14 - Aplicação de recursos na Comarca de Currais Novos (2017).....	138

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Avaliação da Comarca de Cruzeta.....	123
Quadro 2 - Avaliação da Comarca de Acari.....	129
Quadro 3 - Avaliação da Comarca de Currais Novos.	139

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Valores arrecadados na Comarca de Cruzeta	92
Tabela 2 - Valores aplicados na Comarca de Cruzeta	93
Tabela 3 - Valores arrecadados na Comarca de Acari	94
Tabela 4 - Valores aplicados na Comarca de Acari	94
Tabela 5 - Valores arrecadados na Comarca de Currais Novos	95
Tabela 6 - Valores aplicados na Comarca de Currais Novos	96
Tabela 7 - Parâmetros de avaliação	109
Tabela 8 - Aplicação de recursos na Comarca de Cruzeta (2012)	117
Tabela 9 - Aplicação de recursos na Comarca de Cruzeta (2013)	118
Tabela 10 - Aplicação de recursos na Comarca de Cruzeta (2014)	119
Tabela 11 - Aplicação de recursos na Comarca de Cruzeta (2015)	119
Tabela 12 - Aplicação de recursos na Comarca de Cruzeta (2016)	120
Tabela 13 - Aplicação de recursos na Comarca de Acari (2013)	128
Tabela 14 - Aplicação de recursos na Comarca de Acari (2015)	129
Tabela 15 - Aplicação de recursos na Comarca de Acari (2016)	130
Tabela 16 - Aplicação de recursos na Comarca de Acari (2017)	131
Tabela 17 - Aplicação de recursos na Comarca de Currais Novos (2013)	138
Tabela 18 - Aplicação de recursos na Comarca de Currais Novos (2014)	139
Tabela 19 - Aplicação de recursos na Comarca de Currais Novos (2015)	140
Tabela 20 - Aplicação de recursos na Comarca de Currais Novos (2016)	141
Tabela 21 - Aplicação de recursos na Comarca de Currais Novos (2017)	142

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	27
2.1	A FORMAÇÃO DO ESTADO NA VISÃO DOS CLÁSSICOS	27
2.2	A CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO MODERNO	36
2.3	A TEORIA DA SEPARAÇÃO DOS PODERES DO ESTADO	41
3	O PODER JUDICIÁRIO COMO INTEGRANTE DO ESTADO BRASILEIRO	47
3.1	O JUDICIÁRIO E AS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS	47
3.1.1	O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)	53
4	DAS PENAS CRIMINAIS APLICADAS NO BRASIL	59
4.1	NOÇÕES GERAIS	59
4.2	DA PENA DE PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA	61
4.2.1	APLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 154, DE 13 DE JULHO DE 2012	63
4.2.1.1	PROCEDIMENTOS QUE DEVEM SER SEGUIDOS PELAS UNIDADES JURISDICIONAIS PARA A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS ÀS ENTIDADES SOCIAIS	64
4.2.1.2	PROCEDIMENTOS QUE DEVEM SER SEGUIDOS PELAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS OU PRIVADAS PARA RECEBIMENTO DOS RECURSOS	70
5	O CAMPO TEMÁTICO DA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	76
5.1	POLÍTICAS PÚBLICAS: QUESTÕES CONCEITUAIS	76
5.2	TIPOS DE AVALIAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS	80
5.3	AVALIAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 154/2012 (CNJ): QUESTÕES METODOLÓGICAS	85
6	AVALIAÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO NAS COMARCAS DE CRUZETA, ACARI E CURRAIS NOVOS	97
6.1	ASPECTOS COMUNS RELATIVOS À IMPLEMENTAÇÃO NAS COMARCAS DE CRUZETA, ACARI E CURRAIS NOVOS	97
6.1.1	AVALIAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO NA COMARCA DE CRUZETA	111
6.1.2	AVALIAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO NA COMARCA DE ACARI	125
6.1.3	AVALIAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO NA COMARCA DE CURRAIS NOVOS	133
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	144

REFERÊNCIAS149

APÊNDICES155

ANEXOS164

1 INTRODUÇÃO

O Estado Moderno no seu desenvolvimento histórico se constituiu como absolutista, passando atualmente ao Estado Democrático de Direito, com a consagração, neste, da Teoria da Separação dos Poderes, entre Executivo, Legislativo e Judiciário. Tal divisão deixa clara a importância da análise acerca do percurso histórico relativo à concepção de Estado, isso considerando que a presente pesquisa tem como objeto de estudo a avaliação de implementação de um programa desenvolvido por um dos poderes, qual seja, o Judiciário.

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo avaliar a implementação da política institucional do Judiciário potiguar na gestão de penas pecuniárias, o que torna necessário apresentar, já na introdução, a concepção atual de Estado Democrático de Direito, isso com o objetivo de verificar a forma com que o poder é exercido atualmente. Para facilitar a compreensão, segue o conceito atual de Estado Democrático de Direito, na visão de Afonso da Silva (2014, p. 121):

A configuração do *Estado Democrático de Direito* não significa unir formalmente os conceitos de Estado Democrático e Estado de Direito. Consiste, na verdade, na criação de um conceito novo, que leva em conta os conceitos dos elementos componentes, mas os supera na medida em que incorpora um componente revolucionário de transformação do *status quo*. E aí se entremostra a extrema importância do art. 1º da Constituição de 1988, quando afirma que a República Federativa do Brasil se constitui em *Estado Democrático de Direito*, não como mera promessa de organizar tal Estado, pois a Constituição aí já o está proclamando e fundando.

A constatação de que a democracia referida pelo Estado Democrático de Direito, na República Federativa do Brasil, parte do pressuposto da existência da construção de uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3º, I, CF), na qual o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição da República (art. 1º, parágrafo único), leva o leitor a questionar em que medida o poder é de fato exercido pelo povo, no caso, através do Poder Judiciário, considerando que o exercício de tal poder se dá não em decorrência da votação direta, como no caso dos Poderes Executivo e Legislativo, mas de acordo com o estabelecido no art. 93, inciso I, art. 97, *caput* e parágrafo único e art. 101, *caput* e parágrafo único, ambos da Constituição da República, adiante transcritos:

Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:
I - ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;

(...)

Art. 94. Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

Parágrafo único. Recebidas as indicações, o tribunal formará lista tríplice, enviando-a ao Poder Executivo, que, nos vinte dias subseqüentes, escolherá um de seus integrantes para nomeação.

(...)

Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Parágrafo único. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

Nesse contexto, em regra, o ingresso na Magistratura ocorre mediante concurso público de provas e títulos ou por meio do quinto constitucional, que é uma forma de ingresso em que o Magistrado é indicado para o exercício da judicatura após o seu nome ter sido escolhido em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes, Advocacia ou Ministério Público. Com isso, há a formação da lista tríplice pelo Tribunal que receberá o novo membro, enviando-a ao Poder Executivo para a escolha de um dos membros da lista tríplice para nomeação.

No caso dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, a escolha deve ocorrer dentre cidadãos com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada. Nesse caso, os Ministros serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

Partindo dessa perspectiva e na busca por respostas consistentes, até para se verificar a legitimidade do Judiciário na gestão de penas pecuniárias, necessário se faz compreender o caminho percorrido pelos estudiosos para se chegar à atual noção de Estado Democrático de Direito, isso com o escopo de entender cada fase de conceituação de Estado em épocas diferentes e de acordo com visões distintas.

Assim, o presente estudo apresenta a ideia de Estado na visão dos clássicos, ou seja, na visão de Thomas Hobbes, identificada com o Estado absolutista; John Locke, com a maior valorização ao legislativo; e, Jean-Jacques Rousseau, com valorização à democracia. Nesse sentido, busca-se a compreensão de como o Judiciário esteve inserido em cada uma das noções de Estado, com base na perspectiva buscada atualmente pelo Estado Democrático de Direito apresentado pela Constituição de 1988 que, na visão de Afonso da Silva (2014, p. 122):

não promete a transição para o socialismo com o Estado Democrático de Direito, apenas abre as perspectivas de realização social profunda pela prática dos direitos sociais, que ela inscreve, e pelo exercício dos instrumentos que oferece à cidadania e que possibilita concretizar as exigências de um Estado de justiça social, fundado na dignidade da pessoa humana.

Assim, o Estado Democrático de Direito busca a realização social pela prática dos direitos sociais, através dos poderes constituídos de acordo com a Constituição da República, que devem usar os instrumentos previstos na norma constitucional para realizar os seus objetivos de garantir ao povo o exercício da cidadania. Com isso, concretizam-se as exigências de um Estado de justiça social, lastreado na dignidade da pessoa humana, o que pode ser materializado, dentre outras formas, pelo Judiciário na gestão das prestações pecuniárias.

Seguindo essa linha de raciocínio, percebe-se que o Judiciário, além de interpretar as leis, ao aplicar o direito ao caso concreto, exerce determinadas funções atípicas, ou seja, tarefas que teoricamente deveriam ser materializadas por outros poderes, como no caso de fiscalização das penas aplicadas aos cidadãos que praticaram atos ilícitos e devem ser submetidos às sanções, como retribuições pelas condutas praticadas em desacordo com a lei.

Nesse sentido, as penas podem ser privativas de liberdade, multa ou restritivas de direito, também chamadas de alternativas, sendo as últimas instituídas pela reforma do Código Penal de 1984, bem como ampliadas pela Lei 9.714/97. Essas leis alteraram a parte geral do Código Penal quanto à aplicação de penas restritivas de direitos, que, de acordo com o art. 43 do CP, são a prestação pecuniária, perda de bens e valores, prestação de serviços à comunidade, interdição temporária de direitos e limitação de fim de semana.

Especificamente em relação a pena de prestação pecuniária, o art. 45, §1º, do Código Penal, estabelece que a referida pena “consiste no pagamento em dinheiro à vítima, a seus dependentes ou a entidade pública ou privada com destinação social, de importância fixada pelo juiz, não inferior a um salário mínimo nem superior a 360 salários mínimos”, surgindo para o Judiciário a obrigação de estabelecer uma política institucional na aplicação da prestação pecuniária, quando os referidos valores forem destinados para utilização por parte de entidades públicas ou privadas.

E exatamente em razão da inexistência formal de uma política institucional nacional por parte do Poder Judiciário em relação a vários temas, inclusive na gestão das penas pecuniárias, com o escopo de corrigir problemas existentes no Judiciário, surge o Conselho Nacional de Justiça, inserido na Constituição da República pelo art. 103-B, criado pela Emenda Constitucional nº 45/2004, como órgão de controle externo do Poder Judiciário, que na visão de Afonso da Silva (2014, p. 574):

(...) é benéfico à eficácia das funções judiciais, não só por sua colaboração na formulação de uma verdadeira política judicial, como também porque impede que os integrantes do Poder Judiciário se convertam num corpo fechado e estratificado. Sob outro aspecto, não é desprezível a ideia de que esse tipo de órgão contribua para dar legitimidade democrática aos integrantes do Poder Judiciário, cuja investidura não nasce da fonte primária da democracia, que é o povo. O Conselho Nacional de Justiça (...) certamente poderá prestar bons serviços ao sistema nacional de administração da Justiça, embora seja tipicamente um órgão interno do Poder Judiciário, pelo predomínio de magistrados em sua composição.

O Conselho Nacional de Justiça, na condição de órgão de controle externo do Judiciário, como bem descrito na transcrição acima, facilitou a resolução dos problemas em âmbito nacional, dado que, conhecedor dos problemas comuns em várias áreas brasileiras, como no caso do sistema de cumprimento de penas, tem o poder de estabelecer uma política judicial nacional relativa a determinadas matérias, legitimando, mais ainda, as ações do Judiciário que, como já explicitado anteriormente, não nasce da fonte primária da democracia, qual seja, do voto popular.

Seguindo suas atribuições constitucionais e com o objetivo de estabelecer uma política judicial nacional, o Conselho Nacional de Justiça publicou a Resolução nº 154, em 13 de julho de 2012, que define a política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária. Dessa forma, a partir da data da entrada em vigor da resolução referida, passou a existir no Brasil, pelo menos formalmente, uma política institucional do Poder Judiciário com o fim de estabelecer objetivos na aplicação dos valores apurados com o pagamento das referidas penas.

Para se compreender essa função do Poder Judiciário na gestão de penas pecuniárias, em razão da novidade da Resolução nº 154/2012 (CNJ), não se tem notícia da realização de estudos no campo da avaliação de implementação de tal ação do Judiciário. Nesse sentido, para contribuir com o avanço da referida política institucional, é imprescindível que o debate seja colocado em uma posição central, uma vez que os recursos apurados com o pagamento das prestações pecuniárias são públicos e necessitam de aplicação de forma eficiente, garantindo assim os direitos da população, principalmente na prevenção e combate às práticas de outros ilícitos.

Nesse contexto, a presente pesquisa objetiva avaliar a implementação da política institucional do Judiciário potiguar na gestão de penas pecuniárias, nos termos da Resolução nº 154/2012 (CNJ), na busca de resultados que reflitam o trabalho do Judiciário enquanto gestor. Isso será realizado por meio da análise do trabalho desenvolvido pelo referido poder, diretamente, bem como das ações, projetos e eventos financiados pelas prestações pecuniárias

desenvolvidos pelas instituições, públicas e privadas, que receberam os recursos decorrentes das prestações pecuniárias no período de avaliação.

Para tanto, o estudo se propõe a responder o seguinte problema: **como ocorreu a implementação da Resolução nº 154/2012 (CNJ), no Estado do Rio Grande do Norte, partindo do pressuposto de que a gestão da política institucional é atribuída ao Poder Judiciário?**

Assim, com o objetivo de apresentar respostas ao referido questionamento, será estudada a visão do Poder Judiciário como integrante do Estado, com uma análise mais precisa acerca da sua atuação pós Constituição de 1988. Será dada ênfase à avaliação da política institucional do Judiciário na gestão de penas pecuniárias, utilizando-se como referência as unidades jurisdicionais existentes nas Comarcas de Cruzeta, Acari e Currais Novos, representando as comarcas de pequeno, médio e grande porte, respectivamente¹. Será analisada a implementação da política institucional de aplicação das prestações pecuniárias nas comarcas referidas, entre 13.07.2007 a 13.07.2017, exatamente cinco anos antes e cinco anos depois da entrada em vigor da Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, que define a política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária.

Como o objetivo geral é a avaliação de implementação da política institucional do Judiciário potiguar na gestão das penas pecuniárias, o estudo verificará o seguinte: os valores arrecadados e aplicados no período da avaliação, bem como as áreas de destinação dos valores arrecadados. Serão objeto de análise, também, as respostas aos seguintes questionamentos: se a existência formal de uma política pública do Judiciário, criada através de uma Resolução do Conselho Nacional de Justiça, provocou mudanças na aplicação dos recursos apurados em decorrência do pagamento de prestação pecuniárias. E, também, em quais áreas esses valores são eventualmente aplicados.

A hipótese que norteará o desenvolvimento da presente pesquisa parte da ideia de que a criação formal de critérios para a aplicação de recursos decorrentes de penas pecuniárias, por parte do Conselho Nacional de Justiça, possibilitou ao Judiciário selecionar, de acordo com critérios objetivos, ações, projetos e eventos executados por instituições, públicas ou privadas, com foco na prevenção e repressão de ilícitos, bem como que os referidos critérios possibilitaram um aperfeiçoamento da própria atuação das instituições beneficiadas.

1 Nos termos da Lei Complementar Estadual nº 165, de 28 de abril de 1999, as comarcas de grande porte são denominadas de 3ª entrância, as de porte médio de 2ª e as de pequeno porte são consideradas comarcas de 1ª entrância.

O estudo apresentará dados empíricos que favorecem a compreensão acerca da gestão do Judiciário em relação às penas pecuniárias, o que poderá possibilitar a aproximação do Judiciário da sociedade, com a potencialização de ações, projetos e eventos materializadores de direitos sociais previstos na Constituição da República, isso após conhecer e considerar os dados apresentados.

Necessário se faz, portanto, através de estudos e pesquisas empíricas mais aprofundados sobre o tema, demonstrar em que medida os esforços do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) têm produzido resultados representativos em relação à criação de uma gestão das penas pecuniárias de forma homogênea no Estado do Rio Grande do Norte. Nesse sentido, o objetivo foi investigar a relação entre o planejamento estratégico proporcionado pela resolução do Conselho Nacional de Justiça e a execução das atividades pelo Judiciário gestor das penas pecuniárias no cumprimento dos objetivos planejados.

Nessa perspectiva, para compreender a gestão dos recursos apurados em decorrência do pagamento das penas pecuniárias, serão utilizados os procedimentos metodológicos da pesquisa quantitativa e qualitativa, ressaltando que, em relação ao método quantitativo:

se caracteriza por utilizar a quantificação nos processos de coleta e tratamento das informações, intencionando a precisão dos resultados e evitando distorções de análise e interpretação. Assim, esse método se caracteriza pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc. (RICHARDSON, 1999, p. 70).

O referido método é utilizado, assim, quando existe a necessidade de se quantificar as respostas no processo de análise de um determinado problema, o que é o caso, em que serão analisados os valores decorrentes de prestações pecuniárias utilizados para financiar os projetos, ações e eventos, inclusive com a abordagem dos responsáveis pela execução dos projetos, bem como dos próprios usuários. Uma das técnicas bastante utilizadas no âmbito desse método é a produção de estatísticas que expressem a coleta de dados documentais.

No caso do método qualitativo, não são utilizados instrumentos quantificáveis na análise de um determinado objeto, o que torna o mesmo mais adequado nos estudos de problemas mais complexos, por permitir o alcance das particularidades dos comportamentos dos indivíduos e dos processos dinâmicos vivenciados por grupos sociais. Portanto, as investigações que se voltam para uma análise qualitativa têm como objeto situações complexas ou estritamente particulares, como bem destaca Richardson (1999, p. 80)

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

O método qualitativo exige do pesquisador análise especial no exame do problema, destacando, também, que o pesquisador deve ser um profundo conhecedor da situação objeto da pesquisa, credenciando o mesmo na condução das observações e habilidades quanto ao uso ou criação de categorias. Na presente tese de doutorado, o uso de câmara de vídeo ou fotográfica serão imprescindíveis para possibilitar ao pesquisador transformar as informações, a princípio quantitativas, como valores arrecadados e utilizados a cada ano, em dados importantes para uma avaliação qualitativa em relação à utilização dos recursos.

Diante dessa possibilidade de utilização dos dois métodos durante a pesquisa, resta claro que há complementaridade entre os mesmos, que contribuirão reciprocamente para a realização da pesquisa. Isso porque os dados apresentados estatisticamente podem ser utilizados em conjunto com o exame mais detalhado dos dados colhidos, possibilitando uma avaliação da implementação da política institucional do Judiciário na gestão das penas pecuniárias.

A pesquisa está estruturada em mais seis capítulos. O primeiro é o desenvolvimento desta introdução. O segundo, apresenta uma noção geral acerca do Estado Democrático de Direito, com foco na análise relativa ao conceito de Estado, por parte de Hobbes, Locke, Rousseau, em uma visão clássica. Em seguida, será apresentada uma noção de Estado Moderno, de acordo com Max Weber e Karl Marx.

O terceiro capítulo apresenta o Poder Judiciário como integrante do Estado, com estudo acerca da participação do Judiciário nas Constituições brasileiras, enfatizando o estudo da Constituição da República de 1988 e o papel na fiscalização do cumprimento de penas. No mesmo capítulo será apresentado o Conselho Nacional de Justiça, como integrante do Judiciário, bem como o seu poder de estabelecer uma política judicial nacional relativa a determinadas matérias, como no caso a fiscalização do cumprimento de penas.

Já o quarto capítulo apresenta uma visão geral acerca das penas criminais aplicadas no Brasil, indicando a existência de penas privativas de liberdade e restritivas de direitos. O foco do capítulo é apresentar a Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, com a indicação dos caminhos a seguir por parte das unidades jurisdicionais e das instituições potencialmente beneficiadas na execução da referida resolução.

O capítulo quinto é dedicado à análise das questões conceituais relativas às políticas públicas, indicando os tipos de avaliações atualmente existentes. No mesmo capítulo, será

ênfatizado o estudo acerca da avaliação de implementação, com a apresentação dos dados estatísticos coletados entre os anos de 2007 e 2017, utilizando-se como referência as unidades jurisdicionais das comarcas de Cruzeta, Acari e Currais Novos.

No sexto capítulo serão feitas as avaliações de implementação nas comarcas de Cruzeta, Acari e Currais Novos, com uma análise comparativa em relação às implementações nas referidas unidades jurisdicionais. Serão avaliadas, individualmente, as unidades de gestão das penas pecuniárias, com a utilização de indicadores definidos a partir da Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012.

Ao final serão apresentadas as conclusões, seguida pelos anexos em que serão encontrados a pesquisa documental detalhada por meses e anos, entrevistas com os gestores, bem como modelos de editais e projetos.

2 O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Com o fim de compreender a importância acerca da existência das liberdades civis, com normas garantidoras do respeito aos chamados direitos e garantias fundamentais, necessário se faz resgatar a história da formação do Estado na visão dos clássicos, com a consolidação da ideia de Estado Moderno, fortalecida pela noção que se tem de separação dos Poderes.

Assim, no presente capítulo serão discutidas as concepções dos clássicos, como Hobbes, Locke e Rousseau, acerca da formação do Estado, seguida da análise relativa à consolidação do Estado Moderno, por Marx e Max Weber. Ao final do capítulo será estudada a Teoria da Separação dos Poderes do Estado, consagrada por Montesquieu, isso com o fim de entender o papel do Poder Judiciário na organização estatal, facilitando, assim, a compreensão da gestão relativa à política institucional do Judiciário no que se refere às prestações pecuniárias.

2.1 A FORMAÇÃO DO ESTADO NA VISÃO DOS CLÁSSICOS

Antes de analisar a Teoria da Separação dos Poderes², com o fim de compreender as funções do Poder Judiciário dentro da atual concepção de Estado, importante é se ter uma ideia sobre a maneira como se desenvolveu a teoria relativa à formação do Estado, bem como o contexto histórico no qual foi desenvolvido cada um dos conceitos apresentados por diversos autores. Isso, considerando a importância do conhecimento acerca da concepção tida como equivocada, em determinado momento histórico, para a formação de um conceito que se tem por mais atualizado ou correto em determinada época histórica. Nesse sentido, é o entendimento de Gruppi (1996, p. 7), que ressalta a importância da formação de diversos conceitos no desenvolvimento de uma definição tida por correta e, em seguida, apresenta a compreensão de Estado na atualidade:

Na pesquisa, devemos proceder sabendo que uma primeira definição só pode ser provisória e que, mais adiante, ela pode demonstrar-se completamente errônea, devendo ser mudada. (...) o Estado é um poder político que se exerce sobre um território e um conjunto demográfico (isto é, uma população, ou um povo); e o Estado é a maior organização política que a humanidade conhece. Talvez seja útil analisarmos essa definição. Ela nos diz que no Estado estão presentes três elementos: poder político, povo e território. É necessária a presença desses três elementos para que se possa falar em Estado.

2 Teoria difundida no mundo por Charles-Louis de Secondat, Barão da Brède e de Montesquieu, através do livro intitulado originalmente *L'Esprit des lois*, escrito durante mais de vinte anos, que será objeto de análise aprofundada em capítulo específico.

De acordo com os ensinamentos de Luciano Gruppi (1996), percebe-se que a atual concepção que se tem por Estado é decorrência direta das anteriores, em que o conhecimento da anterior, inclusive com o conhecimento do contexto histórico, possibilita ao cientista partir de um conceito anteriormente formulado para se chegar a um atual, considerando o período histórico em que se vive.

Dessa forma, para se compreender melhor o conceito de Estado, que atualmente tem como elementos obrigatórios o poder político, povo e território, importante é o conhecimento de algumas das concepções de Estado na visão dos clássicos. Assim, passa-se ao exame das noções de Estado por parte do grande teórico da soberania, Thomas Hobbes (1588-1679); do defensor da contestação, pelas pessoas, quando estiver diante de um governo injusto, John Locke (1632-1704) e do filósofo identificado com a democracia, Jean-Jacques Rousseau (1712-1778).

Para Thomas Hobbes (1997), com sua teoria consagrada na obra o *Leviatã*³, em alusão à figura mitológica simbolizada por um monstro, temido pelos navegantes europeus da Idade Média, o Estado é aquele grande *Leviatã*, também chamado de *Cidade* (em latim *Civitas*), comparado a um homem artificial, que é mais poderoso que os homens naturais, em razão da maior estatura e força que o homem natural, o que lhe possibilita dar aos homens integrantes desse Estado a proteção e defesa almejados. Tal conceito é extraído diretamente das lições de Hobbes (1997, p. 27):

E a arte vai mais longe ainda, imitando aquela criatura racional, a mais excelente obra na natureza, o *Homem*. Porque pela arte é criado aquele grande *Leviatã* a que se chama Estado, ou *Cidade* (em latim *Civitas*), que não é senão um homem artificial, embora de maior estatura e força do que o homem natural, para cuja proteção e defesa foi projetado. E no qual a *soberania* é uma *alma* artificial, pois dá vida e movimento ao corpo inteiro; os *magistrados* e outros *funcionários* judiciais ou executivos, *juntas* artificiais; a *recompensa* e o *castigo* (pelos quais, ligados ao trono da soberania, todas as juntas e membros são levados a cumprir o seu dever) são os *nervos*, que fazem o mesmo no corpo natural; a *riqueza* e a *prosperidade* de todos os membros individuais são a *força*; *Salus Populi* (a *segurança do povo*) é seu *objetivo*; os *conselheiros*, através dos quais todas as coisas que necessita saber lhe são sugeridas, são a *memória*; a *justiça* e as *leis*, uma *razão* e uma *vontade* artificiais; a *concordia* é a *saúde*; a *sedição* é a *doença*; e a *guerra civil* é a *morte*. Por último, os *pactos* e *convenções* mediante os quais as partes deste Corpo Político foram criadas, reunidas e unificadas assemelham-se àquele *Fiat*, ao *Façamos o homem* proferido por Deus na Criação.

3 A obra foi inicialmente intitulada *Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*.

Para Hobbes (1997), o *Leviatã* comparado ao corpo humano, com suas partes todas intrinsecamente ligadas, não comportava a divisão de funções, como admitido por Montesquieu (1956), em sua obra “O Espírito das Leis”, que será adiante analisada. Isso, considerando que a divisão do Estado poderia representar o seu fim, como a morte do corpo. Portanto, a formação do Estado, para o autor, está ligada ao cuidado do homem com sua própria sobrevivência e com a busca por uma vida satisfeita, na medida em que é considerada como a saída para a condição de guerra e consequência necessária das paixões naturais dos homens.

Para Hobbes (1997), que desenvolveu sua teoria impulsionado pela garantia da propriedade burguesa da Inglaterra, o “homem é o lobo do homem”⁴, sendo importante destacar que o referido autor presenciou a revolução democrática inglesa de 1648, liderada pelos puritanos de Oliver Cromwell (1599-1658). Tal contexto histórico levou o autor a apresentar como concepção correta de Estado a ideia de que era necessária a criação de uma estrutura, que denominou de *Leviatã*, capaz de garantir a propriedade.

Nesse sentido, Thomas Hobbes (1997), ao tratar das causas para a formação do Estado, enfatiza que a ausência do temor de algum poder capaz de levar as leis da natureza, como a justiça, a equidade, a modéstia, dentre outras, a ser respeitadas, cria a necessidade da existência desse poder superior, representado pelo *Leviatã*. O autor considera que os pactos sem a espada não passam de palavras, destituídas do poder coercitivo no Estado, nas palavras do próprio Hobbes (1997, 141):

Porque as leis de natureza (como a *justiça*, a *equidade*, a *modéstia*, a *piedade*, ou, em resumo, *fazer aos outros o que queremos que nos façam*) por si mesmas, na ausência do temor de algum poder capaz de levá-las a ser respeitadas, são contrárias a nossas paixões naturais, as quais nos fazem tender para a parcialidade, o orgulho, a vingança e coisas semelhantes. E os pactos sem a espada não passam de palavras, sem força para dar a menor segurança a ninguém. Portanto, apesar das leis de natureza (que cada um respeita quando tem vontade de respeitá-las e quando pode fazê-lo com segurança), se não for instituído um poder suficientemente grande para nossa segurança, cada um confiará, e poderá legitimamente confiar, apenas em sua própria força e capacidade, como proteção contra todos os outros.

Portanto, partindo da ideia de que o “homem é o lobo do homem”, em alusão à possibilidade de destruição do homem pelo próprio homem, em caso de inexistência de um ente externo de controle, ou seja, em caso de inexistência do Estado *Leviatã*, o grande teórico da soberania considera que toda a população designa um homem ou uma assembleia de homens

4 “*Homo homini lupus*”.

como representantes de suas pessoas, para praticar os atos necessários à paz e segurança comuns. Hobbes acredita que esse consentimento é uma verdadeira unidade entre todos os homens, na busca pela paz em seu próprio país e da ajuda mútua com o objetivo de potencializar a defesa contra os inimigos estrangeiros.

Nas palavras de Hobbes (1997, 144), cada homem cede o direito individual de autogoverno, autorizando a prática de atos por uma só pessoa que se chama Estado, a qual é devida a paz coletiva e a defesa de todos. Nas palavras do autor, essa cessão ocorre como se cada homem desse ao outro o seu direito individual de autogoverno em favor da proteção de todos, como se observa na transcrição abaixo, que representa a possível fala de cada integrante do Estado que se forma

Cedo e transiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações. Feito isto, à multidão assim unida numa só pessoa se chama Estado, em latim civitas. É esta a geração daquele grande Leviatã, ou antes (para falar em termos mais reverentes) daquele Deus Mortal, ao qual devemos, abaixo do Deus Imortal, nossa paz e defesa.

A repetição fictícia transcrita por Hobbes (1997), da fala de cada pessoa que assinou o *contrato* para a formação do Estado, concedendo os poderes ao Leviatã, deixa clara que na concepção de Estado de Hobbes o indivíduo cede e transfere o próprio direito de governar-se ao Estado, representado por um homem ou uma assembleia de homens, com a condição de o Estado garantir a própria conservação e uma vida mais confortável, já que estaria garantida a defesa da propriedade.

Enfim, conforme Thomas Hobbes (1997), a essência do Estado está ligada à comparação do mesmo com um Deus Mortal, capaz de garantir aos participantes do contrato a paz e a defesa, tudo em razão da força e do poder conferidos ao Estado pelos integrantes deste, conforme pode se observar nas lições do autor:

É esta a geração daquele grande *Leviatã*, ou antes (para falar em termos mais reverentes) daquele *Deus Mortal*, ao qual devemos, abaixo do *Deus Imortal*, nossa paz e defesa. Pois graças a esta autoridade que lhe é dada por cada indivíduo no Estado, é-lhe conferido o uso de tamanho poder e força que o terror assim inspirado o torna capaz de conformar as vontades de todos eles, no sentido da paz em seu próprio país, e da ajuda mútua contra os inimigos estrangeiros. É nele que consiste a essência do Estado, a qual pode ser assim definida: *Uma pessoa de cujos atos uma grande multidão, mediante pactos recíprocos uns com os outros, foi instituída por cada um como autora, de modo a ela poder usar a força e os recursos de todos, da maneira que considerar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comum* (HOBBS, 1997, p. 144).

Para o teórico do absolutismo, graças à autoridade que é dada pelos indivíduos ao Estado, este está legitimado a usar o poder e força necessários para o exercício da soberania, confortando as vontades de todos os cidadãos, no sentido de garantir a paz em seu próprio país e da ajuda mútua contra os inimigos estrangeiros. Essa é a essência do Estado para Hobbes (1997), ou seja, mediante pactos recíprocos umas com as outras, as pessoas conferem ao *Leviatã* a possibilidade de usar a força e os recursos de todos, da maneira que considerar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comum.

Em um contexto histórico diferente, mas da mesma forma que Hobbes (1997), respirando os ares da Inglaterra, considerada a partir da segunda metade do século XVI como um império mercantil, John Locke, fundador do empirismo filosófico moderno e teórico da revolução liberal inglesa, desenvolve uma concepção de Estado tipicamente burguesa. O autor leva em consideração a existência de um acordo entre a monarquia e a aristocracia, de um lado, e a burguesia, de outro, conforme se observa com a análise de Gruppi (1996, p. 13), ao indicar o contexto vivenciado por Locke (1991) na formação da sua teoria:

Não se trata aqui da revolução de 1648, mas da segunda revolução, que concluiu-se em 1689. Foi uma revolução de tipo liberal, que assinalou um acordo entre a monarquia e a aristocracia, por um lado, e a burguesia, pelo outro. Isso ocasionou o surgimento de normas parlamentares, bem como uma condução do Estado fundada numa declaração dos direitos do parlamento, que foi definida em 1689. Na década anterior, surgira o *habeas corpus* (que tenha seu corpo), dispositivo que dificulta as prisões arbitrárias, sem uma denúncia bem definida. O *habeas corpus* estabelece algumas garantias que transformam o “súdito” num “cidadão”. Nasce, assim o cidadão, justamente na Inglaterra, e John Locke é o seu teórico.

Nesse contexto histórico, no qual ficou bem clara a necessidade, por parte da burguesia, de criar mecanismos no Estado para a defesa da propriedade, de acordo com Locke, foi criado um *contrato* ou pacto, entre a monarquia e a aristocracia, que naquele momento não eram mais detentores de tanto poder, com a burguesia, grande detentora do poder após o término da revolução de 1689, para a criação de um modelo de Estado no qual o parlamento era o representante do povo na condução do Estado.

Assim, para Locke (1991), o Estado pode ser feito e desfeito quantas vezes necessárias como em qualquer contrato, pois se o governo não respeitar a vontade do povo, como por exemplo, não garantir o direito à propriedade, pode o povo, através do parlamento, destituir o governo e entregar o poder para um novo governo. Tal concepção de Estado é diversa da defendida por Hobbes (1997), para quem o contrato gera um Estado absoluto, que não admite modificação do poder, mesmo que em determinado momento o soberano realize alguma ação contrária ao povo.

Com esse pacto entre a monarquia e aristocracia, de um lado, e a burguesia, de outro, surgem as normas parlamentares, que criam para o governo regras que devem ser respeitadas, ressaltando, inclusive que, por volta de 1679, o Estado inglês já sinaliza a tendência pela materialização de um Estado liberal, quando garante ao povo o *habeas corpus*, que é um instrumento nascido na Inglaterra e que atualmente está presente na Constituição da República do Brasil, garantindo ao povo o direito de ir e vir, contra arbitrariedades eventualmente cometidas pelo próprio Estado.

Quanto ao *habeas corpus*, ainda importa destacar que o mesmo transformou o antigo “súdito” em “cidadão”, posto que o “súdito” que submetia sua vontade totalmente ao *Leviatã*, na visão de Hobbes (1997), passa a ter um direito à liberdade, mesmo em detrimento do Estado, isso considerando que a referida garantia impedia o próprio Estado de efetuar prisões arbitrárias. Assim, a importância de tal momento histórico é imensa, pois surge daí a figura do cidadão, detentor de direitos, mesmo em detrimento do Estado.

O Estado, na concepção do liberalista inglês, tem como principal objetivo a união dos homens em comunidades sociais e submissão de suas vontades a um governo, parlamentarista, com o fim de preservar a propriedade, isso considerando que o estado de natureza não lhe dá possibilidade de regras objetivas e conhecidas por todos, bem como em razão da falta de um juiz conhecido e imparcial, capaz de dirimir as controvérsias eventualmente existentes na comunidade. Para Locke (1994, p. 69), falta no estado de natureza o poder coercitivo para executar uma sentença, pois:

Se o homem é tão livre no estado de natureza como se tem dito, se ele é o senhor absoluto de sua própria pessoa e de seus bens, igual aos maiores e súdito de ninguém, por que renunciaria a sua liberdade, a este império, para sujeitar-se à dominação e ao controle de qualquer outro poder? A resposta é evidente: ainda que no estado de natureza ele tenha tantos direitos, o gozo deles é muito precário e constantemente exposto às invasões de outros. Todos são tão reis quanto ele, todos são iguais, mas a maior parte não respeita estritamente, nem a igualdade nem a justiça, o que torna o gozo da propriedade que ele possui neste estado muito perigoso e muito inseguro. Isso faz com que ele deseje abandonar esta condição, que, embora livre, está repleta de medos e perigos contínuos; e não é sem razão que ele solicita e deseja se unir em sociedade com outros, que já estão reunidos ou que planejam se unir, visando a salvaguarda mútua de suas vidas, liberdades e bens, o que desigmo pelo nome geral de propriedade.

John Locke (1994), com o objetivo de demonstrar o erro na teoria de Hobbes (1997) acerca do Estado, destaca que partindo do pressuposto de que o homem livre no estado de natureza é senhor absoluto de sua própria pessoa e de seus bens, com a vontade não submetida a ninguém, não haveria motivo para sujeitar-se à dominação e ao controle do Estado. Locke

(1994) afirma, portanto, que mesmo diante de sua liberdade no estado de natureza, o gozo dos direitos pelo homem é muito precário e constantemente exposto às invasões de outros, razão pela qual considera evidente a necessidade de formação do Estado para garantir a propriedade que possui. Tal motivação faz com que o homem abandone a condição de liberdade no estado de natureza e se una em sociedade com outros, que já estão reunidos ou que planejam se unir, visando a salvaguarda mútua de suas vidas, liberdades e bens.

Nessa perspectiva, ao tratar Das Formas da Comunidade Civil, Locke (1994, p. 70) afirma que quando os homens se unem pela primeira vez em sociedade, com a maioria sendo detentora natural de todo o poder comunitário, que ela pode utilizar para de tempos em tempos fazer leis para a comunidade, e para providenciar o cumprimento destas leis por funcionários por ela nomeados, a forma de governo seria uma democracia perfeita. Por outro lado, a mesma comunidade também pode colocar o poder de fazer as leis nas mãos de um grupo selecionado de homens, e de seus herdeiros ou sucessores, tratando-se, nesse caso, de uma oligarquia. E, quando o poder é colocado nas mãos de um só homem, estar-se-á diante de uma monarquia.

Contudo, após explicar as possíveis formas de exercício do poder que é do povo, Locke (1994) faz questão de esclarecer que a forma mais eficiente de exercício do poder é através do parlamentarismo, com o poder supremo nas mãos do legislativo, considerando, assim, que essa seria a forma mais segura de desfrutar a propriedade pacificamente e sem riscos. Destaque-se, porém, que o autor, apesar de conceber o legislativo como o poder mais importante, ressalta que esse poder não é inerente ao legislativo, mas sim decorrente do consentimento da sociedade, acima do qual ninguém tem o poder de fazer leis. Para Locke (1994, p. 71):

O grande objetivo dos homens quando entram em sociedade é desfrutar de sua propriedade pacificamente e sem riscos, e o principal instrumento e os meios de que se servem são as leis estabelecidas nesta sociedade; a primeira lei positiva fundamental de todas as comunidades políticas é o estabelecimento do poder legislativo; como a primeira lei natural fundamental, que deve reger até mesmo o próprio legislativo, é a preservação da sociedade e (na medida em que assim o autorize o poder público) de todas as pessoas que nela se encontram. O legislativo não é o único poder supremo da comunidade social, mas ele permanece sagrado e inalterável nas mãos em que a comunidade um dia o colocou; nenhum edito, seja de quem for sua autoria, a forma como tenha sido concebido ou o poder que o subsidie, tem a força e a obrigação de uma lei, a menos que tenha sido sancionado pelo poder legislativo que o público escolheu e nomeou. Pois sem isso faltaria a esta lei aquilo que é absolutamente indispensável para que ela seja uma lei, ou seja, o consentimento da sociedade, acima do qual ninguém tem o poder de fazer leis; exceto por meio do seu próprio consentimento e pela autoridade que dele emana. Por isso, toda a obediência que pode ser exigida de alguém, mesmo em virtude dos vínculos mais solenes, termina afinal neste poder supremo e é dirigida por aquelas leis que ele adota; jamais um membro da sociedade, pelo efeito de um juramento que o ligaria a qualquer poder estrangeiro ou a qualquer poder subordinado na ordem interna, pode ser dispensado de sua obediência ao legislativo e agir por sua própria conta; da mesma forma, também não é obrigado a qualquer obediência

contrária às leis adotadas, ou que ultrapasse seus termos; seria ridículo imaginar que um poder que não é o poder supremo na sociedade, possa se impor a quem quer que seja.

Fica claro, portanto, na concepção de Locke (1994), que o principal objetivo dos homens quando entram em sociedade é garantir sua propriedade pacificamente e sem riscos, utilizando, para tanto, do Estado, através das leis estabelecidas pelo parlamento. Assim, considerando que as leis são as garantidoras da segurança da vida em sociedade, o autor julga o poder legislativo como o principal dos poderes, ressaltando que o povo, na concepção de Locke (1994), como detentor do poder, pode dissolver o próprio parlamento.

Locke (1994) acrescenta que, apesar de ser o mais importante, o legislativo não é o único poder supremo da comunidade social, mas é considerado sagrado e inalterável nas mãos em que a comunidade um dia o colocou, cabendo apenas à própria comunidade destituir o legislativo e instituir novos representantes. Caso contrário, faltaria à lei aquilo que é absolutamente indispensável para que ela seja uma lei, ou seja, o consentimento da sociedade.

Na visão de John Locke (1994), a proteção garantida à sociedade nasce exatamente da obediência ao legislativo, a partir do momento que este age de acordo com a vontade da sociedade, sempre com o objetivo de garantir a propriedade e a liberdade, conforme observa Gruppi (1996, p. 15):

A relação entre propriedade e liberdade é extremamente evidente: o poder supremo não pode tirar do homem uma parte de suas propriedades sem o seu consentimento. Pois a finalidade de um governo e de todos os que entram em sociedade é a conservação da propriedade. Isso pressupõe e exige que o povo tenha uma propriedade, sem o que deveríamos concluir que – ao entrar na sociedade – perde-se justamente aquele que constitui o objetivo do contrato.

Percebe-se, portanto, que a garantia da propriedade e liberdade é o fato motivador do Estado, em que a burguesia, no pacto feito com a aristocracia e monarquia, na realidade estava buscando garantir que o poder supremo não poderia tirar do homem uma parte de suas propriedades sem o seu consentimento. Isso porque a finalidade de um governo e de todos os que entram em sociedade é a conservação da propriedade, partindo desse pressuposto a formação do contrato.

Apresentadas as concepções de Estado para Hobbes (1997) e Locke (1994), importante é analisar a visão de Jean-Jacques Rousseau (2005), que em sua obra inicialmente denominada “Princípios do Direito Político”, consagrada como “Do Contrato Social”, visava analisar se era possível a existência, na ordem civil, de alguma regra de administração legítima e segura, levando em consideração os homens, como são, bem como as leis, como podem ser. Nesse

contexto, a família é considerada como a mais antiga de todas as sociedades, ressaltando que mesmo no núcleo familiar a própria conservação é tida como liame necessário para a manutenção dos membros enquanto sociedade, como afirmou Rousseau (2005, p. 55):

A mais antiga de todas as sociedades, e a única natural, é a da família; ainda assim só se prendem os filhos ao pai enquanto dele necessitam para a própria conservação. Desde que tal necessidade cessa, desfaz-se o liame natural. Os filhos, isentos da obediência que devem ao pai, e este, isento dos cuidados que deve aos filhos, voltam todos a ser igualmente independentes. Se continuam unidos, já não é natural, mas voluntariamente, e a própria família só se mantém por convenção.

Assim, para Rousseau (2005), a manutenção da família após o fim do liame natural se dá por convenção entre os membros, porquanto estes podem viver de maneira independente, isso considerando que os filhos, já criados, ficam isentos da obediência ao pai. Este, por sua vez, também fica independente dos cuidados devidos aos filhos antes da autonomia dos mesmos, que a liberdade entre os homens é intrínseca à sua natureza e que, em nome da liberdade, o homem busca meios para conservar-se, ou seja, tornar-se senhor de si.

Após tratar do direito do mais forte, da escravidão e de como é sempre preciso remontar a uma convenção anterior, Rousseau (2005) trata do pacto social. Para sua conservação, o homem necessita unir e orientar as forças já existentes para, em esforço comum, defender e proteger as pessoas associadas ao pacto e os bens, isso através do contrato social, já que:

como os homens não podem engendrar novas forças, mas somente unir e orientar as já existentes, não têm eles outro meio de conservar-se senão formando, por agregação, um conjunto de forças, que possa sobrepujar a resistência, impelindo-as para um só móvel, levando-as a operar por concerto. Essa soma de forças só pode nascer do concurso de muitos: sendo, porém, a força e a liberdade de cada indivíduo os instrumentos primordiais de sua conservação, como poderia ele empenhá-los sem prejudicar e sem negligenciar os cuidados que a si mesmo deve? Essa dificuldade, reconduzindo ao meu assunto, poderá ser enunciada como segue: “Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associado com toda a força comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedece contudo a si mesmo, permanecendo assim tão livre quanto antes. Esse, o problema fundamental cuja solução o contrato social oferece (ROUSSEAU, 2005, p. 55).

O contrato social de Rousseau (2005) pressupõe a condição de igual para todos, o que gera a inexistência de intenção dos próprios contratantes em onerar demais as cláusulas. Isso representaria o surgimento de um ônus a mais para todos os contratantes, em que nunca um associado será superior ou inferior ao outro, pois cada um ganha o equivalente ao que perde.

De acordo com Rousseau (2005), o ato de associação se dá com o compromisso entre os particulares, bem como entre estes e o público, eis que cada indivíduo contrata consigo mesmo, comprometendo-se a seguir o contrato enquanto membro do soberano em relação aos

particulares, bem como membro do Estado em relação ao soberano. Com isso, corpo político ou o soberano existe em função do contrato, não podendo alienar uma parte do mesmo ou se submeter a outro soberano como esclareceu Rousseau (2005, 74):

o corpo político ou o soberano, não existindo senão pela integridade do contrato, não pode obrigar-se, mesmo com outrem, a nada que derogue esse ato primitivo, como alienar uma parte de si mesmo ou submeter-se a um outro soberano. Violar o ato pelo qual existe seria destruir-se, e o que nada é nada produz.

O caminhante solitário demonstra que o homem, ao formar o Estado assinando o contrato social, perde a liberdade natural e consequentemente um direito ilimitado a tudo que possa alcançar, porém, ganha a liberdade civil e a propriedade de tudo que possui, na medida em que estas são mantidas em razão da existência desse pacto com os outros homens que também buscam a liberdade civil e a segurança em relação às suas propriedades.

Em resumo, para finalizar o presente tópico, entende-se que o Estado, para Hobbes (1997), era identificado como o poder absoluto, capaz de proteger o homem contra os outros homens e estabelecer regras para o convívio em sociedade. Por sua vez, Locke (1994) apresentava o Estado como entidade política dotada de legislação e de força concentrada no legislativo, que representava a vontade do povo, com o escopo de proteger os indivíduos dos perigos internos e externos, salientando, porém, que caso o parlamento não cumprisse com os seus objetivos poderia ser normalmente substituído por outro pelo povo, verdadeiro detentor do poder. Por fim, para Rousseau (2005), Estado era o pacto feito pelo povo, para que o próprio povo ocupasse ao mesmo tempo as figuras de súditos e soberanos. Para o autor, a soberania popular era exercida pelo próprio povo, por pessoas que receberam tarefas administrativas, por parte da assembleia, que poderia a qualquer tempo revogar os poderes conferidos.

2.2 A CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO MODERNO

Após analisar a visão clássica de Estado por parte de Thomas Hobbes, John Locke e Rousseau, importante é analisar a ideia de Estado, de forma mais moderna, apenas em relação ao aspecto temporal, por parte de Karl Marx, Friedrich Engels e Max Weber.

A concepção de Estado para Karl Marx e Friedrich Engels rompe um paradigma ao excluir a ideia de Estado como o representante dos interesses gerais e comuns da sociedade, para inaugurar a sua visão vinculada aos interesses de determinada classe social. Essa noção parte do pressuposto de que a partir do momento que existe divisão do trabalho, ocorre uma separação entre o interesse particular e público, ressaltando inclusive que as aparências ideológicas sustentadoras do Estado estão sempre vinculadas às classes dominantes, que utilizam a estrutura do ente estatal como órgão de dominação, como bem ressaltado na introdução à obra “A Ideologia Alemã”, de autoria de Marx e Engels (2001), por parte de Gorender (2001, p. 79):

Com a divisão do trabalho, dá-se uma separação entre o interesse particular e o interesse comum. Os atos próprios dos indivíduos se erguem diante deles como poder alheio e hostil, que os subjuga. O interesse comum se erige encarnado no Estado. Autonomizado e separado dos reais interesses particulares e coletivos, o Estado se impõe na condição de comunidade de homens. Mas é uma comunidade ilusória, pois o Estado, por baixo das aparências ideológicas de que necessariamente se reveste, está sempre vinculado à classe dominante e constitui o seu órgão de dominação. Por consequência, as lutas de classe, que dilaceram a sociedade civil, devem tomar a forma de lutas políticas. De lutas travadas sobre o terreno do Estado enquanto poder geral e representante superior da própria sociedade civil.

Nessa perspectiva, segundo Marx e Engels (2001), a divisão do trabalho gera a separação entre o interesse particular e o interesse comum, destacando que os atos próprios dos indivíduos se erguem diante deles como poder alheio e hostil, que os subjuga. Assim, partindo do pressuposto que a divisão do trabalho separa os reais interesses particulares e coletivos, verifica-se que o Estado é apresentado como uma comunidade ilusória, eis que escondido nas aparências sempre existe uma classe dominante que utiliza o Estado como seu órgão de dominação.

Nesse contexto, de acordo com Karl Marx e Friedrich Engels (2001), as lutas de classes destroem a sociedade civil, motivo pela qual sugerem que essas lutas de classes sejam transformadas em lutas políticas, devendo prevalecer a vontade do povo em detrimento das classes dominantes.

Nesse contexto de surgimento da nova noção de Estado, desvinculada dos interesses gerais e comuns da sociedade, a obra *A Ideologia Alemã*, no tópico que trata das relações do Estado e do direito com a propriedade, apresenta a informação de que no mundo antigo e também na Idade Média a primeira forma de propriedade é a tribal. Nos povos antigos, com várias tribos coabitando em uma mesma cidade, surge a propriedade da tribo, vinculada com a

propriedade do Estado, com o direito individual aparecendo como uma simples *possessio* limitada apenas à propriedade fundiária.

Seguindo a linha evolutiva relativa à propriedade referida no parágrafo anterior, surge a primeira noção de propriedade privada, propriamente dita, para os antigos e modernos, como sendo a propriedade mobiliária, destacando a existência de diferentes estágios entre a propriedade fundiária feudal e o capital moderno, como se percebe das lições de Marx e Engels (2001, p. 71):

Entre os povos que emergem da Idade Média, a propriedade tribal evolui então passando por estágios diferentes – propriedade fundiária feudal, propriedade mobiliária corporativa, capital manufatureiro – até chegar ao capital moderno, condicionado pela grande indústria e pela concorrência universal, que representa a propriedade privada no estado puro, despojada de todo aspecto de coletivo e tendo excluído toda ação do Estado sobre o desenvolvimento da propriedade. É a esta propriedade privada que corresponde o Estado moderno, adquirido pouco a pouco pelos proprietários privados através dos impostos, tendo caído inteiramente nas suas mãos por força do sistema da dívida pública e cuja existência depende exclusivamente, pelo jogo da alta e da baixa dos valores do Estado na Bolsa, do crédito comercial que lhes é concedido pelos proprietários privados, os burgueses.

A noção de Estado Moderno, dessa forma, está totalmente vinculada aos proprietários privados que conseguem, através dos impostos, controlar o capital e, conseqüentemente, o Estado, considerado como a organização que os burgueses atribuem a si mesmos com o escopo de garantir reciprocamente a sua propriedade e seus interesses, externa e internamente.

Portanto, conforme Marx e Engels (2001), o capital moderno, é a propriedade privada no estado bruto, isso em razão da vinculação com a grande indústria e concorrência universal. Isso significa que, despojada de todo aspecto de coletivo e tendo excluído toda ação do Estado sobre o desenvolvimento da propriedade, a propriedade privada corresponde ao Estado moderno, adquirido pouco a pouco pelos proprietários privados através dos impostos.

Seguindo essa linha de raciocínio, a obra *A guerra civil na França* retrata a luta do proletário contra a burguesia, detentora do controle do Estado, ao descrever o manifesto do Comitê Central de 18 de março de 1871, destacando a chegada do momento da classe proletária tomar em suas mãos a direção dos negócios públicos, tornando-se dona dos próprios destinos, ao tomar o Poder. Verifica-se que a vinculação do poder estatal centralizado às estruturas como o exército permanente, a polícia, a burocracia, o clero e a magistratura, com o fim de servir de arma contra a classe dominada, como ocorreu nas lutas entre a burguesia e o feudalismo, como afirmado pelo próprio Marx (1999, p. 84):

O poder estatal centralizado, com os seus órgãos onipotentes: o exército permanente, a polícia, a burocracia, o clero e a magistratura – órgãos criados segundo o plano de divisão sistemática e hierárquica do trabalho – procede dos tempos da monarquia absoluta e serviu à nascente sociedade burguesa como uma arma poderosa em suas lutas contra o feudalismo.

Para Marx (1999), portanto, o exército permanente, a polícia, a burocracia, o clero e a magistratura são órgãos criados segundo o plano de divisão sistemática e hierárquica do trabalho, com o fim de usar todo o poder estatal centralizado, através dos seus órgãos onipotentes, em favor dos detentores dos interesses privados responsáveis pelo controle estatal. Ressalta-se, inclusive, que tal forma de exercício do poder procede dos tempos da monarquia absoluta e serviu à nascente sociedade burguesa como uma arma poderosa em suas lutas contra o feudalismo.

Luciano Gruppi (1996) ao discorrer a respeito da concepção de poder público para Marx, afirma que o Estado é necessário quando a luta de classes está presente, destacando que esta existe exatamente para uma classe oprimir a outra. Para o autor, a instalação do comunismo em determinado território, automaticamente ocorrerá a extinção do próprio Estado, pois

O poder público, no verdadeiro sentido da palavra, é o poder organizado de uma classe para oprimir outra. Mas, ao desaparecerem as diferenças de classes graças à apropriação coletiva dos meios de produção – instalando o comunismo que é a sociedade sem classes –, desaparece a razão da existência do Estado, o Estado extingue-se (GRUPPI, 1996, p. 35).

Interpretando, a contrário sensu a concepção de Luciano Gruppi (1996) acerca do conceito de Estado para Marx, tem-se a noção de que para este o Estado só existe para manter o poder dos proprietários privados, visto que a luta de classes e a dominação de uma sobre a outra, seria a única forma de manter o Estado. No entanto, com a instalação do comunismo, ou seja, de uma sociedade sem classes, não haveria a necessidade da existência do Estado, isso considerando que a união de todos seria em prol do coletivo, diferentemente do que ocorre no Estado capitalista.

Dessa maneira, o Estado para Karl Marx tem como pressupostos a propriedade privada e da divisão social do trabalho, consideradas condições necessárias para o desenvolvimento do capitalismo, sendo o ente estatal moderno apenas uma instituição a favor das classes dominantes, no caso, a chamada burguesia, contra o proletariado. Assim, apenas a luta de classes com a busca pelo comunismo seria capaz de acabar com o Estado, posto que a união de todos em favor do coletivo teoricamente acabaria com a prevalência dos interesses privados, bem como com o Estado capitalista.

O Estado Moderno, para Max Weber (1864-1920), com inspiração teórica e política na estrutura alemã, tinha como pressuposto o controle estatal exercido por uma burocracia militar e civil, onde determinados homens legitimamente dominavam os outros, mediante uma violência considerada legítima. Ao tratar da dominação por parte do funcionalismo e liderança política, Weber (2014, p. 186) vincula o exercício do verdadeiro governo ao manejo da administração na vida cotidiana, conforme lições adiante transcritas:

Num Estado moderno, o verdadeiro *governo*, que não atua nos discursos parlamentares nem nos pronunciamentos dos monarcas, e sim no *manejo da administração* na vida cotidiana, está necessária e inevitavelmente nas mãos do *funcionalismo*, tanto militar quanto civil. Pois, de seu “escritório”, o moderno oficial do alto escalão dirige até mesmo as batalhas.

Conforme Weber (2014), portanto, o verdadeiro governo, ou seja, a violência legítima usada pelo Estado não está presente nos discursos parlamentares ou nos pronunciamentos dos monarcas, mas sim no momento da administração da vida cotidiana, na qual, inevitavelmente o funcionalismo, tanto militar quanto civil, exerce suas funções dirigindo os destinos do Estado.

Na mesma linha de raciocínio, Weber (2014, p. 211) considera necessária como condição de durabilidade de qualquer dominação a existência de um mínimo de aprovação dos dominados, já que

Os parlamentos modernos são, em primeiro lugar, órgãos representativos dos indivíduos *governados* pelos meios da burocracia. A condição para a durabilidade de qualquer dominação, inclusive da mais bem organizada, é contar com um mínimo de aprovação dos dominados, pelo menos nas camadas socialmente mais influentes. Os parlamentos são, hoje, o meio pelo qual se manifesta visivelmente esse mínimo de aprovação.

A leitura acima mostra que, mesmo exercendo o poder de usar a violência de forma legítima por parte do Estado, é necessário para a manutenção deste que exista um mínimo de aprovação dos dominados no que se refere aos atos praticados pelo Estado, ressaltando que o parlamento é o meio mais visível de demonstração dessa aprovação.

Feitas essas considerações sobre os fundamentos apontados por Weber (1919) para a formação e manutenção do Estado, importante é apresentar o conceito de Estado para o referido autor, como sendo a vinculação entre homens que dominam os seus iguais, por meio da violência, considerada legítima, conforme se verifica pelo próprio Weber (1919, p. 56):

Como as instituições políticas que o precederam historicamente, o Estado é uma relação de homens que dominam seus iguais, mantida pela violência legítima (isto é, considerada legítima). Para que o Estado exista, os dominados devem obedecer à autoridade alegada pelos detentores do poder. Quando e por que os homens obedecem? Sobre que justificação íntima e sobre que meios exteriores repousa esse domínio?

Para Weber (1919), portanto, a existência do Estado está condicionada à obediência à autoridade sustentada pelos detentores do poder, que estão inclusive legitimados para usar a violência de forma legítima como forma de dominar os iguais e, conseqüentemente, manter o Estado.

E, por fim, quanto aos questionamentos de quando e por que os homens obedecem e sobre que justificação íntima e sobre que meios exteriores repousam esse domínio, Weber (1919, p. 56) é claro ao afirmar que, na realidade, a obediência é determinada pelos motivos bastante fortes do medo e esperança, salientando que o medo faz referência à vingança dos poderes mágicos do detentor do poder e que a esperança está ligada à recompensa neste mundo ou no outro.

2.3 A TEORIA DA SEPARAÇÃO DOS PODERES DO ESTADO

O livro intitulado originalmente “L'Esprit des lois”, escrito durante mais de vinte anos por Charles-Louis de Secondat, Barão da Brède e de Montesquieu, buscava apresentar aos franceses os ensinamentos adequados para alcançar a felicidade com a compreensão do espírito das leis, através da aceitação do exercício das funções de comando e, também, de obediência às prescrições por parte dos comandados. Visa a obra, resumidamente, alcançar a auto valorização dos cidadãos, com a cura dos preconceitos, conforme se verifica no trecho abaixo transcrito, da obra “O Espírito das Leis”, nas palavras do próprio Montesquieu (1982, p. 02):

Se eu pudesse fazer que aqueles que comandam aumentassem seus conhecimentos sobre o que devem prescrever, e se aqueles que obedecem encontrassem um novo prazer em obedecer, considerar-me-ia o mais feliz dos mortais. Considerar-me-ia o mais feliz dos mortais se eu pudesse fazer com que os homens conseguissem curar-se de seus preconceitos. Chamo aqui de preconceitos não o que faz com que se ignorem certas coisas, e sim o que faz com que se ignore a si mesmo.

Montesquieu (1982) é enfático, no trecho acima transcrito, que a busca pelo Estado ideal deve partir do pressuposto de que aqueles que comandam devem sempre aumentar seus conhecimentos sobre o que devem prescrever, bem como que os súditos devem encontrar um

novo prazer em obedecer. O autor considerar-se-ia o mais feliz dos mortais se pudesse fazer com que os homens conseguissem curar-se de seus preconceitos, considerando estes não o que faz com que se ignorem certas coisas, e sim o que faz com que se ignore a si mesmo.

Ao se referir aos governos republicanos, o Barão de Montesquieu (1982) ressalta em sua obra que a educação é imprescindível para se atingir a virtude, sendo esta considerada como o amor às leis e à pátria, características consideradas essenciais às democracias, no qual o governo é confiado a cada cidadão. Ressalta o autor, também, que o amor à pátria deve ser passado pelos pais e pelos próprios governantes, pois assim os verdadeiros detentores do poder, os cidadãos, poderão respeitar os seus governantes e transmitir os conhecimentos positivos às futuras gerações. Eis trecho do livro *Espírito das leis* no qual Montesquieu (1982, p. 20) identifica no governo republicano a necessidade de enfatizar o poder da educação:

É no governo republicano que se precisa de todo o poder da educação. (...). Podemos definir essa virtude: o amor às leis e à pátria. Este amor, que exige que se prefira continuamente o interesse público ao seu próprio interesse, produz todas as virtudes particulares; elas consistem apenas nesta preferência. (...). Assim, tudo depende de introduzir este amor na república; e é em inspirá-lo que a educação deve estar atenta. Mas existe um meio seguro para que as crianças possam tê-lo: que também os pais o tenham. Normalmente, temos o poder de transmitir nossos conhecimentos a nossos filhos; temos o poder ainda maior de transmitir-lhes nossas paixões. Se isto não acontece, é porque o que foi feito na casa paterna foi destruído pelas impressões de fora. Não é a nova geração que degenera; ela só perde quando os adultos já estão corrompidos.

Nessa busca incessante pela compreensão do “Espírito das leis”, Montesquieu (1982, p. 23) ressaltou que “o amor à república, numa democracia, é o amor à democracia; o amor à democracia é o amor à igualdade”. Assim, esse amor deve ser devotado por todos os integrantes de determinada nação, em busca da igualdade material, valor há muito tempo perseguido e muito pouco alcançado, apesar da existência formal no ordenamento jurídico brasileiro (art. 5º, *caput* e inciso I, da Carta da República).

Surge, portando, na busca pela igualdade material, a ideia de separação do poder estatal⁵ em três – Legislativo, Executivo e Judiciário – considerados necessários já que a democracia seria impraticável se a responsabilidade de fazer as leis, de executar as mesmas e de julgar as querelas existentes fossem condensadas nas mãos dos mesmos órgãos, por um simples fato: a

5 Na verdade não há uma efetiva separação de poderes, eis que o poder supremo do povo é uno. O que ocorre é o estabelecimento de funções típicas de poder a determinados entes, denominados Executivo, Legislativo e Judiciário, sendo os três representantes da vontade soberana do povo. Dessa forma, a ideia de separação dos poderes existe exatamente para que o povo, representado por cada um dos poderes, possa exercer a fiscalização em relação aos demais poderes.

ausência de liberdade, como se verifica com a transcrição de parte do texto de Montesquieu (1982, p. 75):

Quando, na mesma pessoa ou no mesmo corpo de magistratura, o poder legislativo está reunido ao poder executivo, não existe liberdade; porque se pode temer que o mesmo monarca ou o mesmo senado crie leis tirânicas para executá-las tiranicamente. Tampouco existe liberdade se o poder de julgar não for separado do poder legislativo e do executivo. Se estivesse unido ao poder legislativo, o poder sobre a vida e a liberdade dos cidadãos seria arbitrário, pois o juiz seria legislador. Se estivesse unido ao poder executivo, o juiz poderia ter a força de um opressor. Tudo estaria perdido se o mesmo homem, ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo exercesse os três poderes: o de fazer as leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as querelas entre os particulares.

Está clara, portanto, a necessidade da separação dos três poderes – legislativo, executivo e judiciário – objetivando garantir a liberdade dos cidadãos e, ao mesmo tempo, garantir a existência de controle entre os poderes⁶, como restou positivado na Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 2º, ao estabelecer que “são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”. Insta esclarecer que apesar de independentes, os poderes são responsáveis pelo controle das atividades típicas dos outros poderes, cabendo ao Judiciário a função de interpretar a leis, principalmente à Constituição, como forma de efetivar os anseios da população sufragados no texto fundamental.

No caso do controle de constitucionalidade dos atos praticados pelos Poderes Executivo e Legislativo, resta clara a função constitucional do Judiciário de declarar, quando for o caso, a inconstitucionalidade praticada, isso considerando a opção constitucional de incumbir o Judiciário de interpretar, em última instância, as normas integrantes do ordenamento jurídico brasileiro.

Como bem explicitado por Otto Bachof (1986), em artigo intitulado “Nuevas reflexiones sobre la jurisdicción constitucional entre derecho y política”, é necessária a intervenção do juiz para materializar os princípios e valores esculpidos na constituição, eis que apenas após o ato interpretativo é possível verificar o sentido dos princípios e valores constitucionalmente garantidos. O entendimento de Bachof (1986, pp. 842-843) é extraído com a leitura do texto abaixo transcrito:

Uma Constituição não contém nenhuma regulamentação detalhada individualmente, mas é caracterizada por cláusulas gerais e conceitos axiológicos desprovidos de conteúdo. O espaço para o intérprete e, assim, o seu poder para uma decisão autônoma, portanto, é particularmente grande. Conceito como “igualdade”, “dignidade da pessoa

6 Sistema de pesos e contrapesos (*checks and balances*).

humana”, “livre desenvolvimento da personalidade”, “Estado de Direito”, “Estado Social”, “bem comum” – todos os conceitos de direito fundamental podem ser usados como parâmetro para análise de constitucionalidade da uma lei – permitindo diferentes interpretações.⁷

Com o texto de Bachof (1986), acima transcrito, fica evidente a imperiosa função interpretativa exercida pelo Judiciário, diante da existência de princípios e valores estabelecidos na Constituição, que utiliza expressões como igualdade, dignidade da pessoa humana, livre desenvolvimento da personalidade, Estado de direito, dentre outras, que deverão ser interpretadas em um primeiro momento por qualquer cidadão, inclusive pelos integrantes do Executivo e Legislativo, ressaltando-se que cabe ao Judiciário, por determinação constitucional, uniformizar a interpretação do texto constitucional.

Apesar da imprescindível existência do Judiciário como intérprete da Constituição, é importante analisar a preocupação de Bachof (1986) com o potencial abuso do juiz, isso considerando que, da mesma forma que o legislador pode interpretar incorretamente a constituição, o magistrado pode extrapolar os limites interpretativos estabelecidos pela lei maior e gerar perigo para a sociedade, o que pode ocorrer, inclusive, com o Executivo ou outro intérprete da constituição.

Com a afirmação do ex-juiz da Suprema Corte norte-americana Hughes, analisada por Bachof (1986), fica bem clara a preocupação com o erro de interpretação da constituição por parte dos juízes:

A questão que surge é se o perigo de um abuso do legislador é o que se pretende combater com esses amplos poderes dados ao Tribunal Constitucional, o referido perigo pode converter-se em um muito maior. Não há perigo que o Tribunal Constitucional, ao invés de controlar a aplicação da Constituição, torne-se o proprietário da própria Constituição? Não leva, forçosamente, semelhante concentração de faculdade do Tribunal Constitucional, ao tão temido governo dos juízes [*gouvernement des Juges*]. Não seriam sábias as lições que um jurista competente como o ex Chefe da Suprema Corte dissera uma vez: “estamos sob uma Constituição, mas a Constituição é o que os juízes dizem que é?” (BACHOF, 1986, p. 842).⁸

7 Texto original: “Una Constitución no contiene ninguna regulación individualizada detallada, sino que se caracteriza por muy amplias cláusulas generales y por conceptos axiológicos carentes de contenido. El ámbito para el intérprete y con ello su poder para una decisión autónoma son por ello particularmente grandes. Conceptos como “igualdad”, “dignidade de la persona humana”, “libre desarrollo de la personalidad”, “Estado de derecho”, “Estado Social”, “bien común” – todos ellos conceptos de la ley fundamental que pueden ser utilizados como escala para el juzgamiento de la constitucionalidad de una ley – permiten interpretaciones diferentes”.

8 Texto original: “Se plantea la cuestión de si el peligro de un abuso del legislador que se pretende combatir com estas amplias competencias de la Corte Constitucional, no podría convertirse en um peligro mucho maior. No existe el peligro que la Corte Constitucional, em lugar de controlar la aplicación de la Constitución, se convierta em la dueña da la Constitución? No lleva forzosamente, semejante concentracion de facultades de la Corte Constitucional, al tan justificadamente tenido gobierno de los juices [*gouvernement des juges*] No seria

E exatamente com o escopo de prevenir o perigo referido por Bachof (1986) foi inserido no ordenamento jurídico brasileiro, através da emenda constitucional nº 45/2004, o Conselho Nacional de Justiça, formado por membros do Judiciário e de outros segmentos da sociedade, com o objetivo de controlar a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

Compete ao CNJ, também, as atribuições conferidas no art. 103-B, §4º e incisos, da Constituição Federal⁹, que faz referência expressa aos deveres funcionais dos juízes, de acordo com o Estatuto da Magistratura, garantindo ao povo o exercício de um controle externo do Judiciário, impedindo, assim, que o temor de Bachof (1986) se torne realidade, eis que a qualquer suspeita de descumprimento dos deveres funcionais pelos Juízes o Conselho Nacional de Justiça estará atendo para punir o Magistrado ou, em casos extremos, determinar o afastamento de suas funções.

Apresentada resumidamente a Teoria da Separação dos Poderes, consagrada por Montesquieu (1956), vê-se que, além dos poderes de julgar, típicos do Judiciário, este tem a função administrativa de fiscalizar o cumprimento das penas, inclusive as penas pecuniárias, objeto de estudo da presente Tese. Assim, com o escopo de compreender a atuação do Judiciário nessa função atípica, de gestão, necessário se faz compreender como se deu da formação do Poder Judiciário como integrante do Estado, com ênfase no papel do Judiciário brasileiro nas várias constituições desde a proclamação da república.

atinado lo que un jurista tan competente como el ex *Chief Justice da Suprema Court* Hugles dijera una vez: “We are under a Constitución, but the Constitution is what the judges say it is”?”

9 § 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura: I - zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências; II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União; III receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializado, sem prejuízo da competência disciplinar e correccional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa; IV representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade; V rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano; VI elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário; VII elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa.

3 O PODER JUDICIÁRIO COMO INTEGRANTE DO ESTADO BRASILEIRO

Com o objetivo de entender a formação do Poder Judiciário como integrante do Estado brasileiro, bem como suas funções em todas as Constituições da República, será feita uma abordagem sobre a formação do Poder Judiciário no Brasil, descrevendo resumidamente sua presença em cada Constituição, com ênfase na atual Constituição de 1988.

E ainda, será apresentado o Conselho Nacional de Justiça, que passou a fazer parte do Judiciário brasileiro com a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, descrevendo suas funções e objetivos, finalizando com a descrição e análise da Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, que define a política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária.

3.1 O JUDICIÁRIO E AS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

O Judiciário, exercendo suas funções de acordo com a Constituição da República de 1988, além de interpretar as leis, ao aplicar o direito ao caso concreto, exerce funções atípicas, ou seja, tarefas que teoricamente deveriam ser materializadas por outros poderes, como no caso de fiscalização do cumprimento das penas aplicadas aos cidadãos autores de atos ilícitos e que devem ser submetidos às sanções, em retribuição às condutas praticadas em desacordo com a lei.

Partindo dessa premissa, com o fim de compreender a função do Judiciário ao longo da História do Brasil, de forma resumida, é importante fazer um breve relato a respeito da posição do Judiciário no Brasil, durante as Constituições de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967, com ênfase na de 1988, ressaltando, inclusive, que a Emenda nº 1, outorgada pela junta militar à Constituição Federal de 1967, é considerada por muitos como a Constituição de 1969.

Com relação à Constituição de 1824, a mesma foi imposta por D. Pedro I ao povo, ressaltando que a participação política no referido período era exercida apenas por uma minoria de brancos e mestiços que tinham direito ao voto. Outorgada em 25 de março de 1824, a primeira Constituição brasileira tinha como marca o poder centralizado, visando evitar a fragmentação do Brasil, como ocorrido na América espanhola, que deu origem a vários pequenos países, como Argentina e Uruguai, por exemplo, e tinha no art. 10 a disciplina de existência dos Poderes políticos reconhecidos o Poder Legislativo, o Poder Moderador, o Poder Executivo e o Poder Judicial. A existência do Poder Moderador foi a marca da Constituição de 1824, conforme transcrição do seu art. 98, mostrando que a superioridade do Imperador em relação aos integrantes dos demais poderes:

Art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização política e é delegada privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos mais Poderes políticos.

O Judiciário, ou mesmo Poder Judicial, como chamado pela Constituição de 1824, apesar de ter a sua independência declarada pelo art. 151, *caput*, era composto por juízes e jurados, com os primeiros se manifestando sobre a matéria de direito e os últimos em relação aos fatos. Ressalte-se, porém que, apesar da independência, existia uma clara submissão ao Imperador, que podia suspender os magistrados com o fim de apurar eventuais denúncias e declarar a perda do cargo, ou lugar, nos termos referidos na própria Constituição, conforme se percebe com a leitura dos arts. 151 a 155, da Constituição de 1824:

Art. 151. O Poder Judicial é independente, e será composto de juízes e jurados, os quais terão lugar assim no cível como no crime, nos casos, e pelo modo, que os códigos determinarem.

Art. 152. Os jurados pronunciam sobre o fato, e os juízes aplicam a lei.

Art. 153. Os juízes de direito serão perpétuos, o que todavia se não entende que não possam ser mudados de uns para outros lugares pelo tempo, e maneira, que a lei determinar.

Art. 154. O Imperador poderá suspendê-los por queixas contra eles feitas, precedendo audiência dos mesmos juízes, informação necessária, e ouvido o Conselho de Estado. Os papéis, que lhes são concernentes, serão remetidos à relação do respectivo distrito, para proceder na forma da lei.

Art. 155. Só por sentença poderão estes juízes perder o lugar.

Na prática, importa destacar que durante os 65 anos de vigência da Constituição de 1824, o chamado Poder Judicial não era independente, isso considerando que não eram respeitadas as expressas garantias constitucionais de inamovibilidade, vitaliciedade e irredutibilidade de vencimentos, quando havia o interesse oposto do Imperador. Acrescente-se, que o Poder Judicial não exercia a atribuição de interpretar as leis, isso de acordo com o art. 15 da Constituição de 1824, inciso 8º, que dava à Assembleia Geral a atribuição de fazer leis, interpretá-las, suspendê-las e revogá-las, já que o papel do Judiciário era bastante restrito, pois aplicava as leis de acordo com a interpretação dada pela Assembleia Geral.

Após a Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, assinada pela Princesa Isabel, quando os negros começaram finalmente a viver formalmente livres da escravidão, o Brasil passou por um grande processo de crescimento da inflação, principalmente em razão do alvoroço dos fazendeiros em ter que pagar salários aos trabalhadores. Nesse contexto histórico, o Marechal Deodoro da Fonseca proclamou a República, em 24 de fevereiro de 1891, sob o regime representativo e presidencial, com a forma federativa de Estados Federais, com a ideia de

fortalecimento do Poder Executivo, que levou o Marechal inclusive a fechar o Congresso Nacional.

No campo judicial, no período da proclamação da República, merecem notas os decretos nº 848, de 11 de outubro de 1890, que organizava a Justiça Federal¹⁰, e nº 1030, de 14 de novembro de 1890, com a finalidade de organizar a justiça local. Com a proclamação da República, em 24 de fevereiro de 1891, surge no Brasil, pela primeira vez, a ideia de divisão dos três poderes, conforme o art. 15 da Carta da República de 1891: são órgãos da soberania nacional o Poder Legislativo, o Executivo e o Judiciário, harmônicos e independentes entre si.

Contudo, apesar da alegada harmonia e independência dos três poderes, propagada no art. 15, acima transcrito, era clara a concentração de poderes no Executivo, sendo o Legislativo encarregado, apenas, de analisar a legislação financeira. O Judiciário, formado, nos termos do art. 55, da Constituição da República de 1891, pelo Supremo Tribunal Federal, com sede na capital da República e tantos Juízes e Tribunais Federais, distribuídos pelo país, quantos o Congresso criar, e com incumbência de cumprir as funções estabelecidas entre os arts. 59 a 62. Os próprios Estados da Federação deveriam organizar suas justiças, com decisões que poderiam ser submetidas ao Supremo Tribunal Federal.

Com a República nasceram para o Judiciário as garantias constitucionais ainda hoje presentes de irredutibilidade de vencimentos e vitaliciedade, sem a possibilidade de o Executivo suspender os Juízes, como autorizava a Constituição do período monárquico. Surge ainda a competência de julgar o chefe do Executivo, o Presidente da República, nos crimes comuns, em clara ascensão de afirmação enquanto Poder, embora a concentração das forças estivessem concentradas nas mãos do Chefe do Executivo.

10 Revogado apenas pelo Decreto nº 11, de 11 de janeiro de 1991.

A primeira Constituição fruto de uma Assembleia Constituinte foi a de 1934, que nasceu em meio às Revoluções de 1930¹¹ e 1932¹², ligadas às aspirações liberais da política, bem como ressaltava a intervenção do Estado na vida social, com garantia não apenas de liberdade, mas também objetivando evitar as desigualdades sociais.

Quanto ao Judiciário, apesar de projeto de unitarismo da Justiça, com a extinção de Justiças Federal e Estadual, continuaram a existir as Justiças Federal e Estadual, expandida a estrutura do Poder Judiciário, com a criação das justiças Eleitoral, Militar e o Tribunal Especial. A Constituição de 1934 foi clara no sentido de que as Constituições locais deveriam respeitar os princípios do Poder Judiciário e do Ministério Público, como estabelecido no art. 7º, inciso I, adiante transcrito:

Artigo 7º. Compete privativamente aos Estados: I – decretar a Constituição e as leis por que se devam reger, respeitados os seguintes princípios: e) garantias do Poder Judiciário e do Ministério Público locais.

Por fim, com a Constituição de 1934, uma das grandes inovações relativas ao Poder Judiciário foi a proibição ao exercício de outra função pública, salvo o magistério e casos previstos na Constituição, vedando, também, o exercício de atividade político partidária, como se percebe nas transcrições adiante:

Art 65 - Os Juízes, ainda que em disponibilidade, não podem exercer qualquer outra função pública, salvo o magistério e os casos previstos na Constituição. A violação deste preceito importa a perda do cargo judiciário e de todas as vantagens correspondentes.

Art 66 - É vedada ao Juiz atividade político-partidária.

11 A Revolução de 1930 foi o movimento armado que culminou com tomada do Poder no Brasil por Getúlio Vargas, através de um Golpe de Estados, tendo o movimento liderado pelos Estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, deposto o Presidente da República Washington Luís, em 24 de outubro de 1930, e impedido que o Presidente eleito, Júlio Prestes, tomasse posse. Acerca da Revolução de 1930, o historiador Ranier Souza ressaltou que “a crise das oligarquias foi um passo crucial para a revolução. Com o impacto da crise de 1929, o então presidente paulista Washington Luís resolveu apoiar a candidatura de seu conterrâneo Júlio Prestes. Conhecida como “Política do Café Puro”, a candidatura de Júlio Prestes rompeu com o antigo arranjo da “Política do Café com Leite”, em que os latifundiários mineiros e paulistas se alternariam no mandato presidencial. Insatisfeitos com tal medida, um grupo de oligarquias dissidentes – principalmente de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba – criaram uma chapa eleitoral contra a candidatura de Júlio Prestes. Conhecida como Aliança Liberal, a chapa encabeçada pelo fazendeiro gaúcho Getúlio Dorneles Vargas prometia um conjunto de medidas reformistas. Entre outros pontos, os liberais defendiam a instituição do voto secreto, o estabelecimento de uma legislação trabalhista e o desenvolvimento da indústria nacional”. SOUSA, Rainer Gonçalves. “Revolução de 30”; **Brasil Escola**. Disponível em: <<http://brasilescola.uol.com.br/historiab/revolucao-30.htm>>. Acesso em: 08 fev. 2018.

12 Também conhecida como Guerra Paulista, teve como objetivo derrubar Getúlio Vargas do Poder e convocar uma Assembleia Constituinte.

A Constituição de 10 de novembro de 1937, conhecida como “Polaca”, em razão de ter utilizado como parâmetro a Constituição Polonesa de 1935, fortaleceu mais uma vez o Poder Executivo, ao permitir que o Presidente da República pudesse adiar as sessões do Parlamento e dissolver o Legislativo. Quanto ao Poder Judiciário, para os fins a que se propõe o presente estudo, em que a sua estrutura permanecer similar à anterior, com ressalva de que não foi citada a Justiça Eleitoral como integrante do Judiciário, conforme a transcrição do art. 90, ao estabelecer que “são órgãos do Poder Judiciário: a) o Supremo Tribunal Federal; b) os Juízes e Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios; c) os Juízes e Tribunais militares”.

Já a Constituição de 18 de setembro de 1946, apresentou semelhanças com a Constituição de 1891, quanto à estrutura e aspectos gerais. Contudo, algumas inovações da Constituição de 1934 estavam presentes na de 1946, que ficou marcada pela proteção aos trabalhadores, à ordem econômica, à educação e à família, com relações entre os Estados da Federação mais equilibradas, inclusive com melhoria das condições dos municípios.

Na Constituição de 1946, a Justiça Eleitoral, antes esquecida pela Constituição de 1937, passou a existir nos termos dos arts. 109 a 121, que fixava com clareza a competência do referido órgão jurisdicional. O art. 109 é claro no sentido da existência do Tribunal Superior Eleitoral; Tribunais Regionais Eleitorais; Juntas Eleitorais e Juízes Eleitorais. Além disso, é bastante relevante destacar o retorno das eleições para os cargos executivos e legislativos das unidades da federação, inclusive nos municípios.

A Constituição de 24 de fevereiro de 1967, por sua vez, é inaugurada com o destaque do Poder Executivo, em razão do fortalecimento da sua competência de legislar, ter iniciativa de leis, bem como pelo fato de ter o Congresso Nacional limitação de tempo para aprovação dos projetos enviados pelo Executivo, conforme a leitura do art. 67 da referida Carta Federal:

Art 51 - Em qualquer dos casos do art. 50, itens I, II e III, a proposta será discutida e votada em reunião do Congresso Nacional, dentro, de sessenta dias a contar do seu recebimento ou apresentação, em duas sessões, e considerada aprovada quando obtiver em ambas as votações a maioria absoluta dos votos dos membros das duas Casas do Congresso.

Com relação ao Poder Judiciário, a Emenda Constitucional nº 7, de 1977 incorporou o Conselho Nacional da Magistratura, com sede na Capital da União e Jurisdição em todo o território nacional, à Constituição de 1967. O referido Conselho era composto de sete Ministros do Supremo Tribunal Federal e tinha competência para conhecer de reclamações contra membros de tribunais, com a possibilidade de aplicar penalidades contra os membros do Judiciário, observando ao disposto na Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Ressalte-se, por

oportuno, que as funções do referido Conselho eram basicamente de punição, razão pela qual o referido órgão não tinha a função administrativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), especialmente no que se refere ao estabelecimento de padrões de trabalho em âmbito nacional com o escopo de otimizar o trabalho do Judiciário nacionalmente.

E, após longo período de submissão da sociedade a regimes autoritários, surge a chamada Constituição Cidadã, em 05 de outubro de 1988, com ênfase à participação popular, destacando a independência dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, mas com a possibilidade de fiscalização de uns pelos outros. A Carta da República partiu da existência de princípios imutáveis, como a proibição de elaboração de emendas tendentes a abolir o regime federativo, a separação de poderes, os direitos e garantias individuais e o voto direto, secreto, universal e periódico.

No que se refere às competências do Judiciário, a grande crítica é a participação do Executivo e Legislativo na indicação dos Tribunais Superiores, especialmente o Supremo Tribunal Federal, conforme as transcrições do inciso III, do art. 52; inciso XVI do art. 84 e parágrafo único do art. 101:

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal: (...)

III - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de: a) Magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República: (...)

XIV - nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores (...);

Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Parágrafo único. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

A assunção de cargos de Ministros nos Tribunais Superiores, especialmente no Supremo Tribunal Federal, termina por comprometer a imparcialidade dos julgadores no momento de decisão de temas sensíveis à própria manutenção da República, em virtude de que muitas vezes a indicação está ligada a grupos políticos, quando, na verdade, o observado deveria ser, apenas, a capacidade técnica de bem desempenhar a função com imparcialidade.

Quanto à Constituição da República de 1988, a grande inovação foi a criação do Conselho Nacional de Justiça, pela Emenda Constitucional nº 45/2004, devidamente disciplinado no art. 103-B, da Carta da República, que será estudado no tópico a seguir.

3.1.1 O Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Atendendo aos objetivos estabelecidos no presente estudo, ou seja, a análise a respeito da política institucional do Judiciário potiguar na gestão de penas pecuniárias nas comarcas de Cruzeta, Acari e Currais Novos, imprescindível é o estudo acerca do Conselho Nacional de Justiça, tendo em vista que o referido órgão foi o responsável pela Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, que tem como objetivo de regulamentar o recolhimento e destinação dos valores oriundos da pena de prestação pecuniária nas unidades jurisdicionais do Brasil.

O Conselho Nacional de Justiça, instituído a partir da edição da Emenda Constitucional nº 45/2004, foi a materialização do que se denominou *reforma do Judiciário*. Nesse sentido, o CNJ é a representação da existência de um mecanismo de controle sobre a atuação institucional do Poder Judiciário, levando em consideração que o referido poder atingiu um inédito protagonismo na resolução de questões importantíssimas para a vida dos cidadãos brasileiros.

Assim o CNJ, nos termos do §4º do art. 103-B, da Constituição da República, detém atribuições de controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes. Além disso, também possui outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Lei Orgânica da Magistratura Nacional¹³, bem como as previstas nos incisos I ao VII do mesmo §4º do art. 103-B, da Constituição da República.

Portanto, compete ao Conselho Nacional da Magistratura zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências. Também zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União, dentre outras funções adiante estabelecidas.

No aspecto sensorial, compete ao Conselho receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais. O CNJ pode, ainda, avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar

13 Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979.

outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa, bem como representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade possivelmente praticados pelos servidores públicos ou delegatários de serviços públicos referidos no presente parágrafo.

Ainda quanto ao aspecto relativo à aplicação de medidas disciplinares em razão da prática de ilícitos administrativos, o Conselho Nacional de Justiça pode rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano.

Acerca do planejamento da atuação do Judiciário em âmbito nacional, ao CNJ incumbe a elaboração semestral de relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário, bem como elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no país e as atividades do Conselho. Este deve integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa.

E, com o objetivo de cumprir com sua missão constitucional, o CNJ é formado, nos termos do *caput* do art. 103-B, bem como dos incisos I a XIII, da Carta Federal, por:

- Presidente do Supremo Tribunal Federal;
- um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal;
- um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, indicado pelo respectivo tribunal;
- um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo Supremo Tribunal Federal;
- um juiz estadual, indicado pelo Supremo Tribunal Federal;
- um juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- um juiz federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- um juiz de Tribunal Regional do Trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho; e,
- um juiz do trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho, ressaltando que esses membros são integrantes da própria estrutura do Judiciário.

Acrescente-se que, dentre os 15 (quinze) membros do CNJ, existem integrantes externos ao Judiciário como:

- um membro do Ministério Público da União, indicado pelo Procurador-Geral da República;

- um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Procurador-Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual;
- dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; e,
- dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal, ressaltando que todos exercem mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Nos termos do § 1º do art. 103-B da Carta Federal, o Conselho será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, destacando que a teor do § 5º e incisos do mesmo art. 103-B, o Ministro do Superior Tribunal de Justiça exercerá a função de Ministro-Corregedor e ficará excluído da distribuição de processos no Tribunal. Compete-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, receber as reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos magistrados e aos serviços judiciários; exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e de correição geral; requisitar e designar magistrados, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de juízos ou tribunais, inclusive nos Estados, Distrito Federal e Territórios, com o fim de garantir o funcionamento do CNJ.

Estabelecidas as atribuições gerais do CNJ, bem como a sua formação, visando atender aos fins do presente estudo, ressalta-se a importância do Conselho em razão da posição de *accountability*¹⁴ do referido órgão em relação ao Judiciário, visto que este exerce a função de *accountability* em relação aos outros Poderes com o fim de garantir a legitimidade do sistema político brasileiro. A respeito do tema, precisas são as lições de Reis Júnior (2017, p. 5):

Nas democracias emergentes, como o Brasil, o valor da democracia está relativamente afirmado pelas eleições diretas. Porém, as noções de republicanismo e de liberalismo são precárias, o que justifica que exista uma fraca rede de *accountability* política. Nessa conjuntura, o Poder Judiciário se situa em uma posição fundamental de *accountability* para garantir a legitimidade do sistema político. Ocorre que se, por um lado, o poder judicial protagoniza a função mais importante de *accountability* legal, submetendo os poderes instituídos ao cumprimento de suas decisões, por outro, o

14 *Accountability* é um termo da língua inglesa que pode ser traduzido para o português como **responsabilidade com ética** e remete à obrigação, à transparência, de membros de um órgão administrativo ou representativo de prestar contas a instâncias controladoras ou a seus representados. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Accountability>>. Acesso em: 23 mar. 2018, às 12h04.

judiciário é o menos *accountable*¹⁵ dos poderes do Estado, haja vista não passar, em regra, por eleições e ter de proteger a ordem jurídica mesmo contra a pressão popular.

A importância do CNJ fica ainda mais evidenciada, quando analisada em conjunto com a informação de que o Judiciário é o poder com a incumbência de fiscalizar os outros poderes, como dito por Francisco Soares Reis Júnior (2017). Assim, é necessário a existência de um órgão de controle, para o exercício da função de *accountability* em relação ao próprio Judiciário, o que exige deste a prestação de contas a uma instância controladora, que inexistia até a edição da Emenda Constitucional nº 45/2004, que criou o CNJ.

Nesse contexto, a atuação a tão propalada crise do Judiciário está associada à ineficiência do serviço público, bem como a falta de foco nos resultados. Isso termina por gerar ao povo um descrédito na instituição e consequente desestímulo em ver no Judiciário um dos poderes com potencialidade em contribuir com as soluções dos problemas do Brasil. Nesse sentido, o Conselho Nacional de Justiça é visto como essa instituição de busca pela eficiência do Poder Judiciário, como bem ressaltou Reis Júnior (2017, p. 234):

A crise do Poder Judiciário costuma se relacionar com sua morosidade, com sua incapacidade de dar respostas a contento a todas as demandas e com o baixo rendimento dos resultados apresentados em comparação com as despesas de manutenção deste Poder constituído. Por isso, o enfoque da eficiência é fundamental para o bom funcionamento do Judiciário e para reverter essa percepção social. Nesse sentido, fica clara a principal finalidade da atribuição do Conselho Nacional de Justiça em efetuar o controle administrativo e financeiro do Poder Judiciário Nacional, qual seja, buscar eficiência na gestão e nos resultados dos tribunais brasileiros.

Assim, partindo dessa perspectiva do controle administrativo do Judiciário, Valberlândia dos Santos (2017, p. 291), afirma que “o Conselho Nacional de Justiça tem a finalidade essencial de planejar o funcionamento do Poder Judiciário e fiscalizar o cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados”. Por isso, em cumprimento da primeira finalidade, foi editada a Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, que define a política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária, isso com o fim de uniformizar em todo Brasil a aplicação dos recursos apurados com o pagamento de prestação pecuniária¹⁶.

Em linhas gerais, o Conselho Nacional de Justiça editou a referida Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, atendendo suas funções institucionais, considerando a Resolução nº 101,

15 Significa Responsável, em tradução livre para o português.

16 O capítulo 4, que trata das penas criminais aplicadas no Brasil, aprofunda o estudo da pena de prestação pecuniária no item 4.2.

de 15 de dezembro de 2009¹⁷, que definiu a política institucional do Poder Judiciário na execução de penas e medidas alternativas à prisão. Todavia, a resolução de 2009 trata genericamente sobre a definição da política institucional do Poder Judiciário na Execução das Penas e Medidas Alternativas à Prisão, surgindo a de 2012 com o fim tratar especificamente acerca das prestações pecuniárias. A Resolução nº 101/2009, editada no final da gestão do Presidente do CNJ Gilmar Mendes, teve inspiração nas Regras de Tóquio¹⁸, conforme explica Reis Júnior (2017, p. 103):

Com a Resolução nº 101, de 15 de dezembro de 2009, próximo do fim de sua gestão¹⁹, o Presidente do CNJ instituiu a chamada *Política Institucional do Poder Judiciário na Execução das Penas e Medidas Alternativas à Prisão*. Inspirada nas *Regras de Tóquio*, essa Resolução admitia a aplicação de penas e medidas alternativas à prisão. Analisando-se essa norma, constata-se que o Conselho pretendeu condicionar os Tribunais quanto à criação de varas privativas para penas alternativas. Contudo, diante da complexidade do tema, o CNJ sugeria que o Poder Executivo pudesse criar centrais de acompanhamento e núcleos de monitoramento vinculados aos juízes competentes.

Enfim, diante da ausência de criação das varas privativas para o acompanhamento das penas chamadas alternativas à prisão²⁰ ou mesmo a criação de centrais de acompanhamento e núcleos de monitoramento, vinculados aos juízes competentes por parte do Poder Executivo, no último caso, foi necessária nova atuação do CNJ. Isso ocorreu por meio dos autos do processo nº 0005096-40.2011.2.00.0000, com julgamento ocorrido na 147ª Sessão Ordinária, realizada em 21 de maio de 2012.

No julgamento, o CNJ, ao editar a Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, considerou que as destinações das penas pecuniárias, espécie de pena restritiva de direitos, têm que ser aprimoradas, para evitar total descrédito e inutilidade ao sistema penal, já que a execução da pena é o arremate de todo o processo criminal. Desse modo, a preocupação do referido órgão com o crédito do Judiciário e utilidade do sistema penal, o que somente seria possível com a uniformização da destinação das penas pecuniárias em âmbito nacional.

17 Disponível em:

<http://www.cnj.jus.br/images/atos_normativos/resolucao/resolucao_101_15122009_11102012190042.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2018, às 20h29.

18 Estabelece regras mínimas para o tratamento de reclusos e delinquentes, adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas (Resolução nº 45/110 de 14 de dezembro de 1990).

19 Faz referência ao término da gestão do Presidente do CNJ, Ministro Gilmar Mendes.

20 No âmbito do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, desde 15 de dezembro de 2009, data da edição da Resolução nº 101, não foi alterada a Lei Complementar nº 165, de 28 de abril de 1999, que trata da Organização Judiciária no âmbito do TJRN.

Nesse sentido, a decisão do CNJ proferida em 21 de maio de 2012, considerou a necessidade de dar maior efetividade às prestações pecuniárias, aprimorando-se a qualidade da destinação das penas impostas, bem como uniformizar as práticas para o fomento à aplicação da pena de prestação pecuniária em substituição à prisão, como condição da suspensão condicional do processo ou transação penal, visando melhor fiscalização do emprego dos valores recebidos pelas instituições beneficiadas.

Visava o CNJ, com a edição da Resolução nº 154/2012, regulamentar a destinação, controle e aplicação de valores oriundos de prestação pecuniária aplicada pela justiça criminal. Com isso foi assegurada a publicidade e transparência na destinação dos aludidos recursos, criando para a sociedade o sentimento de que a pena de prisão não é a única útil para a população. Nessa perspectiva, medidas alternativas à prisão podem ser bastante úteis para o interesse público e para o próprio infrator, atendente ao objetivo de punir, mas, acima de tudo, ressocializar as pessoas que infringiram a lei, prejudicando direitos coletivos ou mesmo individuais.

Estabelecidas as diretrizes gerais relativas ao Conselho Nacional de Justiça, especialmente em relação ao controle administrativo que é exercido pelo referido órgão, em relação ao Poder Judiciário, é importante estudar com mais profundidade as penas criminais aplicadas no Brasil, em especial, as penas de prestações pecuniárias. O objetivo é compreender a importância social da aplicação da Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, bem como com o escopo de delimitar a referida aplicação entre os anos de 2007 e 2017, no âmbito do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN).

4 DAS PENAS CRIMINAIS APLICADAS NO BRASIL

O presente capítulo apresenta uma visão geral sobre as penas criminais aplicadas no Brasil, com ênfase na gestão dos valores arrecadados a título de prestação pecuniária, com a indicação dos caminhos a seguir por parte das unidades jurisdicionais e das instituições potencialmente beneficiadas na execução da Resolução nº 154/2012 (CNJ).

4.1 NOÇÕES GERAIS

As penas criminais aplicadas no Brasil, em decorrência da prática de crimes, podem ser privativas de liberdade, pena de multa ou restritivas de direito, também chamadas de alternativas, conforme o exame dos incisos do art. 32 do Código Penal (Decreto-Lei nº 7.209, de 11.7.1984), adiante transcritos:

Art. 32 - As penas são: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)
I - privativas de liberdade;
II - restritivas de direitos;
III - de multa.

No caso das penas privativas de liberdade, o apenado deverá cumprir a restrição de sua liberdade em um dos regimes, fechado, semiaberto e aberto. Nos termos do art. 34 do Código Penal, o condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade em meio fechado “será submetido, no início do cumprimento da pena, a exame criminológico de classificação para individualização da execução”. Já nos termos do §1º do mesmo artigo “o condenado fica sujeito a trabalho no período diurno e a isolamento durante o repouso noturno”. Ainda quanto ao regime fechado, “o trabalho será em comum dentro do estabelecimento, na conformidade das aptidões ou ocupações anteriores do condenado, desde que compatíveis com a execução da pena”, bem como de “o trabalho externo é admissível, no regime fechado, em serviços ou obras públicas”, nos termos dos §§2º e 3º do mesmo art. 34.

O condenado ao cumprimento de pena no regime semiaberto, nos termos do art. 35 do Código Penal, em seus §§1º, 2º e 3º, “fica sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar”. Além disso, “o trabalho externo é admissível, bem como a frequência a cursos supletivos profissionalizantes, de instrução de segundo grau ou superior”.

No caso dos condenados ao cumprimento de pena privativa de liberdade em regime aberto, o referido regime, nos termos do *caput* do art. 36 “baseia-se na autodisciplina e senso de responsabilidade do condenado”. Com isso, o condenado deve, “fora do estabelecimento e sem vigilância, trabalhar, frequentar curso ou exercer outra atividade autorizada, permanecendo recolhido durante o período noturno e nos dias de folga”, com a ressalva de que “será transferido do regime aberto, se praticar fato definido como crime doloso, se frustrar os fins da execução ou se, podendo, não pagar a multa cumulativamente aplicada”, de acordo com os §§1º e 2º do art. 36.

O regime é definido de acordo com a quantidade de penas a cumprir e condições pessoais de cada condenado, devendo o regime fechado ser cumprido em estabelecimento de segurança máxima ou média, sendo o regime semiaberto em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar e o regime aberto em casa de albergado ou estabelecimento adequado.

Nesse sentido, caso o apenado tenha sido condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade superior a oito anos, deverá começar a cumpri-la em regime fechado. Nos casos de condenado não reincidente, cuja pena seja superior a quatro anos e não exceda a oito, poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semiaberto. O condenado não reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a quatro anos, poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto, devendo o juiz, no momento de fixar o regime inicial de cumprimento da pena, as condições estabelecidas no art. 59 do Código Penal.

Contudo, nos termos do art. 44, *caput* e incisos I, II e III do Código Penal, as

penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando: I – aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo; II – o réu não for reincidente em crime doloso; III – a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente.

Nesse cenário, crimes graves, como o roubo, por exemplo, não poderá ter a sua pena privativa de liberdade substituída por uma das penas restritivas de direitos, que foram instituídas no Brasil pela reforma do Código Penal de 1984, bem como ampliadas pela Lei nº 9.714/97.

A reforma do Código Penal, bem como a Lei nº 9.714/97, alteraram a parte geral do Código Penal quanto à aplicação de penas restritivas de direitos, que, de acordo com o art. 43 do Código Penal, são as seguintes:

Art. 43. As penas restritivas de direitos são: (Redação dada pela Lei nº 9.714, de 1998)

- I - prestação pecuniária; (Incluído pela Lei nº 9.714, de 1998)
- II - perda de bens e valores; (Incluído pela Lei nº 9.714, de 1998)
- III - limitação de fim de semana. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 1984)
- IV - prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas; (Incluído pela Lei nº 9.714, de 25.11.1998)
- V - interdição temporária de direitos; (Incluído pela Lei nº 9.714, de 25.11.1998)
- VI - limitação de fim de semana. (Incluído pela Lei nº 9.714, de 25.11.1998)

Especificamente em relação à pena de prestação pecuniária, o art. 45, §1º, do Código Penal estabelece que a referida pena

consiste no pagamento em dinheiro à vítima, a seus dependentes ou à entidade pública ou privada com destinação social, de importância fixada pelo juiz, não inferior a 1 (um) salário mínimo nem superior a 360 (trezentos e sessenta) salários mínimos.

Dessa maneira, surge para o Judiciário a obrigação de estabelecer uma política institucional na aplicação da prestação pecuniária, quando os referidos valores forem destinados para utilização por parte de entidades públicas ou privadas²¹. Nesse objetivo, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, através da Corregedoria Geral da Justiça, editou o Provimento nº 99/2012²², com o objetivo de regulamentar o recolhimento e destinação dos valores oriundos da pena de prestação pecuniária, de acordo com a Resolução nº 154/2012 (CNJ).

Destarte, com o fim de potencializar a divulgação do Provimento nº 99/2012 – CGTJRN, em cumprimento aos preceitos estabelecidos na Resolução nº 154/2012 (CNJ), dar mais efetividade às normas citadas, facilitar a compreensão dos procedimentos disciplinados, incentivar os magistrados do estado do Rio Grande do Norte e de todo o Brasil a dar maior efetividade às prestações pecuniárias, aprimorando-se a qualidade da destinação das penas impostas, pensando nas vítimas, bem como apresentar os caminhos às instituições potencialmente beneficiárias, com o objetivo de possibilitar a utilização dos recursos oriundos de prestações pecuniárias, torna-se necessário o exame aprofundado da pena de prestação pecuniária, bem como da Resolução nº 154/2012 (CNJ).

4.2 DA PENA DE PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA

21 Os valores depositados a título de prestação pecuniária serão destinados prioritariamente à vítima ou aos seus dependentes. Caso inexistam vítimas ou dependentes, o que é o caso da maioria dos processos, os valores serão utilizados, preferencialmente, por entidades públicas ou privadas com finalidade social, previamente conveniada, ou para atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde, desde que estas atendam às áreas vitais de relevante cunho social, a critério da unidade gestora.

22 Atualizado pelo Provimento nº 154/2016 da Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, que criou o Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do TJRN.

Os valores apurados pelo Poder Judiciário em decorrência do pagamento de prestação pecuniária devem ser destinados à vítima, a seus dependentes ou à entidade pública ou privada com destinação social. Além disso, de acordo com os termos ao art. 45, § 1º:

a prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima, a seus dependentes ou a entidade pública ou privada com destinação social, de importância fixada pelo juiz, não inferior a 1 (um) salário mínimo nem superior a 360 (trezentos e sessenta) salários mínimos.

Contudo, até a edição da Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, a destinação para entidades públicas e privadas era feita de maneira aleatória em todo o Brasil. Isso porque os apenados entregavam, em grande parte, cestas básicas, produtos de limpeza, dentre outros bens aferíveis monetariamente, inexistindo, porém, critérios para a destinação do referido recurso. Nessa perspectiva, a Resolução nº 154/2012 (CNJ) surge para definir a política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária.

Para fins de registro histórico, bem como para que seja compreendida a realidade do Brasil no momento da entrada em vigor da Resolução nº 154/2012 (CNJ), segue notícia publicada no sítio do Conselho Nacional de Justiça, no dia 16.07.2017²³, ou seja, poucos dias após o novo regramento:

Foi publicada nesta segunda-feira (16/7), no Diário de Justiça, a Resolução 154, assinada pelo presidente do CNJ, ministro Ayres Britto, que destina o valor arrecadado com o pagamento das penas pecuniárias a projetos e entidades com finalidade social. As chamadas penas pecuniárias são alternativas para substituir aquelas privativas de liberdade, como a prisão em regime fechado. São aplicadas geralmente em condenações inferiores a quatro anos (furto, por exemplo), desde que tenham sido cometidos sem violência ou grave ameaça.

As novas regras foram aprovadas pelo Plenário do Conselho, na sessão de 21 de maio de 2012. A resolução estabelece que os recursos pagos a título de pena pecuniária devem ser depositados em conta bancária judicial vinculada a Varas de Execução Penal (VEPs) ou Varas de Penas e Medidas Alternativas (VEPMAs), sendo que o dinheiro só pode ser movimentado por alvará judicial. Apenas entidades públicas ou privadas com finalidade social "ou de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde" poderão utilizar os valores correspondentes a essas penas. As normas começam a valer a partir desta segunda-feira (16/7).

Os beneficiários dos recursos serão entidades que promovam a ressocialização de detentos e egressos do sistema carcerário, prevenção da criminalidade, assim como a assistência às vítimas dos crimes. A resolução mantém o direito dos juízes responsáveis pelas varas de repassar os valores depositados a título de pena

23 Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/58937-publicada-resolucao-que-destina-penas-pecuniarias-para-projetos-e-entidades-sociais>>. Acesso em: 26 fev. 2018, às 23h42.

pecuniária às vítimas ou dependentes dos crimes relacionados ao pagamento das penas pecuniárias, como prevê o artigo 45 do Código Penal.

Restrições – A regulamentação ocupa um vácuo normativo que permitia a juízes deliberarem por conta própria sobre como usar esses recursos. “O juiz não poderá investir a pena pecuniária no custeio do Poder Judiciário, comprando um aparelho de ar condicionado, por exemplo”, explica o juiz auxiliar da Presidência do CNJ Luciano Losekann, que coordenou grupo de trabalho criado pelo Conselho para normatizar a aplicação desses recursos pelo Poder Judiciário. O relatório do conselheiro Fernando da Costa Tourinho Neto sobre o Ato Normativo 000596-40.2011.2.00.0000, aprovado por unanimidade pelo plenário do CNJ, baseou-se na minuta feita pelo grupo de trabalho.

A notícia mostra que o objetivo de suprir um vácuo normativo que permitia a juízes deliberarem por conta própria sobre como usar esses recursos, como a aplicação de recursos com o próprio judiciário, como por exemplo, a compra de aparelhos de ar condicionado, material de expediente, bem como outros materiais necessários ao trabalho no próprio fórum. Isso é explicado pelo próprio juiz auxiliar da Presidência do CNJ, Luciano Losekann, que coordenou grupo de trabalho criado pelo Conselho para normatizar a aplicação desses recursos pelo Poder Judiciário.

Outra informação extraída da notícia já referida é que o relatório do conselheiro Fernando da Costa Tourinho Neto sobre o Ato Normativo 000596-40.2011.2.00.0000, aprovado por unanimidade pelo plenário do CNJ, baseou-se na minuta feita pelo grupo de trabalho, nascendo assim o instrumento normativo objeto do presente estudo.

4.2.1 Aplicação da Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012

Com o fim de facilitar a compreensão do leitor a respeito da aplicação e utilização dos recursos apurados em decorrência do pagamento de prestação pecuniária, o presente tópico será dividido na análise sobre os procedimentos que devem ser seguidos pelas unidades jurisdicionais para a destinação dos recursos às entidades sociais, seguida da análise dos procedimentos que devem ser seguidos pelas instituições públicas ou privadas para recebimento dos recursos já referidos.

4.2.1.1 Procedimentos que devem ser seguidos pelas unidades jurisdicionais para a destinação dos recursos às entidades sociais

De maneira didática²⁴, serão explicados os procedimentos a seguir pelas unidades jurisdicionais para a destinação dos recursos às entidades sociais, seguindo a seguinte ordem: abertura de processo para depósitos judiciais por parte dos apenados e expedição de alvarás em favor das entidades beneficiadas; credenciamento das instituições; escolha dos projetos beneficiados com os recursos decorrentes das prestações pecuniárias e obrigação de análise das contas por parte da unidade gestora.

Assim, considerando que a política institucional do Poder Judiciário, na execução da pena de prestação pecuniária, exige o recolhimento dos valores pagos em conta judicial vinculada à unidade gestora, com movimentação apenas por meio de alvará judicial, deve a unidade jurisdicional inicialmente autuar um procedimento com o fim de possibilitar os pagamentos por parte dos cumpridores de penas²⁵, bem como as expedições dos alvarás em favor das entidades beneficiadas que apresentaram e tiveram aprovação prévia dos seus projetos. Esse procedimento será chamado de **piloto**, isso considerando que será o indicador de valores disponíveis e disponibilizados pela unidade jurisdicional.

Autuado o procedimento piloto, com número específico²⁶, deve a unidade jurisdicional providenciar as expedições de todos os boletos bancários de pagamento de valores dos mais variados processos judiciais com o direcionamento ao referido procedimento. A cada comprovação de depósito do valor junto ao piloto, a unidade judiciária deve certificar no processo de origem que o valor foi depositado junto ao processo piloto.

No entanto, é vedado o recolhimento de valores diretamente em cartório ou secretaria, ou seja, é imprescindível que os pagamentos sejam efetuados na rede bancária regular, sendo possível efetuar os pagamentos dos boletos relativos às prestações pecuniárias diretamente em casas lotéricas.

24 De acordo com o estabelecido na resolução nº 154/2012 – CNJ, Provimento nº 99/2012 – CGTJRN e Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça do TJRN, com a ressalva de que **a prioridade é a destinação de valores às vítimas dos crimes ou mesmo seus familiares.**

25 Após ser realizado o pagamento do primeiro boleto bancário vinculado ao referido procedimento, automaticamente é aberta a conta bancária vinculada ao procedimento, cumprindo o requisito estabelecido no art. 1º, §2º, Provimento nº 99/2012 – CGTJRN.

26 Com o fim de facilitar o andamento do procedimento, recomenda-se que a cada ano seja autuado novo procedimento, transferindo-se os valores existentes do ano anterior para o novo, o que facilitará, inclusive, o controle na arrecadação e aplicação dos recursos a cada ano.

Como exemplo, pode-se imaginar um processo de execução de prestação pecuniária em que o nome do apenado é Leandro, com o processo nº 100/2017, devedor de R\$ 1.000,00, divididos em dez parcelas de R\$ 100,00. Com o fim de possibilitar o pagamento de cada parcela, deve a unidade jurisdicional expedir dez boletos bancários no valor de R\$ 100,00 vinculados ao processo **piloto**. Caso considere mais prático, a unidade jurisdicional expede um boleto de pagamento a cada comparecimento do apenado na secretaria para entregar o comprovante de pagamento do boleto do mês anterior.

A cada mês, quando o apenado apresenta na unidade jurisdicional o boleto devidamente quitado, a secretaria junta ao processo **piloto** o comprovante e certifica no processo de execução penal²⁷ que a parcela vencida naquele mês foi devidamente quitada. Caso o cumpridor da pena de prestação pecuniária esteja em dia com suas obrigações, o seu processo de execução aguarda na secretaria o cumprimento integral da pena e, em caso negativo, deve ser dada continuidade ao procedimento com a intimação para a justificação por parte do apenado acerca do descumprimento da pena.

A cada mês, a instituição bancária deverá remeter ao Juízo o extrato atualizado da conta, considerando os depósitos através de boletos bancários e alvarás expedidos. O objetivo é verificar a disponibilidade de valores para financiamento de novos projetos apresentados, bem como possibilitar às instituições de fiscalização, como o Ministério Público, o conhecimento sobre a gestão atualizada do cumprimento de penas pecuniárias nas mais diversas unidades jurisdicionais²⁸.

Quanto ao tema, o Conselho Nacional de Justiça, através da Resolução nº 206, de 21/09/15, que alterou a Resolução nº 154/2012, destacou que o juízo da execução da pena ou medida alternativa de prestação pecuniária deverá encaminhar para a instituição financeira estadual ou federal os dados do processo – número da autuação, comarca, vara e nome do réu – para depósito judicial. Isso será possível cumprir por meio da expedição do boleto bancário vinculado ao procedimento chamado **piloto**.

Em seguida, com o fim de possibilitar a utilização dos recursos oriundos de prestação pecuniária por parte de entidades públicas ou privadas, a unidade jurisdicional deve convidar as entidades com finalidade social ou para atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde para o credenciamento. Essas entidades devem atender às áreas vitais de relevante cunho social.

27 No caso do exemplo, o processo nº 100/2017.

28 Art. 1º, §3º, Provimento nº 99/2012 – CGTJRN e art. 314, §§ 1º ao 4º do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça do TJRN.

Não obstante, antes de apresentar o projeto para análise e disponibilização dos recursos, a entidade precisa ser previamente conveniada. Para tanto, deve solicitar o cadastramento, o que possibilitará à unidade jurisdicional, para efeitos práticos, manter um banco de dados com entidades cadastradas após manifestação do Ministério Público, ressaltando, inclusive, que anualmente deve ser atualizado o referido cadastro²⁹.

Na solicitação do cadastramento, a entidade deve apresentar os documentos comprobatórios de que está regularmente constituída, bem como informar, nos termos do §1º do art. 2º da Res. 154/2012, incisos I e II, se mantém seus serviços com a utilização de cumpridores de prestação de serviços à comunidade ou entidade pública. Além disso, a entidade precisa informar se atua diretamente na execução penal, assistência à ressocialização de apenados, assistência às vítimas de crimes e prevenção da criminalidade, incluídos os conselhos da comunidade.

Após constatar que a entidade solicitante está regularmente constituída e analisar a manifestação do Ministério Público, o Magistrado deve deferir o pedido de convênio, ficando a instituição apta à apresentação de projetos financiáveis com recursos decorrentes das prestações pecuniárias.

Quanto ao tópico relativo ao credenciamento de instituições públicas ou privadas, recomenda-se que periodicamente sejam feitas audiências públicas com as referidas instituições e população em geral. O objetivo é esclarecer as dúvidas porventura existentes, bem como para possibilitar a apresentação de projetos de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

E, quanto à escolha dos projetos beneficiados com os recursos decorrentes das prestações pecuniárias, cada Juízo responsável por administrar verbas decorrentes de prestações pecuniárias deverá divulgar, na respectiva Comarca, pelos meios de comunicação local mais utilizados, o teor da Resolução nº 154/2012, do Conselho Nacional de Justiça, e do Provimento nº 99/2012, da Corregedoria Geral de Justiça do TJRN.

Em paralelo à ampla divulgação dos dispositivos legais acima citados, deve ser providenciada a abertura de **Edital** (Anexo XIII), com as especificações pertinentes, fixando

29 De acordo com o art. 2º, parágrafo único do Provimento nº 99/2012 – CGTJRN, “as entidades que pretenderem a obtenção dos benefícios deverão se cadastrar junto à unidade gestora, por meio de formulário a ser retirado no próprio local (Anexo A), sendo obrigatória a atualização anual do cadastro, destacando, inclusive, que o referido cadastro poderá ocorrer através do Sistema de Gerenciamento de Prestações Pecuniárias – SIGPREC, via internet, no site <www.tjrn.jus.br>, tudo nos termos dos arts. 320 a 322 do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça do TJRN.

prazo inicial e final para a apresentação dos projetos pelas entidades³⁰. Esses projetos serão submetidos à apreciação do Juiz para fins de cadastro perante a Unidade Judiciária responsável pela destinação dos recursos. Antes da análise dos projetos, o Ministério Público deve apresentar manifestação, devendo, inclusive, ser cientificado de todas as decisões proferidas no processo.

Quanto ao prazo inicial e final de apresentação dos projetos, a critério do Juízo, poderão ser abertos vários editais durante um ano, bem como poderá ser estipulado valor máximo para utilização nos projetos e valor específico para cada edital, de acordo com a disponibilidade de recursos. Além disso, é vedada a destinação de todo o recurso arrecadado a uma única entidade, ou a um grupo reduzido de entidades, devendo haver uma distribuição equânime dos valores, de acordo com o número de entidades interessadas, a abrangência e relevância social de cada projeto.

É vedada a destinação de recursos ao custeio do Poder Judiciário para a promoção pessoal de magistrados ou integrantes das entidades beneficiadas e, no caso destas, para pagamento de quaisquer espécies de remuneração aos seus membros, para fins político-partidários e para entidades que não estejam regularmente constituídas.

No que se refere à vedação para pagamento de quaisquer espécies de remuneração aos membros das entidades públicas ou privadas beneficiadas com os recursos decorrentes de prestação pecuniária, não está incluso o pagamento de valores para profissionais, não integrantes das entidades, realizarem suas atividades nas execuções dos projetos.

Poderão as entidades, portanto, com a utilização dos recursos decorrentes de prestações pecuniárias, contratar profissionais não integrantes dos seus quadros para a concretização dos projetos apresentados³¹. Uma instituição pública ou privada, por exemplo, poderá contratar um professor de teatro visando executar um projeto de conscientização no trânsito, com a organização de uma peça teatral a ser apresentada em praça pública ou mesmo nas escolas de determinados municípios.

30 Nos termos do art. 7º, *caput*, do Provimento nº 99/2012 – CGTJRN, as unidades jurisdicionais têm obrigação de providenciar anualmente a abertura do Edital, preferencialmente no início do ano judiciário, com as especificações pertinentes, fixando prazo inicial e final para a apresentação dos projetos pelas entidades. Ressalte-se, inclusive, que será possível a aprovação do projeto mesmo sem a existência dos recursos disponíveis no momento da aprovação, isso considerando que, de acordo com o § 2º do referido provimento, a alocação dos recursos em favor da entidade escolhida fica condicionada à disponibilidade. Assim, após as aprovações dos projetos, poderão estes aguardar a expedição de alvará de acordo com a disponibilidade de recursos e de acordo com a ordem de aprovação.

31 Tal possibilidade é explícita no art. 8º, inciso VI, do Provimento nº 99/2012 – CGTJRN, ressaltando, inclusive, que na Tabela III do *Modelo do Projeto Técnico* existe a expressa previsão de pagamento de valores para palestrante ou instrutor de aula, ressaltando, mais uma vez, que nenhum membro da instituição apresentante do projeto poderá ser beneficiado com pagamentos decorrentes das prestações pecuniárias.

E, considerando a natureza finita dos recursos apurados com o pagamento das prestações pecuniárias, deve ser dada prioridade no financiamento de projetos que:

- a) mantenham, por maior tempo, número expressivo de cumpridores de prestação de serviços à comunidade ou entidade pública;
- b) atuem diretamente na execução penal, assistência à ressocialização de apenados, assistência às vítimas de crimes e prevenção da criminalidade, incluídos os conselhos da comunidade;
- c) prestem serviços de maior relevância social;
- d) tenham viabilidade de implementação, segundo a utilidade e a necessidade, obedecendo-se aos critérios estabelecidos nas políticas públicas específicas;
- e) sejam voltados para a prevenção e ou atendimento a situações de conflitos, crimes e violências, inclusive em fase de execução, que sejam baseados em princípios e práticas da Justiça Restaurativa, ressaltando que a hipótese estabelecida no presente item foi disciplinada pela Resolução nº 225, de 31/05/16, do Conselho Nacional de Justiça.

De uma maneira bem objetiva, considerando que é vedada a escolha arbitrária e aleatória dos beneficiários, deve o Magistrado, ao deferir a execução de um projeto com a determinação de expedição de alvará em favor de uma instituição em detrimento de outra, fundamentar sua escolha informando em quais dos requisitos estabelecidos nos incisos do art. 3º da Res. 154/2012 (CNJ) uma instituição apresentou projeto em melhores condições que outra instituição.

Pode-se imaginar, então, a existência de R\$ 10.000,00 disponíveis para execução de projetos financiáveis com recursos de prestações pecuniárias, em que três instituições apresentaram projetos necessitando de R\$ 10.000,00 para a execução. Ao examiná-los, deve o Magistrado observar, por exemplo, qual das três instituições mantém, por maior tempo, **número expressivo de cumpridores de prestação de serviços à comunidade ou entidade pública**, servindo a manutenção de prestadores de serviços à comunidade ou entidade pública como um dos critérios de desempate para análise dos projetos apresentados.

A Res. 154/2012 (CNJ) acaba incentivando as instituições ao recebimento de prestadores de serviços à comunidade, considerando que quanto maior o número destes nas instituições, maiores serão as chances de escolha do seu projeto para execução, em detrimento de outras instituições, isso considerando que os recursos são finitos.

Nesse sentido, a Res. nº 154/2012 (CNJ), que foi criada para definir a política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de **prestação pecuniária**, também termina por ajudar da resolução de um grande problema, qual seja a aceitação de **prestadores de serviços à comunidade** nas instituições públicas e privadas.

Após a análise e aprovação do projeto e expedição do respectivo alvará, surge para a unidade gestora a obrigação de analisar a prestação de contas dos valores disponibilizados. Assim, o manejo e a destinação dos recursos apurados em razão do pagamento das prestações pecuniárias, que são públicos, devem ser norteados pelos princípios constitucionais da Administração Pública.

Após a expedição do alvará, a unidade gestora deve estabelecer um prazo para prestação de contas, a ser apresentada com cópias de notas fiscais, recibos relativos aos gastos realizados, fotografias comprobatórias das ações realizadas, comprovação do depósito de eventuais valores não utilizados ou mesmo economizados³². Além disso, é necessário um relatório contendo todos os detalhes para verificação se o projeto atingiu suas finalidades.

A unidade gestora, norteadada pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como os demais princípios da Administração Pública, após análise técnica da pessoa ou órgão capacitado existente no próprio Juízo responsável pela homologação das contas apresentadas, da Seção de Controle Interno do Tribunal de Justiça, da seção de serviço social do Juízo competente para execução da pena ou medida alternativa³³ e parecer do Ministério Público, homologará a prestação de contas, ficando assegurada a publicidade e a transparência na destinação dos recursos.

Na prática, a entidade beneficiada com os recursos deverá, após a finalização do projeto, prestar contas da verba recebida no prazo de 15 dias da conclusão da execução, enviando à unidade gestora relatório que deverá conter:

- I. planilha detalhada dos valores gastos, observando o cronograma de execução e de liberação de dispêndios previsto no inciso IX do art. 7º do Provimento nº 99/2012 – CGTJRN;

32 Caso seja possível comprar os produtos descritos no projeto por valores menores que os apresentados neste projeto ou mesmo caso não seja utilizado algum valor, deve a entidade apresentar, em suas prestações de contas, a comprovação da devolução do valor excedente.

33 Isso nas localidades onde existir pessoa ou órgão capacitado no próprio Juízo responsável pela homologação das contas apresentadas, Seção de Controle Interno do Tribunal de Justiça ou da seção de serviço social do Juízo competente para execução da pena ou medida alternativa, o que, infelizmente, não é a realidade da maioria das unidades jurisdicionais brasileiras. Ressalte-se, por oportuno, que as manifestações dos referidos órgãos são facultativas, sendo obrigatória apenas a manifestação do Ministério Público.

- II. notas fiscais de todos os produtos e serviços custodiados com os recursos destinados pelo Poder Judiciário, visadas pela pessoa responsável pela execução do projeto, conforme incisos II e III do art. 7º do Provimento já referido;
- III. relatório contendo o resultado obtido com a realização do projeto, juntando, se possível, fotografias e vídeos relativos à execução deste projeto, isso com o fim de ampliar a transparência na aplicação dos referidos recursos.

Por fim, no presente tópico é importante esclarecer que a entidade que deixar de entregar o relatório no prazo determinado ficará impedida de apresentar novo projeto pelo prazo de seis meses. Caso o relatório seja apresentado sem alguma das especificações referidas no parágrafo anterior, a entidade será notificada a sanear a irregularidade em cinco dias, com a ressalva de que não sendo saneada esta irregularidade, também ficará impedida de apresentar novo projeto pelo mesmo prazo seis meses.

4.2.1.2 Procedimentos que devem ser seguidos pelas instituições públicas ou privadas para recebimento dos recursos

Seguindo a mesma trilha que trata do procedimento a ser seguido pelas unidades jurisdicionais para a destinação dos recursos às entidades sociais³⁴, no presente tópico serão analisados os procedimentos que devem ser seguidos pelas instituições públicas ou privadas para recebimento dos recursos decorrentes de pagamento de prestação pecuniária. Isso será feito de acordo com a seguinte ordem: credenciamento perante as unidades jurisdicionais; elaboração dos projetos beneficiados com os recursos decorrentes das prestações pecuniárias e obrigação de prestação de contas por parte das entidades beneficiadas com recursos decorrentes de prestações pecuniárias.

Para utilizar os recursos oriundos de prestação pecuniária, as entidades com finalidade social ou para atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde, que atendam às áreas vitais de relevante cunho social, devem buscar o credenciamento junto às unidades jurisdicionais. Contudo, antes de apresentar projetos para análise e disponibilização

34 Tudo de acordo com o estabelecido na resolução nº 154/2012 – CNJ, Provimento nº 99/2012 – CGTJRN e Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça do TJRN.

dos recursos, a entidade precisa ser previamente conveniada, devendo, para tanto, solicitar seu cadastramento³⁵.

Na solicitação do cadastramento, a entidade deve apresentar os documentos comprobatórios de que está regularmente constituída, bem como informar, nos termos do §1º do art. 2º da Res. 154/2012, incisos I e II, se mantém seus serviços com a utilização de cumpridores de prestação de serviços à comunidade ou entidade pública. A entidade também precisa informar se atua diretamente na execução penal, assistência à ressocialização de apenados, assistência às vítimas de crimes e prevenção da criminalidade, incluídos os conselhos da comunidade.

O credenciamento, ou seja, o pedido de cadastramento perante as unidades jurisdicionais deve seguir o modelo constante no Anexo A da Portaria nº 99/2012 – CGJTJRN e conter as seguintes informações: nome, endereço, bairro, CEP, município, telefone, e-mail, diretor(a), responsável pelo benefício (quanto não for a própria instituição que está se cadastrando), natureza jurídica e atividade principal. Todas as informações deverão ser devidamente comprovadas através de documentos que deverão ser anexados ao requerimento.

Quanto à elaboração dos projetos beneficiados com os recursos decorrentes do pagamento de prestação pecuniária, é importante enfatizar que após os deferimentos de seus cadastros, as instituições devem acompanhar a abertura de **Editais** de disponibilização dos recursos, com as especificações pertinentes. Os referidos editais podem ser publicados anualmente ou mais de uma vez por ano, a depender da quantidade de recursos disponíveis para utilização, e que contêm prazo inicial e final para a apresentação dos projetos pelas entidades.

Dentro do prazo estabelecido, devem ser apresentados os projetos de acordo com os incisos do art. 4º, do Provimento nº 99/2012 e art. 317 do Código de Normas – CGTJRN, contendo:

- I** – o valor total do projeto;
- II** – a destinação da verba;
- III** – a exposição da relevância social do projeto;
- IV** – o período de duração do projeto.

O projeto deverá seguir as diretrizes apresentadas pelo modelo contido no Anexo B do Provimento nº 99/2012 – CGTJRN, destacando a vedação para pagamento de quaisquer

35 Nada impede que o cadastramento seja feito junto com a apresentação do primeiro projeto, ressaltando que a cada ano, deferido o cadastramento, caso seja possível a apresentação de novo projeto, não será mais necessário novo cadastramento.

espécies de remuneração aos membros das entidades públicas ou privadas beneficiadas com os recursos decorrentes de prestação pecuniária. No entanto, tem a possibilidade de utilização dos recursos decorrentes de prestações pecuniárias para contratar profissionais não integrantes dos seus quadros, como por exemplo a contratação de professores para ministrar oficinas de arte, música, cultura, dentre outras ações previstas nas diretrizes institucionais da instituição apresentante do projeto.

O Roteiro de Projeto Técnico (Anexo B do Provimento nº 99/2012 – CGTJRN) exige que sejam explicitados os seguintes tópicos:

- 1. Título do Projeto.**
- 2. Apresentação (Resumo da proposta/Sinopse do projeto)** contendo todas as informações relevantes do projeto, tais como as demandas que serão atendidas, juntamente com as necessidades e expectativas para a implantação das ações pleiteadas ou aquisição de determinado bem e os resultados que se pretende alcançar
- 3. Identificação da instituição solicitante**, com os dados da instituição proponente, quais sejam: nome da instituição, endereço completo, número de telefone e fax, e-mail para contato, nome do responsável, cargo, número da identidade e do CPF, do CNPJ.
- 4. Identificação da instituição executora/beneficiada**, ou seja, caso o projeto apresente como órgão executor/beneficiário instituição diferente do proponente, será necessária a apresentação de todos os dados solicitados acima, referentes ao órgão executor/beneficiário.
- 5. Justificativa**, com a descrição de qual(is) o(s) problema(s), suas causas e como ele(s) foi(ram) identificado(s), apresentando solução(ões) para ele(s), devendo a instituição solicitante justificar a pertinência do pedido e mostrar que a solução do problema tem consequências diretas junto ao espaço ou ao pessoal por ele contemplado. E certamente enriquecerá muito o projeto a apresentação, se possível, de dados e/ou estatísticas consolidadas que justifiquem a demanda solicitada.
- 6. Público beneficiado**, em que deve ser providenciada a descrição objetiva do público-alvo direto e o indireto, informando, inclusive, o número das pessoas que serão diretamente beneficiadas.
- 7. Equipe responsável pelo projeto:** composição da equipe que será responsável pela respectiva execução, destacando a qualificação profissional necessária para o exercício de cada função, as ações que serão realizadas e a carga horária que será cumprida pelos integrantes da equipe.

- 8. Localização geográfica das ações / Estrutura Disponível:** Identificar o local contemplado com as ações ou com determinado bem. Em se tratando da primeira hipótese, informar o espaço físico e a infraestrutura disponível, bem como o número de pessoas que serão atendidas no local, o número de funcionários existentes e as facilidades que o projeto pode encontrar quanto à sua execução.
- 9. Objetivo geral,** que deve seguir os preceitos dos incisos II a V da Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012.
- 10. Objetivos específicos,** apontando, em forma de tópicos, os resultados esperados com o recurso pleiteado.
- 11. Metas (para projetos de execução),** com a quantificação dos resultados esperados, de modo a permitir a verificação de seu cumprimento.
- 12. Metodologia (para projetos de execução),** explicando, detalhadamente, a viabilidade, exequibilidade e a sustentabilidade do projeto, além de apresentar informações sobre os procedimentos e as estratégias a serem adotados para a realização de cada meta. É importante que o projeto apresente as etapas para a realização das metas estabelecidas, identificando a forma como serão executadas. Ex.: se envolver aulas, apresentar planejamento em que conste grade curricular, corpo docente, carga horária, metodologia, dentre outras.
- 13. Detalhamento dos custos,** com a estimativa dos custos, justificando-os no projeto e relacionando-os com as metas (se para execução). Ressalte-se, ainda, que o detalhamento dos custos deve seguir as tabelas constantes no Anexo B do Provimento nº 99/2012 – CGTJRN, com a apresentação por itens de despesa em tabelas distintas, especificação de equipamentos e material permanente contemplados no projeto, bem como a especificação do material de consumo e valores utilizados com a contratação de terceiros para a execução do projeto.

Os projetos devem, ao término das descrições nas planilhas, informar o seu valor final, bem como apresentar três orçamentos do comércio local, que devem ser encaminhados anexos, para fonte de referência, quando for necessária a aquisição de material permanente e/ou de consumo para a execução da proposta. Não serão objeto de financiamento projeto ou material a ser adquirido cujos valores se apresentem superestimados/superdimensionados em relação ao objeto proposto.

E ainda, considerando a natureza finita dos recursos apurados com o pagamento das prestações pecuniárias, serão considerados critérios de desempate em caso de uma quantidade insuficiente de recursos e apresentação de grande quantidade de projetos o seguinte:

- a) manter, por maior tempo, número expressivo de cumpridores de prestação de serviços à comunidade ou entidade pública;
- b) atuar diretamente na execução penal, assistência à ressocialização de apenados, assistência às vítimas de crimes e prevenção da criminalidade, incluídos os conselhos da comunidade;
- c) prestar serviços de maior relevância social;
- d) ter o projeto viabilidade de implementação, segundo a utilidade e a necessidade, obedecendo-se aos critérios estabelecidos nas políticas públicas específicas;
- e) ser o projeto voltado para a prevenção e ou atendimento a situações de conflitos, crimes e violências, inclusive em fase de execução, que sejam baseados em princípios e práticas da Justiça Restaurativa, ressaltando que a hipótese estabelecida no presente item foi disciplinada pela Resolução nº 225, de 31/05/16, do Conselho Nacional de Justiça.

De uma maneira bem objetiva, considerando que é vedada a escolha arbitrária e aleatória dos beneficiários, caso sejam apresentados vários projetos para utilização de um mesmo recurso, serão deferidos com prioridade em relação aos demais projetos os que atenderam com prioridade aos requisitos estabelecidos nos incisos do art. 2º, §1º da Res. nº 154/2012 (CNJ).

E, após a análise e aprovação do projeto e expedição do respectivo alvará, surge para a instituição beneficiada com a disponibilização dos recursos a obrigação de prestar contas dos valores recebidos. Nessa perspectiva, o manejo e a destinação dos recursos apurados em razão do pagamento das prestações pecuniárias, que são públicos, devem ser norteados pelos princípios constitucionais da Administração Pública.

A entidade beneficiada com os recursos deverá, após a finalização do projeto, prestar contas da verba recebida no prazo de 15 dias da conclusão da execução, enviando à unidade gestora relatório que deverá conter:

- I. planilha detalhada dos valores gastos, observando o cronograma de execução e de liberação de dispêndios previsto no inciso IX do art. 7º do Provimento nº 99/2012 – CGTJRN;

- II. notas fiscais de todos os produtos e serviços custodiados com os recursos destinados pelo Poder Judiciário, visadas pela pessoa responsável pela execução do projeto, conforme incisos II e III do art. 7º deste Provimento;
- III. relatório contendo o resultado obtido com a realização do projeto, juntando, se possível, fotografias e vídeos relativos à execução deste projeto, isso com o fim de ampliar a transparência na aplicação dos referidos recursos.

A entidade que deixar de entregar o relatório no prazo determinado ficará impedida de apresentar novo projeto pelo prazo de seis meses e, caso seja apresentado sem alguma das especificações referidas no parágrafo anterior, a entidade será notificada a sanear a irregularidade em cinco dias, com a ressalva de que não sendo saneada a irregularidade, também ficará impedida de apresentar novo projeto pelo mesmo prazo de seis meses.

5 O CAMPO TEMÁTICO DA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Estabelecidas as noções acerca do Estado Democrático de Direito, Poder Judiciário como integrante do Estado brasileiro, com ênfase na atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), bem como das penas criminais aplicadas no Brasil, com o escopo de avaliar a política institucional do Judiciário potiguar na gestão das penas pecuniárias, percebe-se que, apesar da ampliação do estudo sobre políticas públicas no Brasil, pouco se conhece sobre a possível eficiência ou ineficiência das normas criadas pelo CNJ na política institucional do judiciário na área de controle administrativo, exatamente em razão da ausência de estudos empíricos relativos ao tema.

Nessa perspectiva, torna-se imprescindível a avaliação concreta das normativas oriundas do CNJ, como no caso da Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, que define a política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária. Nesse sentido, o estudo vai possibilitar o conhecimento a respeito de eventuais aspectos positivos e negativos em relação à implementação da resolução já referida e o direcionamento de ações tendentes a corrigir eventuais inconsistências observadas no processo de implementação do regramento que surgiu para uniformizar a aplicação das prestações pecuniárias em todo o Brasil.

Portanto, o presente capítulo apresentará conceitos básicos com relação ao campo das políticas públicas, bem como discorrerá sobre os objetivos, natureza e tipos de avaliações, com ênfase na avaliação de implementação, considerada a mais adequada para os objetivos estabelecidos no presente estudo, que é conhecer, com vistas a aprimorar, a política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária.

5.1 POLÍTICAS PÚBLICAS: QUESTÕES CONCEITUAIS

Existe um expressivo debate relativo aos conceitos de políticas públicas, que será devidamente analisado no presente tópico. Convém ressaltar que é pressuposto da existência de uma política pública a constatação de um problema público, passível de resolução através de ações públicas ou privadas tendentes a resolver o referido problema, como pode ser extraído das lições de Secchi (2016, p. 5):

Dois conceitos são de fundamental importância para entender o campo da política pública: o problema público e a política pública. O primeiro trata do fim ou da intenção de resolução. O segundo trata do meio ou mecanismo para levar a cabo tal intenção.

O problema público é usualmente definido como a distância entre o *status quo* e uma situação ideal possível para a realidade pública (SJÖBLOM, 1984; SECCHI, 2016). O problema público é um conceito intersubjetivo, ou seja, ele só existe se incomoda uma quantidade ou qualidade considerável de atores. Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público (SECCHI, 2016). Política pública é um conceito abstrato que se materializa com instrumentos concretos como, por exemplo, leis, programas, campanhas, obras, prestação de serviço, subsídios, impostos e taxas, decisões judiciais, entre muitos outros.

Conforme Leonardo Secchi (2016), os problemas que atingem uma quantidade considerável de pessoas ou mesmo um determinado grupo especial de pessoas consideradas são problemas públicos. Assim, a existência de uma grande quantidade de pessoas condenadas a penas privativas de liberdades e a inexistência de vagas suficientes no sistema prisional pode ser considerado um problema público, passível de resolução através de políticas públicas por parte do Estado, como, por exemplo, a construção de estabelecimentos prisionais aptos ao recebimento dos presos e outras ações que possibilitem a concessão de liberdade de condenados já presos e que cumpriram suas penas.

No mesmo norte, agora em relação aos problemas públicos indicados como algo que não atinge uma quantidade considerável de pessoas, mas é problema público em razão das pessoas às quais devem ser direcionadas as políticas públicas, pode ser citada a necessidade de existência de lugares adequados para que pessoas com deficiência cumpram suas penas privativas de liberdade de forma digna. Salienta-se que, mesmo inexistindo uma grande quantidade de pessoas condenadas ao cumprimento de penas privativas de liberdade nessa condição, forçoso é concluir que é a inexistência de vagas para o cumprimento das penas pelas pessoas portadores de deficiência um problema público, passível de justificar a criação de uma política pública, isso diante da existência de pessoas na condição referida que necessitam de lugares adequados para o cumprimento de suas penas privativas de liberdade.

Seguindo as perspectivas estabelecidas no item anterior, já tratando especificamente das questões conceituais relativas às políticas públicas, para Valle (2009, p. 36) “política pública consiste na decisão formulada por atores governamentais, revestida de autoridade e sujeita a sanções”. Contudo, a autora destaca a importância de se evitar a fixação de um conceito único,

mas sim valorizar aspectos comuns que estarão presentes na maior parte das escolas que se dedicam ao estudo das políticas públicas. E, citando os autores Salisbury (1995) e Theodoulou (1995), são apresentadas algumas noções importantes para se estabelecer o conceito de política pública por parte de Valle (2009, p. 36-37):

- Políticas públicas devem distinguir entre o que o governo pretende fazer, e aquilo que, de fato, ele realmente faz; que a omissão governamental é tão relevante quanto à ação;
- Políticas públicas, no plano ideal, envolvem todos os níveis de governo, e não estão restritas a fatores formais – em verdade, atores informais podem se revelar extremamente importantes;
- Políticas públicas é um tema que invade a ação governamental, e não está limitada à legislação, ordens executivas, regras e regulação – portanto, aos instrumentos formais desse agir do poder;
- Políticas públicas envolvem um curso de ação intencional, com uma finalidade específica e conhecida como objetivo;
- Políticas públicas envolvem um processo em desenvolvimento; elas compreendem não só a decisão pela promulgação de uma lei ou projeto, mas também as ações subsequentes de implementação, apoio e avaliação.

Pelas noções apresentadas por Vanice Regina Lírio do Valle (2009), percebe-se que são pressupostos da existência de uma política pública a multiplicidade de atores, possibilidades, instrumentos e ações, bem como a continuidade das ações ou omissões que visam alcançar um objetivo. A autora evidencia que “políticas públicas expressam, portanto, decisões (...) que, todavia, se constroem a partir do signo da multiplicidade, e não de ser entendidas numa perspectiva de continuidade, de projeção para o futuro de efeitos e obrigações” (VALLE, 2009, p. 37).

Ainda acerca das conceituações relativas às políticas públicas, Sônia Miriam Draibe (2001), na obra “Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais”, organizada por Maria Cecília Roxo Nobre Barreira e Maria do Carmo Brant de Carvalho, apresenta as distinções entre Políticas, Programas e Projetos. A autora destaca que uma política pública se desenvolve em esferas públicas da sociedade – e não no plano privado e interno das instituições ou organizações da sociedade, em que:

Políticas dessa natureza não se restringem, portanto, apenas às políticas estatais ou de governo, podendo abarcar, por exemplo, políticas de organizações privadas ou não-governamentais de quaisquer tipos, sempre e quando preservado o caráter público acima referido (DRAIBE, 2001, p. 17).

O senso comum e algumas velhas lições de administração, teoria de organização ou técnicas de planejamento distinguem, em graus decrescentes de abrangência, políticas, programas e projetos. Tomemos um exemplo da política pública governamental brasileira. Se

nos referimos à política educacional como o conceito mais abrangente da intervenção na educação, o programa da merenda escolar constituiria uma unidade ainda menor de ação, entre as que integram o programa da merenda.

Partindo da perspectiva estabelecida por Sônia Draibe (2001), a respeito da diferenciação entre políticas, programas e projetos, percebe-se que a atuação institucional do Judiciário na gestão das penas pecuniárias é um programa que está inserido na política pública prisional do Brasil. Nesse panorama, a utilização dos valores pelas instituições públicas ou privadas são materializadas através dos projetos que devem ser apresentados de acordo com a Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, editada pelo Conselho Nacional de Justiça, de acordo com a leitura no art. 2º da referida Resolução, adiante transcrito:

Art. 2º Os valores depositados, referidos no art. 1º³⁶, quando não destinados à vítima ou aos seus dependentes, serão, preferencialmente, destinados à entidade pública ou privada com finalidade social, previamente conveniada, ou para atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde, desde que estas atendam às áreas vitais de relevante cunho social, a critério da unidade gestora.

Sendo assim, as atuações dos entes federados, União, Estados e Municípios, na política prisional, seria a política pública que trata do cumprimento de penas no Brasil. Por outro lado, a atuação do Judiciário na gestão das penas pecuniárias seria um programa, dentre tantos outros, com o objetivo de concretizar as políticas públicas relativas ao cumprimento das diretrizes necessárias para o funcionamento do sistema prisional brasileiro. E, em escala menor, analisados dentro dos programas, encontram-se as ações desenvolvidas pelas instituições públicas e privadas com finalidade social, consideradas como projetos a desenvolver e integrantes do programa. Dessa forma, constata-se que todos os programas e projetos são integrantes da política pública, que tem uma abrangência maior.

Feitos esses esclarecimentos, ressalto que, apesar de estar convencido de que a ação objeto de estudo se enquadra como um programa e não uma política pública, o termo política institucional continuará a ser utilizado, isso considerando que é a terminologia utilizada pela Resolução nº 154/2012 (CNJ)³⁷.

No item a seguir serão examinados os tipos de avaliação de políticas públicas, ressaltando que Draibe (2001, p. 17) é enfática no sentido de que “pode-se avaliar tudo, desde a mais restrita até a mais abrangente das políticas, contanto que se disponha dos recursos

36 Os valores referidos são exatamente os decorrentes de aplicação de pena pecuniária, explicitados pelo art. 1º da Resolução nº 154/2012 (CNJ).

37 Art. 1º.

intelectuais, materiais e metodológicos para fazê-lo”. Diante dessa acepção, o estudo dos tipos de avaliação de políticas públicas será útil para a presente pesquisa, visto que mesmo a política institucional do Judiciário na gestão de prestação pecuniária se enquadrando como um programa e não uma política pública, poderá ser estudada da mesma forma que as políticas públicas em sentido estrito, como bem destacado por Draibe (2001).

5.2 TIPOS DE AVALIAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Ao escolher o tipo de avaliação a ser utilizado em determinado estudo, deve o pesquisador analisar qual o verdadeiro objetivo de sua avaliação, para, após analisar os tipos de avaliações de políticas públicas existentes, definir qual será o mais útil em sua pesquisa, sempre pensando nos objetivos a alcançar. Dessa forma, os objetivos de conhecimento; de verificação de eficácia, de eficiência e de accountability³⁸ das ações, bem como detectar dificuldades e obstáculos e produzir recomendações são indicados por Draibe (2001, pp. 17-18) como os possíveis em uma pesquisa:

Avaliações de políticas e programas respondem a distintos objetivos. Desde logo, há objetivos de conhecimento; levantadas certas hipóteses, pesquisa-se um dado programa para conhecer a relação entre condições, meios, resultados e impactos da intervenção. É por isso, aliás, que utilizamos aqui a expressão pesquisa de avaliação, e não simplesmente avaliação, preservando e enfatizando o suposto de que é um novo conhecimento que será produzido por meio de investigação que se observa os cânones mínimos. As pesquisas de avaliação respondem, contudo, também a objetivos de verificação de eficácia, de eficiência e de accountability das ações (...). Objetivos mais imediatos podem ainda impor-se à avaliação, tais como detectar dificuldades e obstáculos e produzir recomendações, as quais possibilitem, por exemplo, corrigir os rumos do programa ou disseminar lições e aprendizagens.

Partindo da ideia de que existem vários objetivos a alcançar com pesquisas voltadas para a avaliação de políticas públicas, deve o pesquisador, antes mesmo de definir qual o objetivo de sua pesquisa, verificar se realmente existe um problema a ser solucionado, eis que somente será útil a realização da pesquisa se efetivamente existe um problema ou se o que se apresentam como problemas são questões pontuais, temporárias ou sem relevância. De acordo com Secchi (2016, p. 33), o analista deve responder a quatro perguntas para definir a relevância de sua pesquisa: 1. Esse é mesmo um problema? 2. Esse é um problema público? 3. Esse é um problema que pode ser enfrentado? 4. Estou disposto a me engajar nessa análise?

³⁸ Prestação de contas, em tradução livre, ou seja, prestação de contas das ações de determinada política pública no caso específico.

De acordo com Secchi (2016, p. 34), “problemas públicos que tenham passado positivamente pelo escrutínio dessas quatro perguntas devem ser levados a sério e são merecedores de um trabalho de análise de política pública”. A avaliação da política institucional do Judiciário potiguar na gestão de penas pecuniárias, especialmente nas comarcas de Cruzeta, Acari e Currais Novos, pode ser considerada como problema a estudar, pois desde a entrada em vigor da Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012 (CNJ), inexistem dados empíricos dando conta da concretização dos objetivos do Conselho Nacional da Justiça ao editar a resolução, demonstrando, assim, a carência de dados com o fim de detectar dificuldades e produzir recomendações.

Seguindo a mesma linha, a análise relativa à política institucional do Judiciário, referida no item anterior, é considerada como um problema público a ser estudado, tendo em vista que a sociedade tem o direito de ver o dinheiro arrecadado com o pagamento das prestações pecuniárias aplicado em favor do bem comum, especialmente na prevenção e combate ao crime. Esse é um problema que pode ser enfrentado, já que a pesquisa empírica quantitativa, com a análise da Resolução nº 154/2012 (CNJ), aliada a um exame qualitativo dos dados colhidos, fatalmente possibilitará a análise do programa, possibilitando, assim, a detecção das dificuldades e obstáculos, bem como produzir as recomendações para melhoria na concretização dos objetivos estabelecidos com a edição da resolução já referida.

Além disso, inexistem dúvidas acerca da suspeição prévia do pesquisador, ou seja, do envolvimento do mesmo com o tema objeto da pesquisa, inclusive com preconceitos já formados, o que foi enfatizado em texto publicado na obra “Três Ensaios sobre Avaliação de Políticas Públicas”, por Lincoln Moraes de Souza, que foi claro no seguinte sentido:

No caso das políticas públicas no geral e da avaliação de políticas públicas em particular, embora existam poucos textos que procurem ir mais a fundo e estudem de modo detalhado e sistemático a avaliação política, nem por isso passou despercebida a importância da suspeição e da existência de suposições e pressupostos não explicitados (SOUZA, 2014, p. 21).

Dessa maneira, ao contrário da visão romântica e imparcial de que o pesquisador deve ser totalmente imparcial, de maneira inteligente e corajosa Souza (2014, p. 23) é claro no sentido de que “uma avaliação, pode (...) ser autorizada visando conseguir uma razão para uma decisão que já tinha sido tomada atrás em relação ao programa”, em que, inclusive, também pode uma “avaliação ser autorizada como uma protelação tática visando tranquilizar as críticas e adiar decisões difíceis”. Seguindo o mesmo raciocínio, entende-se que o lado mágico e positivo da ciência é constatar que, mesmo com a suspeição existente e ressaltada por Souza

(2014) presente antes da pesquisa, pode a avaliação realizada de maneira científica se mostrar contrária aos preconceitos existentes no íntimo do pesquisador, de modo a produzir resultados que inclusive não eram os esperados pelo estudioso.

Apresentados os objetivos das avaliações de políticas públicas e programas, bem como após estabelecer que o objetivo do presente estudo é detectar as virtudes e obstáculos na implementação do programa criado com a Resolução nº 154/2012 (CNJ), é importante analisar o tipo e natureza das avaliações para eleger a mais adequada para atingir o grande objetivo da pesquisa. A disposição necessária para definir a relevância da pesquisa exigida por SECCHI (2016, p. 34) está presente em razão da possibilidade de potencializar a aplicação das penas pecuniárias, o que trará grandes benefícios para a coletividade.

Nesse contexto, partindo dos pressupostos estabelecidos por Draibe (2001, p. 19), “o tipo e a natureza de uma pesquisa de avaliação são definidos em um campo bastante complexo de alternativas, referentes, cada uma delas, a distintas dimensões, momentos e etapas do programa ou da política que se pretende avaliar”. Assim, como o objetivo do presente estudo não é aprofundar o conhecimento sobre os mais variados tipos e naturezas das pesquisas, será feita referência apenas ao tipo e natureza das avaliações listadas por Sônia Draibe na obra já referida.

Seguindo a linha proposta, avaliação pode ser ex ante, quando precede o início do programa, ou mesmo ex post, quando são feitas concomitantemente ou após a realização do programa. No caso da avaliação ex ante, segundo Draibe (2001, p. 19), tem como objetivos de “produzir orientações, parâmetros e indicadores que se incorporem ao projeto, melhorando o seu desempenho e suas estratégias metodológicas e de implementação”, bem como “fixar um ponto de partida que permita comparações futuras (linha de base ou tempo zero)”. Já a avaliação ex post objetiva “verificar o grau de eficiência e eficácia com que o programa está atendendo a seus objetivos”, bem como “avaliar a efetividade do programa, ou seja, seus resultados, impactos e efeitos”.

Nessa perspectiva, com o objetivo de reunir a maior quantidade de informações relativas à implementação da Resolução nº 154/2012 (CNJ), no âmbito do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte, será feita uma avaliação do período compreendido entre 13 de julho de 2007 a 13 de julho de 2017, ou seja, será feita uma avaliação ex ante e ex post, partindo do pressuposto de que a referida resolução, que visa disciplinar a gestão da política institucional do Judiciário na aplicação de penas pecuniárias entrou em vigor no dia 13 de julho de 2012, sendo importante a avaliação do período anterior, bem como posterior à entrada em vigor do

marco regulatório referido, isso com o fim de analisar como a gestão funcionava antes do marco regulatório e como está ocorrendo a implementação nos cinco anos posteriores.

Seguindo a mesma linha, é bastante comum que o pesquisador tenha como objeto de seu estudo a análise a respeito da qualidade dos resultados do programa, ou mesmo se os objetivos previamente planejados foram atingidos. Nesses casos, a pesquisa, quanto à natureza, pode ser considerada uma avaliação de resultados, o que não ocorre quando o estudo tem como foco a análise dos fatores, positivos e negativos, importantes para a efetivação do programa, como é o caso da avaliação de processo ou implementação, como bem destacado por Draibe (2001, pp. 19-20):

as avaliações de processo têm como foco o desenho, as características organizacionais e de desenvolvimento dos programas. Seu objetivo é fundamentalmente detectar os fatores que, ao longo da implementação, facilitam ou impedem que um dado programa atinja seus resultados da melhor maneira possível.

Outra forma de avaliação de políticas públicas ou programas sociais é o estudo acerca da eficiência, eficácia e efetividade, proposto por Arretche e Brant (2006). A autora parte do pressuposto de que a análise sobre a forma com que os recursos públicos são utilizados é imprescindível em regimes democráticos, pois isso força o gestor a aplicar o dinheiro do contribuinte com foco em finalidades efetivamente públicas, já que:

Na verdade, ao dispor de recursos públicos e ao implementar políticas públicas, o governo está gastando dinheiro que não é seu; ao fazê-lo, o governo está gastando dinheiro do contribuinte. Ora, a probidade, competência e eficiência no uso de recursos publicamente apropriados constituem, em regimes democráticos, uma das condições para a confiança pública (public confident) no Estado e nas instituições democráticas. O desperdício de recursos, a corrupção ou a incapacidade governamental são, na verdade, entraves à utilização de recursos publicamente geridos para finalidades efetivamente públicas (ARRETCHÉ; BRANT, 2006, p. 36).

De acordo com Arretche e Brant (2006, pp. 37-38) a avaliação da eficiência de um programa refere-se à relação entre os custos de uma determinada ação pública e os resultados alcançados, sendo a avaliação de eficácia a análise entre os objetivos e instrumentos explícitos de um programa e seus resultados efetivos e a avaliação de efetividade ligada aos impactos diretos e indiretos da política pública ou programa social.

Como o objetivo da presente pesquisa é avaliar se as proposições da Resolução nº 154/2012, do Conselho Nacional de Justiça, foram cumpridas, a avaliação de implementação se mostra a mais adequada, visto que a pesquisa pode contribuir para o aprimoramento do programa. Nesse sentido, Draibe (2001, p. 26) é enfática ao afirmar que:

as políticas ou programas têm vida. Nascem, crescem, transformam-se, reformam-se. Eventualmente estagnam, às vezes morrem. Percorrem, então, um ciclo vital, um processo de desenvolvimento, de maturação e, alguns deles, de envelhecimento ou decrepitude. É este ciclo (ou alguns de seus momentos) que constitui o objeto das avaliações de processos.

A avaliação de implementação, que tem como um dos seus objetivos identificar os aspectos positivos e negativos em relação a determinadas políticas públicas ou programas, no que se refere ao cumprimento dos objetivos inicialmente planejados, tem ganhado bastante importância nos últimos anos, na medida em que seu estudo possibilita a identificação das incumbências dos atores envolvidos na concretização da política pública.

Isso facilita ao pesquisador identificar o papel de cada integrante da política na implementação e potencializar suas funções com o escopo de alcançar os objetivos inicialmente programados. Castro e Souza (2014, p. 17), na obra “Avaliações e Reflexões sobre as políticas públicas de assistência social, saúde e educação”, afirmam que:

A temática sobre implementação e avaliação de políticas públicas está ligada a uma área que vem, nas últimas décadas, ganhando espaço nos estudos e pesquisas acadêmicas potencializando o debate a partir de vários aspectos que envolvem sua problematização. Dentre outros aspectos e/ou problemáticas, por um lado, pode-se averiguar o que na realidade se concebe como público; por outro lado, indagar qual a incumbência dos agentes sociais para a operacionalização das políticas.

Nesse sentido, a compreensão da “incumbência dos agentes sociais para a operacionalização das políticas”, especificamente em sua implementação, mostra-se primordial para nortear as ações de todos os envolvidos na implementação de programas e políticas públicas. Isso significa que o estudo e compreensão das funções programadas e executadas, de fato, por cada um certamente possibilitará o aprimoramento da implementação e, conseqüentemente, a otimização dos resultados perseguidos no momento do planejamento do marco teórico que fundamentou a política ou programa.

Feitas essas considerações sobre os tipos de avaliações de políticas públicas, o presente estudo analisará a implementação da Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, com o estudo focado nos cinco anos anteriores e posteriores tomando como base o marco regulatório a resolução já referida. Desse modo, a pesquisa empírica não analisará os resultados alcançados com o programa, mas sim em que medida ocorreu, ou não, a implementação do referido marco regulatório de gestão de penas pecuniárias no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte da forma planejada.

5.3 AVALIAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 154/2012 (CNJ): QUESTÕES METODOLÓGICAS

A Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, passou por um processo de formulação, durante a tramitação do processo nº 0005096-40.2011.2.00.0000. Após todo o curso do processo, o plenário do Conselho Nacional de Justiça, na 147ª Sessão Ordinária, realizada em 21 de maio de 2012, decidiu que, com o objetivo de aprimorar a aplicação das prestações pecuniárias, para evitar total descrédito e inutilidade ao sistema penal, já que a execução da pena é o arremate de todo o processo criminal, bem como dar maior efetividade às prestações pecuniárias, aprimorando-se a qualidade da destinação das penas impostas e uniformizar as práticas para o fomento à aplicação da pena de prestação pecuniária em substituição à prisão, seria necessária a edição de um programa de acompanhamento. Isso ocorreu com a entrada em vigor da resolução já referida. Sobre o processo de formulação, em comparação com a implementação, Draibe (2001, pp. 29-30) é enfática no seguinte sentido:

Formulação: o processo de formulação de uma dada política pública ou programa é bastante complexo e tende a ser longo. Teoricamente, compreende a formação da agenda política (a introdução do tema ou mais diretamente das demandas na agenda social e, posteriormente, pública); a produção e o confronto de alternativas por parte dos diferentes grupos de atores; os processos de filtragens e de apropriação/domesticação da policy por parte dos agentes, segundo o legado ou as tradições e culturas organizacionais; a formulação e decisão; as definições de estratégias de implementação.

Implementação: inclui tanto as atividades-meio, que viabilizam o desenvolvimento do programa, quanto a atividade-fim, ou a execução propriamente dita, antes que se torne rotineiro.

Esclarecidas as diferenças básicas entre a formulação e implementação, importante destacar, sobre o processo decisório em relação à formulação, que o mesmo não é objeto do presente estudo. O real objetivo é investigar a questão básica na avaliação de implementação, que, segundo Draibe (2001, p. 30)

é a de detectar os condicionamentos, no plano dos processos, dos êxitos ou dos fracassos do programa. É também a de saber se outras alternativas de processos garantiriam melhores resultados, ou, inversamente, se os mesmos resultados poderiam ser alcançados com alternativas menos caras ou mais rápidas de processos ou sistemas.

E, com o fim de avaliar a implementação da Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012 (CNJ), serão respondidas de maneira adaptada à realidade da presente pesquisa as quatro

grandes categorias de perguntas apresentadas por Love (2004 apud CHAMPAGNE et al., 2011, pp. 221-222):

AS PERGUNTAS DA ANÁLISE DE IMPLEMENTAÇÃO

1. Avaliação das necessidades e da factibilidade

- . Quais são as necessidades da clientela-alvo?
- . O que já foi feito para responder às necessidades da clientela-alvo?
- . Quais foram os principais obstáculos à implementação dos programas?
- . O que aprendemos sobre as boas práticas, com base nos programas já implantados?
- . Quais são os recursos necessários para se implantar um programa eficaz?
- . Segundo as outras experiências ou programas, quais são os trunfos do programa e as dificuldades a serem evitadas?

2. Planejamento e concepção do programa

- . Como a teoria do programa foi concebida para atingir os objetivos?
- . Quais são os elementos necessários para tornar a teoria eficaz?
- . O contexto de implantação favorece a implementação do programa planejado? Como?
- . Que aspectos da concepção do programa deveriam ser modificados para se obterem os resultados esperados nesse contexto específico de implantação?

3. Operacionalização

- . O programa atinge a clientela-alvo?
- . Clientes potenciais rejeitam ou deixam o programa? Por quê?
- . O programa está implantado conforme as previsões?
- . O programa produz os efeitos esperados?
- . O programa corresponde aos padrões de qualidade?
- . O programa produz resultados a curto prazo para os clientes?

4. Aperfeiçoamento do programa

- . O programa atinge os objetivos de implantação e seus alvos?
- . Os clientes recebem os benefícios esperados?
- . O programa produz resultados não previstos?
- . Eventos internos ou externos afetam o programa, seus funcionários, seus clientes?

- . Que setores deveriam ser melhorados?
- . Os meios implementados para melhorar o programa funcionam?
- . Quais são os obstáculos à implantação?
- . Quais são as diferenças entre os diversos lugares de implantação?
- . Quais são as forças e fragilidades do programa?
- . Quais são as diferenças entre os diversos lugares de implantação, no que diz respeito aos pontos fortes e aos pontos fracos? Como explicar essas diferenças?

Partindo da interpretação da Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, que define a política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária, compreende-se que o público-alvo da referida resolução é diretamente o Juízo da Execução Penal, responsável pelo poder de decisão relativo à destinação dos valores apurados em razão do pagamento de prestações pecuniárias. Nesse caso, o Juízo é um órgão representado pelo Juiz ou Juíza de Direito com competência para tanto.

Indiretamente, podem ser apresentados como públicos-alvo os próprios responsáveis pelo pagamento das prestações, as instituições beneficiadas com a aplicação dos valores, as pessoas beneficiadas com os programas executados, o Ministério Público e, por fim, as pessoas que cumprem pena de prestação de serviços à comunidade (PSC). Com isso, o art. 2º, §1º, inciso I, da Res. nº 154/2012 (CNJ), estimula a manutenção de prestadores de serviços à comunidade como requisito para o recebimento de valores apurados em razão da aplicação de prestação pecuniária.

Contudo, para fins de avaliação, será considerado apenas o Juiz de Direito com poder decisório no direcionamento dos recursos para determinado projeto apresentado à apreciação pelo Poder Judiciário. Nesse sentido, serão feitos os seguintes questionamentos para o Magistrado, no que se refere à avaliação das necessidades e da factibilidade:

- a) quais são as necessidades do Magistrado para a aplicação da Resolução nº 154/2012? (por exemplo, realização de cursos de formação, orientação por parte do Conselho Nacional de Justiça, da Escola da Magistratura ou do próprio Tribunal de Justiça do RN);
- b) O que foi feito para responder às suas necessidades na aplicação da Resolução nº 154/2012? (após responder, deve atribuir conceitos entre deficiente, regular, bom ou ótimo);
- c) Quais os principais obstáculos à implantação da Resolução nº 154/2012?

- d) Foram apresentadas boas práticas, com base na implantação do programa em outras unidades jurisdicionais?
- e) O que aprendeu sobre as boas práticas, com base nos programas já implantados? (após responder, deve atribuir conceitos entre deficiente, regular, bom ou ótimo. Caso não tenham sido apresentadas boas práticas, deve ser atribuído conceito deficiente);
- f) Quais os recursos considera necessários para implantar o programa de maneira eficaz?
- g) Segundo outros programas apresentados, quais são os trunfos do programa e as dificuldades a serem evitadas? (após responder, deve atribuir conceitos entre deficiente, regular, bom ou ótimo. Caso não tenham sido apresentadas boas práticas, deve ser atribuído conceito deficiente).

Quanto ao planejamento e concepção do programa, devem ser feitos os seguintes questionamentos ao Magistrado com poder decisório em relação à implementação da Resolução nº 154/2012:

- a) Ocorreu participação dos Magistrados na concepção da Resolução nº 154/2012, no processo de elaboração pelo Conselho Nacional de Justiça? (após responder, deve atribuir conceitos entre deficiente, regular, bom ou ótimo. Caso não tenha ocorrido a participação, deve ser atribuído conceito deficiente);
- b) Quais são os elementos necessários para tornar a Resolução nº 154/2012 eficaz? (caso não tenha ideia, basta informar que não há resposta no presente item);
- c) O contexto de implantação favorece a implementação do programa planejado pelo Conselho Nacional de Justiça? Como? (após responder, deve atribuir conceitos entre deficiente, regular, bom ou ótimo);
- d) Que aspectos da concepção do programa deveriam ser modificados para se obterem os resultados esperados no contexto específico de implementação da unidade jurisdicional que é responsável? (após responder, deve afirmar se são muitos, alguns, poucos ou nenhum).

Em relação à operacionalização, serão respondidas pelo próprio pesquisador, com base na pesquisa empírica quantitativa, bem como com avaliação qualitativa, os seguintes questionamentos:

- a) O programa atinge a clientela-alvo, ou seja, os Magistrados com poder decisório em relação ao tema? (atribuir conceitos como não atinge, atinge de maneira regular, atinge da maneira satisfatória ou atinge totalmente);
- b) Os magistrados rejeitam a aplicação do programa? Por quê? (após responder estabelecer conceitos como nunca, algumas vezes, regularmente ou sempre);
- c) O programa está implantado conforme previsões? (após responder atribuir conceitos entre deficiente, regular, bom ou ótimo);
- d) O programa produz os efeitos esperados? (após responder atribuir conceitos entre deficiente, regular, bom ou ótimo);
- e) O programa atinge os padrões de qualidade esperados pelo Conselho Nacional de Justiça?
- f) O programa produz resultados a curto, médio ou longo prazo? (caso não tenha produzido resultados, tal dado deve ser informado).

No que se refere ao aperfeiçoamento do programa, o pesquisador deve responder aos seguintes questionamentos, com base na pesquisa empírica quantitativa, bem como com avaliação qualitativa:

- a) O programa atinge os objetivos de implantação? (atribuir conceitos como não atinge, atinge de maneira regular, atinge da maneira satisfatória ou atinge totalmente);
- b) A população recebe os benefícios esperados pelo Conselho Nacional de Justiça na elaboração da Resolução nº 154/2012?
- c) O programa produz resultados não previstos?
- d) Foram realizados eventos externos com o fim de otimizar a implementação do programa? (atribuir conceitos como nunca, algumas vezes, muitas vezes ou sempre);
- e) Que fatores da Resolução nº 154/2012 poderiam ser otimizados?
- f) Os meios implementados para melhorar o programa funcionam? (atribuir conceitos como nunca, algumas vezes, muitas vezes ou sempre, ressaltando que a resposta deverá ser nunca se inexistiram meios implementados para melhorar o programa);
- g) Quais são os obstáculos à implementação?
- h) Quais são as diferenças entre as implantações em Cruzeta, Acari e Currais Novos? (questionamento a ser respondido ao final, em conclusões);
- i) Quais são as forças e as fragilidades dos programas em Cruzeta, Acari e Currais Novos? Como explicar essas diferenças? (questionamento a ser respondido ao final, em conclusões).

E, por fim, em relação aos questionamentos aos gestores do programa, acerca da Resolução nº 154/2012 (CNJ) e sua efetividade, o Magistrado deve responder o seguinte:

- a) A partir de quando a unidade jurisdicional que é responsável passou a aplicar a Resolução nº 154/2012 (CNJ)?
- b) Como era a aplicação dos valores decorrentes de penas pecuniárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 154/2012 (CNJ)?
- c) Nesse período anterior a entrada em vigor da Resolução nº 154/2012 (CNJ), como era decidido na unidade jurisdicional acerca do direcionamento dos recursos apurados em decorrência do pagamento de prestação pecuniária?
- d) Após a entrada em vigor da Resolução nº 154/2012 (CNJ), qual(is) te(ê)m sido o(s) fator(res) preponderante(s) na decisão acerca do direcionamento dos recursos apurados em decorrência do pagamento de prestação pecuniária?
- e) Qual o valor arrecadado em prestações pecuniárias na unidade jurisdicional entre 13.07.2007 a 13.07.2017? (descrever valores anuais);
- f) Quais as instituições beneficiadas com os valores apurados em decorrência do pagamento das prestações pecuniárias entre 13.07.2007 a 13.07.2017? (descrever meses e valores de cada instituição);
- g) Após a aplicação da Resolução nº 154/2012 (CNJ), as instituições beneficiadas com os recursos passaram a receber apenados condenados ao cumprimento de prestação pecuniária com mais facilidade?
- h) Após a entrada em vigor da Resolução nº 154/2012 (CNJ), a sua atuação enquanto gestor foi modificada no sentido de potencializar a arrecadação de valores relativos à prestação pecuniária?
- i) As pessoas que pagam prestações pecuniárias têm conhecimento acerca da destinação dos recursos arrecadados? Em caso positivo, informe como é feita tal conscientização;
- j) É possível descrever pontos positivos e negativos acerca da Resolução nº 154/2012 (CNJ)?
- k) O que poderia mudar para melhorar a aplicação dos recursos apurados em decorrência do pagamento de prestação pecuniária?
- l) São feitas reuniões de conscientização das instituições e população em geral para informar o teor da Resolução nº 154/2012? Em caso positivo, quantas já foram feitas?

m) Desde a edição da Resolução nº 154/2012, quantos editais foram publicados com chamada de instituições interessadas em apresentar projetos para a utilização de valores apurados em decorrência do pagamento de prestação pecuniária?

Apresentada a forma de execução metodológica no que se refere aos questionamentos direcionados ao gestor do programa, importante destacar que foram realizadas entrevistas com os gestores das comarcas de Cruzeta, Acari e Currais Novos, João Henrique Bressan de Souza³⁹, Witemburgo Gonçalves de Araújo⁴⁰ e Ricardo Antônio Menezes Cabral Fagundes⁴¹, respectivamente, que constam como apêndices E, C e D e serão usadas por ocasião das avaliações constantes no capítulo 6.

Por fim, seguem os dados colhidos nas pesquisas documentais realizadas nas comarcas de Cruzeta, Acari e Currais Novos, entre os anos de 2007 a 2017, isso com o fim de facilitar a compreensão das entrevistas com os dados objetivos relativos aos valores decorrentes de penas pecuniárias apurados e utilizados no período já referido.

A Comarca de Cruzeta, considerada de 1ª entrância⁴², nos termos da Lei de Organização Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte⁴³ é integrada pelos municípios de Cruzeta e São José do Seridó, contando o primeiro com uma população estimada para 2017 de 8.147 habitantes⁴⁴ e o segundo 4.643 habitantes⁴⁵. Portanto, considerando a sede da comarca, Cruzeta, e o termo, ou seja, o município de São José do Seridó, a população de atuação da Vara Única da Comarca de Cruzeta é de 12.790 habitantes.

Para os fins estabelecidos na pesquisa empírica que se faz no presente estudo, serão transcritos os resultados contidos no “Formulário de informações relativas à Comarca de Cruzeta”, em que os dados de desempenhos mensais se encontram no Anexo IV. Assim, para os fins declinados na presente pesquisa, segue um resumo dos valores arrecadados em prestações

39 SOUZA (2018). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice E desta Tese.

40 ARAÚJO, (2018). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta Tese.

41 FAGUNDES, (2018). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D desta Tese.

42 Divisão administrativa das comarcas, perante o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte. As comarcas com uma pequena quantidade de habitantes e, conseqüentemente, de processos, são comarcas de 1ª entrância, enquanto que comarcas maiores como Natal e Mossoró, por exemplo, são consideradas comarcas de 3ª entrância.

43 Disponível em:

<http://www.tjrn.jus.br/files/Legisla%C3%A7%C3%A3o/LEI_DE_ORGANIZAO_JUDICIRIA_-_COMPILAO_ATUALIZADA_AT_A_RESOLUO_07-TJ-07-03-18.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2018, às 23h32.

44 Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/cruzeta/panorama>>. Acesso em: 05 abr. 2018, às 23h35.

45 Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/sao-jose-do-serido/panorama>>. Acesso em: 05 abr. 2018, às 23h37.

pecuniárias na unidade jurisdicional entre 13.07.2007 a 13.07.2017, período equivalente aos cinco anos anteriores e posteriores à entrada em vigor da Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012:

Tabela 1 – Valores arrecadados na Comarca de Cruzeta

ANO	VALOR ARRECADADO
2007	R\$ 1.445,00
2008	R\$ 2.097,50
2009	R\$ 2.750,00
2010	R\$ 6.958,35
2011	R\$ 6.458,75
2012	R\$ 28.745,53
2013	R\$ 20.198,33
2014	R\$ 29.193,38
2015	R\$ 21.572,32
2016	R\$ 39.593,04
2017	R\$ 32.001,22
TOTAL	R\$ 190.993,42

Fonte: elaboração do autor.

Com base na tabela acima que se refere às descrições dos valores arrecadados nos cinco anos anteriores e posteriores à entrada em vigor da Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, verifica-se que o valor total arrecadado no período foi de R\$ 190.903,42. No entanto, foram arrecadados nos cinco anos anteriores à entrada em vigor da resolução já referida apenas R\$ 28.554,42. Nos cinco anos posteriores foram arrecadados R\$ 162.439,00, conforme indicado no Anexo IV.

Na tabela a seguir, estão os valores aplicados em projetos executados na Comarca de Cruzeta, entre 13.07.2007 a 13.07.2017. No Anexo V, consta descrição com nome da instituição beneficiada, nome do projeto (se existente) e valor utilizado para a concretização da ação, de acordo com o ano de aplicação dos valores. Seguem abaixo os números relativos ao total de valores aplicados na Comarca de Cruzeta, de acordo com os anos de aplicação dos recursos:

Tabela 2 - Valores aplicados na Comarca de Cruzeta

ANO	VALOR APLICADO
2007	R\$ 1.695,00
2008	R\$ 2.017,50
2009	R\$ 3.120,00
2010	R\$ 9.259,60
2011	R\$ 5.008,90
2012	R\$ 41.430,66
2013	R\$ 33.454,93
2014	R\$ 25.202,70
2015	R\$ 24.732,00
2016	R\$ 45.053,48
2017	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 190.974,77

Fonte: elaboração do autor.

Quanto aos projetos executados com recursos decorrentes de prestação pecuniária na Comarca de Cruzeta, de acordo com o Anexo V, no ano de 2017, foram direcionados apenas valores a partir do mês de agosto. Por isso, não constam os projetos contemplados, já que estão fora de abrangência do período da pesquisa.

Quanto à Comarca de Acari, considerada de 2ª entrância, nos termos da Lei de Organização Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte⁴⁶ é integrada pelos municípios de Acari e Carnaúba dos Dantas, contando o primeiro com uma população estimada para 2017 de 11.333 habitantes⁴⁷ e, o segundo, 8.188 habitantes⁴⁸. Portanto, considerando os dois municípios, a população de atuação da Vara Única da Comarca de Acari é de 19.521 habitantes.

Abaixo, na Tabela 3, estão os dos valores arrecadados em prestações pecuniárias na unidade jurisdicional entre 13.07.2007 a 13.07.2017, período equivalente aos cinco anos anteriores e posteriores à entrada em vigor da Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, de acordo com os resultados contidos no “Formulário de informações relativas à Comarca de Acari”. Os dados de desempenhos mensais se encontram no Anexo VI. Assim, para os fins declinados na presente pesquisa, segue um resumo:

46 Disponível em: <http://www.tjrn.jus.br/files/Legisla%C3%A7%C3%A3o/LEI_DE_ORGANIZAO_JUDICIARIA_-_COMPILAO_ATUALIZADA_AT_A_RESOLUO_07-TJ-07-03-18.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2018, às 21h32.

47 Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/acari/panorama>>. Acesso em: 12 abr. 2018, às 21h35.

48 Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/carnauba-dos-dantas/panorama>>. Acesso em 12 abr. 2018, às 21h37.

Tabela 3 - Valores arrecadados na Comarca de Acari

ANO	VALOR ARRECADADO
2007	R\$ 0,00
2008	R\$ 0,00
2009	R\$ 0,00
2010	R\$ 0,00
2011	R\$ 0,00
2012	R\$ 0,00
2013	R\$ 9.627,15
2014	R\$ 10.000,00
2015	R\$ 50.000,00
2016	R\$ 22.210,53
2017	R\$ 4.624,68
TOTAL	R\$ 96.462,36

Fonte: elaboração do autor.

A partir da Tabela 3, identifica-se que valor total arrecadado na Comarca de Acari foi de R\$ 96.462,36, sendo que nenhum valor foi arrecadado antes de 13/07/2012, sendo esse montante arrecadado nos cinco anos posteriores à entrada em vigor da referida resolução.

Com relação aos projetos executados na Comarca de Acari, no período pesquisado, os valores aplicados estão dispostos na Tabela 4, abaixo. No Anexo VII, consta descrição com nome da instituição beneficiada, nome do projeto (se existente) e valor utilizado para a concretização da ação, de acordo com o ano de aplicação dos valores.

Tabela 4 - Valores aplicados na Comarca de Acari

ANO	VALOR APLICADO
2007	R\$ 0,00
2008	R\$ 0,00
2009	R\$ 0,00
2010	R\$ 0,00
2011	R\$ 0,00
2012	R\$ 0,00
2013	R\$ 29.399,22
2014	R\$ 0,00
2015	R\$ 35.000,00
2016	R\$ 21.835,21
2017	R\$ 6.000,00
TOTAL	R\$ 92.234,43

Fonte: elaboração do autor.

A Comarca de Currais Novos, considerada de 3ª entrância, nos termos da Lei de Organização Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte⁴⁹ é integrada pelos municípios de Currais Novos, Lagoa Nova e Cerro Corá, contando o município sede, Currais Novos, com uma população estimada para 2017 de 45.228 habitantes⁵⁰, o segundo 15.590 habitantes e o terceiro 11.344 habitantes⁵¹. Portanto, considerando a sede da comarca, Currais Novos, e os termos, ou seja, os municípios de Lagoa Nova e Cerro Corá, a população de atuação da Vara Criminal de Currais Novos é de 72.162 habitantes.

Conforme o “Formulário de informações relativas à Comarca de Currais Novos”, com dados de desempenhos mensais no Anexo VIII, os valores arrecadados em prestações pecuniárias na unidade jurisdicional no período pesquisado são os seguintes:

Tabela 5 - Valores arrecadados na Comarca de Currais Novos

ANO	VALOR ARRECADADO
2007	R\$ 0,00
2008	R\$ 0,00
2009	R\$ 0,00
2010	R\$ 0,00
2011	R\$ 0,00
2012	R\$ 0,00
2013	R\$ 50.758,00
2014	R\$ 33.124,00
2015	R\$ 30.764,00
2016	R\$ 19.891,00
2017	R\$ 40.198,00
TOTAL	R\$ 174.735,00

Fonte: elaboração do autor.

A partir desses dados, verifica-se que o valor total arrecadado no período na Comarca de Currais Novos foi de R\$ 174.735,00, sendo que nos cinco anos anteriores à entrada em vigor da resolução já referida não foi arrecadado nenhum valor. Isso significa que todo o valor

49 Disponível em:

<http://www.tjrn.jus.br/files/Legisla%C3%A7%C3%A3o/LEI_DE_ORGANIZAO_JUDICIRIA_-_COMPILAO_ATUALIZADA_AT_A_RESOLUO_07-TJ-07-03-18.pdf>. Acesso em 05.04.2018 às 20h32.

50 Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/currais-novos/panorama>>. Acesso em: 16 abr. 2018, às 20h35.

51 Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/lagoa-nova/panorama>>. Acesso em 16.04.2018 às 20h37.

arrecadado, o foi nos cinco anos posteriores à entrada em vigor da referida resolução (Anexo VIII).

No que se refere aos projetos executados na Comarca de Currais Novos, na Tabela 6 constam os números relativos ao total de valores aplicados, de acordo com os anos de aplicação dos recursos. No Anexo IX, consta a descrição com nome da instituição beneficiada, nome do projeto (se existente) e valor utilizado para a concretização da ação, de acordo com o ano de aplicação dos valores. Segue abaixo:

Tabela 6 - Valores aplicados na Comarca de Currais Novos

ANO	VALOR APLICADO
2007	R\$ 0,00
2008	R\$ 0,00
2009	R\$ 0,00
2010	R\$ 0,00
2011	R\$ 0,00
2012	R\$ 0,00
2013	R\$ 31.803,21
2014	R\$ 43.454,97
2015	R\$ 30.025,60
2016	R\$ 9.370,94
2017	R\$ 59.567,31
TOTAL	R\$ 174.222,03

Fonte: elaboração do autor.

Apresentados os dados estatísticos em relação aos valores apurados e aplicados, entre 13.07.2007 a 13.07.2017, nas comarcas de Cruzeta, Acari e Currais Novos, bem como o procedimento de entrevistas realizadas com os gestores dos valores nas comarcas já referidas, utilizando os métodos de análise quantitativo e qualitativo, o estudo busca de fato verificar em que medida a Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012 foi implementada nas comarcas de 1ª, 2ª e 3ª entrâncias do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte, o que se faz no capítulo 6.

6 AVALIAÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO NAS COMARCAS DE CRUZETA, ACARI E CURRAIS NOVOS

No capítulo anterior, foram apresentados a coleta e descrição dos dados relativos ao pagamento de prestações pecuniárias entre 13.07.2007 a 13.07.2017, ou seja, cinco anos antecedentes e posteriores à entrada em vigor da Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, nas comarcas de Cruzeta, Acari e Currais Novos, respectivamente de 1ª, 2ª e 3ª entrâncias. Neste capítulo, serão apresentadas as peculiaridades de cada unidade jurisdicional objeto de estudo, fazendo ao final uma comparação entre as implementações da resolução nas três unidades, com possibilidade de verificar em que medida as diretrizes propostas pelo regramento foram cumpridas.

Nesse contexto, com base nos dados estatísticos constantes nos anexos V, VII e IX, referentes à arrecadação e aplicação dos recursos decorrentes de apuração de prestação pecuniária, bem como nas entrevistas realizadas com os gestores dos programas, será analisada a implementação da política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária.

6.1 ASPECTOS COMUNS RELATIVOS À IMPLEMENTAÇÃO NAS COMARCAS DE CRUZETA, ACARI E CURRAIS NOVOS

Especificamente em relação aos fundamentos da resolução, a análise do período de 13.07.2007 a 13.07.2017, ou seja, exatamente cinco anos anteriores e posteriores à entrada em vigor da Resolução nº 154/2012 (CNJ), possibilita a comprovação de que ocorreu o aprimoramento da aplicação das penas pecuniárias, para evitar total descrédito e inutilidade ao sistema penal. Para isso, considera-se a execução da pena como o arremate de todo o processo criminal, eis que nas três unidades jurisdicionais objeto de investigação restou comprovado o significativo aumento dos valores apurados, a título de pagamento de prestação pecuniária.

Na Comarca de Cruzeta, ocorreu um aumento na arrecadação em 568,87%. Nos primeiros cinco anos, foram arrecadados R\$ 28.554,42 e, nos outros, R\$ 162.439,00. Do total de R\$ 190.993,42 arrecadados, R\$ 190.974,77 foram aplicados, conforme se observa no Anexo IV.

Especificamente no que se refere à arrecadação, antes de 13 de julho de 2012, ao contrário do ocorrido em Cruzeta, inexistiam valores arrecadados a título de prestação pecuniária em Acari e Currais Novos, tendo o gestor da Comarca de Acari ressaltado que

eventuais valores recolhidos eram praticamente insignificantes, pois eram convertidos em cestas básicas e não constam sequer das estatísticas. No mesmo sentido da inexistência de arrecadação de valores a título de pagamento de prestação pecuniária, o gestor Ricardo Antônio Menezes Cabral Fagundes (2018), da Comarca de Currais Novos, afirma que:

Antes da Resolução nº 154/2012 (CNJ) a Vara Criminal de Currais Novos não arrecadava valores decorrentes de pagamento de prestação pecuniária, eis que até mesmo os valores pagos a título de fiança eram devolvidos aos acusados, como nos casos de cumprimento das condições impostas durante a suspensão condicional do processo (informação verbal).

Pela mudança de postura da Vara Criminal de Currais Novos, que antes da resolução não arrecadava valores a título de prestação pecuniária, como afirmado pelo gestor, passando a arrecadar o expressivo valor de R\$ 174.735,00, entre 13.07.2012 a 13.07.2017, fica evidente que a arrecadação foi aprimorada, bem como a aplicação. No período da pesquisa, restou comprovado que do valor apurado, acima referido, R\$ 174.322,75 foi aplicado de acordo com o regramento estabelecido na resolução.

Na Comarca de Acari, como ocorreu em Cruzeta e Currais Novos, foi observado um aprimoramento na aplicação dos valores, na medida em que dos R\$ 96.462,36 arrecadados, um total de R\$ 92.234,43 foi aplicado, ou seja, valor aproximado entre o arrecadado e utilizado.

Quanto à efetividade da aplicação das prestações pecuniárias, aprimorando-se a qualidade da destinação das penas impostas pela destinação de R\$ 190.974,77, R\$ 92.234,43 e R\$ 174.322,75, respectivamente nas comarcas de Cruzeta, Acari e Currais Novos, com o financiamento de projetos como os descritos nos tópicos que descrevem a pesquisa quantitativa nas referidas comarcas entre 2007 e 2017, bem esclarece a existência de efetividade na aplicação dos recursos. Isso pode ser exemplificado com os projetos “Histórias que o povo conta – 2ª edição”, “Utilização da voz e violão, como instrumento pedagógico no reforço escolar” e “Se beber não dirija, se lhe chamarem para beber, corra”, respectivamente em Cruzeta, Acari e Currais Novos.

Quanto à uniformização das práticas para o fomento à aplicação da pena de prestação pecuniária em substituição à prisão, como condição da suspensão condicional do processo ou transação penal, visando melhor fiscalização do emprego dos valores recebidos pelas instituições beneficiadas, observou-se a ausência de uma atuação efetiva por parte da Corregedoria Geral de Justiça, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte. Teoricamente, esse órgão é encarregado de fiscalizar, controlar, orientar e acompanhar os serviços forenses de primeiro grau, serviços auxiliares, serviços notariais e de registro, polícia judiciária, cadeias

públicas, presídios e unidades de internação de adolescentes, em todo Estado. Isso sem prejuízo da competência administrativa dos Juízes de Direito, conforme previsão estabelecida no art. 5º do Código de Normas dos Serviços Judiciais do Estado do Rio Grande do Norte, adiante transcrito⁵²:

Art. 5º A função correicional tem por finalidade a fiscalização, controle, orientação e o acompanhamento dos serviços forenses de primeiro grau; serviços auxiliares; serviços notariais e de registro, polícia judiciária; cadeias públicas, presídios e unidade de internação de adolescentes, em todo Estado, sem prejuízo da competência administrativa dos Juízes de Direito.

Parágrafo único. Essa função é exercida pelo Corregedor Geral da Justiça, pelos Juízes Corregedores Auxiliares, por delegação do Corregedor, Juízes ou por Juiz de Direito Diretor do Foro ou não, quando as suas atividades diretas não forem objeto da fiscalização.

A ausência de uma atuação efetiva por parte da Corregedoria do TJRN foi constatada, durante a pesquisa, a partir das entrevistas com os gestores atuantes nas comarcas de Cruzeta, Acari e Currais Novos. O magistrado atuante em Cruzeta, João Henrique Bressan de Souza (2018), salientou que “a capacitação é a maior necessidade atual de implantação da referida resolução, eis que as pessoas que trabalham na área nunca receberam treinamento para tanto”. O gestor de Acari, Witemburgo Gonçalves de Araújo (2018), também ressaltou que:

A capacitação é a maior necessidade atual de implantação da referida resolução, devendo o Tribunal de Justiça fazer uma maior divulgação e capacitar os servidores. Outra situação interessante também seria o estabelecimento de modelos a serem adotados em outras comarcas (informação verbal).

E, ainda, respondendo ao questionamento em relação ao “que foi feito para responder às suas necessidades na aplicação da Resolução nº 154/2012” o gestor na Comarca de Acari foi enfático ao afirmar que “nada foi feito na Comarca de Acari”. Essa resposta também representa os entendimentos dos gestores de Currais Novos e Cruzeta, conforme entrevistas transcritas nos apêndices D e E, respectivamente, mostrando a ausência de atuação por parte do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, através da Corregedoria Geral de Justiça do TJRN, no sentido de possibilitar a uniformização das práticas para o fomento à aplicação da pena de prestação pecuniária em substituição à prisão.

De acordo com os três gestores, não foram apresentadas boas práticas, com base na implantação do programa, em outras unidades jurisdicionais, por parte da Corregedoria de

52 Disponível em: <<http://corregedoria.tjrn.jus.br/index.php/normas/codigos/codigo-de-normas-judicial/-15/7555-codigo-de-normas-de-servicos-judiciais-compilado/file>>. Acesso em: 09 maio 2018, às 21h32.

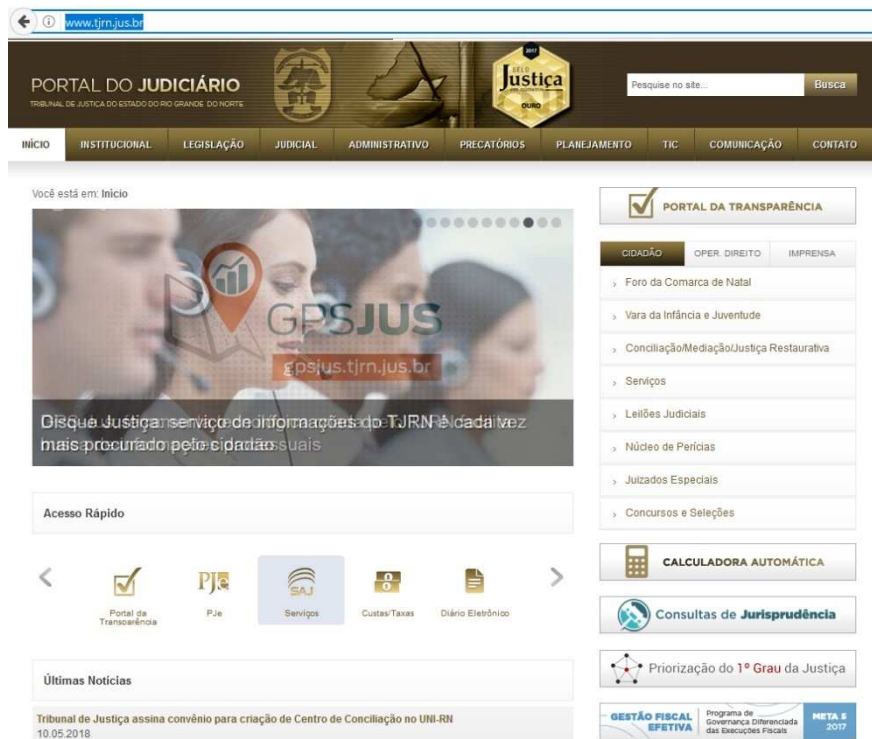
Justiça do TJRN ou mesmo cursos de capacitação, impossibilitando o aprendizado ao conhecer as boas práticas, com base nos programas já implantados. Isso mostra que a ausência de apresentação das práticas exitosas impossibilitou o conhecimento de trunfos de programas já implantados e as dificuldades vivenciadas pelos mesmos.

A respeito da publicidade e transparência na destinação dos recursos decorrentes do pagamento de prestações pecuniárias, o exame das entrevistas dos gestores das comarcas de Cruzeta, Acari e Currais Novos evidenciou que o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, através da Corregedoria de Justiça ou mesmo da Escola da Magistratura do Estado do RN, não tem garantido a publicidade e transparência a nível estadual, o que possibilitaria o conhecimento e divulgação por parte da população dos valores apurados e destinados para o financiamento de projetos que garantam a concretização de direitos coletivos, especialmente de toda a população.

A fala do gestor na Comarca de Acari bem representa o teor narrado pelos gestores de todas as unidades objeto de avaliação. Ao responder o que poderia mudar para melhorar a aplicação dos recursos apurados em decorrência do pagamento de prestação pecuniária, o gestor explicou que: “poderia ser feita uma maior divulgação, destacando que muitas instituições sequer têm conhecimento da existência desses recursos” (ARAÚJO, 2018).

Assim, além da necessária publicidade e transparência, uma maior divulgação deveria ser feita em âmbito estadual para dar conhecimento da existência dos recursos, com o objetivo de incentivar às instituições no aperfeiçoamento dos seus trabalhos e apresentação de projetos garantidores de interesses coletivos. Ao consultar o sítio na internet do TJRN, nenhuma referência é explicitada sobre a divulgação de arrecadação de valores decorrentes de prestação pecuniária ou mesmo da forma de aplicação, conforme *print* abaixo:

Figura 1 - Página inicial do sítio do TJRN.



Fonte: www.tjrn.jus.br.

A respeito da transparência em relação à arrecadação e aplicação dos recursos relativos às prestações pecuniárias, ao analisar o ícone do Portal da Transparência do TJRN, percebe-se que inexistem informações sobre como ocorre a aplicação da Resolução nº 154/2012 (CNJ), no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte. Também inexistente ampla divulgação estadual dos editais publicados e com recursos disponíveis para a utilização pelas instituições que tenham interesse em executar projetos com a utilização de recursos. Segue o *print* relativo ao Portal da Transparência:

Figura 2 – Portal da Transparência TJRN

www4.tjrn.jus.br/portalTransparencia/despesas.aspx

Portal da Transparência
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte

Despesas | Receitas | Resolução 102/2009-CNJ | Resolução 195/2014-CNJ | Resolução 151/2015 | Relatórios de Gestão Fiscal | Veículos Oficiais

A consulta "Despesas" do Portal da Transparência do Tribunal de Justiça do RN reúne duas pesquisas distintas. A primeira, denominada "Gastos Diretos", permite que você possa conferir os gastos diretos do Poder Judiciário. Já a segunda, intitulada "Transferências de Recursos", possibilita o acompanhamento dos recursos públicos transferidos.

Gastos Diretos

Posição a ser consultada: Acumulado
Exercício a ser consultado: 2018
Mês a ser consultado: Maio
Fase de gastos a ser consultada: Pagamento

☐ Por Tipo de Despesa
☐ Por Unidade Gestora/Gestão
☐ Por Ação
☐ Por Favorecido
☐ Diárias

Transferências de Recursos

Posição a ser consultada: Acumulado
Exercício a ser consultado: 2018
Mês a ser consultado: Maio
Fase de gastos a ser consultada: Pagamento

☐ Por Ação
☐ Por Favorecido

CONSULTA DE VENCIMENTOS
Folha de Pagamento

Fonte: <http://ww4.tjrn.jus.br/portalTransparencia/despesas.aspx>

De acordo com os gestores entrevistados, na divulgação dos editais inexistiu uniformização a respeito das publicações dos editais de destinação dos recursos, o que dificulta as próprias instituições no momento de apresentar os seus projetos. Das três comarcas objeto de avaliação, duas publicam seus editais com um critério e forma de julgamento, Cruzeta e Currais Novos, e a Comarca de Acari utiliza outro.

No caso da Comarca de Acari, Witemburgo Gonçalves de Araújo (2018) explicou que, ao publicar um edital, todas as instituições que apresentam projetos são contempladas, não necessariamente com a disponibilização de todos os valores propostos, ou seja, o gestor determina a adequação dos valores, de modo a permitir que todos os projetos apresentados sejam contemplados:

De acordo com os recursos disponíveis, são direcionados recursos de modo a atender todas as instituições, eis que inicialmente são aprovados os projetos e depois verificada a possibilidade de direcionamento mesmo que em valores menores (informação verbal).

Em Acari, os projetos são apresentados e aprovados independentemente da existência de valores disponíveis, ao contrário de Cruzeta e Currais Novos, o que termina dificultando a publicidade a respeito da forma de seleção, bem como a transparência necessária. Por essa forma executada em Acari fica impossível o conhecimento por parte das instituições sobre um

prazo razoável para definição de execução ou não dos projetos, bem como de valores monetários disponíveis que serão disponibilizados.

No caso de Cruzeta e Currais Novos, de acordo com o edital publicado pela Comarca de Currais Novos (Anexo XV), por exemplo, os editais são publicados com o valor exato disponível, a quantidade de projetos beneficiados, bem como o prazo definido para a apresentação dos projetos. Assim, por exemplo, se é publicado um edital com disponibilidade de R\$ 30.000,00, com possibilidade de contemplação de seis instituições, mesmo que existam dez projetos apresentados, o gestor tem a obrigação de selecionar apenas os seis, demonstrando de forma transparente os fundamentos para a contemplação dos selecionados, o que possibilita o aprimoramento de todos os projetos e o benefício para toda a sociedade.

Ainda em relação à transparência e publicidade, importante destacar que, apesar da omissão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte em divulgar a arrecadação e aplicação dos recursos referidos na Resolução nº 154/2012 (CNJ), em âmbito estadual, as próprias unidades jurisdicionais fazem tal divulgação em âmbito local, com a realização de reuniões com as instituições beneficiadas. A fala de João Henrique Bressan de Souza (2018) sobre a Comarca de Cruzeta, abaixo, representa também a realidade de Acari e Currais Novos:

As instituições participavam de uma reunião com o Magistrado para esclarecimentos acerca do encaminhamento de apenados para cumprimento de prestações de serviços à comunidade e o direcionamento das prestações pecuniárias. Em seguida, realizavam seu cadastro junto à Comarca e, a partir daí, os recursos eram destinados seguindo uma ordem cronológica de cadastramento. (...) São feitas as reuniões anualmente, destacando que foram feitas seis reuniões até o presente momento (Informação verbal).

Feita a análise em relação ao cumprimento dos objetivos estabelecidos nos fundamentos da resolução objeto de exame, destaco que se verificou nas comarcas de Cruzeta, Acari e Currais Novos, nos termos do art. 1º, que o recolhimento dos valores pagos está sendo efetuado com o depósito em conta judicial vinculada à unidade gestora, com movimentação apenas por meio de alvará judicial. Nesse sentido, não foram encontrados valores recolhidos em cartório ou secretaria, o que possibilita uma segurança maior para os próprios servidores públicos que trabalham com a matéria.

A avaliação da implementação mostrou o cumprimento do parágrafo único do art. 1º da resolução, dado que as unidades gestoras de Cruzeta, Acari e Currais Novos comprovaram que, a partir do ano de 2013, criaram um processo único e encaminharam para a instituição bancária os dados necessários com o fito de possibilitar a realização de depósito judicial, por parte dos

apenados, o que facilitou a gestão dos recursos. Tal constatação é decorrente da fala do gestor de Cruzeta, que foi enfático no seguinte sentido:

A partir do dia 10 de abril de 2013, com abertura do Processo Administrativo nº 0100163-76.2013.8.20.0138, para fins de acompanhamento do regular recolhimento e destinação dos valores oriundos da prestação pecuniária, a unidade jurisdicional passou a aplicar a resolução nº 154/2012 (CNJ) (...) ressaltando que antes da resolução as prestações pecuniárias eram convertidas em cestas básicas e destinadas às instituições dos municípios que fazem parte da Comarca de Cruzeta (informação verbal).

As informações transcritas acima revelam que o cumprimento do estabelecido no parágrafo único do art. 1º possibilitou uma maior transparência em relação aos valores arrecadados e disponíveis, bem como um maior controle por parte do gestor, no sentido de permitir o conhecimento sobre o universo de valores arrecadados com o pagamento de prestações pecuniárias.

Quanto ao cumprimento das diretrizes estabelecidas no art. 2º, ou seja, que os valores depositados, referidos no art. 1º, quando não destinados à vítima ou aos seus dependentes, devem, preferencialmente, ser destinados à entidade pública ou privada com finalidade social, previamente conveniada, ou para atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde, desde que estas atendam às áreas vitais de relevante cunho social, a critério da unidade gestora, importante destacar que nas três unidades jurisdicionais restou comprovada a obediência ao regramento.

Está estabelecido no § 1º do artigo 2º da resolução, que a receita da conta vinculada deverá financiar projetos apresentados pelos beneficiários, priorizando-se o repasse desses valores aos beneficiários que mantenham, por maior tempo, número expressivo de cumpridores de prestação de serviços à comunidade ou entidade pública; atuem diretamente na execução penal, assistência à ressocialização de apenados, assistência às vítimas de crimes e prevenção da criminalidade, incluídos os conselhos da comunidade; prestem serviços de maior relevância social; apresentem projetos com viabilidade de implementação, segundo a utilidade e a necessidade, obedecendo-se aos critérios estabelecidos nas políticas públicas específicas e projetos de prevenção e ou atendimento a situações de conflitos, crimes e violências, inclusive em fase de execução, que sejam baseados em princípios e práticas da Justiça Restaurativa.

Nesse sentido, a pesquisa mostrou que, inicialmente, a Comarca de Acari não utiliza os referidos critérios para definição dos projetos beneficiados, justificando o gestor a desnecessidade de utilização, na medida em que todos os projetos apresentados são

beneficiados, adequando os valores pleiteados aos suficientes para atender às demandas de todas instituições.

Essa decisão tomada em Acari de beneficiar todas as instituições, em detrimento das que apresentam projetos direcionados para o estabelecido no art. 2º, §1º, da resolução, termina por não estimular as instituições ao aperfeiçoamento dos seus projetos, no sentido de atender às diretrizes planejadas pelo Conselho Nacional de Justiça ao editar a Resolução nº 154/2012.

Por outro lado, a Comarca de Currais Novos, apesar de não considerar o número de apenados em cumprimento de prestação de serviços à comunidade no momento de selecionar os projetos que serão beneficiados com recursos decorrentes de prestações pecuniária, considera como critérios válidos a viabilidade de implementação, segundo a utilidade e a necessidade. Dessa forma, a comarca obedece aos critérios estabelecidos nas políticas públicas específicas e projetos de prevenção e ou atendimento a situações de conflitos, crimes e violências, como se observa na entrevista do gestor Ricardo Antônio Menezes Cabral Fagundes (2018):

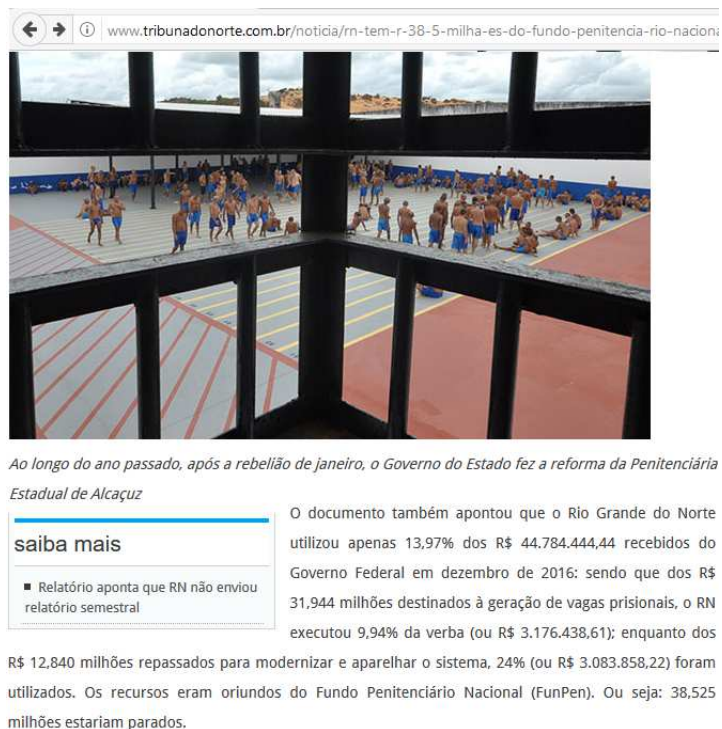
Inicialmente é feita uma análise formal dos projetos e, verificada a regularidade, são analisados o impacto social do projeto e se representa uma política pública preventiva de crimes. Contudo, em algumas situações, os recursos foram utilizados excepcionalmente para suprir omissões estatais como reformas no Centro de Detenção Provisória de Currais Novos, Delegacia de Polícia, Batalhão de Polícia, ressaltando, porém, que atualmente essa atuação em suprimimento às omissões estatais são possíveis de forma mais excepcional ainda, tendo em conta que vários valores foram perdidos, na medida em que o Centro de Detenção Provisória foi fechado, a viatura recuperada não é mais usada em Currais Novos, o que indica a necessidade da utilização dos recursos mais voltados para políticas públicas de prevenção (informação verbal).

Em relação à Comarca de Currais Novos, observou-se o parcial cumprimento do estabelecido na Resolução nº 154/2012 (CNJ), no que se refere à seleção dos projetos apresentados, com uma ressalva crítica no sentido de ser a aplicação direcionada em diversos momentos, visando suprir omissões do poder público, no sentido de garantir políticas públicas básicas. Como exemplo está o que ocorreu no ano de 2016, em Currais Novos, quando 100% dos recursos aplicados no ano, ou seja, R\$ 9.370,94, o foram com destino ao Centro de Detenção Provisória de Currais Novos, sem aplicar nenhum centavo destinado a políticas públicas de prevenção ou mesmo atendendo a outros critérios previstos no §1º do art. 2º da resolução objeto de análise.

Um fato que chama a atenção é que, enquanto a Comarca de Currais Novos direcionou 100% dos valores apurados em prestação pecuniária, em 2016, com o financiamento de políticas públicas de obrigação estatal, ou seja, a reforma do Centro de Detenção Provisória e

reforma da viatura de transporte de presos, o Estado do Rio Grande do Norte RN tem 38,5 milhões do fundo penitenciário nacional parados, de acordo com matéria jornalística publicada pelo jornal Tribunal do Norte, em 08.05.2018:

Figura 3 - Matéria Jornal Tribuna do Norte



Fonte: Jornal Tribuna do Norte

Ao fazer referência a um relatório do Tribunal de Contas da União, assinado pela Ministra Ana Arraes, o periódico destaca que “o Rio Grande do Norte utilizou apenas 13,97% dos R\$ 44.784.444,44 recebidos do Governo Federal em dezembro de 2016”, o que demonstra ainda mais a incongruência da utilização de recursos apurados em decorrência do pagamento de penas pecuniárias com a reforma e aparelhamento de Centros de Detenção Provisória, como ocorreu em Currais Novos e em vários lugares do RN, como em Apodi, conforme noticiou o sítio globo.com, ao destacar que:

Em Apodi, cidade a 340 quilômetros da capital potiguar, o dinheiro de penas pecuniárias viabilizou a construção de um novo prédio no Centro de Detenção Provisória que criou 60 vagas para detentos. A obra custou R\$ 150 mil, dos quais R\$ 110 mil foram pagos pela comarca de Apodi por meio da arrecadação de penas pecuniárias. A comarca abriu a conta única para penas pecuniárias em abril de 2014. De lá pra cá, de acordo com a juíza Kátia Guedes, a comarca arrecadou cerca de R\$ 200 mil (ZAULI, 2015, online).

Figura 4 - Matéria G1RN



Fonte: Globo.com.

Assim, o que aparentemente pode ser considerado positivo, como para o então Corregedor Geral de Justiça do TJRN, Desembargador Saraiva Sobrinho, ao afirmar que a experiência de Apodi deve ser replicada nos demais Centros de Detenção do RN, em reportagem publicada no sítio do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (2015a), é visto cientificamente como algo negativo. Isso porque se “o Rio Grande do Norte utilizou apenas 13,97% dos R\$ 44.784.444,44 recebidos do Governo Federal em dezembro de 2016”, conforme divulgado em relatório do Tribunal de Contas da União, os valores apurados em decorrência de pagamento de prestação pecuniária devem ser usados com políticas públicas de prevenção da ocorrência de crimes, como previsto no art. 2º da Resolução nº 154/2012 (CNJ). Segue trecho da matéria referida no presente parágrafo:

O corregedor geral de Justiça, desembargador Saraiva Sobrinho, representou o presidente do TJRN, desembargador Claudio Santos, no evento de inauguração do CDP de Apodi, ocorrido na manhã de ontem (5). Saraiva Sobrinho parabenizou a iniciativa, defendendo que a experiência possa ser multiplicada nos demais Centros de Detenção do RN. Defendeu também que o projeto arquitetônico executado no CDP Apodi seja utilizado como modelo nas demais unidades, garantindo o alto padrão ali alcançado (TRIBUNAL, 2015a, online).

Por outro lado, a implementação da Resolução nº 154/2012 (CNJ), especialmente em relação aos critérios estabelecidos no §1º do art. 2º, pode ser considerada como excelente na Comarca de Cruzeta. Isso ocorre porque, para escolher os projetos a executar com recursos apurados através do pagamento de prestação pecuniária, o gestor utiliza os critérios exigidos pelo Conselho Nacional de Justiça, garantindo a execução de ações preventivas da ocorrência de crimes, bem como incentiva o recebimento de pessoas que prestam serviços à comunidade por parte das instituições interessadas em receber recursos decorrentes do pagamento de prestação pecuniária, como bem ressaltou o gestor João Henrique Bressan de Souza (2018):

O principal requisito para recebimento das prestações pecuniárias era o recebimento dos apenados, por parte das instituições, para cumprimento da prestação de serviço à comunidade. (...) As instituições passaram a receber os apenados com mais facilidade, isso considerando a ciência de que o recebimento de prestadores de serviços à comunidade implica em critério para receber o pagamento de prestação pecuniária (informação verbal).

Assim, ao cumprir os critérios estabelecidos no §1º do art. 2º, o gestor termina por facilitar na resolução de um dos grandes entraves do sistema penitenciário brasileiro, que é o recebimento de pessoas que cumprem penas de prestação de serviços à comunidade. Nesse sentido, as instituições interessadas em executar projetos com recursos decorrentes de pagamento de prestação pecuniária, sabedoras de que o recebimento de presos em prestação de serviços à comunidade é um diferencial no momento da escolha de projetos beneficiados com o recebimento de recursos, terminam por adequar suas ações no sentido de receber apenados prestadores de serviços à comunidade em seus quadros.

São beneficiados os apenados, quando bem recebidos pelas instituições no processo de ressocialização, bem como a coletividade que tem pessoas cumprindo suas penas adequadamente, com consciência da ilicitude praticada e necessidade de mudança para bem viver coletivamente, o que é inclusive incentivado pelas instituições que recebem os prestadores de serviços à comunidade.

Quanto ao estabelecido no art. 3º da resolução, durante a avaliação da implementação observou-se que, nas comarcas de Cruzeta, Acari e Currais Novos, foi integralmente cumprida a vedação no que se refere à destinação de recursos para o custeio do Poder Judiciário, para a promoção pessoal de magistrados ou integrantes das entidades beneficiadas e, no caso destas, para pagamento de quaisquer espécies de remuneração aos seus membros, para fins político-partidários e para entidades que não estejam regularmente constituídas.

Também foi observado, nos termos do art. 4º da resolução, que o manejo e a destinação desses recursos, que são públicos, no período avaliado, sempre foram norteados pelos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos, dentre outros, dispositivos no art. 37, caput, da Constituição Federal. Além disso, destaca-se a observação do cuidado das unidades gestoras com a indispensável e formal prestação de contas, tendo, inclusive, o gestor Witemburgo Gonçalves de Araújo (2018) demonstrado a preocupação em capacitar as instituições que executam os projetos, visando formalizar suas prestações de contas de maneira cada vez mais profissional.

No que se refere à exigência de que a homologação da prestação de contas será precedida de manifestação da seção de serviço social do Juízo competente para a execução da pena ou medida alternativa, onde houver, e do Ministério Público, a avaliação mostrou que, em Cruzeta, Acari e Currais Novos, a homologação relativa à prestação de contas não é precedida por manifestação de serviço social do Juízo, diante da inexistência, sendo precedida apenas de manifestação do Ministério Público.

Feita a avaliação dos pontos gerais em relação às unidades objeto da pesquisa, para fins de análise individual, serão considerados os seguintes parâmetros capazes de demonstrar como ocorreram as implementações nas comarcas de Cruzeta, Acari e Currais Novos, em relação a cada indicador:

Tabela 7 - Parâmetros de avaliação

DEFICIENTE	REGULAR	BOM	ÓTIMO
0% a 25%	26% a 50%	51% a 75%	76% a 100%

Fonte: elaboração do autor.

E, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, os indicadores são os seguintes:

- 1) Ocorreu aprimoramento em relação à aplicação dos valores arrecadados a título de prestação pecuniária;
- 2) Foi dada maior efetividade às prestações pecuniárias, aprimorando-se a qualidade da destinação das penas impostas;
- 3) Ocorreu uniformização das práticas para o fomento à aplicação da pena de prestação pecuniária em substituição à prisão, como condição da suspensão condicional do processo ou transação penal, visando melhor fiscalização do emprego dos valores recebidos pelas instituições beneficiadas;

- 4) Foi assegurada maior publicidade e transparência na destinação dos aludidos recursos;
- 5) Os valores pagos passaram a ser depositados em conta judicial vinculada à unidade gestora, com movimentação apenas por meio de alvará judicial, vedado o recolhimento em cartório ou secretaria;
- 6) A unidade gestora encaminha para a instituição financeira estadual ou federal, os dados do processo – número da autuação, comarca, vara e nome do réu – para depósito judicial, que será feito pelo apenado, na forma e periodicidade fixada no ato judicial;
- 7) Os valores depositados, quando não destinados à vítima ou aos seus dependentes, são, preferencialmente, destinados à entidade pública ou privada com finalidade social, previamente conveniada, ou para atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde, desde que estas atendam às áreas vitais de relevante cunho social, a critério da unidade gestora;
- 8) A receita da conta vinculada financiou projetos apresentados pelos beneficiários, priorizando-se o repasse desses valores aos beneficiários que: mantenham, por maior tempo, número expressivo de cumpridores de prestação de serviços à comunidade ou entidade pública; atuem diretamente na execução penal, assistência à ressocialização de apenados, assistência às vítimas de crimes e prevenção da criminalidade, incluídos os conselhos da comunidade; prestem serviços de maior relevância social; apresentem projetos com viabilidade de implementação, segundo a utilidade e a necessidade, obedecendo-se aos critérios estabelecidos nas políticas públicas específicas; projetos de prevenção e ou atendimento a situações de conflitos, crimes e violências, inclusive em fase de execução, que sejam baseados em princípios e práticas da Justiça Restaurativa;
- 9) Foi obedecida a vedação relativa a destinação de recursos ao custeio do Poder Judiciário; para a promoção pessoal de magistrados ou integrantes das entidades beneficiadas e, no caso destas, para pagamento de quaisquer espécies de remuneração aos seus membros; para fins político-partidários; a entidades que não estejam regularmente constituídas, obstando a responsabilização caso haja desvio de finalidade;
- 10) O manejo e a destinação desses recursos, que são públicos, foram norteados pelos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos, dentre outros, dispositivos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

- 11) A indispensável e formal prestação de contas perante a unidade gestora, sob pena de responsabilidade, foi observada;
- 12) A homologação da prestação de contas será precedida de manifestação da seção de serviço social do Juízo competente para a execução da pena ou medida alternativa, onde houver, e do Ministério Público.

Estabelecidos os doze indicadores, far-se-á a avaliação individual em relação a cada unidade gestora objeto de avaliação, com o estabelecimento de conceito final de avaliação, que levará em consideração não somente a atuação do gestor, mas do próprio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, incumbido pelo Conselho Nacional de Justiça de praticar atos no sentido de concretizar a resolução objeto de análise. Os aspectos gerais referidos nos Aspectos comuns relativos à implementação nas comarcas de Cruzeta, Acari e Currais Novos serão levados em consideração nas avaliações individuais.

6.1.1 Avaliação de implementação na Comarca de Cruzeta

A Comarca de Cruzeta, considerada de 1ª entrância, nos termos da Lei de Organização Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte é integrada pelos municípios de Cruzeta e São José do Seridó, contando o primeiro com uma população estimada para 2017 de 8.147 habitantes e o segundo 4.643 habitantes. Portanto, considerando a sede da comarca, Cruzeta, e o termo, ou seja, o município de São José do Seridó, a população de atuação da Vara Única da Comarca de Cruzeta é de 12.790 habitantes.

De acordo com o IBGE, em 2016, o salário médio mensal era de 1.4 salários mínimos, ressaltando que a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 12.7%. Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 5.9 no IDEB, com uma nota de 4.6 para os alunos dos anos finais. Um fato interessante é que comparação com cidades do Rio Grande do Norte, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 2 de 167 e a posição passava a 5 de 167 para os alunos dos anos finais. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 99.3 em 2010. Isso posicionava o município na posição 9 de 167 dentre as cidades do RN.

Feitas essas observações gerais e analisada a arrecadação de valores decorrentes de pagamento de prestação pecuniária na Comarca de Cruzeta, entre o período de 13.07.2007 a 13.07.2017, ou seja, exatamente cinco anos anteriores e posteriores à entrada em vigor da Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, empiricamente foi

demonstrado que a arrecadação dos valores foi potencializada em 568,87%, visto que, nos primeiros cinco anos, foi arrecadado R\$ 28.554,42 e, nos outros, R\$ 162.439,00.

Nesse passo, importante destacar que foi observado o aprimoramento quanto às destinações das penas pecuniárias, evitando total descrédito e inutilidade ao sistema penal, considerando que a execução da pena é o arremate de todo o processo criminal. Tal conclusão pode ser chegada pela análise de aplicação dos valores em 2007, por exemplo, com a destinação de R\$ 100,00 para a Associação Manoel Cipriano de Araújo (Casa do Velhinho Dona Chaguinha Vale), bem como outros valores pequenos e sem projetos com destinação específica, antes da entrada em vigor da resolução, em comparação ao ano de 2016, exemplificativo do período posterior à entrada em vigor, que teve a aplicação de R\$ 5.950,00 para a Escola Municipal Cônego Ambrósio Silva, em favor do projeto “Nossas Memórias - publicação do livro Histórias que o povo conta”. Esse exemplo demonstra que, antes de 13.07.2012, os valores eram aplicados de forma pulverizada, ou seja, com a destinação de valores pequenos entre R\$ 50,00 e R\$ 100,00, o que foi observado em 70% das aplicações ocorridas em 2007, ressaltando que nenhum valor ultrapassou sequer R\$ 600,00, no referido ano.

As aplicações de valores como R\$ 1.540,00, em favor da Secretaria Municipal de Obras do município de São José do Seridó, para financiar o projeto “Coleta de recicláveis: uma ação de cunho socioambiental e educativo”; R\$ 4.005,00 para a Associação Musical de Cruzeta, para financiar a reestruturação de espaços físicos da AMUSIC; R\$ 5.180,00, em favor da Escola Municipal Cônego Ambrósio Silva, para financiar o projeto “Histórias que o povo conta - livro - 1ª edição”; R\$ 3.638,00, para o Centro Municipal de Educação Infantil Joaquim Lopes Pequeno, visando financiar o projeto “Leitura infantil - viajando e contando histórias”; R\$ 5.005,66, em favor da instituição Pastoral da Pessoa Idosa (Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios), para financiar o projeto “A construção de uma relação de ajuda mediante apoio financeiro em prol de uma melhor qualidade de vida da pessoa idosa”, dentre outros (Anexo V), já no ano de 2013, bem demonstram que o programa instituído pelo Conselho Nacional de Justiça, com o fim de gerir a aplicação das penas pecuniárias, aprimorou o sistema e possibilitou que as instituições utilizassem os recursos para executar projetos com finalidades específicas.

Enquanto a Associação Manoel Cipriano de Araújo (Casa do Velhinho Dona Chaguinha Vale) recebeu R\$ 100,00, em 2007, e possivelmente utilizou o valor para atender necessidades do cotidiano da instituição, como a compra de fraldas geriátricas para atender aos velhinhos residentes na instituição, em 2015, a mesma instituição, objetivando executar o projeto “Aquisição de mobiliários e equipamentos para o lar do Idoso Dona Chaguinha Vale”, utilizou R\$ 8.505,00, mostrando a eficácia do programa no sentido de possibilitar às instituições

planejar e executar grandes projetos com recursos decorrentes da apuração de valores em decorrência do pagamento de prestação pecuniária.

Seguindo o mesmo norte, com a análise sobre a implementação da Resolução nº 154/2012 (CNJ), observa-se que a aplicação do estabelecido na resolução possibilitou a garantia de uma maior efetividade às prestações pecuniárias, aprimorando-se a qualidade da destinação das penas impostas. Isso é verificado nos próprios projetos acima referidos, bem como os executados após 2013, ano em que foi iniciada a aplicação da resolução na Comarca de Cruzeta, sendo exemplos os projetos “Histórias que o povo conta” e “Valorização do Meio Ambiente Natural, Histórico e Cultural do RN”.

A execução do projeto “Histórias Que o Povo Conta”, no ano de 2016, utilizando-se de R\$ 5.950,00 para a produção e publicação do livro escrito e produzido pela própria comunidade com o título “Memórias de Cruzeta”, bem demonstra a garantia de maior efetividade na aplicação de valores arrecadados a título de prestações pecuniárias. Segue transcrição de parte da matéria jornalística produzida pela equipe do Conselho Nacional da Justiça em relação ao referido projeto, inclusive com fotografia colacionada ao final. A matéria foi intitulada “Verba pecuniária garante preservação da memória cultural de cidades do RN”:

Diferentemente do encarceramento, a pena pecuniária é aplicada a pequenos crimes, com pena máxima de quatro anos, na qual os réus são condenados a doar determinada quantia em dinheiro para instituições sociais. A resolução do CNJ determina que, no lugar de pulverizar pequenas quantias em diversas entidades, os valores das penas pecuniárias são destinados a uma conta judicial. A pena pecuniária pode variar de um a 365 salários mínimos, mas, em média, seu valor é estipulado entre dois a cinco salários mínimos. Outro ganho importante com a resolução foi a previsão de que as instituições que recebem os apenados ou egressos para trabalhar têm prioridade no recebimento dos recursos. “Isso tem sido um incentivo para a reinserção profissional dessas pessoas. Antes era muito difícil, pois quase nenhuma instituição queria recebê-los”, diz o juiz Pereira Junior, que estuda, em sua tese de doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a aplicabilidade da Resolução 154. O repasse de R\$ 5 mil em verbas pecuniárias, realizado pelo juiz Pereira Junior, garantiu a realização de um projeto da Escola Municipal de Ensino Fundamental Cônego Ambrósio Silva chamado “Histórias que o povo conta”, coordenado pela professora Renilda Pereira de Medeiros com alunos do 6º ao 9º ano. Os estudantes ouviram relatos de vida dos moradores idosos da cidade, repletos de declarações valiosas para preservação e estudo da história e cultura brasileiras. 1.000 (mil) exemplares do livro foram financiados no projeto (FARIELLO, 2015).

Figura 5 - Foto da matéria publicada no sítio da CNJ



Fonte:

www.cnj.jus.br

Na mesma cidade, também foi destaque o projeto “Valorização do Meio Ambiente Natural, Histórico e Cultural do RN”, executado em agosto de 2014. Foram utilizados aproximadamente R\$ 13 mil, com a promoção de vários eventos na cidade, como passeio ciclístico, corrida rústica e evento comemorativo em alusão ao dia do folclore, que contou com a palestra do professor Doutor Cláudio Galvão, escritor de livros e estudioso da vida e obra de Câmara Cascudo. Sobre o projeto, o sítio do TJRN (2014) apresentou matéria abaixo divulgando o desenvolvimento do projeto:

O evento de “Valorização do Meio Ambiente Natural, Histórico e Cultural do RN” contou com a participação de grande parte da população de Cruzeta, bem como de visitantes das cidades adjacentes, como Currais Novos, Florânia, Acari e até mesmo Picuí, no Estado vizinho da Paraíba. Após uma manhã de programação dedicada ao esporte e ao meio ambiente, a tarde começou com uma dose de cultura. Convidado pela Comarca de Cruzeta para palestrar, o professor doutor Cláudio Galvão, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, fez uma palestra sobre o escritor e folclorista potiguar Câmara Cascudo. “Importantíssimo lembrarmos este nome no dia do folclore. Esse acervo cultural corre o risco de se perder pelo tempo. Não podemos permitir que tal catástrofe ocorra”, disse. Cerca de 50 alunos acompanhavam a palestra; nenhum deles conhecia as obras de Cascudo. I Corrida Rústica de Cruzeta. Cerca de 300 pessoas correram na I Corrida Rústica de Cruzeta na sexta-feira (22). A cidade, que recebeu muitos visitantes, se movimentou em prol da programação do Judiciário potiguar. (...) À noite, na Praça de Eventos Silvio Bezerra de Melo, o público acompanhou a premiação dos vencedores da corrida e também ao Festival de Bandas de Música, com a execução de composições conhecidas que agradaram a toda comunidade. As bandas também eram de vários municípios vizinhos e da própria cidade de Cruzeta. Os recursos para a execução do projeto – cerca de R\$ 13 mil - foram originários de penas pecuniárias pagas à Justiça (TRIBUNAL, 2014, online).

Figura 6 - Passeio ciclístico realizado na cidade de Cruzeta, em 25.08.2014



Fonte: TJRN (2014).

Figura 7 - Palestra alusiva às comemorações do dia do folclore, em 25.08.2014.



Fonte: TJRN (2014).

A análise empírica, objeto do presente estudo, também comprovou, tanto pela afirmação do Juiz de Direito responsável pela gestão do programa, João Henrique Bressan de Souza (2018), como pelo exame dos valores arrecadados e aplicados que, desde 10 de abril de 2013, com a abertura do processo administrativo nº 0100163-76.2013, foram uniformizadas as práticas para o fomento à aplicação da pena de prestação pecuniária em substituição à prisão. Isso como condição da suspensão condicional do processo ou transação penal, visando melhor fiscalização do emprego dos valores recebidos pelas instituições beneficiadas, bem como sendo potencializadas as aplicações dos valores.

E, ainda, apontou que a criação de uma conta única, nos termos do art. 1º da Res. nº 154/2012 (CNJ), bem como a necessidade de publicação de editais para o chamamento de instituições interessadas em executar os recursos, de acordo com o art. 2º do regramento, atenderam ao objetivo de regulamentar a destinação, controle e aplicação de valores oriundos de prestação pecuniária aplicada pela justiça criminal, assegurando a publicidade e transparência na destinação dos aludidos recursos.

Outro aspecto interessante a observar é que, antes de 13.07.2012, era praticamente impossível observar para quais áreas eram destinados os valores apurados em decorrência do pagamento de prestação pecuniária, o que se tornou possível apenas após a entrada em vigor da Resolução nº 154/2012 (CNJ). Nos termos do art. 2º da resolução, os valores devem ser

destinados, preferencialmente, para o financiamento de ações voltadas garantia de segurança pública, educação e saúde.

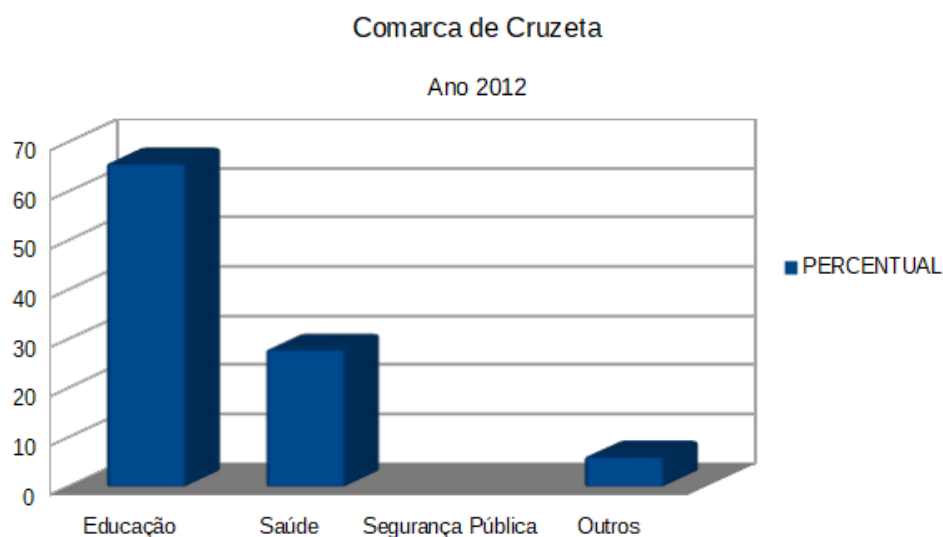
No caso da Comarca de Cruzeta, verificou-se que, no ano de 2012, nenhum valor foi destinado diretamente para a segurança pública, enquanto que R\$ 27.267,66 foram destinados para a educação, R\$ 11.597,00 para a saúde e R\$ 2.566,00 foram usados em outras áreas. Assim, observa-se que, na Comarca de Cruzeta, no ano de 2012, 65,81% dos valores foram destinados para a educação, 27,99%, para a saúde, e, 6,2%, com destinação não enquadrada entre os indicados pela norma estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça⁵³, conforme quadro abaixo:

Tabela 8 - Aplicação de recursos na Comarca de Cruzeta (2012).

COMARCA DE CRUZETA - 2012	
ÁREA DE APLICAÇÃO	PERCENTUAL (%)
EDUCAÇÃO	65,81
SAÚDE	27,99
SEGURANÇA	0,00
OUTROS	6,2

Fonte: elaboração do autor.

Gráfico 1 - Aplicação de recursos na Comarca de Cruzeta (2012)



Fonte: elaboração do autor.

53 No Anexo V, estão especificadas as áreas de destinações de cada projeto.

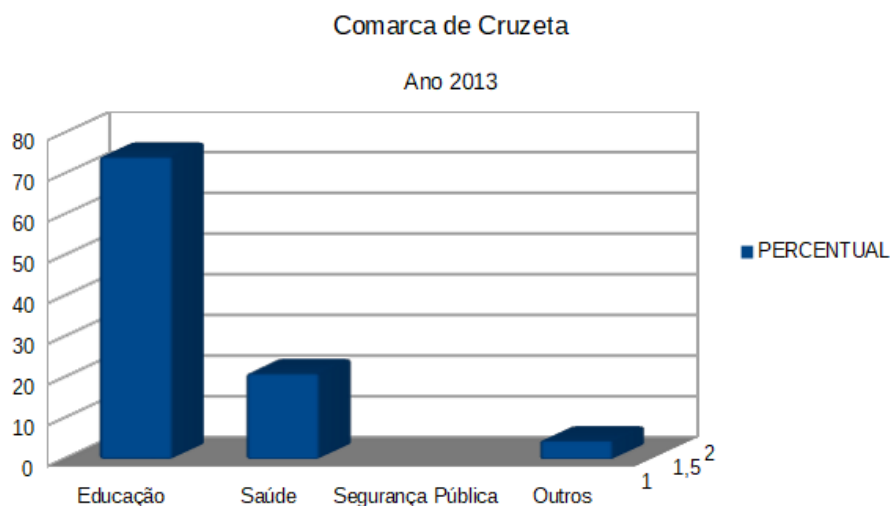
No ano de 2013, partindo da mesma diretriz estabelecida no parágrafo acima, o total de R\$ 24.859,93 foi destinado para a educação, R\$ 7.049,66, para a saúde, e, R\$ 1.546,00, foram usados em outras áreas, que não segurança, educação e saúde. Assim, na Comarca de Cruzeta, no ano de 2013, 74,3% dos valores foram destinados para educação, 21,07%, para a saúde, e, 4,62%, com destinação não enquadrada entre os indicados pela norma estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça, de acordo com tabela demonstrada abaixo:

Tabela 9 - Aplicação de recursos na Comarca de Cruzeta (2013).

COMARCA DE CRUZETA – 2013	
ÁREA DE APLICAÇÃO	PERCENTUAL (%)
EDUCAÇÃO	74,30
SAÚDE	21,07
SEGURANÇA	0,00
OUTROS	4,62

Fonte: elaboração do autor.

Gráfico 2 - Aplicação de recursos na Comarca de Cruzeta (2013).



Fonte: elaboração do autor.

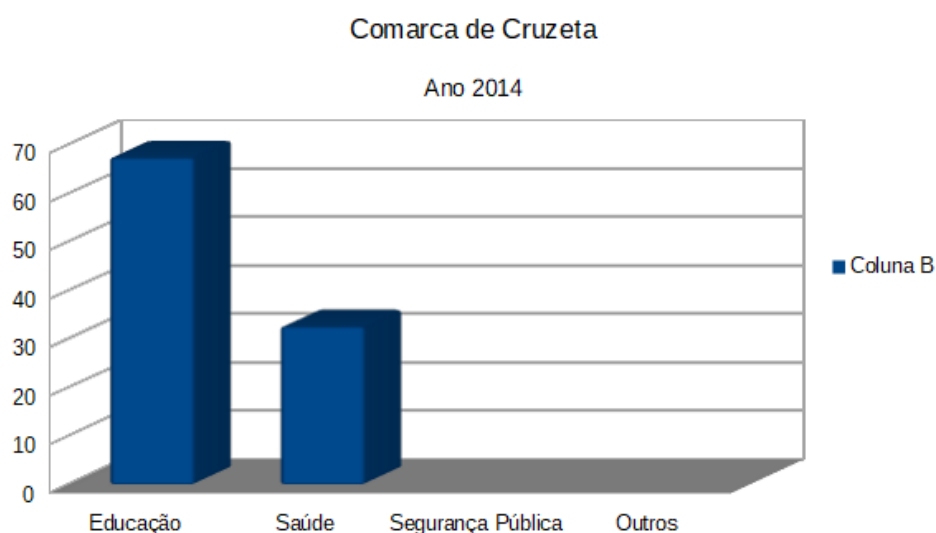
No ano de 2014, foram investidos valores apenas em educação e saúde, com destaque para a aplicação de R\$ 16.995,40, correspondente a 67,43%, seguida pela aplicação de R\$ 8.207,30, em saúde, o que corresponde a 32,57%, conforme mostrado abaixo:

Tabela 10 - Aplicação de recursos na Comarca de Cruzeta (2014).

COMARCA DE CRUZETA - 2014	
ÁREA DE APLICAÇÃO	PERCENTUAL (%)
EDUCAÇÃO	67,43
SAÚDE	32,57
SEGURANÇA	0,00
OUTROS	0,00

Fonte: elaboração do autor.

Gráfico 3 - Aplicação de recursos na Comarca de Cruzeta (2014).



Fonte: elaboração do autor.

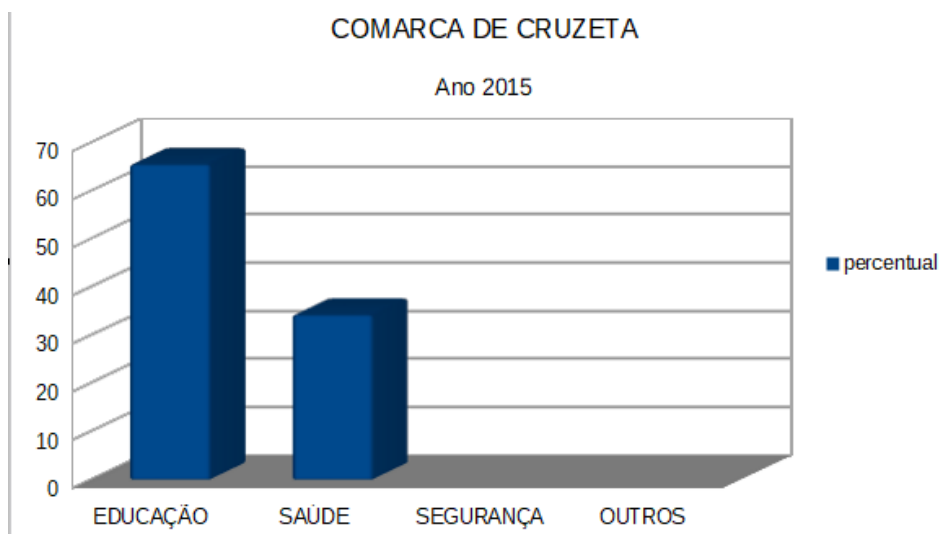
Em 2015, a aplicação dos recursos seguiu a mesma linha do ano anterior, com o investimento de 65,61%, correspondente a R\$ 16.227,00, em educação, e 34,38%, correspondentes a R\$ 8.505,00, em saúde, tudo conforme quadro abaixo apresentado:

Tabela 11 - Aplicação de recursos na Comarca de Cruzeta (2015).

COMARCA DE CRUZETA - 2015	
ÁREA DE APLICAÇÃO	PERCENTUAL (%)
EDUCAÇÃO	65,61
SAÚDE	34,38
SEGURANÇA	0,00
OUTROS	0,00

Fonte: elaboração do autor.

Gráfico 4 - Aplicação de recursos na Comarca de Cruzeta (2015).



Fonte: elaboração do autor.

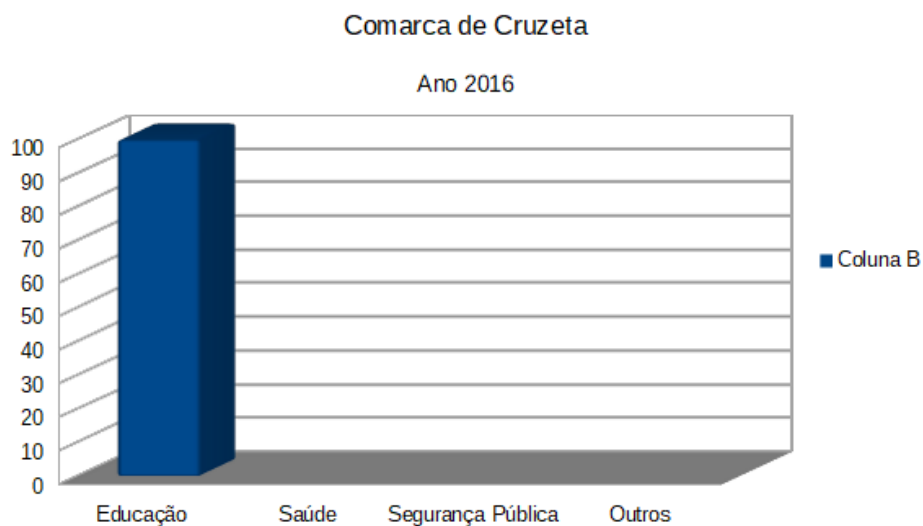
O último ano pesquisado, 2016, apresentou nova perspectiva de investimento, com 100% dos recursos destinados para a educação, conforme se observa no quadro abaixo:

Tabela 12 - Aplicação de recursos na Comarca de Cruzeta (2016).

COMARCA DE CRUZETA - 2016	
ÁREA DE APLICAÇÃO	PERCENTUAL (%)
EDUCAÇÃO	100,00
SAÚDE	0,00
SEGURANÇA	0,00
OUTROS	0,00

Fonte: elaboração do autor.

Gráfico 5 - Aplicação de recursos na Comarca de Cruzeta (2016).



Fonte: elaboração do autor.

Analizada a implementação da Resolução nº 154/2012 (CNJ) em relação aos valores apurados, bem como a área de direcionamento dos referidos recursos, será feita a avaliação quanto às necessidades e da factibilidade na implementação, isso de acordo com entrevista realizada com o Magistrado João Henrique Bressan de Souza (2018), transcrita no tópico referente aos dados relativos à Comarca de Cruzeta.

Nesse norte, ressalta-se que, pelas informações colhidas durante a pesquisa, a Comarca de Cruzeta passou a aplicar a Resolução nº 154/2012 (CNJ) a partir do dia 10 de abril de 2013, com abertura do Processo Administrativo nº 0100163-76.2013.8.20.0138, para fins de acompanhamento do regular recolhimento e destinação dos valores oriundos da prestação pecuniária. Antes da data referida, as prestações pecuniárias eram convertidas em cestas básicas e destinadas às instituições dos municípios que fazem parte da Comarca de Cruzeta.

Observa-se que, no período anterior à entrada em vigor da Resolução nº 154/2012 (CNJ), o direcionamento dos recursos apurados em decorrência do pagamento de prestação pecuniária era feito com utilização de cadastro mantido na comarca, organizado após reunião entre o magistrado e as instituições potencialmente aptas ao recebimento dos recursos. Esse direcionamento se dava com a obediência de ordem cronológica do cadastro, de modo que sempre era obedecida uma espécie de fila para o direcionamento dos recursos.

Já após a entrada em vigor da Resolução nº 154/2012 (CNJ), o principal requisito para recebimento das prestações pecuniárias é o recebimento dos apenados, por parte das instituições, para cumprimento da prestação de serviço à comunidade, nos termos do art. 2º, inciso I, da resolução objeto de estudo.

Segundo o gestor, os valores são maiores que os projetos apresentados, razão pela qual os outros requisitos para escolha das instituições beneficiadas, previstos nos incisos II ao V do art. 2º da resolução, não foram considerados até o final da pesquisa em 13.07.2017. Isso significa que não foi necessário verificar, para fins de escolha dos projetos, quais instituições atuam diretamente na execução penal, assistência à ressocialização de apenados, assistência às vítimas de crimes e prevenção da criminalidade, incluídos os conselhos da comunidade; prestam serviços de maior relevância social; apresentam projetos com viabilidade de implementação, segundo a utilidade e a necessidade, obedecendo-se aos critérios estabelecidos nas políticas públicas específicas e projetos de prevenção e ou atendimento a situações de conflitos, crimes e violências, inclusive em fase de execução, baseados em princípios e práticas da Justiça Restaurativa.

Um fato positivo observado na implementação da Resolução nº 154/2012 (CNJ) foi que as instituições beneficiadas com os recursos passaram a receber apenados condenados ao

cumprimento de prestação pecuniária com mais facilidade, visando otimizar o recebimento das prestações pecuniárias para concretizar os projetos das instituições. Isso mostra que as instituições ficaram cientes de que o recebimento de prestadores de serviços à comunidade implicava em critério de desempate para receber o pagamento de prestação pecuniária, caso em determinado momento existisse menos recursos que os necessários para a execução de todos os projetos apresentados.

Outra consideração importante foi que, após a entrada em vigor da Resolução nº 154/2012 (CNJ), a atuação do gestor foi modificada no sentido de potencializar a arrecadação de valores relativos à prestação pecuniária com um incentivo maior para que as instituições de fiscalização intensificassem seus trabalhos, como nos casos de fiscalização de pessoas dirigindo sob efeito de álcool. Isso geraria um grande ganho para a comunidade, no sentido de que notava a diminuição da prática de ilícitos e, quando estes aconteciam, os valores apurados eram direcionados à própria população, através dos projetos executados pelas instituições beneficiadas com os recursos.

Durante a pesquisa, também de maneira positiva, restou constatado que as pessoas que pagam prestações pecuniárias têm conhecimento a respeito da destinação dos recursos arrecadados, visto que a conscientização é feita nas audiências em que é acertada a forma de pagamento das prestações pecuniárias, na qual são estabelecidas as datas e valores, bem como esclarecidas as consequências para eventuais descumprimentos dos pagamentos acordados.

Quanto às possibilidades de melhoria, verificou-se que poderia ser feita uma maior divulgação no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte sobre o teor da resolução, possibilitando, assim, que mais pessoas tivessem conhecimento dos recursos apurados com o pagamento de prestações pecuniárias e, conseqüentemente, mais instituições pudessem ser beneficiadas.

Ainda dentre os fatores passíveis de melhoria estão a pouca divulgação do teor da Resolução nº 154/2012 (CNJ), bem como a falta de capacitação dos serventuários públicos para atuação na implementação do regramento, com destaque para o fato de que nunca foram realizados treinamentos específicos para a implementação e, também, não foram apresentadas boas práticas, com base na implantação do programa em outras unidades jurisdicionais, o que facilitaria, e muito, a utilização de casos exitosos para a implementação em todo o Rio Grande do Norte de uma maneira mais segura e profissional.

Quanto à participação dos magistrados e população em geral no processo de elaboração da resolução pelo Conselho Nacional de Justiça, percebeu-se que materialmente a mesma não ocorreu. De maneira instintiva, são realizadas anualmente reuniões com as instituições potencialmente beneficiárias com o fim de potencializar a aplicação da Resolução nº 154/2012

(CNJ), ressaltando que desde a entrada em vigor do regramento já foram realizadas seis reuniões de divulgação.

Também em relação à Comarca de Cruzeta, constatou-se a execução, no início de 2017, do projeto “Ativismo Social: um judiciário mais próximo das soluções dos problemas da sociedade”. Por meio desse projeto, várias instituições receberam valores relativos aos projetos financiados com recursos de prestações pecuniárias, com o fim de adquirir computadores, data show, livros, brinquedos, equipamento de áudio e materiais de construção, visando construir espaços de ensaios e apresentações da Filarmônica de Cruzeta. Em matéria jornalística, foi enfatizado o evento promovido em 02//03/2017, pela Associação Musical e Cultural do RN (AMUSIC), instituição mantenedora da Filarmônica de Cruzeta:

A Comarca de Cruzeta, localizada na região do Seridó, realizou na última quinta-feira (02), na Associação Musical e Cultural do RN – AMUSIC, o lançamento do projeto “Ativismo Social: Um Judiciário mais próximo das soluções dos problemas da sociedade” resultado da aplicação dos recursos das penas pecuniárias, convertidas em políticas públicas para crianças e adolescentes. Tudo isso e muito mais vem sendo feito no município com recursos de penas pecuniárias, ou seja, multas aplicadas em substituição à prisão nos casos de crimes de menor gravidade. O uso das verbas pecuniárias foi sistematizado e regulamentado em 2012 pela resolução 154 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Por exemplo, a pessoa era condenada por um crime de menor potencial ofensivo, a pena nesse caso era doar cestas básicas para alguma instituição do município, essa resolução estabeleceu que esses recursos fossem acumulados todos em uma conta única, em nome da Comarca e depois destinada a projetos e instituições que beneficiem a sociedade local. (...) A coordenação do projeto fez a entrega de uma verba que será revertida na compra de equipamentos (computadores, data show, livros, brinquedos equipamento de áudio...) e material de construção que serão utilizados em favor de várias escolas municipais, estaduais, bem como na AMUSIC, instituição na qual foi realizado o evento e que mantém a Filarmônica de Cruzeta (CORREGEDORIA, 2017).

Figura 8 - Evento realizado em 02.03.2017 na Sede da Filarmônica de Cruzeta.



Fonte: Corregedoria (2017)

Figura 9 - Filarmônica de Cruzeta em frente à sede construída com ajuda dos recursos de penas pecuniárias.



Fonte: Divulgação.

Feitas as observações gerais, com base na análise individual e comparativa realizada no item 6.1, a implementação da Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, na Comarca de Cruzeta, é avaliada da seguinte forma, de acordo com os indicadores expostos ao final do item 6.1:

INDICADOR	CONCEITO
1) ocorreu aprimoramento em relação à aplicação dos valores arrecadados a título de prestação pecuniária;	BOM
2) foi dada maior efetividade às prestações pecuniárias, aprimorando-se a qualidade da destinação das penas impostas;	ÓTIMO
3) ocorreu uniformização das práticas para o fomento à aplicação da pena de prestação pecuniária em substituição à prisão, como condição da suspensão condicional do processo ou transação penal, visando melhor fiscalização do emprego dos valores recebidos pelas instituições beneficiadas;	REGULAR
4) foi assegurada maior publicidade e transparência na destinação dos aludidos recursos;	BOM
5) os valores pagos passaram a ser depositados em conta judicial vinculada à unidade gestora, com movimentação apenas por meio de alvará judicial, vedado o recolhimento em cartório ou secretaria;	ÓTIMO
6) a unidade gestora encaminha para a instituição financeira estadual ou federal, os dados do processo – número da autuação, comarca, vara e nome do réu – para depósito judicial, que será feito pelo apenado, na forma e periodicidade fixada no ato judicial;	ÓTIMO
7) os valores depositados, quando não destinados à vítima ou aos seus dependentes, são, preferencialmente, destinados à entidade pública ou privada com finalidade social, previamente conveniada, ou para atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde, desde que estas atendam às áreas vitais de relevante cunho social, a critério da unidade gestora;	ÓTIMO
8) a receita da conta vinculada financiou projetos apresentados pelos beneficiários, priorizando-se o repasse desses valores aos beneficiários que: mantenham, por maior tempo, número expressivo de cumpridores de prestação de serviços à comunidade ou entidade pública; atuem diretamente na execução penal, assistência à ressocialização de apenados, assistência às vítimas de crimes e prevenção da criminalidade, incluídos os conselhos da comunidade; prestem serviços de maior relevância social; apresentem projetos com viabilidade de implementação,	ÓTIMO

INDICADOR	CONCEITO
segundo a utilidade e a necessidade, obedecendo-se aos critérios estabelecidos nas políticas públicas específicas; projetos de prevenção e ou atendimento a situações de conflitos, crimes e violências, inclusive em fase de execução, que sejam baseados em princípios e práticas da Justiça Restaurativa;	
9) foi obedecida a vedação relativa a destinação de recursos ao custeio do Poder Judiciário; para a promoção pessoal de magistrados ou integrantes das entidades beneficiadas e, no caso destas, para pagamento de quaisquer espécies de remuneração aos seus membros; para fins político-partidários; a entidades que não estejam regularmente constituídas, obstando a responsabilização caso haja desvio de finalidade;	ÓTIMO
10) o manejo e a destinação desses recursos, que são públicos, foram norteados pelos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos, dentre outros, dispositivos no art. 37, caput, da Constituição Federal;	ÓTIMO
11) a indispensável e formal prestação de contas perante a unidade gestora, sob pena de responsabilidade, foi observada;	ÓTIMO
12) a homologação da prestação de contas será precedida de manifestação da seção de serviço social do Juízo competente para a execução da pena ou medida alternativa, onde houver, e do Ministério Público.	BOM
TOTAL	ÓTIMO

Quadro 1 - Avaliação da Comarca de Cruzeta.

6.1.2 Avaliação de implementação na Comarca de Acari

A Comarca de Acari, considerada de 2ª entrância, nos termos da Lei de Organização Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte é integrada pelos municípios de Acari e Carnaúba dos Dantas, contando o primeiro com uma população estimada para 2017 de 11.333 habitantes e, o segundo, 8.188 habitantes. Portanto, considerando os dois municípios, a população de atuação da Vara Única da Comarca de Acari é de 19.521 habitantes.

De acordo com o IBGE, em 2016, o salário médio mensal era de 1.5 salários mínimos, ressaltando que a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 10.1%. Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 5.9 no IDEB, com uma nota de 4.5 para os alunos dos anos finais. Um fato interessante é que comparação com cidades do Rio Grande do Norte, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 2 de 167 e a posição passava a 10 de 167 para os alunos dos anos finais. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 97.6 em 2010. Isso posicionava o município na posição 92 de 167 dentre as cidades do RN.

Feitas essas considerações, ao analisar a arrecadação de valores decorrentes de pagamento de prestação pecuniária na Comarca de Acari, entre o período de 13.07.2007 a 13.07.2017, ou seja, exatamente cinco anos anteriores e posteriores à entrada em vigor da Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, empiricamente

verificou-se que antes da entrada em vigor do regramento objeto do presente estudo praticamente inexistia arrecadação de valores pagos a título de prestação pecuniária.

Nesse passo, importante destacar que foi observado o aprimoramento quanto às destinações das penas pecuniárias, eis que partindo do pressuposto de que nada foi arrecadado e, conseqüentemente, aplicado, entre 2007 a 2012, nota-se o avanço quando se observa a aplicação de R\$ 29.399,22, já no ano de 2013.

Seguindo o mesmo norte, ao observar as aplicações de R\$ 5.000,00 em favor dos projetos contemplados em 2015, fica claro que o programa instituído pelo Conselho Nacional de Justiça, visando gerir a aplicação das penas pecuniárias, aprimorou o sistema e possibilitou que as instituições utilizassem os recursos para executar projetos com finalidades específicas.

As conclusões referidas no parágrafo anterior, podem ser verificadas com o exemplo dos projetos “Utilização da Voz e Violão, como Instrumento Pedagógico no Reforço Escolar”, “Poesia a Gosto na Praça”, “Projeto: Crescimento Musical e Formação da Cidadania”, “Salto para a Vida”, “Vista o Escoteiro”, “Mãos Dadas” e “Estruturação da Agência de Inteligência”. Segue transcrição de parte de matéria jornalística, inclusive com fotografia colacionada ao final:

A Comarca de Acari-RN contemplou sete projetos sociais com verbas que totalizam R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), valor proveniente do cumprimento de penas pecuniárias em condenações. As instituições beneficiadas desenvolvem trabalhos destinados a promover a reintegração social por meio de ensino e a prestar assistência a crianças, adolescentes, idosos, mulheres e outros. Cada entidade receberá o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), cujos recursos são oriundos do Fundo das Penas Pecuniárias deste Juízo, na forma do Provimento nº 99/2012, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, que tem como caráter essencial a segurança pública, educação e saúde, ante relevante cunho social das entidades beneficiadas. Confira a lista das entidades contempladas:

- 1) Escola Municipal Cantídia Auda Pires, “Projeto: Utilização da Voz e Violão, como Instrumento Pedagógico no Reforço Escolar”;
- 2) Secretaria Municipal de Educação e Cultura, “Projeto: Poesia a Gosto na Praça”;
- 3) Associação Musical e Cultural Onze de Dezembro, “Projeto: Crescimento Musical e Formação da Cidadania”;
- 4) Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário, “Projeto: Salto para a Vida”;
- 5) Grupo Escoteiros Acaris – GE 041, “Projeto: Vista o Escoteiro”;
- 6) Associação Criativa Artesão Acarienses, “Projeto: Mãos Dadas”;
- 7) 3ª Companhia Independente de Polícia Militar, “Projeto: Estruturação da Agência de Inteligência” (BLOG, 2015).

Figura 10 - Juiz de Direito de Acari entrega alvarás de liberação de recursos para os projetos, em 2015.



Fonte: Blog Toscano Neto (2015).

A análise da implementação da Resolução nº 154/2012 (CNJ), com base nos dados estatísticos e da própria entrevista do gestor, demonstra que a aplicação do estabelecido na resolução possibilitou a garantia de uma maior efetividade às prestações pecuniárias, aprimorando-se a qualidade da destinação das penas impostas. Isso é observado pelos próprios projetos acima referidos, bem como os executados após 2013, ano em que foi iniciada a aplicação da resolução na Comarca de Acari, sendo exemplos os projetos “Unindo gerações através da arte, educação, cultura e geração de renda” e “Plantando leitura, colhendo leitores”.

A avaliação de implementação também comprovou, tanto pela afirmação do Juiz de Direito responsável pela gestão do programa em Acari, Witemburgo Gonçalves de Araújo (2018), como pelo exame dos valores arrecadados e aplicados que, desde 2013, não foram uniformizadas as práticas para o fomento à aplicação da pena de prestação pecuniária em substituição à prisão, como condição da suspensão condicional do processo ou transação penal, visando melhor fiscalização do emprego dos valores recebidos pelas instituições beneficiadas, bem como foram potencializadas as aplicações dos valores. De acordo com o gestor referido:

A capacitação é a maior necessidade atual de implantação da referida resolução, devendo o Tribunal de Justiça fazer uma maior divulgação e capacitar os servidores. Outra situação interessante também seria o estabelecimento de modelos a serem adotados em outras comarcas (informação verbal).

Ao afirmar que “outra situação interessante (...) seria o estabelecimento de modelos a serem adotados em outras comarcas” verifica-se que, mesmo após 12 de julho de 2012, o Tribunal de Justiça não estabeleceu modelos parâmetros a serem adotados em todas as comarcas

do estado do RN, o que dificulta a uniformização dos procedimentos e alcance efetivo dos objetivos da resolução.

Por outro lado, a criação de uma conta única, nos termos do art. 1º da Res. nº 154/2012 (CNJ), bem como a necessidade de publicação de editais para o chamamento de instituições interessadas em executar os recursos, de acordo com o art. 2º do regramento, atenderam ao objetivo de regulamentar a destinação, controle e aplicação de valores oriundos de prestação pecuniária aplicada pela justiça criminal, assegurando a publicidade e transparência na destinação dos aludidos recursos.

Antes da entrada em vigor da Resolução nº 154/2012 (CNJ), era praticamente impossível observar para quais áreas eram destinados os valores apurados em decorrência do pagamento de prestação pecuniária, o que se tornou possível apenas após a resolução. Nos termos do art. 2º desta, os valores devem ser destinados, preferencialmente, para o financiamento de ações voltadas garantia de segurança pública, educação e saúde.

No caso da Comarca de Acari, em 2013, todos os valores arrecadados foram destinados para educação, ou seja, os R\$ 29.399,22 foram aplicados para essa área⁵⁴, conforme quadro abaixo:

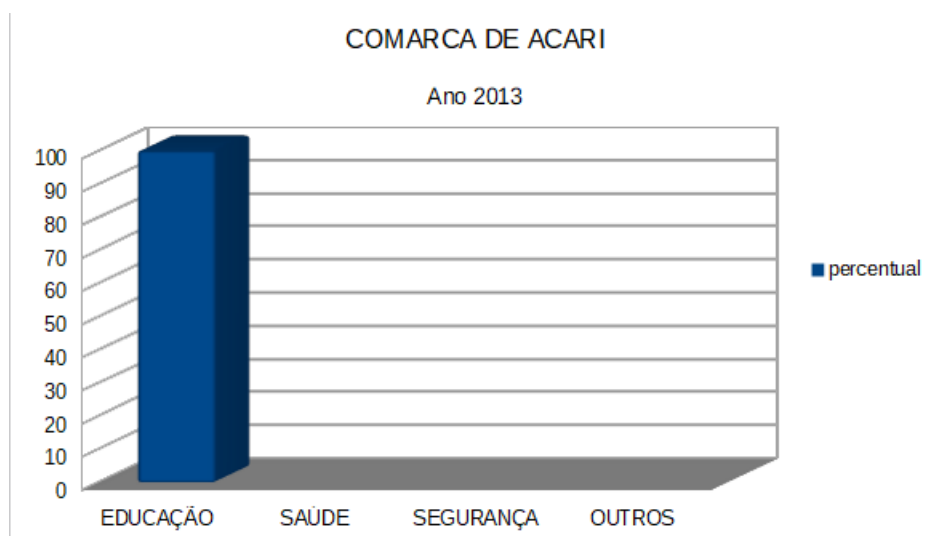
Tabela 13 - Aplicação de recursos na Comarca de Acari (2013).

COMARCA DE ACARI - 2013	
ÁREA DE APLICAÇÃO	PERCENTUAL (%)
EDUCAÇÃO	100%
SAÚDE	0,00
SEGURANÇA	0,00
OUTROS	0,00

Fonte: elaboração do autor.

54 No Anexo VII, estão especificadas as áreas de destinações de cada projeto.

Gráfico 6 - Aplicação de recursos na Comarca de Acari (2013).



Fonte: elaboração do autor.

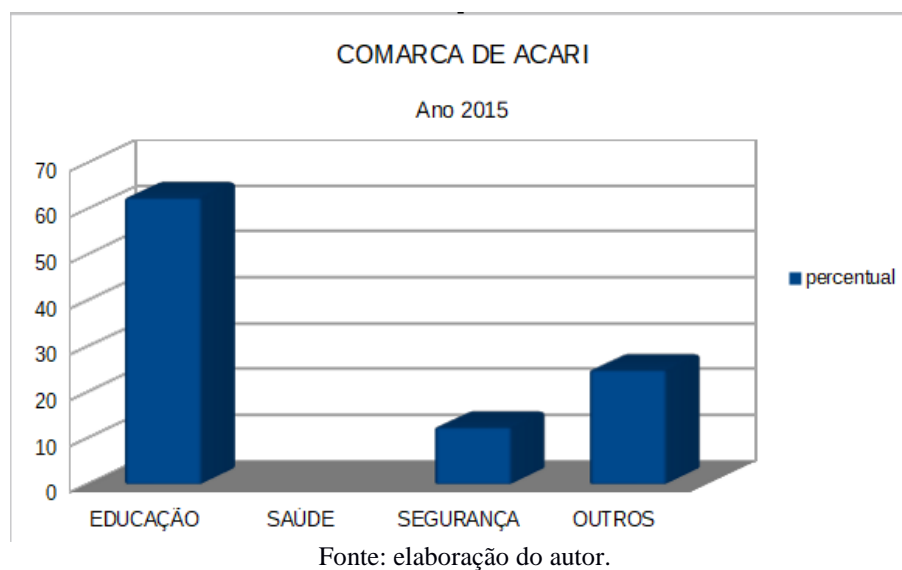
Em 2014, não foram aplicados valores na Comarca de Acari. Em 2015, a aplicação dos recursos foi variada, com o investimento de R\$ 25.000,00, em educação, R\$ 5.000,00, em segurança pública, e, R\$ 10.000,00, em outras ações. Correspondendo aos percentuais de 62,5%, 12,5% e 25%, respectivamente, conforme tabela abaixo:

Tabela 14 - Aplicação de recursos na Comarca de Acari (2015).

COMARCA DE ACARI - 2015	
ÁREA DE APLICAÇÃO	PERCENTUAL (%)
EDUCAÇÃO	62,5
SAÚDE	0,00
SEGURANÇA	12,5
OUTROS	25

Fonte: elaboração do autor.

Gráfico 7 - Aplicação de recursos na Comarca de Acari (2015).



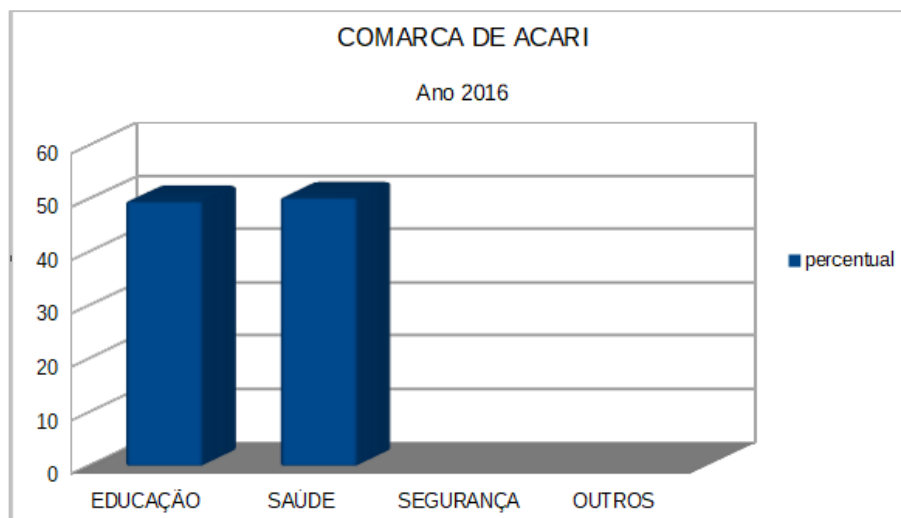
No ano de 2016, a aplicação dos recursos foi dividida entre educação e saúde, com o investimento de R\$ 10.993,67, em saúde, e R\$ 10.841,54, em educação, correspondendo aos percentuais de 50,35% e 49,65%, respectivamente, conforme tabela abaixo:

Tabela 15 - Aplicação de recursos na Comarca de Acari (2016).

COMARCA DE ACARI - 2016	
ÁREA DE APLICAÇÃO	PERCENTUAL (%)
EDUCAÇÃO	49,65
SAÚDE	50,35
SEGURANÇA	0,00
OUTROS	0,00

Fonte: elaboração do autor.

Gráfico 8 - Aplicação de recursos na Comarca de Acari (2016).



Fonte: elaboração do autor.

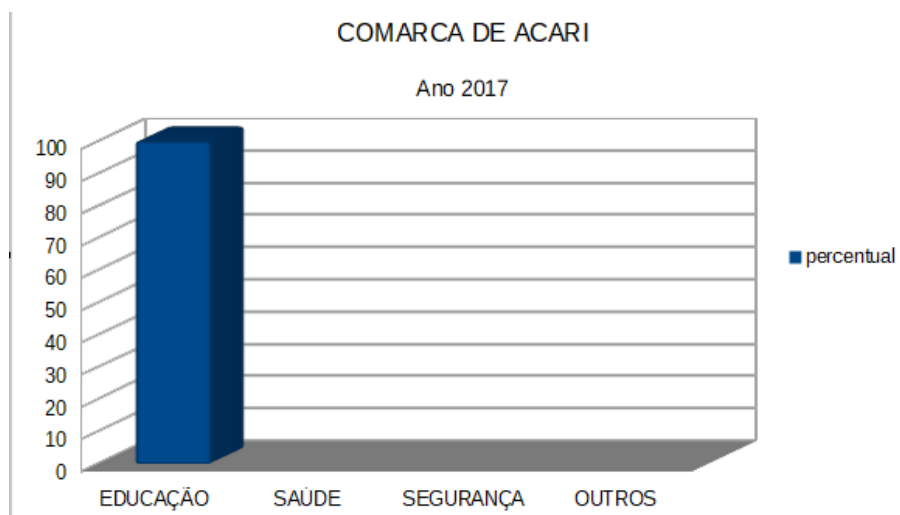
O último ano objeto de pesquisa, 2017, apresentou nova perspectiva de investimento, com 100% dos recursos destinados para a educação, conforme se observa na tabela abaixo:

Tabela 16 - Aplicação de recursos na Comarca de Acari (2017).

COMARCA DE ACARI - 2017	
ÁREA DE APLICAÇÃO	PERCENTUAL (%)
EDUCAÇÃO	100,00
SAÚDE	0,00
SEGURANÇA	0,00
OUTROS	0,00

Fonte: elaboração do autor.

Gráfico 9 - Aplicação de recursos na Comarca de Acari (2017).



Fonte: elaboração do autor.

Feitas as observações gerais, com base na análise individual e comparativa realizada no item 6.1, a implementação da Resolução nº 154/2012, na Comarca de Acari, é avaliada da seguinte forma, de acordo com os indicadores expostos ao final do item 6.1:

INDICADOR	CONCEITO
1) ocorreu aprimoramento em relação à aplicação dos valores arrecadados a título de prestação pecuniária;	BOM
2) foi dada maior efetividade às prestações pecuniárias, aprimorando-se a qualidade da destinação das penas impostas;	BOM
3) ocorreu uniformização das práticas para o fomento à aplicação da pena de prestação pecuniária em substituição à prisão, como condição da suspensão condicional do processo ou transação penal, visando melhor fiscalização do emprego dos valores recebidos pelas instituições beneficiadas;	REGU-LAR
4) foi assegurada maior publicidade e transparência na destinação dos aludidos recursos;	REGU-LAR
5) os valores pagos passaram a ser depositados em conta judicial vinculada à unidade gestora, com movimentação apenas por meio de alvará judicial, vedado o recolhimento em cartório ou secretaria;	ÓTIMO
6) a unidade gestora encaminha para a instituição financeira estadual ou federal, os dados do processo – número da autuação, comarca, vara e nome do réu – para depósito judicial, que será feito pelo apenado, na forma e periodicidade fixada no ato judicial;	ÓTIMO
7) os valores depositados, quando não destinados à vítima ou aos seus dependentes, são, preferencialmente, destinados à entidade pública ou privada com finalidade social, previamente conveniada, ou para atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde, desde que estas atendam às áreas vitais de relevante cunho social, a critério da unidade gestora;	ÓTIMO
8) a receita da conta vinculada financiou projetos apresentados pelos beneficiários, priorizando-se o repasse desses valores aos beneficiários que: mantenham, por maior tempo, número expressivo de cumpridores de prestação de serviços à comunidade ou entidade pública; atuem diretamente na execução penal, assistência à ressocialização de apenados, assistência às vítimas de crimes e prevenção da criminalidade, incluídos os conselhos da comunidade; prestem serviços de maior relevância social; apresentem projetos com viabilidade de implementação, segundo a utilidade e a necessidade, obedecendo-se aos critérios estabelecidos nas políticas públicas específicas; projetos de prevenção e ou atendimento a situações de conflitos, crimes e violências, inclusive em fase de execução, que sejam baseados em princípios e práticas da Justiça Restaurativa;	REGULAR
9) foi obedecida a vedação relativa a destinação de recursos ao custeio do Poder Judiciário; para a promoção pessoal de magistrados ou integrantes das entidades beneficiadas e, no caso destas, para pagamento de quaisquer espécies de remuneração aos seus membros; para fins político-partidários; a entidades que não estejam regularmente constituídas, obstando a responsabilização caso haja desvio de finalidade;	ÓTIMO
10) o manejo e a destinação desses recursos, que são públicos, foram norteados pelos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos, dentre outros, dispositivos no art. 37, caput, da Constituição Federal;	ÓTIMO
11) a indispensável e formal prestação de contas perante a unidade gestora, sob pena de responsabilidade, foi observada;	ÓTIMO
12) a homologação da prestação de contas será precedida de manifestação da seção de serviço social do Juízo competente para a execução da pena ou medida alternativa, onde houver, e do Ministério Público.	BOM
TOTAL	BOM

Quadro 2 - Avaliação da Comarca de Acari

6.1.3 Avaliação de implementação na Comarca de Currais Novos

A Comarca de Currais Novos, considerada de 3ª entrância, nos termos da Lei de Organização Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte é integrada pelos municípios de Currais Novos, Lagoa Nova e Cerro Corá, contando o município sede, Currais Novos, com uma população estimada para 2017 de 45.228 habitantes, o segundo 15.590 habitantes e o terceiro 11.344 habitantes. Portanto, considerando a sede da comarca, Currais Novos, e os termos, ou seja, os municípios de Lagoa Nova e Cerro Corá, a população de atuação da Vara Criminal de Currais Novos é de 72.162 habitantes.

De acordo com o IBGE, em 2016, o salário médio mensal era de 1.6 salários mínimos, ressaltando que a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 15.0%. Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 5.1 no IDEB, com uma nota de 4.1 para os alunos dos anos finais. Um fato interessante é que comparação com cidades do Rio Grande do Norte, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 14 de 167 e a posição passava a 21 de 167 para os alunos dos anos finais. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 97.8 em 2010. Isso posicionava o município na posição 73 de 167 dentre as cidades do RN.

Apresentados dados importantes acerca da Comarca de Currais Novos, bem como após a análise da arrecadação de valores decorrentes de pagamento de prestação pecuniária na Comarca de Currais Novos, no período pesquisado, mostrou que, antes da entrada em vigor da Resolução nº 154/2012 (CNJ), inexistia arrecadação de valores pagos a título de prestação pecuniária. Nesse sentido, foi observado o aprimoramento quanto às destinações das penas pecuniárias, partindo do pressuposto de que nada foi arrecadado e, conseqüentemente, aplicado, entre 2007 a 2012, percebe-se o avanço quando se observa a aplicação de R\$ 50.758,00, em 2013.

Ao observar a aplicação de R\$ 5.200,00, em favor do projeto apresentado pelo Clube de Atletismo de Currais Novos, constata-se que o programa instituído pelo Conselho Nacional de Justiça, com o intuito de gerir a aplicação das penas pecuniárias, aprimorou o sistema e possibilitou que as instituições utilizassem os recursos para executar projetos com finalidades específicas. A disponibilização dos valores proporcionou a compra de equipamentos de treinamento para crianças e adolescentes, bem como a realização de um festival de atletismo com o lema “Se beber não dirija, se lhe chamarem para beber, corra”.

A respeito do projeto acima referido, segue transcrição de parte da matéria produzida pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (2013), inclusive com fotografia, intitulada “Recurso de penas pecuniárias beneficia crianças em Currais Novos”:

A Comarca de Currais Novos (...) já começou a contabilizar os primeiros resultados colhidos com os recursos decorrentes das chamadas penas pecuniárias. Trata-se do primeiro Festival de Atletismo, que aconteceu no mês de maio e teve como tema “Se beber não dirija, se alguém lhe oferecer bebida, corra!”. Em julho, a Comarca já programou a realização de um segundo evento, com recursos também advindos da prestação pecuniária. Os recursos são decorrentes de crimes de trânsito, como embriaguez ao volante, entre outros, que resultaram no montante de R\$ 5.200, revertidos para instituições como o Clube de Atletismo de Currais Novos, aplicados na compra de equipamentos para o treinamento de crianças e adolescentes que participam de projetos desenvolvidos pela entidade. A destinação do que é arrecadado deve seguir a Resolução nº 154/2012 do Conselho Nacional de Justiça. Segundo o juiz, foi publicado o edital nº 001/2013 (Vara Criminal de Currais Novos) convocando instituições que executam projetos voltados para atender ao interesse público.

Figura 11 - Festival de atletismo realizado com valores oriundos das penas pecuniárias e denominado “Se beber não dirija, se lhe chamarem para beber corra!”.



Fonte: TJRN (2013).

O interessante do projeto é que o evento, voltado para garantia de direitos de crianças e adolescentes, apresenta uma mensagem direta de combate aos crimes cometidos após o uso de álcool, como embriaguez ao volante. O título “Se beber não dirija, se lhe chamarem para beber corra!” indica para os participantes do evento que direção e bebida não combinam, esclarecendo, inclusive, que é melhor “correr”, no intuito de praticar um esporte saudável, que ingerir bebidas alcoólicas. Outro fator interessante é que parte do dinheiro arrecadado é decorrência exatamente do pagamento de penas pecuniárias por parte de pessoas que, em tese, cometeram o crime estabelecido no art. 306, do Código de Trânsito Brasileiro, adiante transcrito:

Art. 306. Conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência: Penas - detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

Apresentado exemplo de projeto representativo do aprimoramento da aplicação das prestações pecuniárias em Currais Novos, convém destacar que a análise sobre a implementação da Resolução nº 154/2012 (CNJ), com base nos dados estatísticos e da entrevista com o gestor, mostrou que a aplicação do estabelecido na resolução vem possibilitando a garantia de uma maior efetividade às prestações pecuniárias e aperfeiçoando a qualidade da destinação das penas impostas.

A avaliação de implementação também comprovou, pela afirmação do Juiz de Direito responsável pela gestão do programa em Currais Novos, Ricardo Antônio Menezes Cabral Fagundes (2018), que não foram uniformizadas as práticas para o fomento à aplicação da pena de prestação pecuniária em substituição à prisão. Isso considerando que modelos genéricos são apresentados, sem, contudo, a capacitação e apresentação de modelos concretos de projetos que foram executados:

Divulgação da resolução, falta de capacitação e falta de capacidade das instituições para apresentar os projetos, eis que o modelo é fornecido, contudo, em várias vezes os projetos são apresentados sem obedecer critérios formais mínimos (informação verbal).

Ao afirmar que “o modelo é fornecido, contudo, em várias vezes os projetos são apresentados sem obedecer critérios formais mínimos” percebe-se que, mesmo após 12 de julho de 2012, o Tribunal de Justiça não estabeleceu modelos concretos aptos a servir como parâmetros para adoção em todas as comarcas do estado do RN, o que dificulta a uniformização dos procedimentos e alcance efetivo dos objetivos da resolução.

Também pode se observar que a criação de uma conta única, nos termos do art. 1º da Res. nº 154/2012 (CNJ), bem como a necessidade de publicação de editais para o chamamento de instituições interessadas em executar os recursos, de acordo com o art. 2º do regramento, atenderam ao objetivo de regulamentar a destinação, controle e aplicação de valores oriundos de prestação pecuniária aplicada pela justiça criminal. Contudo, na Comarca de Currais Novos foi constatada a inexistência de ampla publicidade no que se refere à aplicação da resolução, já que o gestor, Ricardo Antônio Menezes Cabral Fagundes (2018), afirmou em entrevista concedida ao autor que “não são feitas (reuniões com a população e instituições potencialmente

beneficiadas para o recebimento dos recursos), apenas quando procurado explico para as instituições o procedimento”.

Pela fala do gestor sobre as penas pecuniárias, em Currais Novos, por motivos que não foram externados, mas que podem ser indicados como excesso de trabalho ou até mesmo falta de orientação específica por parte da Corregedoria de Justiça do TJRN, não é dada ampla divulgação à Resolução nº 154/2012 (CNJ), com a realização de reuniões ou audiências públicas tratando da matéria, o que dificulta até o aprimoramento das instituições que apresentam projetos para o recebimento dos recursos.

Ressalte-se, porém, que mesmo sem a ampla divulgação através de audiências públicas ou reuniões para participações dos interessados, foram executados projetos com grande alcance social, como a inauguração da “Casinha da Árvore”, construída com a utilização de recursos decorrentes do pagamento de penas pecuniárias. Esse projeto proporcionou às crianças residentes ou mesmo que passam o dia na instituição “Casa do Pobre” o acesso a um importante equipamento de lazer, garantindo assim o acesso a um direito fundamental de todas as crianças: brincar. Segue transcrição de parte da matéria produzida pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (2015b), com fotografia colacionada ao final, e intitulada “Recursos de penas pecuniárias contribuem com ações de entidade social de Currais Novos”:

Em ação articulada pelos juízes Marcus Vinicius Pereira Júnior e Ricardo Fagundes, da Vara da Infância e Juventude e Vara Criminal da Comarca de Currais Novos, foi inaugurada nessa quinta-feira (6), a iniciativa chamada de “Casinha na Árvore”, instalada na Casa do Pobre, instituição que presta serviço social naquela cidade do Seridó potiguar. O equipamento irá contribuir para a realização de atividades recreativas e educacionais da clientela atendida pela entidade social. A casa de madeira foi adquirida com recursos decorrentes das prestações pecuniárias obtidos em decorrência da aplicação das penas em processos criminais. “É uma forma também de ampliar a prática de políticas públicas, sem, contudo, eliminar a responsabilidade estatal nesse sentido”, acrescenta o juiz Marcus Vinicius, que também atua na Comarca de Cruzeta. Os recursos das penas pecuniárias já beneficiaram também a orquestra sinfônica daquela cidade. A Casa do Pobre é uma instituição de acolhimento institucional que coopera com o Judiciário ao receber crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Presidida por Marcílio Araújo, a entidade tem como presidente de honra a irmã Ananília Gomes, freira com reconhecido trabalho social na região e que inaugurou a unidade há 22 anos. Estiveram presentes ao evento a promotora de Justiça de Currais Novos, Mariana Barbalho e alunos da Escola Municipal Nossa Senhora. O juiz Marcus Vinicius salienta que o Ministério Público tem contribuído com o desenvolvimento de políticas públicas executadas com recursos obtidos através das prestações pecuniárias. O evento contou com a apresentação do músico e servidor do Fórum da Comarca de Currais Novos, Wesley Gama, além dos artistas Allan, Luciana e Paula Érica, com apresentações musicais e recital de poesia.

Figura 12 - “Casinha da Árvore” foi adquirida com recursos decorrentes de prestação pecuniária.



Fonte: TJRN (2015b).

Também na Comarca de Currais Novos foi executado o projeto “Bebê Saúde”, que utilizando de recursos decorrentes da aplicação de penas pecuniárias adquiriu o equipamento necessário para a realização do “teste da orelhinha”. Isso é mostrado na matéria abaixo transcrita, clara no sentido da utilização de R\$ 12.000,00, decorrentes de prestação pecuniária, com o fim de comprar o equipamento, possibilitando, assim, que os filhos das pessoas mais carentes tenham acesso à realização do exame que pode detectar e prevenir a ocorrência de vários problemas auditivos dos recém-nascidos em Currais Novos e região. Segue transcrição de parte da matéria produzida pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (2017), inclusive com fotografia colacionada ao final:

O projeto, inédito no Brasil, de acordo com o magistrado garante aos bebês nascidos em Currais Novos o que não é assegurado sequer na rede privada do Rio Grande do Norte, inclusive da capital. A iniciativa consiste na realização dos testes do "Olhinho", "Orelhinha", "Pezinho" e "Linguinha" no mesmo dia, de forma agendada, o que não ocorre em nenhuma unidade de saúde existente no território potiguar. O aparelho para a realização do teste da "Orelhinha" custou R\$ 12 mil e foi financiado com valores de penas pecuniárias aplicadas pela Justiça da Comarca de Currais Novos. O equipamento utilizado para a realização do teste do "Olhinho" foi comprado com recursos arrecadados no lançamento do livro. A partir do dia 5 de outubro, todas as crianças nascidas em Currais Novos farão os testes do "Olhinho", "Orelhinha", "Pezinho" e "Linguinha" no mesmo dia, com agendamento feito no hospital, sendo garantido às mães e filhos o acesso à saúde em um ambiente acolhedor, climatizado e com profissionais capacitados para garantir saúde de qualidade. Na unidade de saúde foi instalada uma brinquedoteca que garante a diversão dos irmãos dos bebês que costumam ir a UBS acompanhando a mãe, muitas vezes porque não têm com quem ficar em casa.

Figura 13 – Aparelho para o teste da orelhinha adquirido com o uso de prestações pecuniárias em Currais Novos.



Fonte: Divulgação.

Observa-se que, antes de 13.07.2012, era praticamente impossível verificar para quais áreas eram destinados os valores apurados em decorrência do pagamento de prestação pecuniária, o que se tornou possível apenas após a entrada em vigor da Resolução nº 154/2012 (CNJ). Conforme o art. 2º desta, os valores devem ser destinados, preferencialmente, para o financiamento de ações voltadas garantia de segurança pública, educação e saúde.

No caso da Comarca de Currais Novos, em 2013, dos R\$ 31.903,51, R\$ 7.087,33 foram aplicados em educação, R\$ 2.649,90 foram aplicados em saúde, R\$ 10.651,28, em segurança, e R\$ 11.515,00, em outras áreas⁵⁵, conforme tabela abaixo:

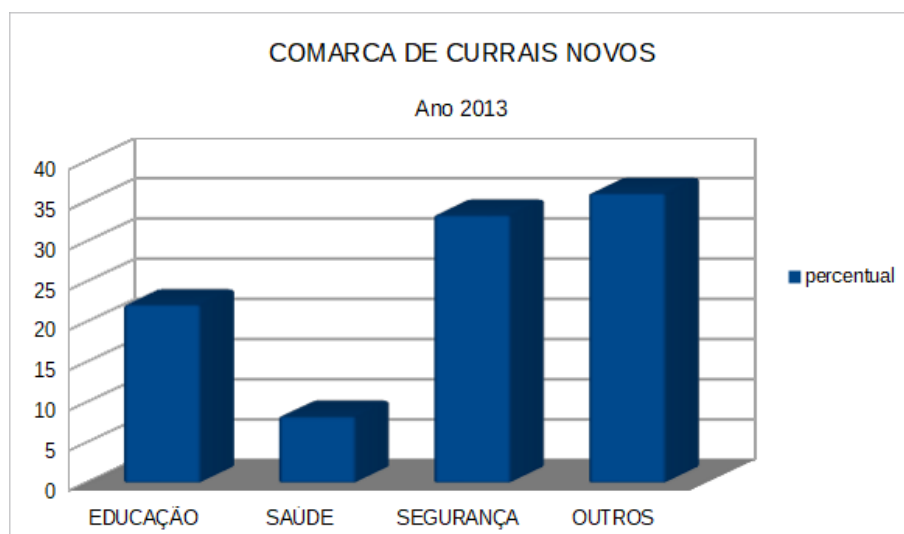
Tabela 17 - Aplicação de recursos na Comarca de Currais Novos (2013).

COMARCA DE CURRAIS NOVOS – 2013	
ÁREA DE APLICAÇÃO	PERCENTUAL (%)
EDUCAÇÃO	22,21
SAÚDE	8,30
SEGURANÇA	33,38
OUTROS	36,09

Fonte: elaboração do autor.

Gráfico 10 - Aplicação de recursos na Comarca de Currais Novos (2013).

55 No Anexo IX, estão especificadas as áreas de destinações de cada projeto.



Fonte: elaboração do autor.

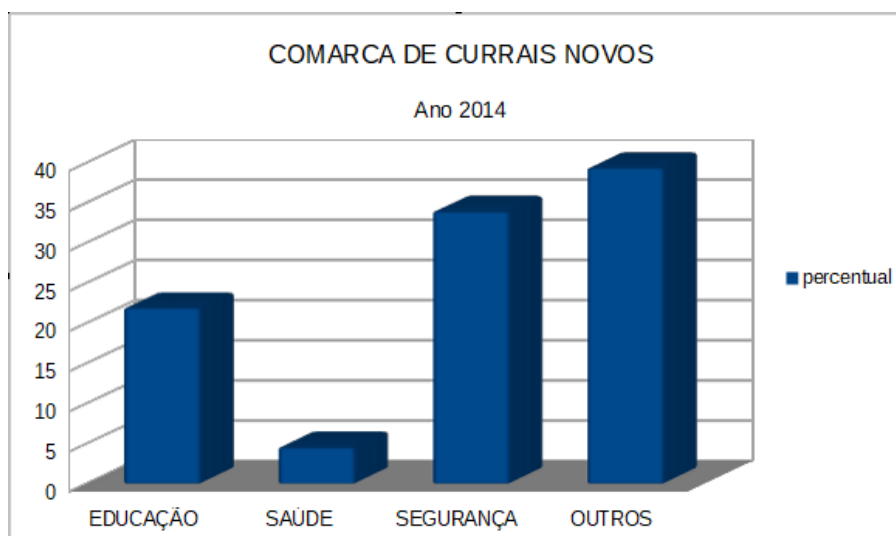
No ano de 2014, dos R\$ 43.545,97 aplicados, R\$ 9.549,46 foram direcionados para educação, R\$ 2.000,00 para a saúde, R\$ 14.768,29 para a segurança e R\$ 17.137,22 foram utilizados em outras áreas. Percentualmente, foram utilizados 21,97%, em educação, 4,60%, em saúde, 33,98%, em segurança, e 39,43%, em outras áreas, conforme mostrado na tabela abaixo:

Tabela 18 - Aplicação de recursos na Comarca de Currais Novos (2014).

COMARCA DE CURRAIS NOVOS - 2014	
ÁREA DE APLICAÇÃO	PERCENTUAL (%)
EDUCAÇÃO	22,97
SAÚDE	4,60
SEGURANÇA	33,98
OUTROS	39,43

Fonte: elaboração do autor.

Gráfico 11 - Aplicação de recursos na Comarca de Currais Novos (2014).



Fonte: elaboração do autor.

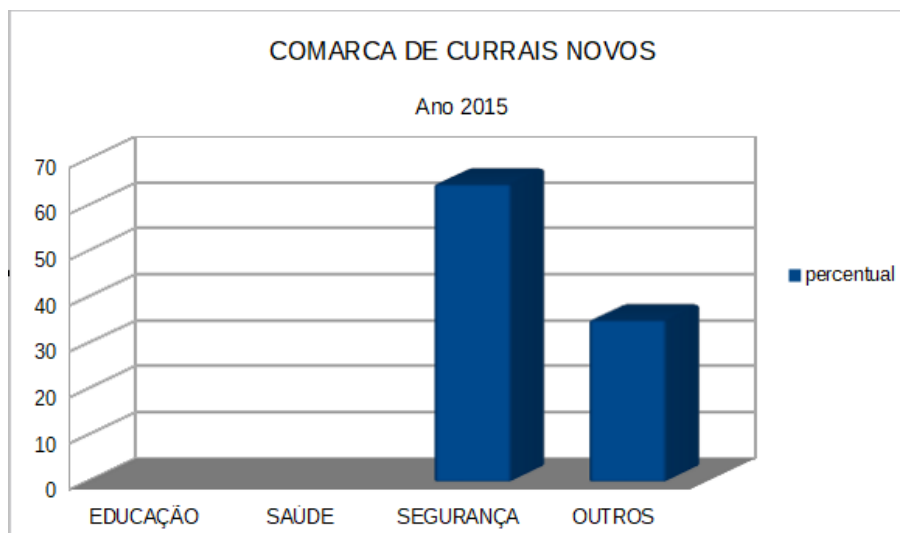
Em 2015, a aplicação dos recursos foi dividida entre segurança e outras áreas, sendo R\$ 19.448,38 aplicados em segurança, o que corresponde a 64,77% e, em outras áreas, um valor correspondente a R\$ 10.577,22, o que equivale a 35,22%, conforme tabela abaixo:

Tabela 19 - Aplicação de recursos na Comarca de Currais Novos (2015).

COMARCA DE CURRAIS NOVOS - 2015	
ÁREA DE APLICAÇÃO	PERCENTUAL (%)
EDUCAÇÃO	0,00
SAÚDE	0,00
SEGURANÇA	67,77
OUTROS	35,22

Fonte: elaboração do autor.

Gráfico 12 - Aplicação de recursos na Comarca de Currais Novos (2015).



Fonte: elaboração do autor.

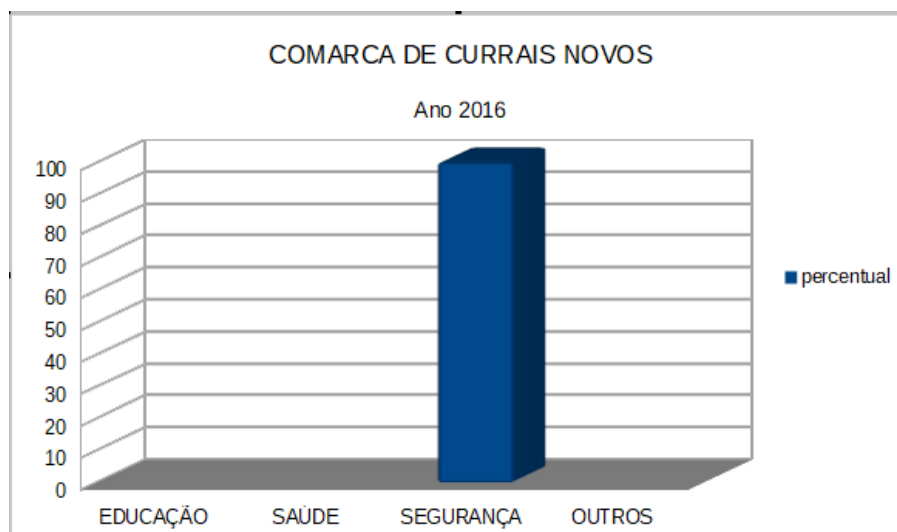
Em 2016, todos os R\$ 9.370,94, ou seja, 100% da verba aplicada, foram direcionados para ações voltadas para garantia de segurança pública, conforme se percebe na tabela abaixo:

Tabela 20 - Aplicação de recursos na Comarca de Currais Novos (2016).

COMARCA DE CURRAIS NOVOS - 2016	
ÁREA DE APLICAÇÃO	PERCENTUAL (%)
EDUCAÇÃO	0,00
SAÚDE	0,00
SEGURANÇA	100,00
OUTROS	0,00

Fonte: elaboração do autor.

Gráfico 13 - Aplicação de recursos na Comarca de Currais Novos (2016).



Fonte: elaboração do autor.

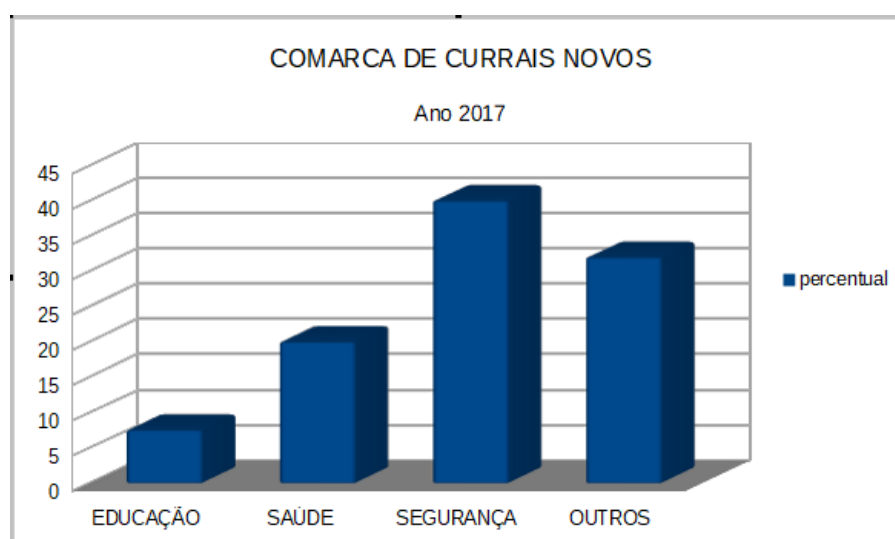
O último ano objeto de pesquisa, 2017, apresentou perspectiva variada de aplicação, com R\$ 4.550,00 destinados à educação (7,63%), R\$ 12.000,00 destinados à saúde (20,14%), R\$ 23.897,36 para segurança (40,11%) e R\$ 19.119,98 destinados para outras áreas de aplicação (23,09%), conforme se observa na tabela abaixo:

Tabela 21 - Aplicação de recursos na Comarca de Currais Novos (2017).

COMARCA DE CURRAIS NOVOS - 2017	
ÁREA DE APLICAÇÃO	PERCENTUAL (%)
EDUCAÇÃO	7,63
SAÚDE	20,14
SEGURANÇA	40,11
OUTROS	23,09

Fonte: elaboração do autor.

Gráfico 14 - Aplicação de recursos na Comarca de Currais Novos (2017).



Fonte: elaboração do autor.

Feitas as observações gerais, com base na análise individual e comparativa realizada no item 6.1, a implementação da Resolução nº 154/2012, na Comarca de Currais Novos, é avaliada da seguinte forma, de acordo com os indicadores expostos ao final do item 6.1:

INDICADOR	CONCEITO
1) ocorreu aprimoramento em relação à aplicação dos valores arrecadados a título de prestação pecuniária;	BOM
2) foi dada maior efetividade às prestações pecuniárias, aprimorando-se a qualidade da destinação das penas impostas;	BOM
3) ocorreu uniformização das práticas para o fomento à aplicação da pena de prestação pecuniária em substituição à prisão, como condição da suspensão condicional do processo ou transação penal, visando melhor fiscalização do emprego dos valores recebidos pelas instituições beneficiadas;	REGULAR
4) foi assegurada maior publicidade e transparência na destinação dos aludidos recursos;	REGULAR
5) os valores pagos passaram a ser depositados em conta judicial vinculada à unidade gestora, com movimentação apenas por meio de alvará judicial, vedado o recolhimento em cartório ou secretaria;	ÓTIMO
6) a unidade gestora encaminha para a instituição financeira estadual ou federal, os dados do processo – número da autuação, comarca, vara e nome do réu – para depósito judicial, que será feito pelo apenado, na forma e periodicidade fixada no ato judicial;	ÓTIMO
7) os valores depositados, quando não destinados à vítima ou aos seus dependentes, são, preferencialmente, destinados à entidade pública ou privada com finalidade social, previamente conveniada, ou para atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde, desde que estas atendam às áreas vitais de relevante cunho social, a critério da unidade gestora;	ÓTIMO
8) a receita da conta vinculada financiou projetos apresentados pelos beneficiários, priorizando-se o repasse desses valores aos beneficiários que: mantenham, por maior tempo, número expressivo de cumpridores de prestação de serviços à comunidade ou entidade pública; atuem diretamente na execução penal, assistência à ressocialização de apenados, assistência às vítimas de crimes e prevenção da criminalidade, incluídos os conselhos da comunidade; prestem serviços de maior relevância social; apresentem projetos com viabilidade de implementação, segundo a utilidade e a necessidade, obedecendo-se aos critérios estabelecidos nas políticas públicas específicas; projetos de prevenção e ou atendimento a situações de conflitos, crimes e violências, inclusive em fase de execução, que sejam baseados em princípios e práticas da Justiça Restaurativa;	REGULAR
9) foi obedecida a vedação relativa a destinação de recursos ao custeio do Poder Judiciário; para a promoção pessoal de magistrados ou integrantes das entidades beneficiadas e, no caso destas, para pagamento de quaisquer espécies de remuneração aos seus membros; para fins político-partidários; a entidades que não estejam regularmente constituídas, obstando a responsabilização caso haja desvio de finalidade;	ÓTIMO
10) o manejo e a destinação desses recursos, que são públicos, foram norteados pelos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos, dentre outros, dispositivos no art. 37, caput, da Constituição Federal;	ÓTIMO
11) a indispensável e formal prestação de contas perante a unidade gestora, sob pena de responsabilidade, foi observada;	ÓTIMO
12) a homologação da prestação de contas será precedida de manifestação da seção de serviço social do Juízo competente para a execução da pena ou medida alternativa, onde houver, e do Ministério Público.	BOM
TOTAL	BOM

Quadro 3 - Avaliação da Comarca de Currais Novos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema de cumprimento de penas criminais no Brasil tem se mostrado em regra falho, na medida em que é incontroversa a ineficácia das penas privativas de liberdade, considerando a superlotação dos presídios e a ausência de políticas públicas eficazes de ressocialização. Partindo dessa perspectiva, as penas restritivas de direitos, como a pena de prestação pecuniária e de prestação de serviços à comunidade, são vistas como formas de potencializar o sistema de execução penal brasileiro, possibilitando aos cidadãos que infringiram as leis a reflexão relativa aos ilícitos cometidos e até a reparação dos danos através do pagamento de determinadas quantias em dinheiro ou mesmo com o trabalho gratuito em favor da coletividade.

Assim, a Resolução nº 154, em 13 de julho de 2012, foi criada pelo Conselho Nacional de Justiça, com o objetivo de estabelecer diretrizes da política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos do pagamento da prestação pecuniária e tem se mostrado importante instrumento de efetividade às prestações pecuniárias, bem como de aprimoramento a qualidade da destinação das penas impostas. O marco teórico referido na pesquisa possibilitou ao Poder Judiciário partir de um paradigma com o objetivo de uniformizar a aplicação dos recursos apurados em decorrência do pagamento das prestações pecuniárias, assim como incentivar as instituições ao recebimento de pessoas disponíveis para o cumprimento de penas de prestação de serviços à comunidade.

Já com base na pesquisa documental, constatou-se que os valores arrecadados são aplicados de forma célere, impedindo que valores se acumulem, o que prejudicaria a população potencialmente beneficiária pelo programa, ressaltando que a conclusão pode ser observada com a verificação de arrecadação, entre 13.07.2007 e 13.07.2017, na Comarca de Cruzeta de R\$ 190.903,42 e aplicação de R\$ 190.974,77, com números parecidos no que se refere ao binômio arrecadação/aplicação nas comarcas de Acari, que arrecadou R\$ 96.462,36 e aplicou R\$ 92.234,43, como também em Currais Novos que arrecadou R\$ 174.735,00 e aplicou R\$ 174.222,03.

Com a pesquisa restou comprovado que a implementação da Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, possibilitou o aprimoramento da aplicação das penas pecuniárias, para evitar total descrédito e inutilidade ao sistema penal, considerando a execução da pena como o arremate de todo o processo criminal, eis que nas três unidades jurisdicionais objeto de investigação foi observado um significativo aumento dos valores apurados, a título de pagamento de prestação pecuniária. Na Comarca de Cruzeta, restou comprovado um aumento na arrecadação em 568,87%, nos cinco anos posteriores à entrada em

vigor da resolução, comparados aos cinco anteriores. Em Acari e Currais Novos, a arrecadação partiu de nenhum valor arrecadado, entre 13.07.2007 a 13.07.2012, para R\$ 92.234,43 e R\$ 174.735,00, respectivamente, no período de 14.07.2012 a 13.07.2017.

Quanto à efetividade da aplicação das prestações pecuniárias, aprimorando-se a qualidade da destinação das penas impostas, a avaliação de implementação nas comarcas de Cruzeta, Acari e Currais Novos demonstrou a existência de efetividade na aplicação dos recursos, como exemplificado com os projetos “Histórias Que o Povo Conta – 2ª Edição”, “Utilização da Voz e Violão, como Instrumento Pedagógico no Reforço Escolar” e “Se beber não dirija, se lhe chamarem para beber, corra”, respectivamente em Cruzeta, Acari e Currais Novos.

Por outro lado, em relação à uniformização das práticas para o fomento à aplicação da pena de prestação pecuniária em substituição à prisão, como condição da suspensão condicional do processo ou transação penal, visando melhor fiscalização do emprego dos valores recebidos pelas instituições beneficiadas, verificou-se a ausência de uma atuação efetiva por parte da Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, na medida em que as três unidades jurisdicionais objeto da pesquisa, através dos seus gestores, foram uníssonas em afirmar que inexistente capacitação dos servidores que atuam diretamente na implementação da Resolução nº 154/2012 (CNJ).

A pesquisa documental apresentando os valores arrecadados e aplicados entre 13.07.2007 a 13.07.2017, nas referidas unidades jurisdicionais, como também a análise das entrevistas realizadas com os gestores sobre a aplicação da regra estabelecida pelo CNJ, esclareceu que, mesmo existindo uma regra formal a ser aplicada em todo Brasil, inexistente no âmbito do Rio Grande do Norte uma uniformização relativa aos procedimentos adotados pelas unidades jurisdicionais. Esse fato evidencia que, mesmo após cinco anos da existência de um procedimento estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte não adotou meios para potencializar os objetivos do CNJ na criação da resolução, como a capacitação das pessoas envolvidas na aplicação do regramento.

Seguindo a mesma trilha, agora em relação à publicidade e transparência na destinação dos recursos decorrentes do pagamento de prestações pecuniárias, o exame das entrevistas dos gestores das comarcas de Cruzeta, Acari e Currais Novos, mostrou que o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, através da Corregedoria de Justiça ou mesmo da Escola da Magistratura do Estado do RN, não tem garantido a publicidade e transparência a nível estadual, o que possibilitaria o conhecimento e divulgação por parte da população dos valores apurados e destinados para o financiamento de projetos que garantam a concretização de direitos coletivos, especialmente de toda a população.

Outro ponto digno de nota nas presentes considerações finais é que a inexistência de uniformização dos procedimentos de implementação da Resolução nº 154/2012 (CNJ), termina por dificultar a implementação do regramento em pontos cruciais. Isso pode ser observado no art. 2º, caput e §1º, incisos I ao V, ao estabelecer que os valores apurados a título de pagamento de prestação pecuniária, quando não destinados à vítima ou aos seus dependentes, serão, preferencialmente, destinados à entidade pública ou privada com finalidade social, previamente conveniada, ou para atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde, desde que estas atendam às áreas vitais de relevante cunho social.

Nesse sentido, de acordo com a resolução, deve ser priorizado o repasse desses valores aos beneficiários que mantenham, por maior tempo, número expressivo de cumpridores de prestação de serviços à comunidade ou entidade pública; atuem diretamente na execução penal, assistência à ressocialização de apenados, assistência às vítimas de crimes e prevenção da criminalidade, incluídos os conselhos da comunidade; prestem serviços de maior relevância social; apresentem projetos com viabilidade de implementação, segundo a utilidade e a necessidade, obedecendo-se aos critérios estabelecidos nas políticas públicas específicas e projetos de prevenção e ou atendimento a situações de conflitos, crimes e violências, inclusive em fase de execução, que sejam baseados em princípios e práticas da Justiça Restaurativa.

Na Comarca de Acari, os requisitos previstos no §1º, incisos I ao V, art. 2º, da Resolução nº 154/2012 (CNJ) não são levados em consideração no momento da seleção dos projetos beneficiados com os recursos apurados a título de prestação pecuniária. Isso pode ser percebido no fato de que os valores disponíveis são divididos proporcionalmente com as instituições que apresentam projetos, como ocorrido em 2015, por exemplo, quando sete instituições receberam R\$ 5.000,00 cada, para adequação do valor disponível para executar os seus projetos. Assim, as instituições cadastradas na Comarca de Acari não são estimuladas ao recebimento de pessoas para prestação de serviços à comunidade, por exemplo, isso diante da ciência de que recebendo ou não prestadores de serviços à comunidade todas as instituições que apresentarem projetos receberão os recursos em igualdade de condições.

Já na Comarca de Cruzeta, onde foram publicados editais com valores fixos disponíveis, o estabelecido no §1º, incisos I ao V, art. 2º, da Resolução nº 154/2012 (CNJ) foram integralmente implementados. Assim, as instituições apresentaram seus projetos de forma fundamentada e demonstraram ou não o cumprimento dos requisitos estabelecidos nos dispositivos referidos no presente parágrafo. Dessa forma, em Cruzeta, caso publicado um edital com R\$ 30.000,00 disponíveis, para financiamento de seis projetos, mesmo que sejam apresentados 20 projetos, todos ficam cientes de que somente seis serão beneficiados, o que

leva a crer que todas as instituições buscarão o quanto possível demonstrar que devem receber os recursos prioritariamente em razão do cumprimento das diretrizes expostas na resolução.

Uma instituição que recebe prestadores de serviços à comunidade, por exemplo, receberá prestação pecuniária prioritariamente em relação às que não recebem, deixando claro que quando implementada corretamente a resolução do CNJ, ocorre uma potencialização quanto recebimento de condenados ao cumprimento de prestação de serviços à comunidade.

Em relação à Comarca de Currais Novos, durante a pesquisa, observou-se que o estabelecido no §1º, incisos I ao V, art. 2º, da Resolução nº 154/2012 (CNJ) foi implementado parcialmente. Em alguns anos, como em 2017, foi publicado um valor fixo disponível com a seleção dos projetos que mais se adequaram às diretrizes estabelecidas na resolução, o que não ocorreu, por exemplo, no ano de 2016, quando 100% dos recursos aplicados foram destinados ao Centro de Detenção Provisória de Currais Novos. Essa aplicação de todo o valor disponível para suprir uma omissão estatal se apresentou como uma incongruência, visto que, enquanto a Comarca de Currais Novos direcionou 100% dos valores para suprir tal omissão, o Estado do Rio Grande do Norte RN tem 38,5 milhões do fundo penitenciário nacional sem utilização, de acordo com matéria jornalística publicada pelo jornal Tribunal do Norte e referida na pesquisa.

Assim, o que aparentemente pode ser considerado positivo, como para o então Corregedor Geral de Justiça do TJRN, Desembargador Saraiva Sobrinho, ao afirmar que a experiência de Apodi⁵⁶ deve ser replicada nos demais Centros de Detenção do RN, em reportagem publicada no sítio do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (2015a), é visto cientificamente como algo negativo, eis que se “o Rio Grande do Norte utilizou apenas 13,97% dos R\$ 44.784.444,44 recebidos do Governo Federal em dezembro de 2016”, conforme divulgado em relatório do Tribunal de Contas da União, os valores apurados em decorrência de pagamento de prestação pecuniária devem ser usados com políticas públicas de prevenção da ocorrência de crimes, como previsto no art. 2º da Resolução nº 154/2012 (CNJ), não com o fim de suprir omissões estatais como nos casos de omissão na construção de estabelecimentos penais.

E ainda, de acordo com a pesquisa documental, verificou-se que os valores foram usados com prioridade na educação nas comarcas de Cruzeta e Acari. No entanto, na Comarca de Currais Novos, os valores foram utilizados prioritariamente com segurança e outras áreas, ocupando a aplicação em educação o último posto nessa comarca.

56 Onde um Centro de Detenção Provisório foi construído com parte de recursos oriundos de prestações pecuniárias.

Diante dessa avaliação da implementação da Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, é possível afirmar que as unidades jurisdicionais objeto de pesquisa conseguiram satisfatoriamente implementar o programa, com benefícios para a população, bem como que devem ser promovidas capacitações com relação aos servidores que trabalham na área e com as próprias instituições que apresentam os projetos.

REFERÊNCIAS

AFONSO DA SILVA, José. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Ed. Malheiros, 2014.

ARAÚJO, Witemburgo Gonçalves de. **Entrevista 1**. [abr. 2018]. Entrevistador: Marcus Vinícius Pereira Júnior. Acari, 2018. 1 arquivo .mp3 (60 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta Tese.

ARRETCHE, Marta T. S.; BRANT, Maria do C. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, IEE, 2006.

BACHOF, Otto. Nuevas reflexiones sobre la jurisdicción constitucional entre derecho y política. Boletín Mexicano de Derecho Comparado, ano XIX, n. 57, p. 842-843, setembro-dezembro de 1986. Disponível em: <<https://revistas.juridicas.unam.mx/index.php/derecho-comparado/article/view/2259/2516>>. Acesso em: 01 abr. 2018.

BLOG Toscano Neto. **Recursos de Penas Pecuniárias beneficiam Projetos Sociais de Acari e Carnaúba dos Dantas-RN**. Blog Toscano Neto, 19 novembro 2015. Disponível em: <<http://blogdotoscanoneto.blogspot.com/2015/11/recursos-de-penas-pecuniarias.html>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n.ºs. 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n.ºs. 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

CASTRO, Márcia S. P.; SOUZA, Lincoln Moraes de. Implementação e avaliação de políticas públicas: reflexões a partir de uma pesquisa de avaliação da política de assistência social. In: Lincoln Moraes de Souza. (Org.). **Avaliações e reflexões sobre as políticas públicas de assistência social, saúde e educação**. 1. ed. Natal: EDUFRN, 2014, p. 15-73.

CHAMPAGNE, F. et al. A análise da implantação. In: BROUSSELE A. et al. (Org.) **Avaliação**: conceitos e métodos. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2011. p. 217 – 238.

CORREGEDORIA Geral de Justiça do RN. **Penas Pecuniárias voltadas para projetos sociais**, 03 Março 2017. Disponível em: <<http://corregedoria.tjrn.jus.br/index.php/noticias/745-penas-pecuniarias-voltadas-para-projetos-sociais>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

DRAIBE, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, M.C.R.N.; CARVALHO, M.C.B. (orgs) **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

FAGUNDES, Ricardo Antônio Menezes Cabral. **Entrevista 2**. [abr. 2018]. Entrevistador: Marcus Vinícius Pereira Júnior. Currais Novos, 2018. 1 arquivo .mp3 (60 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D desta Tese.

FARIELLO, Luiza de Carvalho. Verba pecuniária garante preservação da memória cultural de cidades do RN. **Conselho Nacional de Justiça**, 18 jun. 2015. Disponível em:

<<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/79668-verba-pecuniaria-garante-preservacao-da-memoria-cultural-de-cidades-do-rn>>. Acesso em 12 abr. 2018.

GORENDER, J. Introdução: o nascimento do materialismo histórico. In: MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Trad. Castro e Costa, L. C.. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GRUPPI, Luciano. **Tudo Começou com Maquiavel**. Tradução de Dario Canali. 14.ed. Porto Alegre: L&PM, 1996.

HOBBS, T. **Leviatã**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

LOCKE, John. **O segundo tratado sobre o governo civil**. Tradução: Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Editora Vozes: Petrópolis, 1994.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Trad. Castro e Costa, L. C.. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de la Brède et de. **De l'esprit des lois**. Éditions Garnier Frères. Paris. 1956.

REIS JÚNIOR, Francisco Soares. **Dez anos do Conselho Nacional de Justiça**: a experiência de accountability adotada pelo CNJ nos tribunais de justiça estaduais (2005/2015). Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2017.

RICHARDSON, Roberto Jerry. **Pesquisa social**: métodos e pesquisa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. Trad. de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 2005.

SANTOS, Valberlândia. Citar texto

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2016.

SOUZA, Lincoln Moraes de. Políticas públicas – introdução às atividades e análise. Natal: EDUFRN, 2011.

_____. Três ensaios sobre avaliação de políticas públicas. Natal: EDUFRN, 2014.

SILVA, Yuno. **RN tem R\$ 38,5 milhões do fundo penitenciário nacional ‘parados’**. Tribuna do Norte, 08 maio 2018. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/rn-tem-r-38-5-milha-es-do-fundo-penitencia-rio-nacional-parados/412313>>. Acesso em: 10 maio 2018.

SOUZA, João Henrique Bressan de. **Entrevista 3**. [abr. 2018]. Entrevistador: Marcus Vinícius Pereira Júnior. Cruzeta, 2018. 1 arquivo .mp3 (40 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice E desta Tese.

TRIBUNAL de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte [TJRN]. **Recurso de penas pecuniárias beneficia crianças em Currais Novos**, 04 jun. 2013. Disponível em:

<<http://www.tjrj.jus.br/index.php/comunicacao/noticias/2904-recurso-de-penas-pecuniarias-beneficia-criancas-em-currais-novos>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

TRIBUNAL de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte [TJRj]. **Esporte, Música e Cultura marcam Dia do Folclore em Cruzeta**, 25 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/index.php/comunicacao/noticias/7317-esporte-musica-e-cultura-marcam-dia-do-folclore-em-cruzeta>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

TRIBUNAL de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte [TJRj]. **Alto padrão do CDP de Apodi deve servir de modelo para o RN - destaca corregedor geral**. TJRN, 06/02/2015a, às 15:57. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/index.php/comunicacao/noticias/8527-alto-padrao-do-cdp-de-apodi-deve-servir-de-modelo-para-o-rn--destaca-corregedor-geral>>. Acesso em: 11 maio 2018, às 1h26.

TRIBUNAL de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte [TJRj]. **Recursos de penas pecuniárias contribuem com ações de entidade social de Currais Novos**, 07 ago. 2015b. Disponível em: <<http://z-bruxelas.tjrj.jus.br/index.php/comunicacao/noticias/9262-recursos-de-penas-pecuniarias-contribuem-com-acoes-de-entidade-social-de-currais-novos>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

TRIBUNAL de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte [TJRj]. **Juiz lança livro e doa 100% da venda para projeto “Bebê Saúde” de Currais Novos**, 27 set. 2017. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/index.php/comunicacao/noticias/12844-juiz-lanca-livro-e-doa-100-da-venda-para-projeto-bebe-saude-de-currais-novos>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Políticas públicas, direitos fundamentais e controle judicial. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

_____. Ativismo jurisdicional e o Supremo Tribunal Federal. Curitiba: Juruá, 2009.

WEBER, Max. **Escritos Políticos**. São Paulo. Editora: Martins Fontes, 2014.

ZAULI, Fernanda. **Multas pagas à Justiça são destinadas a projetos que beneficiam a população**. G1 RN, 14/04/2015, às 08h18, Atualizado em 15/04/2015, às 08h01. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2015/04/no-rn-verba-pecuniaria-e-destinada-projetos-que-beneficiam-populacao.html>>. Acesso em: 11 maio 2018, às 0h56.

OBRAS CONSULTADAS

AGUILAR, M. J.; ANDER-EGG, E. **Avaliação de serviços e programas sociais**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

ANTICO, Claudia; JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores e a gestão de políticas públicas**. Recife: Fundaj, 2008.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 10 ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

_____. **Ciência Política**. 10 ed. (revista e atualizada). São Paulo: Malheiros, 2004.

_____. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Malheiros, 2010.

BONAVIDES, P.; ANDRADE, P. **História constitucional do Brasil**. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

BUCCI, Maria Paula Dallari (Org.). **Políticas públicas**: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.

BROUSSELLE, Astrid et al. (Org.) **Avaliação**: conceitos e métodos. Tradução de Michel Colin. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

COELHO, Maria Ivonete Soares. **Desenvolvimento e Assistência Social**: uma avaliação da efetividade da política de assistência social nos municípios de Assú e Mossoró (2004/2008). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

COSTA, João Bosco Araújo. **Poder Local e Políticas Públicas**: uma avaliação do programa de erradicação infantil no município de Parnamirim/RN. Projeto de Pesquisa, Natal: UFRN, 2003.

COSTA, Nilson do Rosário. **Políticas Públicas, Justiça Distributiva e Inovação**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

DAL BOSCO, Maria Goretti. **Discrecionariade em políticas públicas**. Curitiba: Juruá, 2008.

DALLARI, Adilson Abreu. **Controle político das agências reguladoras**. Revista Interesse Público, Porto Alegre, n 18, 2003.

DERBLI, Felipe. **O princípio da proibição de retrocesso social na Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS. Leonardo. **Teoria Geral dos Direitos Fundamentais**. 2 ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

FAGUNDES, Miguel Seabra. **O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário**. 7 ed. Atualização de Gustavo Binenbojm. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

FIGUEIREDO, M. F.; FIGUEIREDO, A. C. **Avaliação política e avaliação de políticas**: um quadro de referência teórica. São Paulo: Instituto de Estudos Econômicos e Políticas de São Paulo – Idesp, n.15, 1986.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANÇA, Phillip Gil. **O controle da administração pública**. Tutela jurisdicional, regulação econômica e desenvolvimento. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

GOMES. Joaquim Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicação. Campinas: Alínea, 2006.

MARIA CECÍLIA ROXO NOBRE BARREIRA, MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO (Orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Vol. 1. Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MENDONÇA, Maria Lírida Calou de Araújo e; DEOCLECIANO, Pedro Rafael Malveira; OLIVEIRA JÚNIOR, Vicente de Paulo Augusto de. (Orgs). **O Conselho Nacional de Justiça e o Poder Judiciário Brasileiro**. Rio de Janeiro. Lumen Juris, 2017.

MILESKI, Hélio Saul. **O Controle da Gestão Pública**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

MÜLLER, Friedrich. **O novo paradigma do direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

_____. **Quem é o povo?** A questão fundamental da democracia. São Paulo: Max Limonad, 1998.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O Direito brasileiro e o princípio da dignidade da pessoa humana. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 5, n. 41, 1 maio 2000. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/161>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

_____. O controle de políticas públicas: um desafio jurisdição constitucional. **Revista de Doutrina da 4ª Região**, Porto Alegre, n. 19, ago. 2007. Disponível em: http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao019/Edilson_Junior.htm. Acesso em: 13 nov 2015.

ORTIZ, Maria Helena Rodrigues (org.). **Justiça Social**: uma questão de direito. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004.

PEREIRA JR., Marcus Vinícius. **Orçamento e Políticas Públicas Infantojuvenis**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

POLLACK, Malla. **Direitos Fundamentais**: orçamento e “reserva do possível”. Ingo Wolfgang Sarlet e Luciano Benetti Timm (org.) 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010.

ROCHE, C. **A avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs** – aprendendo a valorizar as mudanças. 3ª ed. São Paulo: Cortez; ABONG; Oxford, Inglaterra: Oxfam, 2003.

SANTOS, Paula Fernanda Brandão Batista dos Santos. **Avaliação do Programa Saúde da Família no Rio Grande do Norte**. Tese (doutorado). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais, 2013.

SARAIVA, Paulo Lopo. **A presença de Friedrich Müller no Brasil**. Democracia, Direito e Política: Estudos Internacionais em Homenagem a Friedrich Müller. LIMA, Martônio Mont'Alverne Barreto; ALBUQUERQUE, Paulo Antônio de Menezes (Orgs). Florianópolis: Conselho Editorial, 2006.

SARMENTO, Daniel. **Jurisdição e Direitos Fundamentais**. Ingo Wolfgang Sarlet (org.) Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004.

SOUZA, Artur César de. **A parcialidade positiva do juiz**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira. **Teoria Constitucional e Democracia Deliberativa**: um estudo sobre o papel do Direito na garantia das condições para a cooperação na deliberação democrática. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

VIANNA, Luiz Werneck (Org.). **A democracia e os três poderes no Brasil**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: UFMG; Iuperj/Faberj, 2002.

ZOUAIN, Delane Botelho Deborah Moraes. **Pesquisa Quantitativa em Administração**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este documento visa solicitar sua participação na Pesquisa de doutorado intitulada: “A POLÍTICA INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO POTIGUAR NA GESTÃO DAS PENAS PECUNIÁRIAS: AVALIAÇÃO NAS COMARCAS DE CRUZETA, ACARI E CURRAIS NOVOS”, que tem como objetivo a avaliação da referida Política Institucional.

Por intermédio deste termo são-lhe garantidos os seguintes direitos:

- 1) Solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta pesquisa;
- 2) Sigilo absoluto sobre nomes, apelidos, datas de nascimento, local de trabalho, bem como quaisquer outras informações que possam levar à identificação pessoal;
- 3) Ampla possibilidade de negar-se a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julgue prejudiciais à sua integridade física, moral e social;
- 4) Opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido;
- 5) Desistir, a qualquer tempo, de participar da Pesquisa.

“Declaro estar ciente das informações constantes neste ‘Termo de Consentimento Livre e Esclarecido’, e entender que serei resguardado(a) pelo sigilo absoluto de meus dados pessoais e de minha participação na pesquisa; recusar a dar informações que julgue prejudiciais à minha pessoa, solicitar a não inclusão em documentos de quaisquer informações que já tenha fornecido e desistir, a qualquer momento, de participar da pesquisa. Fico ciente também de que uma cópia deste termo permanecerá arquivada com o pesquisador responsável pelo trabalho de pesquisa para a tese de doutorado.

_____, ____ de _____ de _____

Participante: _____

Endereço: _____

Assinatura do pesquisador: _____

APÊNDICE B

ENTREVISTA COM O(A) MAGISTRADO(A) RESPONSÁVEL PELA UNIDADE JURISDICIONAL OBJETO DA PESQUISA

Primeiro Momento: Apresentação

Nome:

Gênero:

Profissão: Magistrado(a)

Função na instituição: Juiz de Direito (gestor da política institucional)

Segundo momento: a Resolução nº 154/2012 (CNJ) e sua efetividade

- 1- A partir de quando a unidade jurisdicional que é responsável passou a aplicar a Resolução nº 154/2012 (CNJ)?
- 2- Como era a aplicação dos valores decorrentes de penas pecuniárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 154/2012 (CNJ)?
- 3- Nesse período anterior a entrada em vigor da Resolução nº 154/2012 (CNJ), como era decidido na unidade jurisdicional acerca do direcionamento dos recursos apurados em decorrência do pagamento de prestação pecuniária?
- 4- Após a entrada em vigor da Resolução nº 154/2012 (CNJ), qual(is) te(ê)m sido o(s) fator(res) preponderante(s) na decisão acerca do direcionamento dos recursos apurados em decorrência do pagamento de prestação pecuniária?
- 5- Após a aplicação da Resolução nº 154/2012 (CNJ), as instituições beneficiadas com os recursos passaram a receber apenas condenados ao cumprimento de prestação pecuniária com mais facilidade?
- 6- Após a entrada em vigor da Resolução nº 154/2012 (CNJ), a sua atuação enquanto gestor foi modificada no sentido de potencializar a arrecadação de valores relativos à prestação pecuniária (por exemplo, estabelecendo valores de acordo com as condições financeiras das partes promovidas nos processos, independente do que foi pedido pelo Ministério Público)?
- 7- As pessoas que pagam prestações pecuniárias têm conhecimento acerca da destinação dos recursos arrecadados? Em caso positivo, informe como é feita tal conscientização.
- 8- O que poderia mudar para melhorar a aplicação dos recursos apurados em decorrência do pagamento de prestação pecuniária?
- 9- Quais são as necessidades do Magistrado para a aplicação da Resolução nº 154/2012? (por exemplo, realização de cursos de formação, orientação por parte do Conselho Nacional de Justiça, da Escola da Magistratura ou do próprio Tribunal de Justiça do RN);

- 10-** O que foi feito para responder às suas necessidades na aplicação da Resolução nº 154/2012? (após responder, deve atribuir conceitos entre deficiente, regular, bom ou ótimo);
- 11-** Quais os principais obstáculos à implantação da Resolução nº 154/2012?
- 12-** Foram apresentadas boas práticas, com base na implantação do programa em outras unidades jurisdicionais (em visitas da Corregedoria de Justiça do TJRN ou mesmo cursos de capacitação)?
- 13-** O que aprendeu sobre as boas práticas, com base nos programas já implantados? (após responder, deve atribuir conceitos entre deficiente, regular, bom ou ótimo. Caso não tenham sido apresentadas boas práticas, deve ser atribuído conceito deficiente);
- 14-** Segundo outros programas apresentados, quais são os trunfos do programa e as dificuldades a serem evitadas? (após responder, deve atribuir conceitos entre deficiente, regular, bom ou ótimo. Caso não tenham sido apresentadas boas práticas, deve ser atribuído conceito deficiente).
- 15-** Ocorreu participação dos Magistrados na concepção da Resolução nº 154/2012, no processo de elaboração pelo Conselho Nacional de Justiça? (após responder, deve atribuir conceitos entre deficiente, regular, bom ou ótimo. Caso não tenha ocorrido a participação, deve ser atribuído conceito deficiente);
- 16-** O contexto de implantação favorece a implementação do programa planejado pelo Conselho Nacional de Justiça? Como? (após responder, deve atribuir conceitos entre deficiente, regular, bom ou ótimo);
- 17-** São feitas reuniões de conscientização das instituições e população em geral para informar o teor da Resolução nº 154/2012? Em caso positivo, quantas já foram feitas?
- 18-** Desde a edição da Resolução nº 154/2012, quantos editais foram publicados com chamada de instituições interessadas em apresentar projetos para a utilização de valores apurados em decorrência do pagamento de prestação pecuniária?
- 19-** Questão livre: Falar sobre algo que não foi perguntado.

APÊNDICE C

ENTREVISTA COM O GESTOR DOS VALORES APURADOS EM ACARI EM DECORRÊNCIA DE PAGAMENTOS ENTRE 2007 A 2017

Entrevista realizada em 24 de abril de 2018, às 13h30, com o Magistrado Witemburgo Gonçalves de Araújo.

Primeiro Momento: Apresentação

Nome: Witemburgo Gonçalves de Araújo.

Gênero: Masculino.

Profissão: Magistrado(a)

Função na instituição: Juiz de Direito (gestor da política institucional)

Segundo momento: a Resolução nº 154/2012 (CNJ) e sua efetividade

1. A partir de quando a unidade jurisdicional que é responsável passou a aplicar a Resolução nº 154/2012 (CNJ)? *A partir do ano de 2013.*
2. Como era a aplicação dos valores decorrentes de penas pecuniárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 154/2012 (CNJ)? *A destinação era atendendo a pedidos individuais, as que tinham interesse eram as que procuravam e destinávamos a quem solicitava.*
3. Nesse período anterior a entrada em vigor da Resolução nº 154/2012 (CNJ), como era decidido na unidade jurisdicional acerca do direcionamento dos recursos apurados em decorrência do pagamento de prestação pecuniária? *As destinações eram feitas de acordo com os pedidos de cada instituição, com a procura era feita a destinação.*
4. Após a entrada em vigor da Resolução nº 154/2012 (CNJ), qual(is) te(ê)m sido o(s) fator(res) preponderante(s) na decisão acerca do direcionamento dos recursos apurados em decorrência do pagamento de prestação pecuniária? *De acordo com os recursos disponíveis, são direcionados recursos de modo a atender todas as instituições, eis que inicialmente são aprovados os projetos e depois verificada a possibilidade de direcionamento mesmo que em valores menores.*
5. Após a aplicação da Resolução nº 154/2012 (CNJ), as instituições beneficiadas com os recursos passaram a receber apenas condenados ao cumprimento de prestação pecuniária com mais facilidade? *Não foi necessária a utilização desse critério para aplicação dos valores diretamente a uma ou outra instituição, eis que na medida da disponibilidade todos os projetos são contemplados.*
6. Após a entrada em vigor da Resolução nº 154/2012 (CNJ), a sua atuação enquanto gestor foi modificada no sentido de potencializar a arrecadação de valores relativos à prestação pecuniária (por exemplo, estabelecendo valores de acordo com as condições financeiras das partes promovidas nos processos, independente do que foi pedido pelo Ministério Público)? *Sim, eis que com o objetivo de potencializar a arrecadação existe um incentivo maior nas instituições de fiscalização, como nos casos de fiscalização de pessoas dirigindo sob efeito de álcool, por exemplo.*
7. As pessoas que pagam prestações pecuniárias têm conhecimento acerca da destinação dos recursos arrecadados? Em caso positivo, informe como é feita tal conscientização. *Sim. Nas audiências preliminares do Juizado Especial Criminal e nas audiências admonitórias os autores do fato/réus são cientificados de que os valores arrecadados são posteriormente destinados a projetos de instituições locais, previamente cadastrados na Comarca.*

8. O que poderia mudar para melhorar a aplicação dos recursos apurados em decorrência do pagamento de prestação pecuniária? *Poderia ser feita uma maior divulgação, destacando que muitas instituições sequer tem conhecimento da existência desses recursos.*
9. Quais são as necessidades do Magistrado para a aplicação da Resolução nº 154/2012? (por exemplo, realização de cursos de formação, orientação por parte do Conselho Nacional de Justiça, da Escola da Magistratura ou do próprio Tribunal de Justiça do RN). *A capacitação é a maior necessidade atual de implantação da referida resolução, devendo o Tribunal de Justiça fazer uma maior divulgação e capacitar os servidores. Outra situação interessante também seria o estabelecimento de modelos a serem adotados em outras comarcas.*
10. O que foi feito para responder às suas necessidades na aplicação da Resolução nº 154/2012? (após responder, deve atribuir conceitos entre deficiente, regular, bom ou ótimo). *Nada foi feito na Comarca de Acari.*
11. Quais os principais obstáculos à implantação da Resolução nº 154/2012? *Divulgação da resolução e falta de capacitação.*
12. Foram apresentadas boas práticas, com base na implantação do programa em outras unidades jurisdicionais (em visitas da Corregedoria de Justiça do TJRN ou mesmo cursos de capacitação)? *Não.*
13. O que aprendeu sobre as boas práticas, com base nos programas já implantados? (após responder, deve atribuir conceitos entre deficiente, regular, bom ou ótimo. Caso não tenham sido apresentadas boas práticas, deve ser atribuído conceito deficiente). *Prejudicado.*
14. Segundo outros programas apresentados, quais são os trunfos do programa e as dificuldades a serem evitadas? (após responder, deve atribuir conceitos entre deficiente, regular, bom ou ótimo. Caso não tenham sido apresentadas boas práticas, deve ser atribuído conceito deficiente). *Prejudicado.*
15. Ocorreu participação dos Magistrados na concepção da Resolução nº 154/2012, no processo de elaboração pelo Conselho Nacional de Justiça? (após responder, deve atribuir conceitos entre deficiente, regular, bom ou ótimo. Caso não tenha ocorrido a participação, deve ser atribuído conceito deficiente). *Não ocorreu.*
16. O contexto de implantação favorece a implementação do programa planejado pelo Conselho Nacional de Justiça? Como? (após responder, deve atribuir conceitos entre deficiente, regular, bom ou ótimo). *Não, diante da ausência de capacitação.*
17. São feitas reuniões de conscientização das instituições e população em geral para informar o teor da Resolução nº 154/2012? Em caso positivo, quantas já foram feitas? *É necessário realmente que sejam feitas reuniões com a população, mas tal situação não ocorre.*
18. Desde a edição da Resolução nº 154/2012, quantos editais foram publicados com chamada de instituições interessadas em apresentar projetos para a utilização de valores apurados em decorrência do pagamento de prestação pecuniária? *05 (cinco).*
19. Questão livre: Falar sobre algo que não foi perguntado. *Como sugestão seria a padronização por parte da Corregedoria, sobretudo por parte da prestação de contas, que é uma grande dúvida das instituições.*

APÊNDICE D

ENTREVISTA COM O GESTOR DOS VALORES APURADOS EM CURRAIS NOVOS EM DECORRÊNCIA DE PAGAMENTOS ENTRE 2007 A 2017

Entrevista realizada em 11 de maio de 2018, às 14h50, com o Magistrado Ricardo Antônio Menezes Cabral Fagundes.

Primeiro Momento: Apresentação

Nome: Ricardo Antônio Menezes Cabral Fagundes.

Gênero: Masculino.

Profissão: Magistrado(a)

Função na instituição: Juiz de Direito (gestor da política institucional)

Segundo momento: a Resolução nº 154/2012 (CNJ) e sua efetividade

1. A partir de quando a unidade jurisdicional que é responsável passou a aplicar a Resolução nº 154/2012 (CNJ)? *A partir de meados do ano de 2013.*
2. Como era a aplicação dos valores decorrentes de penas pecuniárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 154/2012 (CNJ)? *Antes da resolução praticamente inexistiam aplicações de prestações pecuniárias, em regra eram aplicadas apenas penas de prestação de serviços à comunidade.*
3. Nesse período anterior a entrada em vigor da Resolução nº 154/2012 (CNJ), como era decidido na unidade jurisdicional acerca do direcionamento dos recursos apurados em decorrência do pagamento de prestação pecuniária? *Prejudicado.*
4. Após a entrada em vigor da Resolução nº 154/2012 (CNJ), qual(is) te(ê)m sido o(s) fator(res) preponderante(s) na decisão acerca do direcionamento dos recursos apurados em decorrência do pagamento de prestação pecuniária? *Inicialmente é feita uma análise formal dos projetos e, verificada a regularidade, são analisados o impacto social do projeto e se representa uma política pública preventiva de crimes. Contudo, em algumas situações, os recursos foram utilizados excepcionalmente para suprir omissões estatais como reformas no Centro de Detenção Provisória de Currais Novos, Delegacia de Polícia, Batalhão de Polícia, ressaltando, porém, que atualmente essa atuação em suprimento às omissões estatais são possíveis de forma mais excepcional ainda, tendo em conta que vários valores foram perdidos, na medida em que o Centro de Detenção Provisória foi fechado, a viatura recuperada não é mais usada em Currais Novos, o que indica a necessidade da utilização dos recursos mais voltados para políticas públicas de prevenção.*
5. Após a aplicação da Resolução nº 154/2012 (CNJ), as instituições beneficiadas com os recursos passaram a receber apenas condenados ao cumprimento de prestação pecuniária com mais facilidade? *Não foi observada essa peculiaridade, eis que não é utilizado esse critério para destinação dos recursos decorrentes de prestação pecuniária.*
6. Após a entrada em vigor da Resolução nº 154/2012 (CNJ), a sua atuação enquanto gestor foi modificada no sentido de potencializar a arrecadação de valores relativos à prestação pecuniária (por exemplo, estabelecendo valores de acordo com as condições financeiras das partes promovidas nos processos, independente do que foi pedido pelo Ministério Público)? *Não, eis que a atuação do Ministério Público, enquanto fiscal da atuação policial, é que deveria ser no sentido de aumentar as fiscalizações ou coisas do tipo.*
7. As pessoas que pagam prestações pecuniárias têm conhecimento acerca da destinação dos recursos arrecadados? Em caso positivo, informe como é feita tal conscientização. *Sim.*

Nas audiências que realizo, explico para as pessoas o destino do valor pago em favor de políticas públicas preventivas do cometimento de novos crimes.

8. O que poderia mudar para melhorar a aplicação dos recursos apurados em decorrência do pagamento de prestação pecuniária? *Poderia ser simplificado o procedimento e realizado treinamentos com os servidores públicos que atuam nas unidades jurisdicionais que executam o programa.*
9. Quais são as necessidades do Magistrado para a aplicação da Resolução nº 154/2012? (por exemplo, realização de cursos de formação, orientação por parte do Conselho Nacional de Justiça, da Escola da Magistratura ou do próprio Tribunal de Justiça do RN). *A capacitação é a maior necessidade atual de implantação da referida resolução, devendo o Tribunal de Justiça fazer uma maior divulgação e capacitar os servidores.*
10. O que foi feito para responder às suas necessidades na aplicação da Resolução nº 154/2012? (após responder, deve atribuir conceitos entre deficiente, regular, bom ou ótimo). *Nada foi feito na Comarca de Currais Novos.*
11. Quais os principais obstáculos à implantação da Resolução nº 154/2012? *Divulgação da resolução, falta de capacitação e falta de capacidade das instituições para apresentar os projetos, eis que o modelo é fornecido, contudo, em várias vezes os projetos são apresentados sem obedecer critérios formais mínimos.*
12. Foram apresentadas boas práticas, com base na implantação do programa em outras unidades jurisdicionais (em visitas da Corregedoria de Justiça do TJRN ou mesmo cursos de capacitação)? *Não.*
13. O que aprendeu sobre as boas práticas, com base nos programas já implantados? (após responder, deve atribuir conceitos entre deficiente, regular, bom ou ótimo. Caso não tenham sido apresentadas boas práticas, deve ser atribuído conceito deficiente). *Prejudicado.*
14. Segundo outros programas apresentados, quais são os trunfos do programa e as dificuldades a serem evitadas? (após responder, deve atribuir conceitos entre deficiente, regular, bom ou ótimo. Caso não tenham sido apresentadas boas práticas, deve ser atribuído conceito deficiente). *Prejudicado.*
15. Ocorreu participação dos Magistrados na concepção da Resolução nº 154/2012, no processo de elaboração pelo Conselho Nacional de Justiça? (após responder, deve atribuir conceitos entre deficiente, regular, bom ou ótimo. Caso não tenha ocorrido a participação, deve ser atribuído conceito deficiente). *Não ocorreu.*
16. O contexto de implantação favorece a implementação do programa planejado pelo Conselho Nacional de Justiça? Como? (após responder, deve atribuir conceitos entre deficiente, regular, bom ou ótimo). *Sim, desde que sejam realizadas capacitações com as pessoas que trabalham nessa área.*
17. São feitas reuniões de conscientização das instituições e população em geral para informar o teor da Resolução nº 154/2012? Em caso positivo, quantas já foram feitas? *Não são feitas, apenas quando procurado explico para as instituições o procedimento.*
18. Desde a edição da Resolução nº 154/2012, quantos editais foram publicados com chamada de instituições interessadas em apresentar projetos para a utilização de valores apurados em decorrência do pagamento de prestação pecuniária? *Prejudicado.*
19. Questão livre: Falar sobre algo que não foi perguntado. *Sem apresentação de novos pontos.*

APÊNDICE E

ENTREVISTA COM O GESTOR DOS VALORES APURADOS EM CRUZETA EM DECORRÊNCIA DE PAGAMENTOS ENTRE 2007 A 2017

Entrevista realizada em 18 de abril de 2018, às 17h30, com o Magistrado João Henrique Bressan de Souza, Matrícula 197.583-8.

Primeiro Momento: Apresentação

Nome: João Henrique Bressan de Souza.

Gênero: Masculino.

Profissão: Magistrado(a)

Função na instituição: Juiz de Direito (gestor da política institucional)

Segundo momento: a Resolução nº 154/2012 (CNJ) e sua efetividade

1. A partir de quando a unidade jurisdicional que é responsável passou a aplicar a Resolução nº 154/2012 (CNJ)? *A partir do dia 10 de abril de 2013, com abertura do Processo Administrativo nº 0100163-76.2013.8.20.0138, para fins de acompanhamento do regular recolhimento e destinação dos valores oriundos da prestação pecuniária.*
2. Como era a aplicação dos valores decorrentes de penas pecuniárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 154/2012 (CNJ)? *As prestações pecuniárias eram convertidas em cestas básicas e destinadas às instituições dos municípios que fazem parte da Comarca de Cruzeta.*
3. Nesse período anterior a entrada em vigor da Resolução nº 154/2012 (CNJ), como era decidido na unidade jurisdicional acerca do direcionamento dos recursos apurados em decorrência do pagamento de prestação pecuniária? *As instituições participavam de uma reunião com o Magistrado para esclarecimentos acerca do encaminhamento de apenados para cumprimento de prestações de serviços à comunidade e o direcionamento das prestações pecuniárias. Em seguida, realizavam seu cadastro junto à Comarca e, a partir daí, os recursos eram destinados seguindo uma ordem cronológica de cadastramento.*
4. Após a entrada em vigor da Resolução nº 154/2012 (CNJ), qual(is) te(ê)m sido o(s) fator(res) preponderante(s) na decisão acerca do direcionamento dos recursos apurados em decorrência do pagamento de prestação pecuniária? *O principal requisito para recebimento das prestações pecuniárias era o recebimento dos apenados, por parte das instituições, para cumprimento da prestação de serviço à comunidade.*
5. Após a aplicação da Resolução nº 154/2012 (CNJ), as instituições beneficiadas com os recursos passaram a receber apenados condenados ao cumprimento de prestação pecuniária com mais facilidade? *As instituições passaram a receber os apenados com mais facilidade, isso considerando a ciência de que o recebimento de prestadores de serviços à comunidade implica em critério para receber o pagamento de prestação pecuniária.*
6. Após a entrada em vigor da Resolução nº 154/2012 (CNJ), a sua atuação enquanto gestor foi modificada no sentido de potencializar a arrecadação de valores relativos à prestação pecuniária (por exemplo, estabelecendo valores de acordo com as condições financeiras das partes promovidas nos processos, independente do que foi pedido pelo Ministério Público)? *Sim, eis que com o objetivo de potencializar a arrecadação existe um incentivo maior nas instituições de fiscalização, como nos casos de fiscalização de pessoas dirigindo sob efeito de álcool, por exemplo.*
7. As pessoas que pagam prestações pecuniárias têm conhecimento acerca da destinação dos recursos arrecadados? Em caso positivo, informe como é feita tal conscientização. *Sim. Nas audiências preliminares do Juizado Especial Criminal e nas audiências*

admonitórias os autores do fato/réus são cientificados de que os valores arrecadados são posteriormente destinados a projetos de instituições locais, previamente cadastrados na Comarca.

8. O que poderia mudar para melhorar a aplicação dos recursos apurados em decorrência do pagamento de prestação pecuniária? *Poderia ser feita uma maior divulgação no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte acerca do teor da resolução, possibilitando, assim, que mais pessoas tivessem conhecimento acerca dos recursos apurados com o pagamento de prestações pecuniárias e, conseqüentemente, mais instituições pudessem ser beneficiadas.*
9. Quais são as necessidades do Magistrado para a aplicação da Resolução nº 154/2012? (por exemplo, realização de cursos de formação, orientação por parte do Conselho Nacional de Justiça, da Escola da Magistratura ou do próprio Tribunal de Justiça do RN). *A capacitação é a maior necessidade atual de implantação da referida resolução, eis que as pessoas que trabalham na área nunca receberam treinamento para tanto.*
10. O que foi feito para responder às suas necessidades na aplicação da Resolução nº 154/2012? (após responder, deve atribuir conceitos entre deficiente, regular, bom ou ótimo). *Mesmo inexistindo capacitação, considero conceito bom, diante dos conhecimentos adquiridos pelos servidores em exercício na Comarca de Cruzeta.*
11. Quais os principais obstáculos à implantação da Resolução nº 154/2012? *Divulgação da resolução e falta de capacitação.*
12. Foram apresentadas boas práticas, com base na implantação do programa em outras unidades jurisdicionais (em visitas da Corregedoria de Justiça do TJRN ou mesmo cursos de capacitação)? *Não.*
13. O que aprendeu sobre as boas práticas, com base nos programas já implantados? (após responder, deve atribuir conceitos entre deficiente, regular, bom ou ótimo. Caso não tenham sido apresentadas boas práticas, deve ser atribuído conceito deficiente). *Prejudicado.*
14. Segundo outros programas apresentados, quais são os trunfos do programa e as dificuldades a serem evitadas? (após responder, deve atribuir conceitos entre deficiente, regular, bom ou ótimo. Caso não tenham sido apresentadas boas práticas, deve ser atribuído conceito deficiente). *Prejudicado.*
15. Ocorreu participação dos Magistrados na concepção da Resolução nº 154/2012, no processo de elaboração pelo Conselho Nacional de Justiça? (após responder, deve atribuir conceitos entre deficiente, regular, bom ou ótimo. Caso não tenha ocorrido a participação, deve ser atribuído conceito deficiente). *Não ocorreu.*
16. O contexto de implantação favorece a implementação do programa planejado pelo Conselho Nacional de Justiça? Como? (após responder, deve atribuir conceitos entre deficiente, regular, bom ou ótimo). *Não, diante da ausência de capacitação.*
17. São feitas reuniões de conscientização das instituições e população em geral para informar o teor da Resolução nº 154/2012? Em caso positivo, quantas já foram feitas? *São feitas as reuniões anualmente, destacando que foram feitas 06 (seis) reuniões até o presente momento.*
18. Desde a edição da Resolução nº 154/2012, quantos editais foram publicados com chamada de instituições interessadas em apresentar projetos para a utilização de valores apurados em decorrência do pagamento de prestação pecuniária? *06 (seis).*
19. Questão livre: Falar sobre algo que não foi perguntado. *Com o fim de garantir mais transparência acerca da execução da resolução nº 154/2012 (CNJ), enfatizo a necessidade de maior transparência e divulgação, o que possibilitaria que mais ideias surgissem, aprimorando, assim, a execução do programa.*

ANEXOS

ANEXO I

RESOLUÇÃO Nº 154 DE 13 DE JULHO DE 2012⁵⁷

Define a política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais,

CONSIDERANDO a Resolução nº 101, de 15 de dezembro de 2009, deste Conselho, que definiu a política institucional do Poder Judiciário na execução de penas e medidas alternativas à prisão;

CONSIDERANDO que as destinações das penas pecuniárias, espécie de pena restritiva de direitos, têm que ser aprimoradas, para evitar total descrédito e inutilidade ao sistema penal, já que a execução da pena é o arremate de todo o processo criminal;

CONSIDERANDO a necessidade de dar maior efetividade às prestações pecuniárias, aprimorando-se a qualidade da destinação das penas impostas;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar as práticas para o fomento à aplicação da pena de prestação pecuniária em substituição à prisão, como condição da suspensão condicional do processo ou transação penal, visando melhor fiscalização do emprego dos valores recebidos pelas instituições beneficiadas;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação da destinação, controle e aplicação de valores oriundos de prestação pecuniária aplicada pela justiça criminal, assegurando a publicidade e transparência na destinação dos aludidos recursos;

CONSIDERANDO a decisão do plenário do Conselho Nacional de Justiça, tomada no julgamento do Ato nº 0005096-40.2011.2.00.0000, na 147ª Sessão Ordinária, realizada em 21 de maio de 2012;

RESOLVE:

Art. 1º Adotar como política institucional do Poder Judiciário, na execução da pena de prestação pecuniária, o recolhimento dos valores pagos em conta judicial vinculada à unidade gestora, com movimentação apenas por meio de alvará judicial, vedado o recolhimento em cartório ou secretaria.

Parágrafo único. A unidade gestora, assim entendida o juízo da execução da pena ou medida alternativa de prestação pecuniária, deverá encaminhar para a instituição financeira estadual ou federal, os dados do processo – número da autuação, comarca, vara e nome do réu – para depósito judicial, que será feito pelo apenado, na forma e periodicidade fixada na sentença, se mais de uma prestação, e cujos valores somente poderão ser movimentados por alvará judicial. (Redação dada pela Resolução nº 206, de 21.09.15).

Art. 2º Os valores depositados, referidos no art. 1º, quando não destinados à vítima ou aos seus dependentes, serão, preferencialmente, destinados à entidade pública ou privada

com finalidade social, previamente conveniada, ou para atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde, desde que estas atendam às áreas vitais de relevante cunho social, a critério da unidade gestora.

§ 1º A receita da conta vinculada irá financiar projetos apresentados pelos beneficiários citados no caput deste artigo, priorizando-se o repasse desses valores aos beneficiários que:

I – mantenham, por maior tempo, número expressivo de cumpridores de prestação de serviços à comunidade ou entidade pública;

II – atuem diretamente na execução penal, assistência à ressocialização de apenados, assistência às vítimas de crimes e prevenção da criminalidade, incluídos os conselhos da comunidade;

III – prestem serviços de maior relevância social;

IV – apresentem projetos com viabilidade de implementação, segundo a utilidade e a necessidade, obedecendo-se aos critérios estabelecidos nas políticas públicas específicas;

V – projetos de prevenção e ou atendimento a situações de conflitos, crimes e violências, inclusive em fase de execução, que sejam baseados em princípios e práticas da Justiça Restaurativa. (Incluído pela Resolução nº 225, de 31.05.16).

§ 3º É vedada a escolha arbitrária e aleatória dos beneficiários.

Art. 3º É vedada a destinação de recursos:

I – ao custeio do Poder Judiciário;

II – para a promoção pessoal de magistrados ou integrantes das entidades beneficiadas e, no caso destas, para pagamento de quaisquer espécies de remuneração aos seus membros;

III – para fins político-partidários;

IV – a entidades que não estejam regularmente constituídas, obstando a responsabilização caso haja desvio de finalidade.

Art. 4º O manejo e a destinação desses recursos, que são públicos, devem ser norteados pelos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos, dentre outros, dispositivos no art. 37, caput, da Constituição Federal, sem se olvidar da indispensável e formal prestação de contas perante a unidade gestora, sob pena de responsabilidade, ficando assegurada a publicidade e a transparência na destinação dos recursos.

Parágrafo único. A homologação da prestação de contas será precedida de manifestação da seção de serviço social do Juízo competente para a execução da pena ou medida alternativa, onde houver, e do Ministério Público.

Art. 5º Caberá às Corregedorias, no prazo de seis meses, contados da publicação da presente Resolução, regulamentar:

I – os procedimentos atinentes à forma de apresentação e aprovação de projetos;

II – a forma de prestação de contas das entidades conveniadas perante a unidade gestora;

III – outras vedações ou condições, se necessárias, além daquelas disciplinadas nesta Resolução, observadas as peculiaridades locais.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro AYRES BRITTO

ANEXO II

Provimento nº 99, de 7 de dezembro de 2012.

Regulamenta o recolhimento e destinação dos valores oriundos da aplicação de pena de prestação pecuniária, de acordo com a Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça.

O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das suas atribuições legais e face ao disposto no artigo 35, inciso VXI do Regimento Interno do TJ/RN;

CONSIDERANDO a Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, que define a política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária;

CONSIDERANDO que compete às Corregedorias a regulamentação da matéria quanto ao procedimento atinente à forma e apresentação dos projetos, prestação de contas e condições e vedações necessárias, nos termos do artigo 5º da mencionada Resolução;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimoramento da destinação das penas pecuniárias, visando garantir o melhor emprego de tais recursos;

CONSIDERANDO a premência de regulamentação da destinação e controle de tais valores, com o objetivo de dar publicidade e transparência na aplicação dos referidos recursos;

RESOLVE:

Art. 1º O recolhimento dos valores decorrentes de pena de prestação pecuniária dar-se-á, tão somente, por meio de depósito em conta judicial vinculada à unidade gestora, ou seja, o Juízo da execução da pena ou medida alternativa.

§ 1º É de responsabilidade do Juízo recebedor a abertura de conta corrente junto à instituição financeira estadual ou federal, exclusiva para o recebimento de tais valores⁵⁸.

§ 2º A movimentação da referida conta corrente somente será realizada por meio de alvará judicial.

§ 3º O Juiz, ao requisitar a abertura de conta judicial ao Banco, deverá explicitar no respectivo ofício que a movimentação dar-se-á, única e exclusivamente, por meio de alvará judicial, e que, mensalmente, entre os dias 1º e 10 de cada mês, deverá ser remetido ao Juízo responsável pela administração da conta, extrato discriminado com toda a movimentação de entrada e saída de recursos.

Art. 2º Os valores depositados, referidos no artigo 1º, quando não destinados às vítimas ou aos seus dependentes, serão, preferencialmente, destinados à entidade pública ou privada com finalidade social, previamente conveniada, ou para atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde, desde que estas atendam às áreas vitais de relevante cunho social, a critério da unidade gestora.

Parágrafo único. As entidades que pretenderem a obtenção dos benefícios deverão se cadastrar junto à unidade gestora, por meio de formulário a ser retirado no próprio local (Anexo A), sendo obrigatória a atualização anual do cadastro.

Art. 3º A receita da conta vinculada irá financiar projetos apresentados pelos beneficiários citados no caput deste artigo, priorizando-se o repasse desses valores aos beneficiários que:

I – mantenham, por maior tempo, número expressivo de cumpridores de prestação de serviços à comunidade ou entidade pública;

II – atuem diretamente na execução penal, assistência à ressocialização de apenados, assistência às vítimas de crimes e prevenção da criminalidade, incluídos os conselhos das comunidades;

III – prestem serviços de maior relevância social;

IV – apresentem projetos com viabilidade de implementação, segundo a utilidade e a necessidade, obedecendo-se aos critérios estabelecidos nas políticas específicas.

Parágrafo único. É proibida a escolha arbitrária e aleatória da entidade, devendo ser motivada a decisão do Juiz que legitimar o respectivo ingresso dela entre os beneficiários do Órgão Jurisdicional.

Art. 4º A concessão do benefício se dará após apresentação e análise de projeto apresentado pela entidade, que deverá conter:

I – o valor total do projeto;

II – a destinação da verba;

III – a exposição da relevância social do projeto;

V – O período de duração do projeto.

Art. 5º É vedada a destinação de recursos:

I – ao custeio do Poder Judiciário;

II – para promoção pessoal de magistrados ou integrantes das entidades beneficiadas e, no caso destas, para pagamento de quaisquer espécies de remuneração aos seus membros;

III – para fins político-partidários;

IV – as entidades que não estejam regularmente constituídas, obstando a responsabilização caso haja desvio de finalidade.

Art. 6º É vedada, ainda, a destinação de todo o recurso arrecadado a uma única entidade, ou a um grupo reduzido de entidades, devendo haver uma distribuição equânime dos valores, de acordo com o número de entidades interessadas, a abrangência e relevância social de cada projeto.

DO CADASTRAMENTO DAS ENTIDADES

Art. 7º Cada Juízo responsável por administrar verbas decorrentes de prestações pecuniárias deverá divulgar, na respectiva Comarca, pelos meios de comunicação local mais utilizados, os termos deste Provimento, e ainda abrir Edital anual, preferencialmente no início do ano judiciário, com as especificações pertinentes, fixando prazo inicial e final para a apresentação dos projetos pelas entidades, os quais serão submetidos à apreciação do Juiz para fins de cadastro perante a Unidade Judiciária responsável pela destinação dos recursos.

§ 1º A análise e aprovação do projeto e de suas condições pelo Juiz responsável deverá ser precedida de prévio parecer do Ministério Público, o qual deverá ser cientificado de todo o processo de escolha.

§ 2º A alocação de recursos à(s) entidade(s) escolhida(s) fica condicionada ao montante disponível na conta judicial no período de um ano, a contar da data da abertura do edital.

§ 3º O prazo para a conclusão do projeto poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias desde que, em até 5 (cinco) dias do término inicialmente estabelecido, seja feito requerimento justificado ao Juiz responsável pela Unidade Jurisdicional destinadora do recurso.

§ 4º A critério do Juiz, poderá ser aberto mais de um edital de cadastramento por ano, caso assim exija a demanda local.

Art. 8º O projeto a ser apresentado pela entidade que pretende obter o cadastramento deverá seguir o Roteiro de Projeto Técnico, que integra este Provimento (anexo 2) e conter as seguintes especificações:

I – apresentação de documentos que comprovem a regular constituição da pessoa jurídica que se propõe a ser beneficiada;

II – identificação completa do dirigente responsável pela entidade;

III – identificação completa da pessoa responsável pela elaboração e execução do projeto, caso não coincida com o dirigente da entidade;

IV – comprovação de que atende a uma ou algumas das condições contidas no caput do artigo 2º deste Provimento;

V – justificativa para a implementação do projeto apresentado;

VI – discriminação dos recursos materiais e humanos necessários à execução do projeto, com a identificação das pessoas que irão participar da respectiva execução;

VII – justificativa sobre a viabilidade de execução do projeto com a contrapartida financeira oferecida pelo Judiciário e os recursos materiais e humanos disponíveis os últimos, indicados pela entidade;

VIII – valor total do projeto;

IX – cronograma de execução e de liberação de recursos financeiros a ser observado durante a implementação do projeto;

X – prazo inicial e final da execução do projeto.

DA EXECUÇÃO DO PROJETO

Art. 9º Escolhida(s) a(s) entidade(s), haverá a formação de um banco de dados no Juízo e, a partir do momento em que houver a disponibilidade de recursos suficientes para atender ao(s) projeto(s) apresentado(s), será feita a destinação do numerário respectivo, atendendo a uma ordem de prioridade previamente estabelecida pelo Juízo a partir do valor de cada projeto apresentado, partindo-se do de maior para o de menor valor.

Parágrafo único. Fica ressalvado ao Juízo a possibilidade de cadastrar entidades localizadas em outros municípios sede ou termos de outras Comarcas, caso não haja projeto viável a ser implementado nas cidades submetidas à sua jurisdição, podendo, nessa hipótese, se valer da utilização do cadastro já existente de entidades na Comarca para onde haverá a migração do recurso.

Art. 10 Feita a destinação do recurso ao projeto, o Juiz responsável pela unidade gestora deverá estabelecer o critério para o acompanhamento da execução do cronograma apresentado, fiscalizando o cumprimento do prazo inicialmente proposto em atendimento à exigência contida nos incisos IX e X do art. 7º deste Provimento.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 11. Finalizado o projeto, a entidade beneficiada deverá prestar contas da verba recebida, no prazo de 15 dias, enviando à unidade gestora relatório que deverá conter:

I – planilha detalhada dos valores gastos, observando o cronograma de execução e de liberação de dispêndios previsto no inciso IX do art. 7º deste Provimento;

II – notas fiscais de todos os produtos e serviços custodiados com os recursos destinados pelo Poder Judiciário, visadas pela pessoa responsável pela execução do projeto, conforme incisos II e III do art. 7º deste Provimento;

III – relatório contendo o resultado obtido com a realização do projeto.

Art. 12 A entidade que deixar de entregar o relatório no prazo determinado ficará impedida de apresentar novo projeto pelo prazo de 6 (seis) meses. Caso o projeto seja apresentado sem alguma das especificações contidas no artigo anterior, será a entidade notificada a sanar a irregularidade em 5 (cinco) dias. Não sendo saneada a irregularidade, também ficará impedida de apresentar novo projeto pelo mesmo prazo.

Art. 13 Apresentada a prestação de contas, será submetida à homologação judicial, após o prévio parecer do Ministério Público.

§ 1º A prestação de contas, a critério do Juiz, poderá ser submetida à prévia análise técnica da pessoa ou órgão capacitado existente no próprio Juízo responsável pela homologação das contas apresentadas ou, para as Comarcas que não contem esse auxílio, poderá haver a remessa da documentação para a análise e parecer da Seção de Controle Interno do Tribunal de Justiça.

§ 2º A homologação da prestação de contas deverá, ainda, ser submetida à seção de serviço social vinculada ao acompanhamento das penas alternativas, onde houver.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. O manejo e a destinação desses recursos, que são públicos, deverão ser norteados pelos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos, dentre outros, no caput do artigo 37 da Constituição Federal, sem se olvidar da indispensável e formal prestação de contas perante a unidade gestora, sob pena de responsabilidade, ficando assegurada a publicidade e transparência e destinação dos recursos.

Art. 15 Este provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Desembargador VIVALDO PINHEIRO
Corregedor Geral da Justiça em Substituição Legal

ANEXO III

PROVIMENTO 154, DE 09 DE SETEMBRO DE 2016

Institui no âmbito judicial o novo Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça do estado do Rio Grande do Norte.

O CORREGEDOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, DESEMBARGADOR **SARAIVA SOBRINHO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO ser o Código de Normas a principal fonte regulamentadora da Corregedoria Geral de Justiça, no qual se busca uniformizar a orientação administrativa do foro judicial em todo o Estado;

CONSIDERANDO a vigência do Novo Código de Processo Civil Brasileiro (Lei 13.105/15) e a consequente necessidade de adequar as disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça a tal Diploma de Ritos;

CONSIDERANDO as modificações levadas a efeito pelas regulamentações editadas pelo Conselho Nacional de Justiça nos últimos 04 (quatro) anos;

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir, no âmbito judicial, o novo Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.

(...)

Seção XXII

Do Recolhimento e Destinação dos Valores Oriundos da Aplicação de Pena de Prestação Pecuniária

Art. 314. O recolhimento dos valores decorrentes de pena de prestação pecuniária dar-se-á, tão somente, por meio de depósito em conta judicial vinculada à unidade gestora, ou seja, o Juízo da execução da pena ou medida alternativa.

§1º. O Juízo recebedor poderá, ao seu critério, solicitar a abertura de conta corrente junto à instituição financeira estadual ou federal, exclusiva para o recebimento de tais valores.

§2º. Optando pela abertura de conta judicial exclusiva, a secretaria da unidade gestora deverá sempre informar aos depositantes a obrigatoriedade de utilização da mesma para realização dos depósitos.

§3º. A movimentação da referida conta corrente somente será realizada por meio de alvará judicial.

§4º. As movimentações realizadas na conta judicial poderão ser consultadas pelo Juiz através dos meios disponibilizados pela instituição financeira, não se excluindo a possibilidade de solicitação dessas informações por ofício ao Banco, que deverá remeter ao Juízo responsável pela administração da conta, extrato discriminado com toda a movimentação de entrada e saída de recursos, no prazo estipulado pela unidade gestora.

Art. 315. Os valores depositados, referidos no art. 314 deste Código, quando não destinados às vítimas ou aos seus dependentes, serão, preferencialmente, destinados a entidade pública ou privada com finalidade social, previamente conveniada, ou para atividades de caráter

essencial à segurança pública, educação e saúde, desde que estas atendam às áreas vitais de relevante cunho social, a critério da unidade gestora.

Art. 316. A receita gerada com o recolhimento dos valores decorrentes de pena de prestação pecuniária irá financiar projetos apresentados pelos beneficiários citados no caput deste artigo, priorizando-se o repasse desses valores aos beneficiários que:

I - mantenham, por maior tempo, número expressivo de cumpridores de prestação de serviços à comunidade ou entidade pública;

II - atuem diretamente na execução penal, assistência à ressocialização de apenados, assistência às vítimas de crimes e prevenção da criminalidade, incluídos os conselhos das comunidades;

III - prestem serviços de maior relevância social; e

IV - apresentem projetos com viabilidade de implantação, segundo a utilidade e a necessidade, obedecendo-se aos critérios estabelecidos nas políticas específicas. Parágrafo único. É proibida a escolha arbitrária e aleatória da entidade, devendo ser motivada a decisão do Juiz que legitimar o respectivo ingresso dela entre os beneficiários do Órgão Jurisdicional.

Art. 317. A concessão do benefício se dará após apresentação e análise de projeto apresentado pela entidade, que deverá conter:

I - o valor total do projeto;

II - a destinação da verba;

III - a exposição da relevância social do projeto; e

V - O período de duração do projeto.

Art. 318. É vedada a destinação de recursos:

I - ao custeio do Poder Judiciário;

II - para promoção pessoal de magistrados ou integrantes das entidades beneficiadas e, no caso destas, para pagamento de quaisquer espécies de remuneração aos seus membros;

III - para fins político-partidários;

IV - as entidades que não estejam regularmente constituídas, obstando a responsabilização caso haja desvio de finalidade.

Art. 319. É vedada, ainda, a destinação de todo o recurso arrecadado a uma única entidade, ou a um grupo reduzido de entidades, devendo haver uma distribuição equânime dos valores, de acordo com o número de entidades interessadas, a abrangência e relevância social de cada projeto.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, o Juiz poderá decidir sobre a destinação de recursos, de forma diversa, fundamentando sua decisão de acordo com o caso concreto.

Subseção I

Do Sistema de Gerenciamento de Prestações Pecuniárias – SIGPEC

Art. 320. Fica instituído, no âmbito do Poder Judiciário do RN, o Sistema de Gerenciamento de Prestações Pecuniárias – SIGPEC, como meio oficial de cadastramento de entidades, cadastramento de projetos, publicação de editais e prestação de contas relativas à destinação de recursos oriundos das prestações pecuniárias.

Parágrafo único. A finalidade do referido sistema é proporcionar maior publicidade, transparência e controle na destinação dos recursos, servindo como ferramenta de apoio à tomada de decisão dos Juízes gestores das referidas verbas, uma vez que, entre outras

funcionalidades, permitirá o controle da quantidade de contemplações das entidades beneficiárias, proporcionando assim, uma distribuição mais racional e justa.

Subseção II

Do Cadastramento das Unidades Beneficiadas

Art. 321. Cada Juízo responsável por administrar verbas decorrentes de prestações pecuniárias deverá divulgar os termos desta Seção, pelos meios de comunicação local mais utilizados, e ainda abrir Edital anual no SIGPEC, preferencialmente no início do ano judiciário, com as especificações pertinentes, fixando prazo inicial e final para a apresentação dos projetos pelas entidades, os quais serão submetidos à apreciação do respectivo Magistrado para fins de cadastro perante a Unidade Judiciária responsável pela destinação dos recursos.

Art. 322. As entidades beneficiárias poderão se cadastrar no SIGPEC através da Internet, a qualquer tempo, independente da disponibilidade de editais, sendo facultada às entidades a realização do cadastro presencial junto à unidade gestora.

§1º. O cadastro da instituição no SIGPEC é unificado e vinculado ao CNPJ da entidade. A listagem de entidades estará disponível para todas as unidades gestoras, bem como seu histórico de habilitações e contemplações dos seus projetos.

§2º. O cadastro da entidade deverá ser feito pelo responsável legal ou pessoa por este designada por procuração específica e, em caso de entidades públicas, com a devida delegação de competência.

§3º. Para realização do cadastro pela Internet, o responsável pela entidade, ou pessoa designada, realizará o pré-cadastro no site do SIGPEC fazendo uso do CNPJ da entidade e endereço de e-mail, momento em que receberá uma senha temporária no e-mail informado, para acessar o sistema e complementar o cadastro da instituição, seus responsáveis e usuários designados, bem como juntar a documentação necessária digitalizada.

§4º. Para realização do cadastro presencial, deverá ser apresentada a documentação original ou autenticada, juntamente com o preenchimento do formulário disponível na secretaria da unidade gestora. Em qualquer momento, após realização do cadastro, a entidade poderá acessar o SIGPEC.

§5º. No momento do cadastro da entidade, deverá ser juntada toda a documentação comprobatória da regularidade e natureza da instituição, a documentação de seus responsáveis legais, e os dados dos usuários a serem habilitados para operar o SIGPEC.

§6º. O cadastro e documentação da entidade serão submetidos à apreciação da unidade gestora, que poderá requisitar outros documentos necessários à aprovação do cadastro.

§7º. É de responsabilidade da entidade a atualização das informações cadastrais da instituição e de seus responsáveis. As informações prestadas pelas entidades estão sujeitas às penalidades da lei, de acordo com declaração assinada no momento do cadastro.

Subseção III

Do Cadastramento de Projeto

Art. 323. O cadastro de projetos estará vinculado à existência de editais publicados no SIGPEC.

Art. 324. A entidade poderá inserir seu projeto no SIGPEC no momento do seu cadastramento, desde que haja edital disponível. O projeto apresentado deverá seguir o padrão estabelecido pela CGJ.

§1º. Cada projeto poderá concorrer a mais de um edital, de qualquer unidade gestora em todo Estado, sendo que não poderá ser contemplado por mais de um edital.

§2º. O projeto apresentado pela entidade deverá ser inédito e não poderá ser subprojeto de outro qualquer.

§3º. Os projetos deverão atender aos requisitos estabelecidos no art. 315 deste Código.

Art. 325. A aprovação dos projetos por parte do Magistrado será precedida da análise documental na secretaria e parecer do Ministério Público, o qual deverá ser cientificado de todo o processo de escolha.

§1º. Identificada omissão ou irregularidade no projeto, a entidade será comunicada da pendência para regularização.

§2º. Aprovado o projeto, este ficará aguardando contemplação ao final do edital.

§3º. A alocação de recursos à(s) entidade(s) escolhida(s) fica condicionada ao montante publicado no Edital de Abertura, com as devidas correções monetárias e atualizações, valor este correspondente aos processos cujas prestações pecuniárias já foram integralmente quitadas.

§4º. A critério do Juiz, poderá ser aberto mais de um edital de cadastramento por ano, caso assim exija a demanda local.

Art. 326. O projeto a ser apresentado pela entidade que pretende obter o cadastramento deverá seguir o Roteiro de Projeto Técnico disponível no sítio da Corregedoria Geral de Justiça e conter as seguintes especificações:

I - apresentação de documentos que comprovem a regular constituição da pessoa jurídica que se propõe a ser beneficiada;

II - identificação completa do dirigente responsável pela entidade;

III - identificação completa da pessoa responsável pela elaboração e execução do projeto, caso não coincida com o dirigente da entidade;

IV - comprovação de que atende a uma ou algumas das condições contidas no caput do art. 315 deste Código;

V - justificativa para a implantação do projeto apresentado;

VI - discriminação dos recursos materiais e humanos necessários à execução do projeto, com a identificação das pessoas que irão participar da respectiva execução;

VII - justificativa sobre a viabilidade de execução do projeto com a contrapartida financeira oferecida pelo Judiciário e os recursos materiais e humanos disponíveis, os últimos, indicados pela entidade;

VIII - valor total do projeto;

IX - cronograma de execução e de liberação de recursos financeiros a ser observado durante a implantação do projeto; e

X - prazo inicial e final da execução do projeto.

Art. 327. Fica ressalvado ao Juízo a possibilidade de contemplar projetos de entidades localizadas em outros municípios sede ou termos de outras Comarcas, caso não haja projeto viável a ser implementado nas cidades submetidas à sua jurisdição, podendo, nessa hipótese, se valer da utilização do cadastro já existente.

Subseção IV **Da Execução do Projeto**

Art. 328. A execução do projeto deverá ser realizada dentro do prazo estipulado no momento do seu cadastro, prazo este considerando o tempo necessário para aquisição de materiais, licitações, logística, obras, clima da região, entre outros fatores que possam interferir na sua conclusão.

Parágrafo único. O prazo para a conclusão do projeto poderá ser prorrogado desde que, em até 5 (cinco) dias do término inicialmente estabelecido, seja feito requerimento de prazo adicional, justificando a motivação ao Juiz responsável pela Unidade Jurisdicional destinadora do recurso, informando o novo prazo para conclusão.

Art. 329. Feita a destinação do recurso ao projeto, o Juiz responsável pela unidade gestora deverá estabelecer o critério para o acompanhamento da execução do cronograma apresentado, fiscalizando o cumprimento do prazo inicialmente proposto em atendimento à exigência contida nos incisos IX e X do art. 326 deste Código. Subseção V Da Prestação de Contas

Art. 330. Finalizado o projeto, a entidade beneficiada deverá prestar contas da verba recebida, no prazo de 15 (quinze) dias, enviando à unidade gestora relatório que deverá conter:

I - planilha detalhada dos valores gastos, observando o cronograma de execução e de liberação de dispêndios previstos no inciso IX do art. 326 deste Código;

II - notas fiscais de todos os produtos e serviços custodiados com os recursos destinados pelo Poder Judiciário, visadas por pessoa responsável pela execução do projeto, conforme incisos II e III do art. 326 deste Código; e

III - relatório contendo o resultado obtido com a realização do projeto.

Art. 331. A entidade que deixar de entregar o relatório no prazo determinado ficará impedida de apresentar novo projeto em qualquer uma das unidades gestoras do RN, no edital posterior ao não cumprimento da obrigação. Caso o relatório seja apresentado sem alguma das especificações contidas no artigo anterior, será a entidade notificada a sanear a irregularidade em 5 (cinco) dias. Não sendo sanada a irregularidade, também ficará impedida de apresentar novo projeto pelo mesmo prazo.

Art. 332. Apresentada a prestação de contas, será submetida à homologação judicial, após o prévio parecer do Ministério Público.

§1º. A prestação de contas, a critério do Juiz, poderá ser submetida à prévia análise técnica da pessoa ou órgão capacitado existente no próprio Juízo responsável pela homologação das contas apresentadas ou, para as Comarcas que não contem com esse auxílio, poderá haver a remessa da documentação para a análise e parecer da Seção de Controle Interno do Tribunal de Justiça.

§2º. A homologação da prestação de contas deverá, ainda, ser submetida à Seção de Serviço Social vinculada ao acompanhamento das penas alternativas, onde houver.

Art. 333. O manejo e a destinação desses recursos, que são públicos, deverão ser norteados pelos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos, dentre outros, no caput do artigo 37 da Constituição Federal, sem se olvidar da indispensável e formal prestação de contas perante a unidade gestora, sob pena de responsabilidade, ficando assegurada a publicidade e transparência e destinação dos recursos.

ANEXO IV

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES RELATIVAS À COMARCA DE CRUZETA

Valores arrecadados em prestações pecuniárias na unidade jurisdicional
13.07.2007 a 13.07.2017

2007					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
X	X	X	X	X	X
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
R\$ 650,00	-	R\$ 30,00	R\$ 315,00	R\$ 100,00	R\$ 350,00

Valor total arrecadado a partir de julho de **2007: R\$ 1.445,00.**

2008					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
R\$ 470,00	R\$ 80,00	R\$ 200,00	R\$ 120,00	R\$ 65,00	R\$ 130,00
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 270,00	R\$ 100,00	R\$ 492,50	R\$ 70,00

Valor total arrecadado no ano de **2008: R\$ 2.097,50.**

2009					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
R\$ 40,00	R\$ 70,00	R\$ 70,00	R\$ 60,00	R\$ 60,00	R\$ 30,00
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
R\$ 240,00	R\$ 240,00	R\$ 60,00	R\$ 410,00	R\$ 920,00	R\$ 550,00

Valor total arrecadado no ano de **2009: R\$ 2.750,00.**

2010					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
R\$ 120,00	R\$ 120,00	R\$ 60,00	R\$ 110,00	R\$ 50,00	R\$ 110,00
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
R\$ 670,00	R\$ 2.693,35	R\$ 633,75	R\$ 573,75	R\$ 1.283,75	R\$ 533,75

Valor total arrecadado no ano de **2010: R\$ 6.958,35.**

2011					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
R\$ 423,75	R\$ 597,50	R\$ 920,00	R\$ 410,00	R\$ 607,50	R\$ 952,50
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
R\$ 397,50	R\$ 1.183,00	R\$ 492,50	R\$ 160,00	R\$ 154,50	R\$ 160,00

Valor total arrecadado no ano de **2011: R\$ 6.458,75.**

2012					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
R\$ 425,00	R\$ 229,50	R\$ 1.951,58	R\$ 1.399,48	R\$ 1.897,08	R\$ 2.852,18
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
R\$ 2.976,58	R\$ 6.777,88	R\$ 1.916,16	R\$ 476,39	R\$ 1.849,75	R\$ 5.993,95

Valor total arrecadado no ano de **2012: R\$ 28.745,53.**

2013					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
R\$ 4.707,09	R\$ 2.147,93	R\$ 2.849,03	R\$ 6.989,38	R\$ 1.864,50	R\$ 339,95
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
R\$ 236,20	R\$ 437,70	R\$ 162,20	R\$ 112,20	R\$ 189,95	R\$ 62,20

Valor total arrecadado no ano de **2013: R\$ 20.098,33.**

2014					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
R\$ 488,20	R\$ 730,60	R\$ 1.457,70	R\$ 1.300,90	R\$ 6.599,00	R\$ 2.499,40
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
R\$ 1.778,60	R\$ 3.610,40	R\$ 2.784,40	R\$ 2.397,13	R\$ 2.075,13	R\$ 3.471,92

Valor total arrecadado no ano de **2014: R\$ 29.193,38.**

2015					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
R\$ 1.847,99	R\$ 1.837,59	R\$ 3.044,26	R\$ 906,86	R\$ 1.081,26	R\$ 1.369,80
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
R\$ 2.752,84	R\$ 2.106,80	R\$ 1.870,73	R\$ 2.500,33	R\$ 1.071,33	R\$ 1.172,53

Valor total arrecadado no ano de **2015: R\$ 21.572,32.**

2016					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
R\$ 1.546,83	R\$ 1.628,93	R\$ 842,50	R\$ 2.318,09	R\$ 4.861,65	R\$ 3.241,40
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
R\$ 3.806,66	R\$ 4.132,51	R\$ 3.212,25	R\$ 4.179,38	R\$ 6.221,95	R\$ 3.600,89

Valor total arrecadado no ano de **2016: R\$ 39.593,04.**

2017					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
R\$ 5.491,14	R\$ 4.526,13	R\$ 6.010,77	R\$ 3.841,97	R\$ 3.926,88	R\$ 3.778,04
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
R\$ 4.426,29	X	X	X	X	X

Valor total arrecadado até julho de **2017: R\$ 32.001,22.**

ANEXO V

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES RELATIVAS À COMARCA DE CRUZETA

Valores aplicados em prestações pecuniárias na unidade jurisdicional
13.07.2007 a 13.07.2017

2007	
Nome da Instituição:	Associação Manoel Cipriano de Araújo - Casa do Velhinho Dona Chaguinha Vale – Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 100,00
Nome da Instituição:	Associação Manoel Cipriano de Araújo - Casa do Velhinho Dona Chaguinha Vale – Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 100,00
Nome da Instituição:	Associação de Amparo à Pessoa Idosa – Palácio da Sabedoria – São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 550,00
Nome da Instituição:	Centro Infantil Maria de Medeiros Dantas
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 315,00
Nome da Instituição:	Secretaria de Educação e Cultura de Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 380,00
Nome da Instituição:	Conferência dos Vicentinos da Paróquia de São José - São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 50,00
Nome da Instituição:	Centro de Educação Infantil de São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 50,00
Nome da Instituição:	Maternidade Santa Costa – São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 50,00
Nome da Instituição:	Conferência dos Vicentinos da Paróquia de São José - São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 50,00
Nome da Instituição:	Maternidade Santa Costa – São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 50,00

Valor total aplicado no ano de **2007: R\$ 1.695,00.**

2008	
Nome da Instituição:	Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 100,00
Nome da Instituição:	Grupo de Vicentinos da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios - Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 30,00
Nome da Instituição:	Associação Manoel Cipriano de Araújo - Casa do Velhinho Dona Chaguinha Vale – Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 240,00
Nome da Instituição:	Delegacia de Polícia Militar de Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 207,50
Nome da Instituição:	Delegacia de Polícia Militar de Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 415,00
Nome da Instituição:	Casa de Amparo à Pessoa Idosa – Palácio da Sabedoria – São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 200,00
Nome da Instituição:	Centro Infantil Maria de Medeiros Dantas
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 60,00
Nome da Instituição:	Associação de Amparo à Pessoa Idosa – Palácio da Sabedoria – São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 120,00
Nome da Instituição:	Grupo de Vicentinos da Paróquia de São José – São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 35,00
Nome da Instituição:	Delegacia de Polícia de São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 70,00
Nome da Instituição:	Delegacia de Polícia de São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 200,00
Nome da Instituição:	Casa do Velhinho Dona Chaguinha Vale
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 90,00
Nome da Instituição:	Centro de Educação Infantil Maria de Medeiros Dantas – São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>

Valor recebido:	R\$ 50,00
Nome da Instituição:	Centro de Educação Infantil de São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 50,00
Nome da Instituição:	Associação de Amparo à Pessoa Idosa - Palácio da Sabedoria - São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 50,00
Nome da Instituição:	Associação de Amparo à Pessoa Idosa - Palácio da Sabedoria - São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 50,00
Nome da Instituição:	Maternidade Santa Costa – São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 50,00
Nome da Instituição:	Casa do Velhinho Dona Chaguinha Vale – Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 50,00

Valor total aplicado no ano de **2008: R\$ 2.017,50.**

2009	
Nome da Instituição:	Grupo de Vicentinos – Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios – Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 360,00
Nome da Instituição:	Associação Manoel Cipriano de Araújo - Casa do Velhinho Dona Chaguinha Vale – Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 600,00
Nome da Instituição:	Casa de Amparo à Pessoa Idosa – Palácio da Sabedoria – São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 450,00
Nome da Instituição:	Grupo de Vicentinos da Paróquia de São José - São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 90,00
Nome da Instituição:	Associação de Amparo à Pessoa Idosa – São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 240,00
Nome da Instituição:	Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios – Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 120,00
Nome da Instituição:	Posto de Saúde de São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>

Valor recebido:	R\$ 300,00
Nome da Instituição:	Grupo de Vicentinos – Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios – Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 300,00
Nome da Instituição:	Escola Estadual Joaquim José de Medeiros – Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 300,00
Nome da Instituição:	Associação Manoel Cipriano de Araújo - Casa do Velhinho Dona Chaguinha Vale – Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 360,00

Valor total aplicado no ano de **2009: R\$ 3.120,00.**

2010	
Nome da Instituição:	Grupo de Vicentinos – Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios – Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 400,00
Nome da Instituição:	AMUSIC – Associação Musical de Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 550,00
Nome da Instituição:	Associação de Amparo à Pessoa Idosa – Palácio da Sabedoria – São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 250,00
Nome da Instituição:	Paróquia de São José - São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 500,00
Nome da Instituição:	Escola Municipal Ana Assis de Medeiros – Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 1.000,00
Nome da Instituição:	Fórum Des. Silvino Bezerra Neto – Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Aquisição de cópias xerográficas</i>
Valor recebido:	R\$ 510,00
Nome da Instituição:	Fórum Municipal de Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Aquisição de cópias xerográficas</i>
Valor recebido:	R\$ 450,00
Nome da Instituição:	Casa do Velhinho Dona Chaguinha Vale - Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 500,00
Nome da Instituição:	Palácio da Sabedoria - São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>

Valor recebido:	R\$ 400,00
Nome da Instituição:	Palácio da Sabedoria - São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 500,00
Nome da Instituição:	Palácio da Sabedoria - São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 500,00
Nome da Instituição:	Associação Manoel Cipriano de Araújo - Casa do Velhinho Dona Chaguinha Vale – Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 510,00
Nome da Instituição:	AMUSIC - Associação Musical de Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 1.000,00
Nome da Instituição:	Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 869,60
Nome da Instituição:	Paróquia de São José – São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 420,00
Nome da Instituição:	Associação Manoel Cipriano de Araújo - Casa do Velhinho Dona Chaguinha Vale – Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 900,00

Valor total aplicado no ano de **2010: R\$ 9.259,60.**

2011	
Nome da Instituição:	Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 500,00
Nome da Instituição:	Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 545,00
Nome da Instituição:	CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil Joaquim Lopes Pequeno - Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 1.090,00
Nome da Instituição:	Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios - Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 240,00
Nome da Instituição:	Grupo de Vicentinos da Paróquia de São José – São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>

Valor recebido:	R\$ 480,00
Nome da Instituição:	AMUSIC – Associação Musical de Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 408,00
Nome da Instituição:	Associação de Amparo à Pessoa Idosa – Palácio da Sabedoria - São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 360,00
Nome da Instituição:	Associação de Cantores e Compositores - São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 600,00
Nome da Instituição:	Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 545,00
Nome da Instituição:	Fórum Municipal de Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Manutenção de impressoras</i>
Valor recebido:	R\$ 240,00

Valor total aplicado no ano de **2011: R\$ 5.008,00.**

2012	
Nome da Instituição:	Associação de Amparo à Pessoa Idosa – Palácio da Sabedoria – São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 400,00 (saúde)
Nome da Instituição:	Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	Projeto Cidade Limpa
Valor recebido:	R\$ 2.488,00 (educação)
Nome da Instituição:	Capela de Nossa Senhora da Conceição – Paróquia de N. Senhora dos Remédios - Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 622,00 (outros)
Nome da Instituição:	Associação de Amparo à Pessoa Idosa – Palácio da Sabedoria – São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 500,00 (saúde)
Nome da Instituição:	AMUSIC – Associação Musical de Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 622,00 (educação)
Nome da Instituição:	Associação de Amparo à Pessoa Idosa – Palácio da Sabedoria – São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 311,00 (saúde)
Nome da Instituição:	Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Cruzeta/RN

Nome do Projeto:	Projeto Cidade Limpa
Valor recebido:	R\$ 2.488,00 (educação)
Nome da Instituição:	Casa do Velhinho Dona Chaguinha Vale - CruzetaRN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 100,00
Nome da Instituição:	AMUSIC – Associação Musical de CruzetaRN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 300,00
Nome da Instituição:	AMUSIC – Associação Musical de CruzetaRN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 900,00
Nome da Instituição:	AMUSIC – Associação Musical de CruzetaRN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 500,00
Nome da Instituição:	AMUSIC – Associação Musical de CruzetaRN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 181,66
Nome da Instituição:	AMUSIC – Associação Musical de CruzetaRN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 300,00
Nome da Instituição:	Capela de Nossa Senhora da Conceição - CruzetaRN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 311,00
Nome da Instituição:	Capela de Nossa Senhora da Conceição - CruzetaRN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 311,00
Nome da Instituição:	Grupo de Escoteiros de Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 1.200,00
Nome da Instituição:	Grupo de Vicentinos da Paróquia de São José – São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 400,00
Nome da Instituição:	Grupo de Escoteiros de Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 207,00
Nome da Instituição:	Grupo de Vicentinos da Paróquia de São José – São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 311,00
Nome da Instituição:	Casa do Velhinho Dona Chaguinha Vale - CruzetaRN

Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 900,00
Nome da Instituição:	Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 311,00
Nome da Instituição:	Associação de Amparo à Pessoa Idosa – Palácio da Sabedoria – São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 311,00
Nome da Instituição:	Pastoral da Pessoa Idosa - Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 311,00
Nome da Instituição:	Capela de Nossa Senhora da Conceição - Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 311,00
Nome da Instituição:	Grupo de Escoteiros de Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 311,00
Nome da Instituição:	Associação da 3ª Idade - Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 622,00
Nome da Instituição:	Casa do Velhinho Dona Chaguinha Vale - Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 311,00
Nome da Instituição:	Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 311,00
Nome da Instituição:	Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 310,00
Nome da Instituição:	Casa do Velhinho Dona Chaguinha Vale - Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 300,00
Nome da Instituição:	Grupo de Escoteiros de Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>

Valor recebido:	R\$ 500,00
Nome da Instituição:	Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 622,00
Nome da Instituição:	Casa do Velhinho Dona Chaguinha Vale – Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 6.220,00
Nome da Instituição:	Palácio da Sabedoria e Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 500,00
Nome da Instituição:	Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	Projeto Cidade Limpa
Valor recebido:	R\$ 2.488,00
Nome da Instituição:	Casa do Velhinho Dona Chaguinha Vale - Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 700,00
Nome da Instituição:	Associação Manoel Cipriano de Araújo - Casa do Velhinho Dona Chaguinha Vale - CruzetaRN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 280,00
Nome da Instituição:	Filarmônica 24 de Outubro - AMUSIC - CruzetaRN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 400,00
Nome da Instituição:	Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	Projeto Cidade Limpa
Valor recebido:	R\$ 622,00
Nome da Instituição:	Associação de Amparo à Pessoa Idosa – Palácio da Sabedoria – São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 150,00
Nome da Instituição:	Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 300,00
Nome da Instituição:	Pastoral da Pessoa Idosa - Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 311,00
Nome da Instituição:	AMUSIC – Associação Musical de Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 6.000,00

Nome da Instituição:	Associação Manoel Cipriano de Araújo - Casa do Velhinho Dona Chaguinha Vale - Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 600,00
Nome da Instituição:	Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Projeto Cidade Limpa</i>
Valor recebido:	R\$ 4.976,00

Valor total aplicado no ano de **2012: R\$ 41.430,66.**

2013	
Nome da Instituição:	Associação de Amparo à Pessoa Idosa – Palácio da Sabedoria – São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 311,00
Nome da Instituição:	Secretaria Municipal de Obras Públicas, Infraestrutura e Trânsito – São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	Projeto “Coleta de Recicláveis: Uma Ação de Cunho Socioambiental e socioeducativo
Valor recebido:	R\$ 1.540,00
Nome da Instituição:	Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	Projeto “Divulgação das Datas Comemorativas do nosso País”
Valor recebido:	R\$ 173,10
Nome da Instituição:	AMUSIC – Associação Musical de Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	Projeto “Reestruturação de Espaços Físicos da AMUSIC”
Valor recebido:	R\$ 4.005,00
Nome da Instituição:	Escola Municipal Cônego Ambrósio Silva - Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	Projeto “Histórias que o Povo Conta – Livro – 1ª Edição”
Valor recebido:	R\$ 5.180,00
Nome da Instituição:	Centro Municipal de Educação Infantil Joaquim Lopes Pequeno - Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	Projeto “Leitura Infantil – Viajando e Contando Histórias”
Valor recebido:	R\$ 3.638,00
Nome da Instituição:	Pastoral da Pessoa Idosa – Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios - Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	Projeto “A Construção de uma relação de ajuda mediante apoio financeiro em prol de uma melhor qualidade de vida da pessoa idosa”
Valor recebido:	R\$ 5.005,66
Nome da Instituição:	102º Grupo de Escoteiros Manoel Dantas - Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	Projeto “Implantação do Acerco Literário – Guia Yolanda Fernandes Carneiro”
Valor recebido:	R\$ 2.436,17
Nome da Instituição:	Escola Municipal Cônego Ambrósio Silva - Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	Projeto Viver Bem: Aprendendo a Conviver Melhor
Valor recebido:	R\$ 2.260,00
Nome da Instituição:	Associação Josefa de Medeiros Lira – Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	Projeto Escolinha de Treinamento de Jovens para locução de Rádio

Valor recebido:	R\$ 4.383,00
Nome da Instituição:	Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 311,00
Nome da Instituição:	Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 311,00
Nome da Instituição:	Casa do Velhinho Dona Chaguinha Vale - Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 311,00
Nome da Instituição:	Pastoral da Pessoa Idosa - Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 313,00
Nome da Instituição:	Pastoral da Pessoa Idosa - Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 300,00
Nome da Instituição:	Casa do Velhinho Dona Chaguinha Vale - Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 300,00
Nome da Instituição:	Grupo de Vicentinos da Paróquia de São José – São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 311,00
Nome da Instituição:	Grupo de Escoteiros de Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 311,00
Nome da Instituição:	Associação de Amparo à Pessoa Idosa – Palácio da Sabedoria – São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 622,00
Nome da Instituição:	Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	Projeto Cidade Limpa
Valor recebido:	R\$ 311,00
Nome da Instituição:	Casa do Velhinho Dona Chaguinha Vale - Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 500,00
Nome da Instituição:	Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 622,00

Valor total aplicado no ano de **2013: R\$ 33.454,93.**

2014	
Nome da Instituição:	Associação Manoel Cipriano de Araújo – Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	Projeto “Reforma da Casa do Velhinho Dona Chaguinha Vale – Projetos executivos: Lixo, Sumidouro e Banheiro”
Valor recebido:	R\$ 7.483,30
Nome da Instituição:	Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente – São José do Seridó/RN
Nome do Projeto:	Projeto Viagem de Estudos
Valor recebido:	R\$ 3.934,00
Nome da Instituição:	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte do Município de Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	Projeto “Educação, Cultura e Esportes na Valorização do Patrimônio Histórico do Município de Cruzeta/RN”
Valor recebido:	R\$ 9.841,40
Nome da Instituição:	AMUSIC – Associação Musical de Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	Projeto “I Encontro de Bandas de Música de Cruzeta em Comemoração ao Dia do Folclore”
Valor recebido:	R\$ 3.220,00
Nome da Instituição:	Associação Manoel Cipriano de Araújo – Casa do Velhinho Dona Chaguinha Vale – Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 724,00

Valor total aplicado no ano de **2014: R\$ 25.202,70.**

2015	
Nome da Instituição:	PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas – Currais Novos/RN
Nome do Projeto:	Projeto Cartazes com Frases: Prevenção ao Uso de Drogas
Valor recebido:	R\$ 1.700,00
Nome da Instituição:	Centro Municipal de Educação Infantil Joaquim Lopes Pequeno – Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	Projeto Infantil: O lúdico na Educação Infantil – Um jeito gostoso de brincar e interagir e pensar
Valor recebido:	R\$ 8.577,30
Nome da Instituição:	Associação Manoel Cipriano de Araújo – Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	Projeto: “Aquisição de Mobiliários e Equipamentos para o Lar do Idoso Dona Chaguinha Vale”
Valor recebido:	R\$ 8.505,00
Nome da Instituição:	Escola Municipal Cônego Ambrósio Silva – Cruzeta/RN
Nome do Projeto:	Projeto: Publicação do Livro A “Ocasão Faz o Escritor”
Valor recebido:	R\$ 5.950,00

Valor total aplicado no ano de **2015: R\$ 24.732,00.**

2016		
Nome da Instituição:	Escola Municipal Cônego Ambrósio Silva – Cruzeta/RN	
Nome do Projeto:	Projeto Nossas Memórias – Publicação do Livro “Histórias Que o Povo Conta – 2ª Edição”	
Valor recebido:	R\$ 5.950,00	
Nome da Instituição:	Centro Municipal de Educação Infantil Joaquim Lopes Pequeno – Cruzeta/RN	
Nome do Projeto:	Projeto Arte na Educação Infantil: A Música como Expressão de Sentimentos e Construção de Conhecimentos.	
Valor recebido:	R\$ 9.687,20	
Nome da Instituição:	AMUSIC – Associação Musical e Cultural do RN – Cruzeta/RN	
Nome do Projeto:	Projeto “Acabamento dos Espaços Físicos da AMUSIC / Filarmônica de Cruzeta”	
Valor recebido:	R\$ 7.927,52	
Nome da Instituição:	Associação Josefa de Medeiros Lira – Cruzeta/RN	
Nome do Projeto:	Projeto “Aquisição de Projetor de Slides”	
Valor recebido:	R\$ 2.569,00	
Nome da Instituição:	Escola Estadual Joaquim José de Medeiros – Cruzeta/RN	
Nome do Projeto:	Projeto “A Leitura como Ferramenta de Inclusão Social e Emancipação dos Educandos”	
Valor recebido:	R\$ 10.705,00	
Nome da Instituição:	Escola Estadual Otávio Lamartine – Cruzeta/RN	
Nome do Projeto:	Projeto “Uma Ferramenta Necessária no Combate à Violência no Recreio”	
Valor recebido:	R\$ 8.214,76	

Valor total aplicado no ano de **2016: R\$ 45.053,48.**

ANEXO VI

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES RELATIVAS À COMARCA DE ACARI

Valores arrecadados em prestações pecuniárias na unidade jurisdicional
13.07.2007 a 13.07.2017

2007					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
X	X	X	X	X	X
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Valor total arrecadado a partir de julho de **2007: R\$ 0,00.**

2008					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Valor total arrecadado no ano de **2008: R\$ 0,00.**

2009					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Valor total arrecadado no ano de **2009: R\$ 0,00.**

2010					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Valor total arrecadado no ano de **2010: R\$ 0,00.**

2011					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Valor total arrecadado no ano de **2011: R\$ 0,00.**

2012					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Valor total arrecadado no ano de **2012: R\$ 0,00.**

2013					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.503,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.123,17	R\$ 0,00

Valor total arrecadado no ano de **2013: R\$ 9.627,15.**

2014					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Valor total arrecadado no ano de **2014: R\$ 0,00.**

2015					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 25.000,00	R\$ 0,00

Valor total arrecadado no ano de **2015: R\$ 25.000,00.**

2016					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00	R\$ 6.216,86
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.993,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Valor total arrecadado no ano de **2016: R\$ 22.210,53.**

2017					
------	--	--	--	--	--

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.624,28	R\$ 0,00
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
R\$ 0,00	X	X	X	X	X

Valor total arrecadado no ano de **2017: R\$ 4.624,68.**

ANEXO VII

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES RELATIVAS À COMARCA DE ACARI

Valores aplicados em prestações pecuniárias na unidade jurisdicional
13.07.2007 a 13.07.2017

2013	
Nome da Instituição:	Associação Desidéria Dantas Pedrosa – Carnaúba Dos Dantas/RN
Nome do Projeto:	Integr(ação): unindo gerações através da arte, educação, cultura e geração de renda
Valor recebido:	R\$ 5.123,17 (Cinco mil, cento e vinte e três reais e dezessete centavos)
Nome da Instituição:	Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Acari/RN
Nome do Projeto:	Plantando leitura, colhendo leitores
Valor recebido:	R\$ 4.503,98 (Quatro mil, quinhentos e três reais e noventa e oito centavos)
Nome da Instituição:	Associação Musical e Cultural Onze de Dezembro
Nome do Projeto:	Projeto de Crescimento Musical e Formação de Cidadania no Município de Carnaúba dos Dantas
Valor recebido:	R\$ 3.487,00 (Três mil, quatrocentos e oitenta e sete reais)
Nome da Instituição:	Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário
Nome do Projeto:	Salto para a vida
Valor recebido:	R\$ 6.081,07 (seis mil, oitenta e um reais e sete centavos.)
Nome da Instituição:	Associação Casa de Amparo e Proteção ao Idoso José Bernardo “Marimba” - Carnaúba dos Dantas/RN
Nome do Projeto:	Idoso em Movimento
Valor recebido:	R\$ 7.042,00 (Sete mil e quarenta e dois reais)
Nome da Instituição:	ONG PAZ – Policiais Agentes da Paz
Nome do Projeto:	“Educar para o trânsito” é “Educar para a vida”
Valor recebido:	R\$ 3.162,00 (Três mil, cento e sessenta e dois reais)

Valor total aplicado no ano de **2013: R\$ 29.399,22.**

2014

Valor total aplicado no ano de **2014: R\$ 0,00.**

2015	
Nome da Instituição:	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Desporto e Lazer
Nome do Projeto:	Atletismo Acari
Valor recebido:	R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
Nome da Instituição:	Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário
Nome do Projeto:	Salto Para a Vida
Valor recebido:	R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
Nome da Instituição:	Associação Criativa Artesãos Acarienses
Nome do Projeto:	Projeto Mãos Dadas
Valor recebido:	R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
Nome da Instituição:	3ª Companhia Independente de Polícia Militar
Nome do Projeto:	Estruturação da Agência de Inteligência
Valor recebido:	R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
Nome da Instituição:	Escola Municipal Cantídia Auda Pires
Nome do Projeto:	Utilização da Voz e Violão como Instrumentos Pedagógicos no Reforço Escolar
Valor recebido:	R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
Nome da Instituição:	Associação Musical e Cultural Onze de Dezembro
Nome do Projeto:	Crescimento Musical e Formação da Cidadania
Valor recebido:	R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
Nome da Instituição:	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Nome do Projeto:	Poesia Agosto na Praça
Valor recebido:	R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
Nome da Instituição:	Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário
Nome do Projeto:	Vista o Escoteiro
Valor recebido:	R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Valor total aplicado no ano de **2015: R\$ 25.000,00.**

2016	
Nome da Instituição:	Associação Musical e Cultural Onze de Dezembro
Nome do Projeto:	Projeto de Crescimento Musical de Formação da Cidadania no Município de Carnaúba dos Dantas
Valor recebido:	R\$ 6.216,86 (seis mil, duzentos e dezesseis reais e oitenta e seis centavos)
Nome da Instituição:	Associação Caminhos da Cidadania
Nome do Projeto:	Qualidade de Vida
Valor recebido:	R\$ 5.367,51 (cinco mil, trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta e um centavos)
Nome da Instituição:	Associação Cultural Maestro Felinto Lúcio Dantas
Nome do Projeto:	Educando com Música e Cidadania
Valor recebido:	R\$ 4.624,68 (Quatro mil, seiscentos e vinte e quatro reais e sessenta e oito centavos)
Nome da Instituição:	Desenvolvimento Comunitário dos Sítios Carnaúba de Baixo e Adjacências
Nome do Projeto:	Lutando Pela Vida – JiuJitsu

Valor recebido:	R\$ 5.626,16 (Cinco mil, seiscentos e vinte e seis reais e dezesseis centavos)
------------------------	--

Valor total aplicado no ano de **2016: R\$ 21.835,21.**

2017	
Nome da Instituição:	Associação Cultural Maestro Felinto Lúcio Dantas
Nome do Projeto:	Educando com Música e Cidadania
Valor recebido:	R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

Valor total aplicado no ano de **2017: R\$ 6.000,00.**

ANEXO VIII

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES RELATIVAS À COMARCA DE CURRAIS NOVOS

Valores arrecadados em prestações pecuniárias na unidade jurisdicional

13.07.2007 a 13.07.2017

2007					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
X	X	X	X	X	X
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$

Valor total arrecadado a partir de julho de **2007: R\$.**

2008					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$

Valor total arrecadado no ano de **2008: R\$.**

2009					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$

Valor total arrecadado no ano de **2009: R\$.**

2010					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN

R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	

Valor total arrecadado no ano de **2010: R\$.**

2011						
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	

Valor total arrecadado no ano de **2011: R\$.**

2012					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$

Valor total arrecadado no ano de **2012: R\$.**

2013					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.300,00	R\$ 6.390,00	R\$ 2.000,00	R\$ 21.690,00
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
R\$ 7.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 700,00	R\$ 678,00	R\$ 0,00

Valor total arrecadado no ano de **2013: R\$ 50.758,00.**

2014					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
R\$ 1.188,00	R\$ 0,00	R\$ 2.000,00	R\$ 8.604,00	R\$ 2.080,00	R\$ 0,00
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
R\$ 5.000,00	R\$ 5.728,00	R\$ 1.724,00	R\$ 6.000,00	R\$ 800,00	R\$ 0,00

Valor total arrecadado no ano de **2014: R\$ 33.124,00.**

2015					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
R\$ 0,00	R\$ 2.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 12.364,00	R\$ 1.478,00	R\$ 4.000,00
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
R\$ 0,00	R\$ 622,00	R\$ 1.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.800,00

Valor total arrecadado no ano de **2015: R\$ 30.764,00.**

2016					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.500,00	R\$ 1.576,00	R\$ 1.800,00	R\$ 5.000,00
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ

R\$ 1.000,00	R\$ 788,00	R\$ 1.576,00	R\$ 800,00	R\$ 3.275,00	R\$ 1.576,00	
--------------	------------	--------------	------------	--------------	--------------	--

Valor total arrecadado no ano de **2016: R\$ 19.891,00.**

2017						
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	
R\$ 2.653,00	R\$ 6.425,00	R\$ 4.232,00	R\$ 6.621,00	R\$ 10.591,00	R\$ 6.251,00	
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
R\$ 3.425,00	X	X	X	X	X	

Valor total arrecadado no ano de **2017: R\$ 40.198.**

ANEXO IX

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES RELATIVAS À COMARCA DE CURRAIS NOVOS

Valores aplicados em prestações pecuniárias na unidade jurisdicional
13.07.2007 a 13.07.2017

2013	
Nome da Instituição:	Associação Comunitária de Ação pela Vida
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 2.540,00
Nome da Instituição:	Polícia Rodoviária Estadual – 3ª CIPM
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 5.592,32
Nome da Instituição:	Ass. Pais e Portadores de Síndrome de Berardinelli
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 2.649,90
Nome da Instituição:	Associação Casarão de Cultura
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 3.200,00
Nome da Instituição:	Associação Comunitária de Ação pela Vida
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 8.675,00
Nome da Instituição:	Policiais Agente da PAZ – 3ª CIPM
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 1.787,73
Nome da Instituição:	Escola Humberto Gama
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 2.100,00

Nome da Instituição:	Centro Detenção Provisória
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 2.358,96
Nome da Instituição:	3ª CIPM
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 2.700,00
Nome da Instituição:	Grupo Caçua de Mamulengos
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 300,00

Valor total aplicado no ano de **2013: R\$ 31.903,51.**

2014	
Nome da Instituição:	3ª CIPM
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 5.298,80
Nome da Instituição:	Casa do Pobre
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 1.660,00
Nome da Instituição:	Ass. dos Moradores do Bairro Paizinho Maria
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 1.966,00
Nome da Instituição:	Delegacia de Polícia Civil Currais Novos
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 7.015,00
Nome da Instituição:	Casa do Pobre
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 2.296,22
Nome da Instituição:	Polícia Rodoviária Estadual – 2º GPPE
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 673,99
Nome da Instituição:	Proerd
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 1.599,46
Nome da Instituição:	Clube de Atletismo
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 5.200,00
Nome da Instituição:	Ass. Com. de Ação pela Vida - Banda Ágape
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 11.215,00
Nome da Instituição:	Policiais Agentes da PAZ – 3ª CIPM
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 1.780,50
Nome da Instituição:	Policiais Agentes da PAZ – 3ª CIPM
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 2.750,00
Nome da Instituição:	Aspovern
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 2.000,00

Valor total aplicado no ano de **2014: R\$ 43.454,97.**

2015	
Nome da Instituição:	Centro Detenção Provisória
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 1.606,85
Nome da Instituição:	Ass. Moradores do Bairro Paizinho Maria
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 1.966,00
Nome da Instituição:	3ª CIPM
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 2.024,36
Nome da Instituição:	Casa do Pobre
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 2.296,22
Nome da Instituição:	Delegacia Currais Novos
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 2.743,60
Nome da Instituição:	Delegacia Currais Novos
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 2.204,23
Nome da Instituição:	Agentes de Proteção
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 1.105,00
Nome da Instituição:	Centro de Detenção Provisória
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 1.800,00
Nome da Instituição:	Ass. Moradores do Bairro Paizinho Maria
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 4.205,00
Nome da Instituição:	3ª CIPM
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 3.525,10
Nome da Instituição:	Ass. PMs do Seridó
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 4.290,00
Nome da Instituição:	Agentes de Proteção
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 1.005,00
Nome da Instituição:	Centro de Detenção Provisória
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>

Valor recebido:	R\$ 1.254,24
------------------------	--------------

Valor total aplicado no ano de **2015: R\$ 30.025,60.**

2016	
Nome da Instituição:	Centro de Detenção Currais Novos
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 3.126,00
Nome da Instituição:	Centro de Detenção Currais Novos
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 1.145,00
Nome da Instituição:	Centro de Detenção Currais Novos
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 919,18
Nome da Instituição:	Centro de Detenção Currais Novos
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 4.180,76

Valor total aplicado no ano de **2016: R\$ 9.370,94.**

2017	
Nome da Instituição:	Centro de Detenção Currais Novos
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 6.097,50
Nome da Instituição:	Centro Feminista 8 de março
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 5.420,93
Nome da Instituição:	Escola Trindade Campelo
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 4.550,00
Nome da Instituição:	3ª CIPM
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 6.400,00
Nome da Instituição:	Casarão de Poesia
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 1.700,00
Nome da Instituição:	Unidade de Saúde Expedito Araújo de Lima
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 12.000,00
Nome da Instituição:	Associação de proteção aos animais
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 3.500,00
Nome da Instituição:	Casarão de Poesia

Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 5.600,00
Nome da Instituição:	Ass. Bordadeiras Currais Novos
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 2.899,05
Nome da Instituição:	Delegacia Policia Civil Currais Novos
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 5.720,00
Nome da Instituição:	3ª CIPM
Nome do Projeto:	<i>Sem apresentação de nome</i>
Valor recebido:	R\$ 5.679,86

Valor total aplicado no ano de **2017: R\$ 59.567,34.**

ANEXO X

FORMULÁRIO DE CADASTRO DAS ENTIDADES INTERESSADAS

FICHA DE CADASTRAMENTO DAS INSTITUIÇÕES

I. Dados de identificação da instituição

1. Nome:
2. Endereço:
3. Bairro:
4. CEP:
5. Município:
6. Telefone:
7. E-mail:
8. Diretor(a):
9. Responsável pelo benefício:
10. Natureza Jurídica:
11. Atividade principal:

ANEXO XII

ROTEIRO DE PROJETO TÉCNICO

De acordo com o disposto na Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, é necessária a regulamentação da destinação do controle e aplicação de valores oriundos de prestação pecuniária aplicada pela justiça criminal, devendo financiar projetos apresentados pelos beneficiários elencados naquele instrumento.

Nesse sentido, a Corregedoria Geral de Justiça do RN, através do Provimento nº 99/2012 – CGJ/RN, regulamentou a matéria, estabelecendo, inclusive, orientações mínimas a serem observadas quando do encaminhamento de elaboração de propostas que tenham por objeto a utilização dos valores provenientes das penas pecuniárias.

No intuito de orientar os possíveis beneficiários e estabelecer um padrão geral a ser adotado, relativamente à elaboração de projetos, seguem as instruções abaixo:

MODELO DO PROJETO TÉCNICO

Roteiro de Projeto Técnico

1. Título do Projeto:

2. Apresentação (Resumo da proposta/Sinopse do projeto)

Resumo de todas as informações relevantes do projeto, tais como as demandas que serão atendidas, juntamente com as necessidades e expectativas para a implantação das ações pleiteadas ou aquisição de determinado bem e os resultados que se pretende alcançar.

3. Identificação da instituição solicitante

Apresentar, de forma clara e objetiva, todos os dados da instituição proponente, quais sejam: nome da instituição, endereço completo, número de telefone e fax, e-mail para contato, nome do responsável, cargo, número da identidade e do CPF, do CPNJ.

4. Identificação da instituição executora/beneficiada

Quando o projeto apresentar como órgão executor/beneficiário instituição diferente do proponente será necessária a apresentação de todos os dados solicitados acima, referentes ao órgão executor/beneficiário.

5. Justificativa

Espaço destinado para que o beneficiário aponte claramente qual(is) o(s) problema(s), suas causas e como ele(s) foi(ram) identificado(s), apresentando solução(ões) para ele(s). O solicitante terá que justificar a pertinência do pedido e mostrar que a solução do problema tem consequências diretas junto ao espaço ou ao pessoal por ele contemplado. Apresentar, se possível, dados e/ou estatísticas consolidadas que justifiquem a demanda solicitada.

6. Público beneficiado

Descrever objetivamente o público-alvo direto e o indireto, informando, inclusive, o número das pessoas que serão diretamente beneficiadas.

7. Equipe responsável pelo projeto

Tratando-se de projeto a ser executado, apresentar de forma clara e sucinta a composição da equipe que será responsável pela respectiva execução, destacando a qualificação profissional necessária para o exercício da referida função, as ações que serão realizadas e a carga horária que será cumprida por cada integrante.

8. Localização geográfica das ações / Estrutura Disponível.

Identificar o local contemplado com as ações ou com determinado bem. Em se tratando da primeira hipótese, informar o espaço físico e a infraestrutura disponível, bem como o número de pessoas que serão atendidas no local, o número de funcionários existentes e as facilidades que o projeto pode encontrar quanto à sua execução.

9. Objetivo geral:

O objetivo geral do projeto deve, em conformidade com a Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012:

- a) ser destinado a atividades de caráter essencial ao sistema penitenciário, à segurança pública, educação e saúde, desde que em atendimento a áreas vitais de relevante cunho social, a critério da unidade gestora;
- b) manter, por maior tempo, um número expressivo de cumpridores de prestação de serviços à comunidade ou entidade pública;
- c) atuar diretamente na execução penal, assistência à ressocialização de apenados, de assistência às vítimas de crimes e prevenção da criminalidade, incluídos os conselhos da comunidade.

10. Objetivos específicos

Apontar, em forma de tópicos, os resultados esperados com o recurso pleiteado.

11. Metas (para projetos de execução)

Quantificar os resultados esperados, de modo a permitir a verificação de seu cumprimento.

12. Metodologia (para projetos de execução)

Explicar, detalhadamente, a viabilidade, exequibilidade e a sustentabilidade do projeto, além de apresentar informações sobre os procedimentos e as estratégias a serem adotados para a realização de cada meta. É importante que o projeto apresente as etapas para a realização das metas estabelecidas, identificando a forma como serão executadas. Ex.: se envolver aulas, apresentar planejamento em que conste grade curricular, corpo docente, carga horária, metodologia, dentre outras.

13. Detalhamento dos custos

Estimar os custos, justificando-os no projeto e relacionando-os com as metas (se para execução). Apresentá-los por itens de despesa em tabelas distintas, conforme modelos que seguem:

Tabela 1

Especificação dos Equipamentos / Material Permanente			
Material (exemplo)	Quantidade	Valor Unitário	TOTAL
Acervo bibliográfico (Lei de Execução Penal)	10	XX,00	XX,00
Computador (inserir configuração)	02	XX,00	XX,00

Tabela 2

Especificação do Material de consumo			
Material (exemplo)	Quantidade	Valor Unitário	TOTAL
Resma de papel A4	20	XX,00	XX,00
Pastas AZ lombo estreito	06	XX,00	XX,00

Tabela 3

Especificação dos Serviços de Terceiros – Pessoa Física			
Profissionais contratados (exemplo)	Quantidade	Valor mensal ou do serviço	TOTAL
Palestrante	01	XX,00	XX,00
Instrutor de aula de XXXXX	02	XX,00	XX,00
R\$ YY,00			

Tabela 4

Especificação dos Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica			
Serviços que serão contratados	Quantidade	Valor mensal ou do serviço	VALOR TOTAL
Cópias para confecção de apostilas	1.000	XX,00	XX,00
Confecção de cartilhas	1.500	XX,00	XX,00
R\$ YY,00			

Observações importantes:

- * Ao término das descrições nas planilhas, informar o valor final do projeto.
- * Nos casos em que o objeto do convênio demandar a aquisição de material permanente e/ou de consumo, é imprescindível a apresentação de três orçamentos do comércio local, que devem ser encaminhados anexos, para fonte de referência.
- * Não serão objeto de financiamento projeto ou material a ser adquirido cujos valores se apresentem superestimados/superdimensionados em relação ao objeto proposto.

14. Prazo de execução (para projeto de execução)

Detalhar a duração, fixando o nº de meses previstos (início e fim) para a execução do projeto.

ANEXO XIII

MODELOS PRÁTICOS JÁ EXECUTADOS COMARCA DE CRUZETA

EDITAL



PODER JUDICIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE COMARCA DE CRUZETA

Fórum Des. Silvino Bezerra Neto
Praça Celso Azevêdo, 142 – Cruzeta(RN) 59375-000
cruzeta@tjrn.jus.br – Fone – fax: (84) 3473-2474

EDITAL Nº 01/2017

Torna público o processo de cadastramento e apresentação de projetos das instituições aptas ao recebimento de recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária, para o ano de 2017, a teor da Resolução nº 154/2012 do Conselho Nacional da Justiça, bem como dos Provimentos nº 99/2012 e 154/2016 da Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CRUZETA/RN, **MARCUS VINÍCIUS PEREIRA JÚNIOR**, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO a abertura de cadastramento de instituições aptas a receberem recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária, criado pelo Provimento nº 99/2012, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, e em conformidade com a Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça.

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - Os valores depositados decorrentes de prestações pecuniárias na forma dos Provimentos nº 99/2012 e 154/2016, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, quando não destinados às vítimas ou aos seus dependentes, serão, preferencialmente, destinados a entidade pública ou privada com finalidade social, previamente conveniada, ou para atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde, que atendam às áreas vitais de relevante cunho social, a critério da Vara Única desta Comarca de Cruzeta/RN.

1.2 - As entidades que pretendam obter o benefício deverão estar regularmente constituídas e cadastradas na Comarca, bem como no Sistema de Gerenciamento de Penas Pecuniárias - SIGPEC, sendo obrigatória a atualização anual do cadastro.

1.3 - Os valores repassados deverão financiar projetos apresentados pelos beneficiários, que serão legitimados pelo Magistrado responsável, mediante decisão, obedecendo aos critérios estabelecidos nos Provimentos acima citados.

1.4 - Será vedada a destinação de recursos:

I – ao custeio do Poder Judiciário;

II – para promoção pessoal de magistrados ou de integrantes das entidades beneficiadas e, no caso destas, para o pagamento de quaisquer espécies de remuneração aos seus membros;

III – para fins político-partidários;

IV – às entidades que não estejam regularmente constituídas, obstando a responsabilização caso haja desvio de finalidade.

1.5 - A doação de bens de outra natureza só poderá ocorrer quando a entidade beneficiária demonstrar a necessidade para a realização de seus fins, mediante compromisso de, sob as penas da lei, não os repassar a outrem, devendo ela mesma utilizá-los.

1.6 - É de responsabilidade da entidade beneficiada a prestação de contas dos recursos recebidos.

1.7 - Os recursos mencionados neste Edital têm caráter público, e o seu manejo e destinação deverão ser norteados pelos princípios constitucionais da Administração Pública, inclusive os previstos no art. 37 da Constituição Federal. O seu uso irregular poderá ensejar as sanções previstas em lei.

2 - DAS INSCRIÇÕES E DO CADASTRAMENTO DAS ENTIDADES

2.1 - As entidades que pretendam a obtenção do benefício deverão preencher formulário disponibilizado na Secretaria Judiciária (Anexo I) ou realizar cadastro no SIGPEC - Sistema de Gerenciamento de Penas Pecuniárias, a teor dos arts. 321 e 322 do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça (Provimento 145/2016), apresentando projeto que seguirá o Roteiro de Projeto Técnico (Anexo II).

2.2 - Os projetos serão recebidos na Secretaria da Vara Única, situada no prédio do Fórum Municipal Des. Silvino Bezerra Neto, sito à Praça Celso Azevedo, nº 142, Centro, nesta Cidade, da publicação do presente até **30 de junho de 2017**, dentro do horário de expediente para atendimento externo, das 08:00 às 14:00 horas ou através do SIGPEC (sítio da Corregedoria de Justiça do TJRN), obedecendo ao padrão estabelecido neste edital, com observância dos requisitos estabelecidos no art. 315 do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça (Provimento 154/2016).

2.3 - Será admitida a possibilidade de cadastro de entidades localizadas em municípios de outras Comarcas, caso não haja projeto viável a ser implementado na Comarca de Cruzeta-RN.

2.4 - Caberá ao Juiz de Direito da Vara Única desta Comarca a análise e aprovação do projeto e de suas condições, que deverá ser precedida de prévio parecer do Ministério Público.

3 - DA HOMOLOGAÇÃO E DO INDEFERIMENTO DA INSCRIÇÃO

3.1 - Escolhida(s) a(s) entidade(s), dentre as cadastradas, será feita a destinação do numerário respectivo, no momento em que houver a disponibilidade de recursos suficientes para atender ao(s) projeto(s) apresentado(s), atendendo a uma ordem de prioridade previamente estabelecida pelo Juízo, a partir do valor de cada projeto apresentado, partindo-se do de maior para o de menor valor.

3.2 - Haverá prioridade no repasse dos valores aos beneficiários que:

I - mantenham, por maior tempo, número expressivo de cumpridores de prestação de serviços à comunidade ou entidade pública;

II - atuem diretamente na execução penal, assistência à ressocialização de apenados, assistência às vítimas de crimes e prevenção de criminalidade, incluindo os conselhos das comunidades;

III - prestem serviços de maior relevância social;

IV - apresentem projetos com viabilidade de implementação, segundo a utilidade e a necessidade, obedecendo-se aos critérios estabelecidos nas políticas específicas.

3.3 - As escolhas não serão de forma aleatória, sendo sempre motivada a decisão que legitimar o ingresso da entidade entre os beneficiários.

3.4 - Feita a destinação do recurso ao projeto, serão estabelecidos os critérios para o acompanhamento da execução do cronograma apresentado, fiscalizando-se o cumprimento do prazo inicialmente proposto.

3.5 - Da decisão que indeferir a inscrição ou cadastro caberá pedido de reconsideração no prazo de 5 (cinco) dias, facultando-se ao Ministério Público emitir parecer sobre o pedido.

4 - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

4.1 - Finalizado o projeto, a entidade beneficiária deverá prestar contas da verba recebida, no prazo de 15 dias, conforme dispõe o art. 330 do Provimento 154/2016, enviando ao Juízo de Direito desta Comarca relatório que deverá conter:

I - planilha detalhada dos valores gastos, observando o cronograma de execução e de liberação de dispêndios;

II - notas fiscais de todos os produtos e serviços custodiados com os recursos destinados pelo Poder Judiciário, visadas pela pessoa responsável pela execução do projeto;

III - relatório contendo o resultado obtido com a realização do projeto.

4.2 - A entidade que deixar de entregar o relatório no prazo ficará impedida de apresentar novo projeto em qualquer uma das unidades gestoras do RN, no edital posterior ao não cumprimento da obrigação.

4.3 - Havendo irregularidades, a entidade poderá ser notificada para no prazo de 5 (cinco) dias, observar as especificações determinadas, sob pena da sanção prevista no item anterior.

4.4 - Apresentada a prestação de contas, será ela submetida à homologação judicial, após o prévio parecer do Ministério Público.

4.5 - As contas, antes de serem enviadas ao Ministério Público, poderão, a critério do Juiz, ser remetida para análise e parecer da Seção de Controle Interno do Tribunal de Justiça, na forma do art. 13, § 1º, do Provimento Nº 99/2012, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio Grande do Norte e art. 332, § 1º do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça (Provimento 154/2016).

5 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 - O Ministério Público será cientificado de todo o processo de escolha.

5.2 - Os casos omissos serão decididos pelo Juiz de Direito, sem prejuízo das atribuições dos demais órgãos do Poder Judiciário.

E para que chegue ao conhecimento de todos e não possam alegar ignorância, mandou o MM. Juiz de Direito que se expedisse o presente edital, que será publicado uma (01) vez no Diário da Justiça Eletrônico, nos meios de comunicação local e afixado cópia no átrio do Fórum, no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Cruzeta, Estado do Rio Grande do Norte, aos 20 (vinte) dias do mês de março do ano de 2017. Eu, _____ (Helisson Leônidas de Azevedo), Auxiliar Técnico, o digitei e subscrevi.

MARCUS VINÍCIUS PEREIRA JÚNIOR
Juiz de Direito

ANEXO XIV

PROJETO JÁ BENEFICIADO COM RECURSOS DECORRENTES DE PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA NA COMARCA DE CRUZETA



**Rua Dr. José Augusto B. de Medeiros, S/N
Centro – Cruzeta-RN – CEP: 59375000
CNPJ: 03.191.397-34
ESCOLA DE MÚSICA DE CRUZETA/RN
BANDA FILARMÔNICA DE CRUZETA**

I – TÍTULO DO PROJETO: Acabamento dos espaços físicos da sede da ASSOCIAÇÃO MUSICAL E CULTURAL DO RN – AMUSIC

II – APRESENTAÇÃO:

O trabalho realizado pela **ASSOCIAÇÃO MUSICAL E CULTURAL DO RN-AMUSIC**, gestora e mantenedora da Escola de música e da Banda Filarmônica de Cruzeta na região Seridó, estado do RN, é de relevância e abrangência significativa, tomado como modelo, seja nos aspectos culturais, sociais, artísticos e educacionais e de gestão.

É fato notório que ao longo de 30 anos de existência da reconhecida “Banda de Cruzeta”, centenas de crianças e jovens, tiveram a oportunidade de se incluírem de forma gratuita, social e culturalmente no processo de cidadania, sendo que hoje mais de uma centena de cruzetenses atuam como músicos ou musicistas profissionais, a grande maioria graduados e pós-graduados em diversas universidades dentro e fora do RN, e até no exterior, ocupando postos importantes nas mais diversas atividades da área musical como, bandas militares, bandas e orquestras sinfônicas, maestros, professores de universidade e escolas públicas e privadas, bandas de baile, muitos de renome nacional, tendo alguns, conseguido espaço profissional na Europa e EUA.

Essa experiência não só resgatou a musicalidade seridoense, bem como levou o nome desta região e da cidade de Cruzeta a se tornar referência estadual, nacional e até internacional, no ensino musical inclusivo, dando ares de cidadania a uma região massacrada pelos fatores climáticos e massificação dos valores socioculturais e artísticos.

Ao longo destes anos, este trabalho vem sendo feito com quase nenhum apoio institucional e governamental, valendo-se principalmente da ajuda solidária da professora suíça Margaret Keller, que coleta doações e as remete para a AMUSIC anualmente. Também a prefeitura local que aprovou um projeto de lei, a qual repassa mensalmente 0,04, do valor líquido percebido do seu FPM (Fundo de Participação dos Municípios) para a AMUSIC, valores que é utilizado no custeio das despesas fixas de consumo, materiais musicais, manutenção de bens moveis e imóveis, instrumentos e acessórios, bem como na formação técnica dos alunos, fornecendo condições de logística , para seu deslocamento em busca de conhecimento e qualificação.

Os citados recursos não são suficientes para o cumprimento dos planejamentos anuais, na parte pedagógica e manutenção, o que se faz necessário, um grande empenho da direção da **AMUSIC** em busca de parcerias e editais, no sentido de adquirir recursos para concretizar as necessidades em vários aspectos, como por exemplo investir nas dependências físicas do prédio que desde 1992 vem sendo pacientemente construído e que abriga todo funcionamento da Escola de Música, Banda Filarmônica e grupos musicais.

III – IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO:

Nome da Organização: ASSOCIAÇÃO MUSICAL E CULTURA DO RN - AMUSIC	
CNPJ: 03.191.397/0001-34	CEP: 59.375-000
Endereço: Avenida Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros – Centro	Tel: (84) 3473.2164 E-mail: amusic.cruzeta@hotmail.com.br
UF: RN	Município: Cruzeta
Forma Jurídica:	
<input checked="" type="checkbox"/> Associação	Data da Fundação: 14 de maio 1999
<input type="checkbox"/> Cooperativa	Número de Sócios: 80 sócios
<input type="checkbox"/> Outra	
Nome do Representante Legal: Maria Margarida Medeiros Dantas	
Endereço: Rua José Barros de Medeiros, 58 – Santo Antônio	CPF: 025.731.344-31 - 04 RG: 2178836 – SSP RN Telefone: (84) 991024905 E-mail: magna.medeiros@hotmail.com
UF: RN	Município: Cruzeta

IV – JUSTIFICATIVA:

O último investimento que foi feito no prédio, foi em 2013, onde com recursos do TJ RN Comarca de Cruzeta e outras parcerias, adequamos antigo pátio interno para um auditório onde utilizamos como salão de ensaio e adaptamos outros espaços para salas de aulas, ficando a obra ainda inacabada, na parte do piso e teto, o que gera desconforto da poeira, água, sol, acústico, e até de segurança.

Justificamos nosso pleito com a apresentação deste projeto, pela necessidade de melhor e dignamente recebermos nossos alunos e visitantes, bem como melhorar as nossas condições de trabalho nas atividades da Escola de Música, dos grupos de câmara e da Banda de Música.

V – PÚBLICO BENEFICIADO:

Crianças e adolescentes de Cruzeta e região. Diretamente: 120 crianças e adolescentes entre alunos iniciantes e integrantes da Filarmônica. Indiretamente: Comunidade Cruzetense e Músicos de outras cidades do estado.

IV – OBJETIVO:

Dar continuidade ao melhoramento das instalações físicas da sede da AMUSIC, onde funciona a escola de música e a Banda Filarmônica, concluindo o acabamento do auditório/salão de ensaio e 2 salas (Percussão e flautas), na parte de piso e teto (forro de gesso), com a perspectiva de melhorar as condições de trabalho e aprendizado, assim como na realização de apresentações e eventos artísticos, educativos e culturais em Cruzeta.

V – PLANO ORÇAMENTÁRIO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

Ord		Item de Investimento	Unid	Quant.	Valor Unitário em R\$	
					Proponente	
01	Forro de Gesso		200m²	14,00	AMUSIC	2.800,00
02	Cerâmica – Piso Clássico Branco A 60x60		235,40 m²	21,00	AMUSIC	4.943,40
03	Argamassa	Sacos 20 kg	85	9,60	AMUSIC	816.00
04	Mão de obra	Diária	12	100,00	AMUSIC	1.200.00
05	Rejunto	Sacos	60	2,50	AMUSIC	150.00
	TOTAL					9.909,40

DESCRITIVO DE CUSTOS
Valor Total do Projeto: (R\$) 9.909,40
Contrapartida da AMUSIC 20% - (R\$) 1.981,88
Valor do Apoio Solicitado: (R\$) 7. 927,52
Prazo de Execução: 30 DIAS

Cruzeta/RN, 27 de julho de 2016.

MARIA MARGARIDA MEDEIROS DANTAS
Coordenadora institucional da AMUSIC

ANEXO XV

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
COMARCA DE CURRAIS NOVOS
2ª VARA
EDITAL 002/2017

O Excelentíssimo Senhor Doutor Ricardo Antônio M. Cabral Fagundes, Juiz de Direito Titular da Vara Criminal da Comarca de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais, COMUNICA às instituições públicas ou privadas, com finalidade social, que estarão abertas, no período de **29 de novembro de 2017 a 05 de dezembro de 2017**, as inscrições para cadastramento de entidades e inscrição de projetos para fins de recebimento dos valores oriundos das transações penais - modalidade prestação pecuniária – realizadas neste Juízo, nos termos da Resolução 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e do Provimento 99, de 7 de dezembro de 2012, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (CGJ/RN).

1 – DO OBJETO

1.1 - O Provimento nº 99, de 07 de dezembro de 2012, expedido pela CGJ/RN, regulamentou o recolhimento e a destinação dos valores oriundos da proposta de suspensão condicional do processo, conforme determinação do CNJ, através da Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, estabelecendo que tais valores, *“quando não destinados às vítimas ou aos seus dependentes, serão, preferencialmente, destinados à entidade pública ou privada com finalidade social, previamente conveniada, ou para atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde, desde que estas atendam às áreas vitais de relevante cunho social, a critério da unidade gestora”*, priorizando-se o repasse desses valores aos beneficiários que:

I – mantenham, por maior tempo, número expressivo de cumpridores de prestação de serviços à comunidade ou entidade pública;

II – atuem diretamente na execução penal, assistência à ressocialização de apenados, assistência às vítimas de crimes e prevenção da criminalidade, incluídos os conselhos das comunidades;

III – prestem serviços de maior relevância social;

IV – apresentem projetos com viabilidade de implementação, segundo a utilidade e a necessidade, obedecendo-se aos critérios estabelecidos nas políticas específicas.

1.2 - Constitui objeto do presente edital o cadastramento de entidades e projetos que se enquadrem no público-alvo mencionado no item 1.1, interessadas em receber recursos decorrentes de prestações pecuniárias aplicadas em procedimentos criminais da Vara Criminal da Comarca de Currais Novos/RN.

2 – DOS RECURSOS

2.1 - Encontra-se disponível para destinação o montante de **R\$ 22.880,01 (Vinte e dois mil, oitocentos e oitenta reais**

e um centavo), oriundo de verbas oriundas da proposta de suspensão condicional do processo e perdimento de fiança, depositadas em contas judiciais vinculadas a processos deste Juízo.

2.2 - Cada entidade poderá inscrever 01 (um) ou mais projetos, no **valor máximo de R\$ 5.720,00 (cinco mil reais)**;

2.3 – As entidades que não foram contempladas no **edital nº 001/2017** poderão reapresentar seus projetos.

2.4 - Caso tenha projeto contemplado com algum dos recursos mencionados no item 2.2, e na hipótese de ter inscrito outros projetos, a entidade beneficiada só poderá ser novamente

contemplada caso não haja outras entidades com projetos inscritos e aprovados concorrendo ao mesmo recurso pleiteado, de forma a evitar a destinação de todo o recurso arrecadado a uma única entidade, ou a um grupo reduzido de entidades.

3 – DAS INSCRIÇÕES

3.1 - A inscrição para o referido cadastramento será feita no Setor de Atendimento e Protocolo da Comarca de Currais

Novos, RN, que funciona na Av. Cel. José Bezerra, 167, Centro, 59380-000, Fórum Municipal Des. Tomaz Salustino mediante apresentação:

I – de formulário padrão devidamente preenchido, constante no Anexo 1;

II – do(s) projeto(s), seguindo Roteiro de Projeto Técnico constante do Anexo 2;

III – de Termo de Responsabilidade constante no Anexo 3 preenchido e assinado pelo responsável pela instituição.

IV – documentação descrita na item 4.1 deste Edital.

3.2 – O período de inscrição será de **29 de novembro de 2017 a 05 de dezembro de 2017**, no horário de 8h às 15h.

4 – DO PROJETO A SER APRESENTADO

4.1 - O projeto a ser apresentado pela entidade que pretende obter o(s) recurso(s) deverá conter as seguintes especificações:

I – apresentação de documentos que comprovem a regular constituição da pessoa jurídica que se propõe a ser beneficiada, inclusive CNPJ e estatuto registrado em Cartório;

II – identificação completa do dirigente responsável pela entidade, inclusive com ata de eleição da atual diretoria, se for o caso;

III – identificação completa, inclusive CPF, da pessoa responsável pela elaboração e execução do projeto, caso não coincida com o dirigente da entidade;

V – justificativa para a implementação do projeto apresentado;

V – discriminação dos recursos materiais e humanos necessários à execução do projeto, com a identificação das pessoas que irão participar da respectiva execução;

VI – justificativa sobre a viabilidade de execução do projeto com a contrapartida financeira oferecida pelo Judiciário e os recursos materiais e humanos disponíveis os últimos, indicados pela entidade;

VII – valor total do projeto;

X – cronograma de execução e de liberação de recursos financeiros a ser observado durante a implementação do projeto;

IX – prazo inicial e final da execução do projeto, sendo que o intervalo de tempo entre as duas datas não poderá ultrapassar o prazo de 06 meses.

5 - DAS VEDAÇÕES

5.1 - É vedada a destinação de recursos:

I – ao custeio do Poder Judiciário;

II – para promoção pessoal de magistrados ou integrantes das entidades beneficiadas e, no caso destas, para pagamento de quaisquer espécies de remuneração aos seus membros;

III – para fins político-partidários;

IV – as entidades que não estejam regularmente constituídas, obstando a responsabilização caso haja desvio de finalidade.

6 - DO RESULTADO

6.1 – Findo o prazo previsto no item 3.2, a Secretaria Judiciária terá o prazo de 01 (um) dia úteis para finalizar a autuação dos projetos inscritos e a organização de toda a documentação necessária para subsidiar a análise do certame e, após, encaminhará ao Ministério Público para fins de parecer.

6.2 - O Ministério Público deverá apresentar seu parecer no prazo máximo de 01 (um) dia, contados a partir do recebimento da documentação encaminhada pela Secretaria Judiciária.

6.3 - Após parecer do Ministério Público, os projetos serão submetidos à apreciação do Juíz titular do Juízo ou ao seu substituto legal, se for o caso, que proferirá sua decisão até o dia **13/12/2017**, a ser publicada no Diário da Justiça Eletrônico e disponibilizada em local visível ao público nas dependências do Juízo, sendo proibida a escolha arbitrária e aleatória da entidade, devendo ser motivada a decisão que legitimar o respectivo ingresso dela entre os beneficiários do Órgão Jurisdicional.

6.4 - A decisão final deverá conter os projetos que receberão os recursos identificando-se suas respectivas entidades, assim como a relação dos projetos aprovados e não contemplados, os quais poderão obter recursos caso os responsáveis das entidades com projetos inicialmente contemplados não compareçam ao Juízo no prazo estabelecido no item 7.1.

6.5 - Na hipótese de não haver nenhum projeto apto à aprovação, os recursos disponibilizados e não destinados passarão a compor o próximo edital a ser publicado pelo Juízo.

7 - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

7.1 - Os recursos serão liberados mediante alvará(s) judicial(is) em nome da entidade contemplada, que deverá levantá-lo(s) no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação da decisão final.

7.2 - Em caso de não comparecimento a entidade beneficiada terá seu projeto automaticamente excluído, passando o recurso a ser destinado à próxima entidade da lista de projetos aprovados e ainda não contemplados, conforme item 6.3.

7.3 - Feita a destinação do recurso, a entidade beneficiada deverá cumprir o cronograma apresentado, conforme item 4.1, IX, devendo o projeto ser concluído em até 06 (seis) meses contados da data do recebimento do alvará de liberação, salvo algum atraso devidamente justificado e comunicado previamente ao Juízo, desde que não seja superior a 30 (trinta) dias.

7.4 - A entidade deverá levantar o valor total constante nas contas judiciais em que se encontram depositados os recursos financeiros que compõe o montante a que foi contemplada, inclusive os valores concernentes às correções monetárias, que devem ser aplicados integralmente no projeto a que se destinam, de modo a não haver nenhum saldo residual nas referidas contas após o saque, devendo apresentar os extratos fornecidos pela instituição financeira depositária quando da prestação de contas.

7.5 - Nos casos em que a entidade receber um montante maior do que o valor original do recurso a que foi contemplada, em virtude das atualizações monetárias mencionadas no item 7.4, deverá prestar contas de toda a verba efetivamente recebida, e caso não seja possível a aplicação de tais correções ao projeto original, a entidade providenciará o depósito em conta judicial do que restar.

8 - DA EXECUÇÃO DO PROJETO

8.1 - A execução do projeto deverá ser de acordo com o cronograma apresentado. Nos casos de projetos a serem implementados em etapas, a cada etapa concluída, a entidade deverá apresentar relatório parcial ao Juízo, apresentando inclusive comprovantes fiscais que atestem que a sua destinação está de acordo com o que foi proposto quando da inscrição no presente certame.

8.2 - Nos casos de utilização do recurso em uma única etapa, a prestação de contas deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias após o recebimento do recurso, sem que seja necessário, portanto, aguardar o término dos 06 meses mencionados no item 7.3.

8.3 - Na hipótese do projeto se destinar à aquisição de(s) bem(ns) material(is), se houver diferença, a menor, entre o preço de compra do(s) bem(ns) e o valor inicialmente orçado, a entidade deverá aplicar tal verba, integralmente, no projeto contemplado e, se isso não for possível, providenciará seu depósito em conta judicial.

9 - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1 - Finalizado o projeto, a entidade beneficiada deverá prestar contas da verba recebida, no prazo de 15 (quinze) dias, enviando à unidade gestora relatório que deverá conter:

I – extratos bancários (ou outra documentação equivalente) das contas judiciais das quais foram levantados os recursos do projeto contemplado, fornecidos pela instituição financeira depositária, de modo que fique comprovado o valor total efetivamente sacado, incluindo as atualizações monetárias;

II – planilha detalhada dos valores gastos, observando o cronograma de execução e de liberação de dispêndios previstos no item 4.1, IX, deste Edital;

III – notas fiscais de todos os produtos e serviços custeados com os recursos destinados pelo Poder Judiciário, visadas pela pessoa responsável pela execução do projeto;

IV – relatório contendo o resultado obtido com a realização do projeto.

9.2 – A entidade que deixar de entregar o relatório no prazo determinado ficará impedida de apresentar novo projeto pelo prazo de 06 (seis) meses e seu dirigente incorrerá nas penalidades cabíveis, previstas na legislação brasileira. Caso o projeto seja apresentado sem alguma das especificações contidas no item anterior, será a entidade notificada a sanear a irregularidade em 05 (cinco) dias.

9.3 – Apresentada a prestação de contas, será submetida à homologação judicial, após o prévio parecer do Ministério Público.

9.4 – A prestação de contas, a critério do Juiz poderá ser submetida à prévia análise técnica da pessoa ou órgão capacitado existente no próprio juízo responsável pela homologação das contas apresentadas ou mediante remessa da documentação para a análise e parecer da Seção de Controle Interno do Tribunal de Justiça.

9.5 – A homologação da prestação de contas deverá, ainda, ser submetida à seção de serviço social vinculada ao acompanhamento das penas alternativas, se houver.

9.6 – O relatório mencionado no item 7.1, deste edital, deverá ser encaminhado à Coordenação de Controle Interno do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte para análise e posterior prestação de contas da aplicação dos recursos oriundos de pena de prestação pecuniária ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

10 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - O manejo e a destinação desses recursos, que são públicos, deverão ser norteados pelos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos, dentre outros, no caput do artigo 37 da Constituição Federal, sem se olvidar da indispensável e formal prestação de contas perante a unidade gestora, sob pena de responsabilidade, ficando assegurada a publicidade e transparência e destinação dos recursos .

10.2 Fica ressalvado ao Juízo a possibilidade de cadastrar entidades localizadas em outros municípios sede ou termos de outras Comarcas, caso não haja projeto viável a ser implementado nas cidades submetidas à sua jurisdição, podendo, nessa hipótese, se valer da utilização do cadastro já existente de entidades na Comarca para onde haverá a migração do recurso.

10.3 – A inscrição da entidade implicará na aceitação prévia das normas contidas no presente edital.

10.4 – Os casos omissos e dúvidas de interpretação das normas reguladoras decorrente do cadastro e da destinação dos recursos, deverão ser encaminhados a este Juízo.

Currais Novos, 27 de novembro de 2017

Ricardo Antônio M. Cabral Fagundes
Juiz de Direito

ANEXO 1

FICHA DE CADASTRAMENTO DE INSTITUIÇÕES

Dados de Identificação da Instituição:

- 1 – Nome:
- 2 – CNPJ:
- 3 – Endereço:
- 4 – Bairro:
- 5 – CEP:
- 6 – Município:
- 7 – Telefone:
- 8 – E-mail:
- 9 – Diretor(a):
- 10 – Responsável pelo Benefício:
- 11 – Natureza Jurídica:
- 12 – Atividade Principal:
- 13 – Projetos já contemplados nos últimos 12 meses:

Projeto (nome do projeto)	Data	Valor do Projeto	Vara de Origem do Recurso
1)			
2)			

ANEXO 2

ROTEIRO DE PROJETO TÉCNICO

De acordo com o disposto na Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, é necessária a regulamentação da destinação do controle e aplicação de valores oriundos de prestação pecuniária aplicada pela justiça criminal, devendo financiar projetos apresentados pelos beneficiários elencados naquele instrumento. Nesse sentido, a Corregedoria Geral de Justiça do RN, através do Provimento nº 99/2012 – CGJ/RN, regulamentou a matéria, estabelecendo, inclusive, orientações mínimas a serem observadas quando do encaminhamento de elaboração de propostas que tenham por objeto a utilização dos valores provenientes das penas pecuniárias. No intuito de orientar os possíveis beneficiários e estabelecer um padrão geral a ser adotado, relativamente à elaboração de projetos, seguem as instruções abaixo:

Roteiro de Projeto Técnico

1. Título do Projeto

2. Apresentação (Resumo da proposta/Sinopse do projeto)

Resumo de todas as informações relevantes do projeto, tais como as demandas que serão atendidas, juntamente com as necessidades e expectativas para a implantação das ações pleiteadas ou aquisição de determinado bem e os resultados que se pretende alcançar.

3. Identificação da instituição solicitante

Apresentar, de forma clara e objetiva, todos os dados da instituição proponente, quais sejam: nome da instituição, endereço completo, número de telefone e fax, *e-mail* para contato, nome do responsável, cargo, número da identidade e do CPF, do CPNJ.

4. Identificação da instituição executora/beneficiada

Quando o projeto apresentar como órgão executor/beneficiário instituição diferente do proponente será necessária a apresentação de todos os dados solicitados acima, referentes ao órgão executor/beneficiário.

5. Justificativa

Espaço destinado para que o beneficiário aponte claramente qual(is) o(s) problema(s), suas causas e como eles foram identificado(s), apresentando solução(ões) para ele(s). O solicitante terá que justificar a pertinência do pedido e mostrar que a solução do problema tem consequências diretas junto ao espaço ou ao pessoal por ele contemplado. Apresentar, se possível, dados e/ou estatísticas consolidadas que justifiquem a demanda solicitada.

6. Público beneficiado

Descrever objetivamente o público-alvo direto e o indireto, informando, inclusive, o número das pessoas que serão diretamente beneficiadas.

7. Equipe responsável pelo projeto

Tratando-se de projeto a ser executado, apresentar de forma clara e sucinta, a composição da equipe que será responsável pela respectiva execução, destacando a qualificação profissional necessária para o exercício da referida função, as ações que serão realizadas e a carga horária que será cumprida por cada integrante.

8. Localização geográfica das ações / Estrutura Disponível.

Identificar o local contemplado com as ações ou com determinado bem. Em se tratando da primeira hipótese, informar o espaço físico e a infraestrutura disponível, bem como o número de pessoas que serão atendidas no local, o número de funcionários existentes e as facilidades que o projeto pode encontrar quanto à sua execução.

9. Objetivo geral:

O objetivo geral do projeto deve, em conformidade com a Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012:

- a) ser destinado a atividades de caráter essencial ao sistema penitenciário, à segurança pública, educação e saúde, desde que em atendimento a áreas vitais de relevante cunho social, a critério da unidade gestora;
- b) manter, por maior tempo, um número expressivo de cumpridores de prestação de serviços à comunidade ou entidade pública;
- c) atuar diretamente na execução penal, assistência à ressocialização de apenados, de assistência às vítimas de crimes e prevenção da criminalidade, incluídos os conselhos da comunidade.

10. Objetivos específicos

Apontar, em forma de tópicos, os resultados esperados com o recurso pleiteado.

11. Metas (para projetos de execução)

Quantificar os resultados esperados, de modo a permitir a verificação de seu cumprimento.

12. Metodologia (para projetos de execução)

Explicar, detalhadamente, a viabilidade, exequibilidade e a sustentabilidade do projeto, além de apresentar informações sobre os procedimentos e as estratégias a serem adotados para a realização de cada meta. É importante que o projeto apresente as etapas para a realização das metas estabelecidas, identificando a forma como serão executadas. Ex.: Se envolver aulas, apresentar planejamento em que conste grade curricular, corpo docente, carga horária, metodologia dentre outras.

13. Detalhamento dos custos

Estimar os custos, justificando-os no projeto e relacionando-os com as metas (se para execução). Apresentá-los por itens de despesa em tabelas distintas, conforme modelos que seguem:

Tabela I

Especificação dos Equipamentos / Material Permanente			
Material (exemplo)	Quantidade	Valor Unitário	TOTAL
Acervo bibliográfico	10	0,00	0,00
Computador (inserir configuração)	01	0,00	0,00

Tabela II

Especificação do Material de consumo			
Material (exemplo)	Quantidade	Valor Unitário	TOTAL
Resma de papel A4	10	0,00	0,00
Pastas AZ lombo estreito	01	0,00	0,00
			0,00

Tabela III

Especificação dos Serviços de Terceiros – Pessoa Física			
Material (exemplo)	Quantidade	Valor Unitário	TOTAL
Palestrante	01	0,00	0,00
Instrutor de aula de	02	0,00	0,00
			0,00

Tabela IV

Especificação dos Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Serviços que serão contratados Quantidade Valor mensal ou do serviço			
Material (exemplo)	Quantidade	Valor Unitário	TOTAL
Cópias para confecção de apostilas	1.500	0,00	0,00
Confecção de cartilhas	1.000	0,00	0,00
			0,00

Observações importantes:

- * Ao término das descrições nas planilhas, informar o valor final do projeto.
- * Nos casos em que o objeto do convênio demandar a aquisição de material permanente e/ou de consumo, é **imprescindível** a apresentação de três orçamentos do comércio local, que devem ser encaminhados anexos, para fonte de referência.
- * Não serão objeto de financiamento projeto ou material a ser adquirido, cujos valores se apresentem superestimados/superdimensionados em relação ao objeto proposto.

14. Prazo de execução (para projeto de execução)

Detalhar a duração, fixando o nº de meses previstos (início e fim) para a execução do projeto.

ANEXO 3**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE****DECLARAÇÃO**

Declaro, sob as penas da lei, que o projeto ora apresentado pela instituição da qual sou representante não foi contemplado com recursos oriundos de transações penais em nenhum outro Juízo deste Tribunal de Justiça do Estado do RN, nem é parte integrante de outro projeto também já contemplado com tais recursos financeiros.

Declaro ainda que assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas no projeto ora apresentado e estou ciente de que a falsidade no transcrito acima implicará nas penalidades cabíveis, previstas na legislação brasileira.

Cidade/UF, __/__/____

Nome responsável:

CPF responsável:

ANEXO 4

TERMO DE REAPRESENTAÇÃO DO PROJETO

DECLARAÇÃO/REAPRESENTAÇÃO DO PROJETO

Declaro que o presente projeto não foi contemplado através do Edital 001/2017, de modo que reapresento o projeto para concorrer ao edital nº 002/2017.

Declaro, sob as penas da lei, que o projeto ora apresentado pela instituição da qual sou representante não foi contemplado com recursos oriundos de transações penais em nenhum outro Juízo deste Tribunal de Justiça do Estado do RN, nem é parte integrante de outro projeto também já contemplado com tais recursos financeiros.

Declaro ainda que assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas no projeto ora apresentado e estou ciente de que a falsidade no transcrito acima implicará nas penalidades cabíveis, previstas na legislação brasileira.

Cidade/UF, __/__/____

Nome responsável:

CPF responsável: